

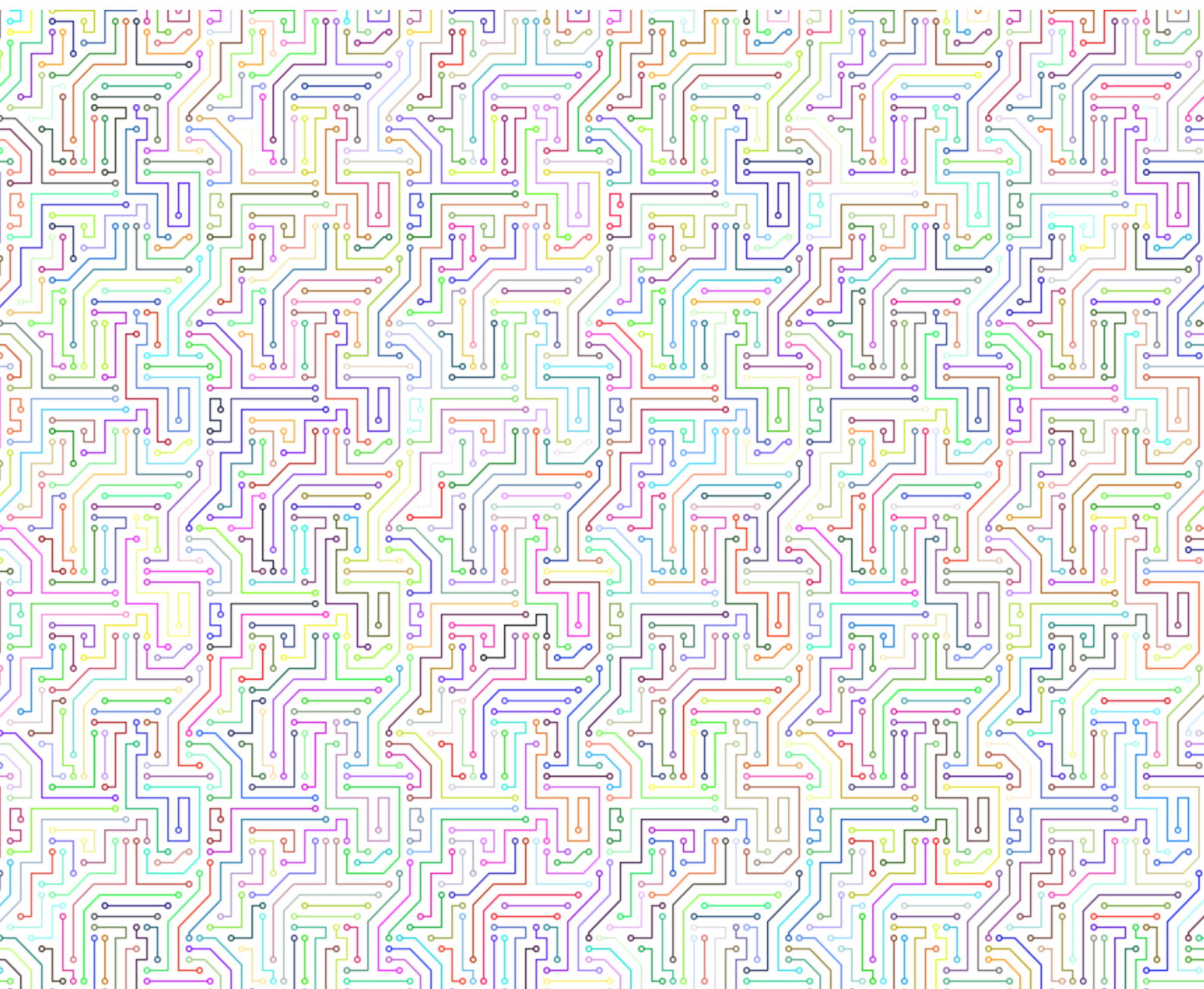
Perspectivas SOCIAIS em INFORMAÇÃO

estudos hispano-brasileiros

Perspectivas SOCIALES en INFORMACIÓN

estudios hispano-brasileñas

Pablo Parra Valero
Aurora Cuevas-Cerveró
Brasilina Passarelli
Francisco Carlos Paletta
(Coord.)



Pablo Parra Valero
Aurora Cuevas-Cerveró
Brasilina Passarelli
Francisco Carlos Paletta
(Coord.)

Perspectivas sociais em informação:
estudos hispano-brasileiros
Perspectivas sociales en información:
estudios hispano-brasileños

São Paulo
2021

© Os autores respectivos
© Desta edição: Universidade de São Paulo. ECA - Escola de Comunicações e Artes.
ISBN 978-65-88640-24-1



Os textos e imagens publicados nesta edição estão sujeitos - salvo indicação em contrário - a uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável (CC BY-NC-SA). Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

(<https://br.creativecommons.net/licencas/>)

Comité científico

Dr. Andrés Fernández-Ramos, Universidad de León
Dra. Angélica Marques, Universidade de Brasília
Dr. Antonio Carpallo, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Antonio Miranda, Universidades de Brasília
Dra. Aurora Cuevas-Cerveró, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Brasilina Passarelli, Universidade de São Paulo USP
Dra. Cecilia Leite, IBICT
Dra. Concepción Mendo, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Cynthia Roncaglio, Universidade de Brasília
Dra. Eliane Braga - Universidade de Brasília
Dra. Elmira Simeão, Universidade de Brasília
Dr. Emir Suaiden, Universidade de Brasília
Dra. Fabiana França, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Fernando Ramos Simón, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Francisco Carlos Paletta, Universidade de São Paulo
Dra. Georgete Rodrigues, Universidade de Brasília
Dra. Gladys Ceretta, Universidad de la República de Uruguay
Dr. Henry Poncio, Universidad Federal de Paraíba
Dra. Isa Freire, Universidad Federal de Paraíba
Dra. Izabel França de Lima, Universidad Federal de Paraíba

Dr. Jorge Morato, Universidad Carlos III de Madrid
Dr. José Antonio Frías, Universidad de Salamanca
Dr. José Luis Gonzalo Sánchez-Molero, Universidad Complutense de Madrid
Dr. José-Antonio Gómez-Hernández, Universidad de Murcia
Dra. Lillian Alvares Rezende, Universidade de Brasília
Dra. María Jesús Colmenero, Universidad Complutense de Madrid
Dra. María Teresa Fernández Bajón, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Marta Valentim, UNESP Marília
Dra. Michela Montesi, Universidad Complutense de Madrid
Dr. Murilo Cunha, Universidade de Brasília
Dra. Patricia Hernández Salazar, Universidad Nacional Autónoma de México
Dr. Pablo Parra Valero, Universidad Complutense de Madrid
Dra. Regina Belluzzo, UNESP Marília
Dra. Renata Braz, Universidade Federal do Rio Grande
Dr. Ricardo Crisafulli Rodrigues, IBICT
Dr. Rodrigo Botelho-Francisco, Universidade Federal do Paraná
Dr. Ronaldo Linhares, Universidade Tiradentes
Dra. Sonia Sánchez-Cuadrado, Universidad Complutense de Madrid

Desenho da capa: María-Jesús Colmenero-Ruiz. UCM
Imagem da capa: [Gordon Johnson](#) en [Pixabay](#)
Layout: María-Jesús Colmenero-Ruiz, Pablo Parra Valero.

P467 Perspectivas sociais em informação [recurso eletrônico] : estudos hispanos-brasileiros = Perspectivas sociales en información : estudios hispano-brasileños / coord. Pablo Parra Valero... [et al.]. — São Paulo : ECA-USP, 2021.
Formato: PDF.
ISBN 978-65-88640-24-1
1. Informação. 2. Sociedade. 3. Ciência da informação. I. Parra-Valero, Pablo.

CDD 23.ed. – 020

Catálogo na Publicação: Serviço de Biblioteca e Documentação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado CRB-8/6194

ÍNDICE

PREFÁCIO	
Francisco Carlos Paletta	8
UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL PARA COMPREENDER O FENÔMENO MULTICULTURAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
Wilson Roberto Veronez Júnior, Graziela dos Santos Lima, Edmilson Alves dos Santos Júnior, Carlos Cândido de Almeida	10
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO EM POPULAÇÕES LGBTQIA+ DA CIDADE DE MARÍLIA-SP	
Nílive Elisabete Ferreira dos Santos, Edmilson Alves dos Santos Júnior, Solange Aparecida Devechi Ordonez, Carlos Cândido de Almeida	22
DIVULGACIÓN DE LA CIENCIA A TRAVÉS DE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS: LA SEMANA DE LA CIENCIA EN EL PORTAL DEL LECTOR DE LA COMUNIDAD DE MADRID. ESTUDIO DE CASO	
Cristina Barrios Martínez	33
O DOCUMENTO NA PERSPECTIVA DE BERND FROHMANN: ASPECTOS INSTITUCIONAIS E MATERIAIS	
Edmilson Alves dos Santos Júnior, Rodrigo Rabello, Carlos Cândido de Almeida, Wilson Roberto Veronez Júnior, Graziela dos Santos Lima, Janaina Fernandes Guimarães Polonini	48
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE MARÍLIA/SP: ACESSO À INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	
Marcus Rei de Lima Alves, Edmilson Alves dos Santos Júnior, Yara Maria da Silva Cinque, Solange Aparecida Devechi Ordonez, Carlos Cândido de Almeida	57
AS CATEGORIAS FENOMENOLÓGICAS PEIRCEANAS E A ELABORAÇÃO DE CONCEITOS: REVISANDO ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	
Wilson Roberto Veronez Júnior, Edmilson Alves dos Santos Júnior, Graziela dos Santos Lima, Janaina Fernandes Guimarães Polonini, Caio Fábio Moreira Gonçalves, Carlos Cândido de Almeida	68
A CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA SOBRE FAKE NEWS: UMA ANÁLISE NA DIALNET	
Janaina Fernandes Guimarães Polonini, Graziela dos Santos Lima, Edmilson Alves dos Santos Júnior, Wilson Roberto Veronez Júnior, Solange Aparecida Devechi Ordonez, Carlos Cândido de Almeida	81

A LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	
Yara Maria da Silva Cinque, Carlos Candido de Almeida	93
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO FACEBOOK DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO À PESQUISA BRASILEIRA (CNPq) E ESPANHOLA (FECYT): UM ESTUDO COMPARATIVO	
Marcus Vinícius de Albuquerque Guimarães, Carla Beatriz Marques Felipe	108
A PESQUISA BRASILEIRA ACERCA DO FEMINISMO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA INDEXADA NA BASE DE DADOS SCOPUS	
Denise Cristina Belam Fioravanti, Francisco Arrais Nascimento, Daniel Martínez-Ávila	122
O PODER DE NOMEAR E AS CLASSIFICAÇÕES NO DOMÍNIO DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS: MASCULINIDADES, SUBALTERNIDADES E NEGOCIAÇÕES DE AFETOS NA NOVA ECONOMIA DO DESEJO	
Francisco Arrais Nascimento, Daniel Martínez-Ávila.....	142
O CORPO NEGRO NO DOMÍNIO DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS: INTERPELAÇÕES ACERCA DA AUTONOMEAÇÃO, OBJETIFICAÇÃO E DO ESQUECIMENTO	
Francisco Arrais Nascimento, Graziela dos Santos Lima, Daniel Martínez-Ávila..	155
MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USUÁRIO DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DOS ESTUDOS CULTURAIS.....	
Fernando Cruz Lopes.....	165
CULTURA DIGITAL: CONCEITUAÇÃO EM NARRATIVAS ACADÊMICAS.....	
Ana Claudia Fernandes Gomes	174
O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INFORMACIONAL E SUA RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO COMO MERCADORIA	
Bianca Savegnago de Mira, Daniel Martínez-Ávila, Maria Cláudia Cabrini Grácio.....	184
A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PARA O CATÁLOGO COLETIVO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA WEB	
Eduardo da Silva Alentejo, Cláudio Gottschalg-Duque	193

A INFORMAÇÃO COMO OBJETO INTELECTUAL DA ARQUIVOLOGIA PÓS-MODERNA: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
Rosale de Mattos Souza	209
MÉTODO PRAGMÁTICO PEIRCEANO E DETERMINAÇÃO DE DOMÍNIO.....	
Sonia Cristina Bocardi de Moraes, Carlos Candido de Almeida	222
ACERVOS DOCUMENTAIS E MEMÓRIA NEGRA EM SÃO PAULO	
Fernanda dos Anjos Casagrande.....	237
AS MEDIAÇÕES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA	
Beatriz Andreotti dos Santos, Carlos Cândido de Almeida, Tamara de Souza Brandão Guaraldo	251
MÁS CONDUTAS CIENTÍFICAS: UMA ANÁLISE EM POLÍTICAS DE REPOSITÓRIOS DE DADOS	
Fernando Brito da Costa Dias, Eduardo Graziosi Silva, Ariadne Chloe Mary Furnival	268
DA ACADEMIA À SOCIEDADE: O PROJETO M.A.P. NAS MÍDIAS DIGITAIS	
Laryssa Albino Oliveira, Raquel de Paula Guets, Sofia Tonoli Maniezzo Zani.....	281

PREFÁCIO

Francisco Carlos Paletta

Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo

A Sociedade da Informação remonta a muitos eventos históricos, como, por exemplo, Gutenberg ao inventar a prensa e, conseqüentemente o desenvolvimento do saber, não imaginava que mudanças significativas causariam no mundo nos séculos subsequentes. Tais acontecimentos históricos têm transformado os cenários sociais.

A sociedade da informação é a pedra angular das Sociedades do Conhecimento. O conceito de “sociedade da informação” está relacionado à ideia da “inovação tecnológica”, enquanto o conceito de “sociedades do conhecimento” inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento. O conceito de “sociedades do conhecimento” é preferível ao da “sociedade da informação” já que expressa melhor o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade.

A atualização do ciclo informacional: informação – conhecimento – desenvolvimento – informação deve ser uma constante em qualquer área do setor produtivo, principalmente na ciência da informação, pois é onde se desenvolve o interesse pela pesquisa e conhecimento por parte do profissional da informação.

As disparidades sociais não permitem que os benefícios do crescimento sustentável sejam distribuídos igualmente entre os diferentes grupos da sociedade. Tem havido um progresso considerável na área social desde a última década, com melhora inquestionável nos principais indicadores, especialmente na área de educação.

O impacto do uso da Web na sociedade, nos indivíduos e nas organizações tornou-se objeto de pesquisa, extrapolando o campo especializado da computação aplicada, e atingindo áreas de estudos organizacionais e sociológicos. Por ser essencialmente dinâmica e sem fronteiras, tanto do ponto de vista físico como virtual, é importante que seja conhecida em detalhes, tanto para assegurar sua livre transformação quanto para permitir sua disponibilidade, confiabilidade e acessibilidade por todos.

Esta publicação “Perspectivas sociais em informação: estudos hispano-brasileiros Perspectivas sociales en información: estudios hispano-brasileños”, tem como objetivo principal consolidar os resultados do VIII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade bem como promover o intercâmbio acadêmico, científico e cultural entre as comunidades brasileira e hispana. Além de viabilizar a integração com instituições brasileiras e espanholas e de vários outros países, o evento se insere como agente de colaboração internacional entre a Universidade Complutense de Madrid (Facultad de Ciencias de la Documentación y Departamento de Biblioteconomía y Documentación) e Universidades Brasileiras.

O Seminário promove o crescimento da comunidade científica da área de Ciência da Informação em âmbito internacional, por meio de seu formato itinerante, com sede anual alternada entre Brasil e Espanha.

A VIII edição do Seminário Hispano Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade ocorreu de 11 a 14 de novembro de 2019, na Universidade de São Paulo (USP), Brasil, organizada pela Escola do Futuro, em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Complutense de Madrid (UCM) - Espanha e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) com apoio do IBICT e FAPESP.

A escolha das áreas temáticas deve-se à amplitude de perspectivas exigidas por uma ciência interdisciplinar como a que estamos a tratar: "Ciências da Informação e Documentação" e as linhas de investigação das instituições participantes.

Ao longo destes anos têm-se registado numerosas realizações, especialmente relevantes são as numerosas publicações científicas e o intercâmbio de investigadores entre os grupos de investigação dos países participantes. O Comité Científico do Seminário Hispano Brasileiro ao consolidar esta publicação contribui para a efetivação da colaboração internacional entre as entidades envolvidas e para com o desenvolvimento da Ciência da Informação.

Bea Leitura

Prof. Francisco Carlos Paletta

UMA EPISTEMOLOGIA SOCIAL PARA COMPREENDER O FENÔMENO MULTICULTURAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Wilson Roberto Veronez Júnior¹, Graziela dos Santos Lima², Edmilson Alves dos Santos Júnior³, Carlos Cândido de Almeida⁴

¹UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-2939-1917>, veronezw@gmail.com

²UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-3861-2937>, graziela.lima@unesp.br

³UNESP, <https://orcid.org/0000-0001-7724-70853>, edmilson.santos@usp.br

⁴UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo: O presente texto versa sobre reflexões sobre a Epistemologia social na Ciência da Informação e como esta pode ajudar a pensar o fenômeno multicultural no contexto brasileiro. Para tanto, o presente texto se baseará na premissa que sustenta que a Epistemologia Social é uma base teórica da Ciência da Informação que incorpora diversos conceitos socioculturais, em especial, o multiculturalismo. A epistemologia social surgiu na década de 1950, a partir da elaboração de um artigo denominado *Foundations of a theory of bibliography* (1952), tendo como precursores Margaret Elizabeth Egan e Jesse Hauk Shera, com o propósito de estudar os meios pelas quais a sociedade produz, adquirem e disseminam o conhecimento e, atrelado a isso, como os bibliotecários/as atuam na orientação, baseado na mediação de seus usuários, na busca por informações que necessitem a ele. A sociedade multicultural além de ser uma manifestação de diferentes culturas, é um movimento afirmativo de reivindicação de direitos de grupo sociais marginalizados por políticas públicas que suprem suas necessidades para que se tenha uma vida sem discriminação. A Ciência da Informação deveria constituir-se em um campo de estudos tanto teórico quanto prático que contemple a multiculturalidade como fenômeno social fundante da configuração social. Contudo, somente sob uma perspectiva epistemológico-social calcada no paradigma social que a Ciência da Informação deverá abordar os problemas multiculturais da sociedade brasileira retomando uma nova versão da epistemologia social de Egan e Shera, caso o contrário sucumbirá como disciplina secundária no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Epistemologia Social; Multiculturalismo; Ciência da Informação.

Abstract: This paper deals with reflections on social epistemology in Information Science and how it can help to think about the multicultural phenomenon in the Brazilian context. To this end, the present text will be based on the premise that holds that Social Epistemology is a theoretical basis of Information Science that incorporates several sociocultural concepts, especially multiculturalism. Social epistemology emerged in the 1950s from the elaboration of an article called *Foundations of a theory of bibliography* (1952), with precursors Margaret Elizabeth Egan and Jesse Hauk Shera, with the purpose of studying the means by which society produces, acquire and disseminate knowledge and, linked to this, how librarians act in orientation, based on the mediation of their users, in the search for information that they need. Multicultural society, besides being a manifestation of different cultures, is an affirmative movement of claiming social group rights marginalized by public policies that meet their needs for a life without discrimination. Information Science should be a theoretical and practical field of study that contemplates multiculturalism as the founding social phenomenon of the social configuration. However, it is only from an epistemological-social perspective based on the social paradigm that Information Science should address the multicultural problems of

Brazilian society by retaking a new version of Egan and Shera's social epistemology, otherwise it will succumb as a secondary discipline in the contemporary scenario.

Keywords: Social Epistemology, Multiculturalism, Information Science.

INTRODUÇÃO

O presente texto versa sobre reflexões sobre a Epistemologia social na Ciência da Informação e como esta pode ajudar a pensar o fenômeno multicultural no contexto brasileiro. Para tanto, o presente texto se baseará na premissa que sustenta que a Epistemologia Social é uma base teórica da Ciência da Informação que incorpora diversos conceitos socioculturais, em especial, o multiculturalismo.

A epistemologia social surgiu na década de 1950, a partir da elaboração de um artigo denominado *Foundations of a theory of bibliography* (1952), tendo como precursores Margaret Elizabeth Egan e Jesse Hauk Shera, com o propósito de estudar os meios pelas quais a sociedade produz, adquire e dissemina o conhecimento e, atrelado a isso como os bibliotecários/as poderão atuar na orientação, baseado na mediação de seus usuários, na busca por informações que necessitem a ele. Na concepção de Egan a epistemologia social está associada à produção, distribuição e a utilização de produtos intelectuais e para Shera, está associado à produção, fluxo e o consumo de informação e comunicação. A concepção dos autores está relacionada com a disseminação da informação registrada, ou seja, em grande parte, produções científica/intelectuais, ou no que poderíamos denominar de conhecimento de segunda ordem, isto é, o conhecimento registrado e socializado.

O multiculturalismo configura-se em uma manifestação de diferentes culturas em um mesmo espaço, onde nesse mesmo espaço evidencia uma cultura e identidade étnica/cultural (considerada hegemônica) que se sobrepõe as demais, consideradas marginalizadas. Nesse sentido, o multiculturalismo também se configura como um movimento afirmativo de reivindicações de direitos de grupo sociais marginalizados por políticas públicas, que possibilita que este mesmo grupo tenham o mesmo direitos que os grupos considerados hegemônicos.

A Ciência da Informação deveria constituir-se em um campo de estudos tanto teórico quanto prático que contemple a multiculturalidade como fenômeno social fundante da sociedade. Contudo, somente sob uma perspectiva epistemológico-social calcada no paradigma social que a Ciência da Informação deverá abordar os problemas multiculturais da sociedade brasileira.

EPISTEMOLOGIA SOCIAL: BASE TEÓRICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção temos por objetivo geral apresentar um panorama sobre a Epistemologia Social, sendo essa, uma teoria desenvolvida e popularizada pelos bibliotecários e cientistas da informação americanos Jesse Hauk Shera e Margaret Elizabeth Egan. Nesse sentido, a nossa proposta nessa seção é destacar a origem e os autores mais populares que trabalham com a temática, e verificar os principais fatos históricos e a relação da epistemologia social com o campo da Ciência da Informação.

Antes de partirmos para a teoria, precisamos destacar os principais precursores que desenvolveram e deixaram inúmeras referências acerca dos estudos em epistemologia social. Jesse Hauk Shera, nasceu em Oxford, Ohio, em 8 de dezembro de 1903, graduou-se em literatura inglesa na Universidade de Miami, em Oxford, em 1925, dois anos depois, ele concluiu o mestrado em literatura inglesa na Universidade de Yale (ARAÚJO et. al, 2010, p. 74; ZANDONADE, 2004, p. 815).

Alguns anos mais tarde, Shera conclui o seu doutorado em Biblioteconomia na *Graduate Library School* da Universidade de Chicago, nesse aspecto, é preciso ressaltar que nesta instituição haviam intelectuais com posicionamentos voltados para o lado humanístico e sociológico da Biblioteconomia, podemos citar Margaret Egan e o filósofo e educador John Dewey.

Com relação à trajetória acadêmica de Jesse Shera, vimos que a sua formação inicial não era proveniente do campo da Biblioteconomia, mas sim da Linguística, no entanto, devido a sua aproximação com os estudos da informação, mais tarde veio a realizar especializações em assuntos relacionados à Biblioteconomia e a Ciência da Informação, nesse sentido, o contato de Shera com o campo da Biblioteconomia foi algo que ocorreu por acaso, em 1927, ele começou a realizar trabalhos como auxiliar de catalogação na Biblioteca da Universidade de Miami (VIEIRA; LUCAS, 2018, p. 22).

Como pesquisador, seus trabalhos resultaram em uma enorme produção bibliotecária, em que tratavam sobretudo em aspectos relacionados sobre a história e a filosofia das bibliotecas, tendo como preocupação maior o lado humanístico das bibliotecas, bibliotecários, e também com o campo da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (ARAÚJO et al. 2010, p. 74). A partir dessa premissa, podemos entender que Shera foi um dos pioneiros nos

estudos humanísticos no campo da Biblioteconomia, vindo de encontro a um campo que tinha um rigor voltado para o tecnicismo.

Uma das maiores preocupações de Shera era com o lado humanístico das bibliotecas e da Biblioteconomia, por mais que Shera tenha contribuído em questões técnicas, como por exemplo, criação de um catálogo sistemático que visava auxiliar o usuário na recuperação e no acesso à informação (VIEIRA; LUCAS, 2018). Nessa perspectiva, na concepção de Araújo et. al (2010, p. 75), podemos dizer que Shera “sempre acreditou na relevância de aspectos sociológicos e humanísticos presentes na organização informacional apesar de sua contribuição para a adoção de tecnologia de informação em bibliotecas”.

Em nosso entendimento, Shera acreditava nos valores morais e sociais da Biblioteconomia, levando em consideração os principais aspectos sociológicos, linguísticos, antropológicos, culturais e científicos, e além de tudo, o impacto das bibliotecas na sociedade, sobretudo na aquisição e no uso do conhecimento.

Com relação a Margaret Egan, de modo geral, ela foi uma bibliotecária e cientista da informação americana, nasceu em 14 de março de 1905 e faleceu em 26 de janeiro de 1959. Egan foi uma bibliotecária, realizou pós-graduação na Universidade de Yale e em Chicago, também foi uma das precursoras da Epistemologia Social, em parceria com Jesse Shera. Em 1943, ela se juntou ao Centro de Relações Industriais da Universidade de Chicago como bibliotecária e ocupou a função de ensino parcial na Graduate Library School (FURNER, 2004).

Margaret Egan, desempenhou um papel muito maior no desenvolvimento do conceito da Epistemologia Social do que é normalmente reconhecido (FURNER, 2004). Tecnicamente, na concepção de Egan, essa teoria estava baseada na produção, distribuição e na utilização de produtos intelectuais provenientes das bibliotecas. Cumpre destacar que essa autora não ficou com o mérito em relação ao desenvolvimento e entendimento sobre essa teoria, por outro lado, quem acabou ficando com o bônus foi o seu parceiro de trabalho, Jesse Shera.

Sobre essa polêmica, cumpre destacar que o próprio Shera reconheceu a autenticidade do termo por sua companheira de trabalho. Esse reconhecimento quem destaca é Furner (2004) em seu trabalho intitulado *A Brilliant Mind: Margaret Egan and Social Epistemology*. Shera, como descreve Furner (2004, p. 5, tradução nossa¹) informa que, “ambos os termos e o conceito, foram dela, mas eu tenho dado maior amplitude, a respeito das freqüentes declarações, eu tenho atribuído a mim”. De fato, Shera atribui o crédito à Egan, no entanto, pelo fato de Egan ter

¹ Both terms and concepts were hers, but I have given more breadth about the frequent statements I have attributed to myself

falecido alguns anos depois da criação do conceito, Shera admite que deu maior visibilidade ao termo “Epistemologia Social”, inclusive, ele foi além, talvez por ser um grande visionário dos estudos humanísticos e sociais no campo da Ciência da Informação, e também, podemos destacar que por Egan ter tido uma morte muito precoce, ela não teve tempo para desenvolver e reformular o conceito de Epistemologia Social de acordo com as suas ideias e princípios.

Dado um breve panorama geral sobre os principais pioneiros da teoria Epistemologia Social, de maneira detalhada, apresentaremos, a seguir um estudo sobre essa teoria e a sua relação e impacto no campo da Ciência da Informação.

A temática da epistemologia social tem grande relevância para a Ciência da Informação, especialmente para a biblioteconomia por conta da função social que a biblioteca tende a oferecer em uma comunidade. Com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação, é imprescindível questionar e aprofundar os aspectos teóricos e fundamentais das áreas do conhecimento que lidam com o fenômeno da informação, a saber, Arquivologia, Biblioteconomia e a Museologia.

Sobre essa teoria, de maneira geral, e de acordo com a literatura analisada, o termo “Epistemologia Social” surgiu a partir da publicação de um artigo denominado “*Foundations of a Theory of Bibliography*”², elaborado pelos bibliotecários americanos, Jesse Hauk Shera e Margaret Elizabeth Egan, na década de 1950. Neste artigo, os autores defendiam a ideia de uma forma de disseminação do conhecimento através da comunicação gráfica, ou melhor, que a biblioteca deveria disseminar os seus conhecimentos através de registros gráficos, por intermédio de bibliografias, e além de tudo, ela deveria estar preocupada com o conhecimento produzido, e como esse conhecimento era utilizado pela sociedade, partindo de uma premissa de que todo conhecimento deveria ter uma utilidade prática e social.

Com relação à origem da Epistemologia Social, esse termo foi cunhado por Jesse Shera e Margaret Egan, mas o Shera, mas não foi bem visto pela comunidade acadêmica na época como é agora. De acordo com Oddone (2007), a teoria não gerou discussões e nem citações por parte dos pesquisadores da área e bibliotecários. Fosket (1980) informa a inconformidade de Shera com relação a não aceitação pública relacionada à teoria, isto posto, tem a ver com a pouca publicação de Shera e Egan sobre o assunto antes de legitimar a teoria.

Segundo Lima e Gomes (2016, p. 3), a epistemologia social “busca o estudo dos processos por meio dos quais a sociedade como um todo gera o conhecimento levando em conta os

²EGAN, M. E.; SHERA, J.H. Foundations of a theory of bibliography. Library Quarterly, v.22, p.125-137, Apr.1952.

aspectos físicos, psicológicos e intelectuais dos indivíduos”. Nessa perspectiva, destacamos que essa teoria contribui no estabelecimento de uma base teórica no campo da Ciência da Informação, e, sobretudo como as comunidades adquirem o conhecimento, e como ele é disseminado pela sociedade. A vigência e influência desta importantíssima contribuição neste campo são questões de pesquisa que ainda não foram resolvidas.

O impacto da Epistemologia Social dentro da Ciência Informação está relacionada à comunicação do conhecimento registrado no âmbito das unidades de informação. Assim sendo, o “[...] poder de comunicar se torna não uma feliz e fortuita invenção, mas uma necessidade essencial e inevitável à sobrevivência humana” (SHERA, 1977, p. 10), pois o ser humano utiliza-se da informação para tomar decisões no seu dia a dia e construir novos conhecimentos, ou seja, a informação faz parte da organização sociocultural do ser humano.

Contudo o processo de informação no ato de comunicar o conhecimento precisa de uma linguagem que faça a mediação entre as produções do conhecimento e o usuários, e nesse aspectos as linguagens documentárias tem essa função de facilitar o acesso e uso da informação. Não é oportuno neste estudo tratar da linguagem documentária, mas é importante mencionar o seu papel diante a comunicação da produção do conhecimento na sociedade. Pois o conhecimento e linguagem se conectam entre si, ou seja, são inseparáveis. E a linguagem é a estruturação simbólica do conhecimento em forma de comunicação (SHERA, 1977).

Portanto, o impacto da epistemologia social na Ciência da Informação tem a ver com o modo de produção de conhecimento e como este conhecimento é comunicado nas unidades de informação. Para Oddone e Menezes (2010, p. [8]) o conhecimento comunicado “pode ser entendido como produto intelectual que possui seus ciclos de produção, circulação e uso, entendidos como ciclo documentário”.

Em resumo, podemos destacar que a Epistemologia Social é uma teoria cunhada por Shera e Egan, em tese, foi mais popularizada pelo primeiro pesquisador, tendo em vista que a segunda faleceu precocemente, e não conseguiu dar seguimento a essa teoria em seu aspecto social, prático e metodológico. Por esse ângulo, essa teoria tem a preocupação com a maneira pela qual a sociedade produz e adquire o conhecimento e, acima de tudo, como é realizado o seu uso em uma dimensão social.

A seguir tratar-se-á da teoria multicultural como aporte teórico para compreensão das reivindicações de movimentos sociais na sociedade e na produção do conhecimento.

MULTICULTURALISMO

O multiculturalismo é um movimento que possibilita o reconhecimento de diversas culturas e de diferentes identidades em uma determinada sociedade identificada como desigual. É uma teoria que reformula o respeito às identidades no âmbito do debate político em prol de reivindicações de direitos (políticas públicas) a grupo historicamente marginalizados. A presente seção versa sobre o multiculturalismo que surgiu nos meados da década de 70, historicamente nos Estados Unidos da América e Canadá (TAYLOR, 1994), mas que se propagou pelos países colonizados, com o propósito de reivindicação de reconhecimento de grupo marginalizado e que neste trabalho serve para refletir e discutir sobre o reconhecimento desses grupo multiétnico de diferentes identidades e de diferentes culturas, em específico, no contexto brasileiro.

Para Santos e Nunes (2003, p. 23) o multiculturalismo designa a “coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades ‘moderna’”. É o modo de descrever as diferenças em uma sociedade globalizada e desigual e também, é um projeto emancipador contra-hegemônico a partir de lutas por reconhecimento das diferenças (SANTOS; NUNES, 2003).

A política por reconhecimento, originada no liberalismo norte americano, se manifesta nas sociedades democráticas e plurais e requer uma representação igualitária de todos os cidadãos (GUTMANN, 1994). Para mesma autora,

reconhecer e tratar os membros de alguns grupos como iguais parece exigir, hoje, das instituições públicas que admitem, em vez de ignorarem, as especificidades culturais, pelo menos em relação àquelas pessoas cuja capacidade de compreensão depende da vitalidade da respectiva cultura.(GUTMANN, 1994, p. 23).

O multiculturalismo se configura também no encontro de diversas culturas dentro de um território, possibilitando a troca de experiências e saberes por meio das relações sociais, nas quais, por meio destas, são identificadas as diferenças. É na identificação da diferença que se configura a identidade, o reconhecimento do outro, construída dialogicamente, portanto “o reconhecimento da nossa identidade exige uma política que nos dê espaço para decidirmos publicamente sobre todos aqueles aspectos da nossa identidade que partilhamos ou, pelo menos, potencialmente, com outros cidadãos”(GUTMANN, 1994, p. 23).

A diversidade cultural em determinados território se concretizou por diversas maneiras, uma delas por meio da colonização, outra por migração realizada por diferentes situações, como retrata Stuart Hall (2003, p. 55) por “[...] desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração no trabalho, colonização, escravidão, semi-escravidão, representação política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico”.

Essas situações relatadas, nem muito satisfatória, no que concerne a um bem estar social, possibilitou a interação de diferentes pessoas e diversas localidades, mas que nem sempre foram representada de maneira equitativa em diversos ambientes, em especial em ambientes institucionais e políticos. Nesse sentido, a teoria multiculturalista tende a evidenciar as culturas e grupos marginalizados que foram invisibilizados pelo poder do estado, que prioriza e exalta a cultura ocidental e conseqüentemente a epistemologias baseada no pensamento eurocêntrico.

Como dito acima, o multiculturalismo permite demonstrar a interação de diversas culturas em um território desigual, nos dá a possibilidade de refletir e entender sobre o significado de cultura.

No que se refere a esse entendimento, a palavra e a configuração do que significa cultura se modificou ao longo do tempo desde a Grécia antiga com o termo *Paidéia* que significava formação individual do ser humano passando pelo termo germânico *Kultur* que simbolizava os aspectos espirituais de uma comunidade e na França com o termo *civilization* (MACHADO, 2002).

Para Machado, Taylor sintetizou os dois termos configurando-se em termo *culture* no vocabulário inglês que significa “complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra habilidade ou tradição adquiridos pelo homem como elemento de uma sociedade” (MACHADO, 2002, p. 18). Nesse sentido, a cultura utiliza-se da linguagem para a interação social, fato que implica na compreensão dos contextos culturais. A linguagem é uma das principais formas de expressar, ou seja, de exteriorizar (comunicar) o conhecimento. É na interação social que ocorre o processo de hibridização³ entre as culturas, tornando-as dinâmicas e não estáticas.

E quando há uma diversidade cultural em um país que fora colonizado tornando-o desigual faz com que algumas das culturas e seus conhecimentos se tornam invisibilizadas em detrimento de outras devido ao contexto universalista disseminado no mundo inteiro com o objetivo de dominação.

Portanto, uma epistemologia social que considere outros conhecimentos vindo de movimentos afirmativos tais como movimento negro, movimentos feministas, movimentos LBGITIA+, movimentos indígenas, dentre outros movimentos, que considere as diversidade de culturas e identidades que reivindicam por seus direitos de representação, se constitui em uma

³ A cultura está sujeita a agregar elementos de outras culturas via interação e construção dialógicas e podem ser vista como antirreflexo (FARIAS, 2014).

epistemologia transgressora contra a epistemologia dominante. É uma epistemologia que dá voz e reconhecimento à multiplicidade de culturas.

EPISTEMOLOGIA SOCIAL: LINHA TEÓRICA PARA O DEBATE ENTRE MULTICULTURALISMO E OS PROBLEMAS DE INFORMAÇÃO

Na pós-modernidade houve uma perspectiva reivindicatória por parte de pesquisadores e críticos da escola de Frankfurt⁴. A transição da modernidade para a pós-modernidade gerou por partes dos críticos reflexões, análises (HARVEY, 1994; SANTOS, 2000) e questionamentos sobre a modernidade relacionados aos métodos científicos utilizados na época, que não incluíam conhecimentos socioculturais, em especial os conhecimentos vindo de movimentos afirmativos, críticos da epistemologia dominante.

Também na perspectiva pós-moderna a concepção do outro não será mais vista como objeto de estudo (SANTOS, 2000) será visto por outra realidade, dando visibilidade e apresentando conhecimento por outro viés, a partir do Sul e América Latina. Nesse sentido, a epistemologia social tem um papel importante em evidenciar por meio da produção, organização e disseminação das informações vinculadas e construídas por esses grupos. Todo conhecimento produzido pelos grupos, é oriundo de variadas lutas, tanto no aspecto social, político e cultural. A epistemologia social procura evidenciar como o conhecimento é um potencial para o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como um fator preponderante para que esses grupos ditos “marginalizados” participe do processo social, político e econômico.

A Epistemologia Social dentro do campo da Ciência da Informação tem um papel importante que é comunicar o conhecimento através de registros gráficos, conforme mencionado por Shera e Egan. Nesse sentido, o processo de comunicar, com base no multiculturalismo, a mesma deve certificar se produções relacionadas ao tema de gênero, raça, sexualidade, dentre outros temas ditos marginais, estão sendo organizadas e disseminadas de uma maneira que satisfaça e atenda a comunidade que é constituída por uma diversidade cultural.

Na Ciência da Informação e até mesmo na Biblioteconomia, que são consideradas, um campo de caráter social, os meios de comunicação das produções de conhecimentos é feita pelo

⁴ Escola de Frankfurt é a designação histórico-institucional para *Teoria Crítica*, nome de resto resumitivo para *Teoria Crítica Social*. O que mais tarde faria escola começou de facto como uma escola, fundada em 1923 na Universidade de Frankfurt. A maioria dos fundadores era constituída por filhos assimilados de famílias judias da classe média alemã. Entre os nomes mais conhecidos da Escola contam-se Horkheimer, Adorno, Marcuse, Fromm, Lowenthal para a primeira geração; Habermas, Wellmer e Apel, para a segunda. (E-Dicionário de Termos literários de Carlos Ceia, 2009).

processo de organização da informação e do conhecimento. A organização da informação e do conhecimento envolve processos que retomam os conhecimentos “marginais” para que este entrem em contato com a comunidade e a partir daí iniciar um processo de construção de novos conhecimentos baseado no que foi construído por estes grupos .

Dentro do processo de organização da informação e do conhecimento estão as linguagens documentárias instrumento, pela qual, faz a mediação entre o documento informacional e o usuário, é o que dá o aspecto social para o campo. Mas conforme algumas pesquisas⁵, dentro do campo da Organização do Conhecimento, muitas das linguagens desenvolvidas não foram muito satisfatórias com os grupo marginalizados tornando a representação da produção de conhecimento deste grupo, sub-representada, muitas vezes invisibilizadas e com representações negativas. Portanto, existe uma desigualdade no processo de organização e representação do conhecimento que dificulta a continuidades, relacionada ao surgimento, de novas produções de pessoas afrodescendentes, mulheres, LGBTIA+, nas instituições informacionais e, nesse sentido deve ser sanadas. Contudo, a epistemologia social se configura como uma disciplina que possibilita evidenciar o caráter humanístico e sociológico da Ciência da Informação e na Biblioteconomia evidenciando aspectos históricos, linguísticos, antropológicos e sociológicos de grupos e culturas marginalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O multiculturalismo e a Epistemologia Social enquanto teorias que buscam dar legitimidade a comunidades marginalizadas, por meio deste trabalho procurou apresentar uma análise sobre essas duas teorias como elementos teóricos, práticos e metodológicos no campo da Ciência da Informação, e que dialogam entre si, e também, considera-se o trabalho inovativo, tendo em vista que o nosso campo de estudo e atuação necessita de abordagens mais críticas e substanciais, como os estudos voltados para a diversidade cultural, com base em análises filosóficas, antropológicas, sociológicas e políticas.

⁵ Olson (2002), Miranda (2012), Milani (2007), Guimarães (2008), Silva (2018), Garcia Gutiérrez (2011)

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A; ASSIS, R. A; LAGE, D. F de S; SOUZA, R. M. F. A contribuição de Jesse Shera para a ciência da Informação no Brasil. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.15, n.2, p. 71-89, jul./dez., 2010.

E-Dicionário de Termos literários de Carlos Ceia. Escola de Frankfurt. 2009. Disponível em:< <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/escola-de-frankfurt/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

FOSKETT, D. J. Informática. In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). *Ciência da informação ou informática?*. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 8-51.

FURNER, J. A Brilliant Mind: Margaret Egan and Social Epistemology.” *Library Trends* 52(4): 792–809. 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **Transinformação** [online]. vol.23, n.1, pp.05-14, 2011.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862011000100001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em:07 nov.2018.

GUIMARÃES, J. A. C.. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, n.1, p. 77-99, 2008. Disponível em: . Acesso em: 20 abril 2018.

GUTMANN, Amy. Introdução.In: TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”**. Cidade do México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1994.

LIMA, D. A; GOMES, H. F. Epistemologia social e filosofia da informação: um possível diálogo entre Jesse Shera e Luciano Floridi. **Biblionline**, v. 12, n. 4, 2016.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MILANI, S. O. Los valores éticos en organización y representación del conocimiento (ORC). In: Blanca Rodríguez Bravo; Maria Luisa Alvite Díez. (Org.). **La interdisciplinariedad y transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico**. León: Universidad de León, 2007.

ODDONE, N. E. Revisitando "epistemologia social": esboço de uma ecologia sócio-técnica do trabalho intelectual. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan. /abr. 2007.

OLSON, H.A. **The power to name: locating the limits or subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic publisher.2002.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente** – Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa, NUNES, João Arraiscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e de igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.).

Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, M. F. da. **A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da umbanda** / Marcio Ferreira da Silva. – Marília, 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”**. Cidade do México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

VIEIRA, K. R; LUCAS, E, R. de O. Jesse Shera e sua contribuição para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 51, p. 17-30, 2018.

ZANDONADE, T. Social Epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. **Library Trends** v. 52, n.4. 2004. p. 810-832.

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO EM POPULAÇÕES LGBTQIA+ DA CIDADE DE MARÍLIA-SP

Nínive Elisabete Ferreira dos Santos¹, Edmilson Alves dos Santos Júnior², Solange Aparecida Devechi Ordones³, Carlos Cândido de Almeida⁴

¹*Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Marília/SP, <https://orcid.org/0000-0002-6260-9036>, betinha_ninive@hotmail.com,*

²*Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Marília/SP, <https://orcid.org/0000-0001-7724-7085>, edmilson.santos@usp.br,*

³*Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Marília/SP, <https://orcid.org/0000-0002-8092-4515>, solanged@univem.edu.br,*

⁴*Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Marília/SP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br*

Resumo: Na contemporaneidade, o suicídio caracteriza-se como um problema social que necessita de prevenção imediata, conseqüentemente sua discussão não deve ser censurada. Nesse sentido, a região administrativa de Marília, entre os anos de 2013 e 2014, registrou taxas elevadas de mortalidade por suicídio, e foi a segunda região em todo o estado de São Paulo com os maiores índices de óbitos por suicídio (MAIA, 2016). Em razão das ocorrências comprovadas desse fenômeno, o Coletivo Arco Íris, uma Organização Não Governamental destinada a pessoas LGBTQIA+, localizada na cidade de Marília, tem apoiado a iniciativa do Professor José Belon de conquistar um ambulatório de saúde mental que atendesse as demandas dessa população. O motivo de ordem social que norteia esta pesquisa é a necessidade de prevenção do suicídio dessa população. Considera-se que o trabalho de disseminar informação verídica e responsável é multidisciplinar. Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo apresentar o processo de disseminação da informação para a prevenção do suicídio aos LGBTQIA+, uma vez que, tais ações corroboram para a prática de conscientização e preservação da vida. Para tanto, serão descritas as atividades de disseminação de informação realizadas pelo Coletivo Arco Íris e pelo ambulatório. Dado o exposto, a problemática da pesquisa estrutura-se no seguinte argumento: a disseminação da informação, concebida como um processo de comunicação, seria aliada à prevenção do suicídio? A metodologia aplicada constitui-se de um estudo exploratório e descritivo dos serviços de disseminação oferecidos pelo Coletivo Arco Íris e pelo ambulatório. O resultado, é que a disseminação da informação nesse contexto atua no processo de conscientização e de combate às causas do suicídio. Portanto, considerando o valor da vida e o sofrimento humano, na pretensão de apaziguá-lo, procura-se informá-los devidamente sobre essas questões, visto que essa população é marginalizada pela sociedade.

Palavras-chave: Disseminação da informação; Prevenção do suicídio; Saúde mental; LGBTQIA+; Suicídio.

Abstract: In contemporary times, suicide is characterized as a social problem that requires immediate prevention. Therefore, its discussion should not be censored. For that matter, the administrative region of Marília, between 2013 and 2014, recorded high suicide mortality rates, being the second region in the entire state of São Paulo with the highest suicide death rates

(MAIA, 2016). Due to the proven occurrences of this phenomenon, the Coletivo Arco Íris, a Non-Governmental Organization for LGBTQIA+ people, located in the city of Marília, has been supporting an initiative of psychiatrist José Belon to achieve a mental health ambulatory facility that meets the demands of this community. The social reason guiding this research is the need to prevent suicide within this population. It is considered that the work of disseminating truthful and responsible information is multidisciplinary. Thus, this research aims to present the process of disseminating information for suicide prevention for LGBTQIA+, since these actions corroborate to the practice of awareness and prevention of life. To this end, the activities of information dissemination carried out by the Coletivo Arco Íris and the ambulatory facility will be described. Given this, the research problem is structured on the following argument: information dissemination, conceived as a communication process, is allied to the prevention of suicide. The applied methodology consists of an exploratory and descriptive study of the dissemination services offered by the Coletivo Arco Íris and the ambulatory facility. The result consists of that information dissemination acts on the process of awareness and combat to the causes of suicide. Therefore, considering the value of life and human suffering, and in order to appease it, we try to properly inform this population about these matters, since it is marginalized by society.

Keywords: Information dissemination; Suicide Prevention; Mental Health; LGBTQIA+; Suicide.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o suicídio caracteriza-se como um problema social que necessita de prevenção imediata, conseqüentemente sua discussão não deve ser censurada. No Brasil, calcula-se que entre os anos de 2000 a 2012 a taxa de mortalidade por suicídio variou de 5,3 a 5,8 óbitos por suicídio a cada 100 mil habitantes, ou seja, observa-se um aumento de 10,4% do índice de óbitos durante esse intervalo de tempo (WHO, 2014). Estima-se que houve um aumento exponencial de óbitos por suicídio, dado que constatou-se aproximadamente 8.988 óbitos no ano de início da análise e 11.821 mil óbitos no ano final (IBGE, 2000; WHO, 2014).

Em esfera estadual, especificamente no Estado de São Paulo, considerando também sua respectiva divisão em Regiões Administrativas (RA), evidencia-se a RA de Marília, composta por cinquenta e um municípios, na qual houveram entre os anos de 2013 e 2014 registros de taxas elevadas de mortalidade por suicídio (MAIA, 2016; SEADE, 201-a). Estima-se que a população da RA de Marília neste período era de 957.406 mil habitantes e o índice de óbitos por suicídio totalizou de 8,6 por 100 mil habitantes, então ocorreram aproximadamente 82 óbitos no intervalo mensurado (MAIA, 2016; SEADE, 201-b). A região supracitada obteve os maiores índices de óbitos por suicídio em todo o estado de São Paulo, e ficou abaixo apenas da RA Central (MAIA, 2016).

Em nossa sociedade a intolerância para com a população de *lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros, queer, intersexo e assexuais* (LGBTQIA+) resulta em diversos atos discriminatórios e preconceituosos (MOTT, 2003). Historicamente, em nossa tradição ocidental, a prática homossexual foi julgada como uma transgressão inaceitável, por isso não houveram discussões a seu respeito, apenas o silêncio e a repressão advindas de diversos grupos de indivíduos e instituições, por isso houveram diversos assassinatos de homossexuais em todo o mundo (MOTT, 2003).

Em razão das ocorrências comprovadas desse fenômeno, o Coletivo Arco Íris, uma Organização Não Governamental destinada a pessoas LGBTQIA+, localizada na cidade de Marília, tem apoiado a iniciativa do psiquiatra José Belon de conquistar um ambulatório de saúde mental que atendesse as demandas dessa população. Desse modo, o motivo de ordem social que norteia esta pesquisa é a necessidade de prevenção do suicídio dessa população.

Considera-se que o trabalho de disseminar informação verídica e responsável é multidisciplinar. Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo apresentar o processo de disseminação da informação para a prevenção do suicídio aos LGBTQIA+, uma vez que, tais ações corroboram para a prática de conscientização e preservação da vida. Para tanto, serão descritas as atividades de disseminação de informação realizadas pelo Coletivo Arco Íris e pelo ambulatório.

Dado o exposto, a problemática da pesquisa estrutura-se no seguinte argumento: a disseminação da informação, concebida como um processo de comunicação, seria aliada à prevenção do suicídio?

METODOLOGIA

A metodologia para a realização desta pesquisa é de abordagem qualitativa, com perspectiva teórico bibliográfica e descritiva, pois foi realizado uma coleta de dados qualitativos, os quais os autores não interferiram nas análises, no intuito de descreverem sobre a temática e se conhecer melhor o assunto.

Também, por meio de um levantamento sobre a literatura que aborda o tema em questão, envolvendo o processo de disseminação da informação na prevenção do suicídio e tendo como objeto de estudo a entidade Coletivo Arco Íris e o Ambulatório que acolhe a população LGBTQIA+ da cidade de Marília/SP.

Portanto, é importante que hajam a discussões entre esses assuntos acerca da disseminação da informação e sobre a prevenção do suicídio nesses ambientes de saúde e entre determinados

grupos “considerados marginalizados” pela sociedade, visto que, ainda há um grande tabu pela sociedade em discutir certos temas importantes quando se refere à vida. E que, por meio da pesquisa possa gerar contribuições para se pensar em novos diálogos e reflexões no contexto informacional para o campo da Ciência da Informação.

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE: COLETIVO ARCO ÍRIS E AMBULATÓRIO DE ATENDIMENTO

A elaboração de um programa que atendesse a população LGBTQIA+ surgiu por iniciativa do psiquiatra José Belon Fernandes Neto¹, com apoio do departamento de psiquiatria da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e o LGBTQIA Coletivo Arco Íris de Marília, em setembro de 2019. Trata-se de um dos programas existentes no Ambulatório Especializado de Saúde Mental da Unidade São Francisco, do Hospital das Clínicas de Marília (HCIII), uma das unidades do complexo assistencial da Faculdade de Medicina de Marília. A justificativa da implantação deu-se pela necessidade de oferecer um programa de saúde mental para a população +, por tratar-se de uma população marginalizada, inclusive na área da saúde, de um modo geral, evidentemente com exceções.

Desse modo, proposta do programa é estabelecer um espaço no qual essa população possa ser recebida sem preconceitos ou julgamentos, isto é, de uma maneira acolhedora e humanizada. É visto, que esse grupo tem uma incidência maior de depressão e também de suicídio, até em função da própria homofobia. Isto se justifica pelo assédio moral frente a essa população que acontece pela orientação sexual ou pela identidade de gênero adotada pelo grupo e não aceita por pessoas que não sabem conviver com as as diferenças.

A ONU discute essa questão, e destaca que o índice é bem maior que o da população não LGBTQIA+. O que acaba contribuindo é a questão da homofobia. E a população que mais sofre com a questão do suicídio são os transexuais. Segundo o responsável pelo projeto, nos transexuais, o pensamento em suicídio e as tentativas têm uma porcentagem elevada.

Em Marília a incidência de suicídio é alta (Figuras 1 e 2), mas isso ainda não está quantificado, quem são essas pessoas que cometeram o suicídio, se são da população LGBTQIA, até porque esse dado passa a ser discriminatório e promove o assédio moral, por invadir a privacidade do indivíduo e ir contra os padrões morais éticos mencionados na

¹ Fundador do Programa ‘Coletivo Arco Íris’, docente da disciplina de psiquiatria da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA.

Declaração Universal dos Direitos Humanos e na própria Constituição Federal (CF/88) que determina no Art. 3º, inciso XLI que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e no Art. 5º, inciso XLI, que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdade fundamentais”.



Figura 1. Notícia de suicídio em Marília

Fonte: Marília Notícia, WEB, 2019.

A Figura 2 mostra os dados históricos de suicídio no período de 1996 a 2017, na cidade de Marília.



Dados históricos

Segundo o DataSus (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) de 1996 a 2017 foram registrados 284 casos de suicídio em Marília.

O ano com mais ocorrências foi 2013, quando 27 pessoas tiraram a própria vida. De 2013 para 2016 os números caíram bastante. Foram 14 em 2014, 13 em 2015 e nove em 2016.

Entretanto os números voltaram a subir a partir de 2017, quando 17 suicídios foram registrados. Em 2018, segundo a Secretaria Municipal da Saúde, foram 18 casos.

Figura 2. Número de suicídios em Marília.

Fonte: Assis News, Web, 2019.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal da Saúde, foram dezessete homens e seis mulheres que tiraram a própria vida na cidade somente em 2019, resultando em 23 ocorrências. Muitos são os fatores que desencadeiam comportamentos de finalização da vida, dentre os quais, a pressão social, cobranças profissionais e familiares, baixo suporte social, rompimento de relacionamento, promovendo a depressão, a desesperança e ausência de estímulos para continuar vivendo.

Vale ressaltar que a Prefeitura de Marília, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, da Assistência e Desenvolvimento Social, do Fundo Social de Solidariedade, da Cultura e de outros serviços que estão relacionados à qualidade de vida da população, oferece serviços que visam a promoção da vida, como já mencionados, porém, não estão direcionados à população de interesse deste estudo.

Formas de atendimento no Coletivo Arco Íris

O programa funciona toda sexta-feira das 07h até 12h. Toda a população LGBTQIA que tem algum sofrimento psíquico (depressão, ansiedade) ou qualquer transtorno da área mental é atendida. Primeiramente é realizada a anamnese clínica psiquiátrica para identificar o diagnóstico (problema) e também quais são as influências ambientais nessa população. É uma população que tem dificuldades em procurar atendimento médico (saúde), conseguir trabalho e educação. Sendo assim, trata-se de uma população desassistida e, portanto, optar pela morte, passa a ser uma tentativa de acabar com todas essas dificuldades.

Os atendimentos visam resgatar a autoestima dos indivíduos e afastar as ideias suicidas mediante tratamento psiquiátrico medicamentoso e psicoterapia. Ainda, treinamento para a realização da hormonioterapia (tratamento hormonal), para pessoas transexuais femininas ou masculinas, com especialista endócrino para delinear como será feita a implantação e abordagem do serviço.

Não foram quantificados discriminadamente a quantidade de lésbicas, gays, bissexuais, etc, mas transexuais têm procurado com frequência o ambulatório para hormonioterapia e cirurgia plástica, mas está última ainda não é oferecida, contudo os pacientes são acolhidos e orientados, e a previsão de implantação para o tratamento está prevista para 2020.

Os atendimentos são agendados com vistas à ocorrência das vagas e segundo o protocolo estabelecido. Os encaminhamentos ao programa são realizados pela Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Saúde da Família (USF), Pronto Atendimento (PA), dentre outros. O programa conta com sete médicos residentes de psiquiatria, um psicólogo (voluntário), duas auxiliares voluntárias na parte administrativa e uma assistente social. A equipe é considerada

reduzida por conta das demandas dos atendimentos que carecem dedicação, empenho e conhecimento no tratamento eficaz dos assistidos.

Durante a conversa com o responsável pelo programa, foi relatado que no início não houve propaganda porque o protocolo ainda estava sendo definido e ainda precisava compor a equipe e conseguir voluntários não é tarefa das mais fáceis.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO SUICÍDIO: SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO

O Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio é celebrado em 10 de setembro e desde 2015 o Centro de Valorização da Vida (CVV), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), instituiu a campanha ‘Setembro Amarelo’, com a proposta de criar espaços para debates sobre suicídio e divulgar o tema alertando a população sobre a importância dessas discussões para valorização da vida.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) informa que 800 mil pessoas cometem o suicídio por ano. No Brasil, foram registrados 13.467 casos, dos quais 10.203 foram cometidos por homens. Apesar dos dados, a taxa global caiu 9,8% entre os anos de 2010 e 2016, porém a cada 40 segundos, uma pessoa se suicida no mundo. Além de ser a segunda causa de morte mais comum entre jovens de 15 a 29 anos, 79% dos casos de suicídio se concentram em países de baixa e média renda (OMS, 2019).

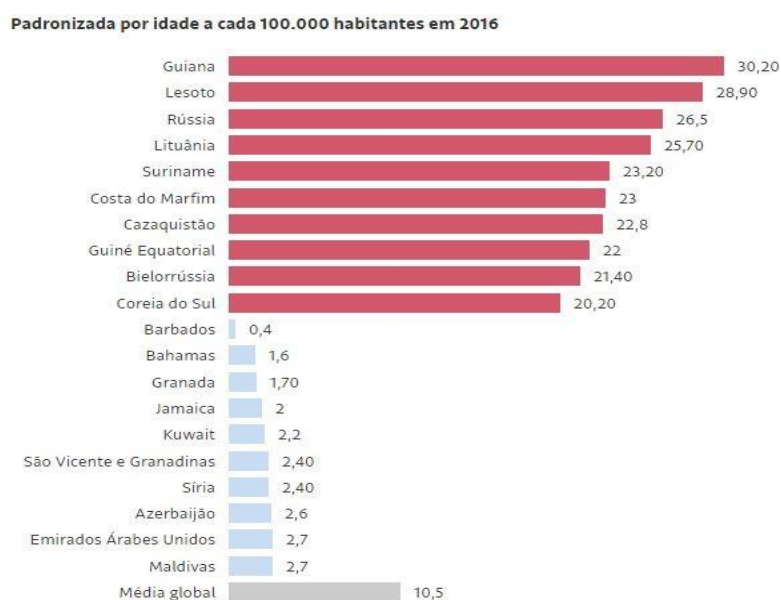
Dado a isso, o Ministério da Saúde ampliou o número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ligações gratuitas para o Centro de Valorização da Vida (CVV) e qualificação dos profissionais dos SUS.

[...] usamos a palavra ‘suicídio’ para expressar duas ideias bastante diferentes: por um lado, com ela descrevemos uma maneira de morrer; ou seja; tirar a própria vida, voluntária e deliberadamente; por outro lado, no lugar de utilizamos para condenar a ação, ou seja, **para qualificar o suicídio de pecaminoso, criminoso, irracional, injustificado** ... em uma palavra, mal. (SZASZ, 2002, p. 21 – grifos no original).

Sintomas como: tristeza profunda, distúrbios do sono, pensamentos negativos, desinteresse e apatia, baixa autoestima, desleixo com a aparência, dores físicas, isolamento, rejeição, irritabilidade, choro frequente, falta de vontade de fazer atividades simples, mudanças comportamentais bruscos, rejeição a determinados assunto, dentre outros, são sinais que devem ser levado em consideração na busca de estratégias ao combate as causas, prevenção e controle de tais sintomas como forma de prevenir danos maiores.

É fato, que a falta de informação e esclarecimento sobre os riscos dos comportamentos autodestrutivos, por parte dos familiares e dos próprios profissionais de saúde, acarreta grande descompasso entre as necessidades daquele que apresenta a ideação suicida e a tomada de atitudes das pessoas de seu convívio, fator que ampliaria as possibilidades de se evitar o ato suicida. Alterações de comportamento, isolamento social, ideias de autopunição, verbalizações de conteúdo pessimista ou de desistência da vida, e comportamentos de risco podem sinalizar um pedido de ajuda. O comportamento suicida está frequentemente associado com a impossibilidade do indivíduo de identificar alternativas viáveis para a solução de seus conflitos, optando pela morte como resposta de fuga da situação estressante. Detectar e tratar adequadamente a depressão reduz as taxas de suicídio (BARBOSA; MACEDO; SILVEIRA, 2011).

Tabla 1. Países com maiores e menores taxas de suicídio no mundo.



Fonte: Organização Mundial da Saúde (2018)

O suicídio é uma das condições prioritárias do “Mental Health Gap Action Programme (mhGAP)” (programa de saúde mental da OMS), que fornece aos países orientação técnica baseada em evidências para ampliar a prestação de serviços e cuidados para transtornos mentais e de uso de substâncias. No Plano de Ação de Saúde Mental 2013-2020, os Estados-Membros da OMS se comprometeram a trabalhar o objetivo global de reduzir as taxas de suicídios dos países em 10% até 2020 (OMS, 2018).

WERLANG (2013, p. 25) menciona que o tema “Suicídio” é de extrema importância devido a seu impacto social, seja em termos numéricos, seja em relação a familiares, amigos ou conhecidos das pessoas que fazem uma tentativa ou ameaçam se matar. Nas últimas quatro

décadas, o suicídio cresceu significativamente em todos os países, envolvendo todas as faixas etárias, e também, vários contextos socioeconômicos. Pode-se dizer que o suicídio está entre as dez principais causas de morte. A OMS registra suicídios a partir dos cinco anos de idade e isso é altamente impactante, já que pensar que uma criança de cinco anos de idade, que está em processo de desenvolvimento cognitivo e emocional possa buscar intencionalmente uma alternativa para o seu sofrimento, tirando sua própria vida. Assim, é preciso dar atenção especial a esse problema. [...] podemos dizer que o comportamento suicida é uma tragédia pessoal e familiar e, assim, torna-se um problema de saúde pública.

Os meios mais frequentemente usados para o suicídio variam segundo a cultura e segundo o acesso que se tem a eles. Gênero e faixa etária também exercem influência. Na

Inglaterra e Austrália predominam o enforcamento e a intoxicação por gases; nos Estados Unidos, a arma de fogo; na China e no Sri Lanka, o envenenamento por pesticidas (Bertolote, 2012). No Brasil, a própria casa é o cenário mais frequente de suicídios (51%), seguida pelos hospitais (26%). Os principais meios utilizados são enforcamento (47%), armas de fogo (19%) e envenenamento (14%). Entre os homens predominam enforcamento (58%), arma de fogo (17%) e envenenamento por pesticidas (5%). Entre as mulheres, enforcamento (49%), seguido de fumaça/fogo (9%), precipitação de altura (6%), arma de fogo (6%) e envenenamento por pesticidas (5%) (Lovisi et al., 2009).

Em se tratando de prevenção do suicídio BARBOSA, MACEDO, SILVEIRA (2011) destacam algumas possibilidades como o tratamento de pessoas com transtornos mentais; a apresentação apropriada de notícias e informações sobre depressão e suicídio na mídia e uma necessária articulação de fatores clínicos e educacionais para populações de risco e em geral. No que se refere aos aspectos psicossociais discutem-se os mitos, a desinformação, e o preconceito em torno do termo depressão; a interferência de fatores ambientais no curso da doença e as dificuldades nas relações interpessoais, prejuízos no trabalho e demais atividades sociais e na qualidade de vida do paciente deprimido.

É bem verdade que o fenômeno do suicídio pode ser visto do ponto de vista da obediência ética e política do Estado, em que se inscreve a questão da legitimidade da autodeterminação cidadã para as pessoas que optaram por não continuar a viver (BARREIRA, 2017, p. 302-303). Neste estudo não se discute a questão da autodeterminação pela morte, mas a autodeterminação pela vida perante ausência de condições mínimas de sobrevivência por conta de tortura e situação de dor física e sofrimento psicológico que induz o indivíduo a efetivação desse ato de terminalidade.

RESULTADOS

O resultado, é que a disseminação da informação nesse contexto atua no processo de conscientização e de combate às causas do suicídio. Portanto, considerando o valor da vida e o sofrimento humano, na pretensão de apaziguá-lo, procura-se informá-los devidamente sobre essas questões, visto que essa população é marginalizada pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES

O estudo traz estatísticas alarmantes quando o assunto é a ocorrência de suicídio no mundo. Esse fenômeno está ligado a contextos históricos em que os indivíduos se deparam com situações de impedimento para continuar vivendo e a opção que resta é acabar com a própria vida, como forma total de escolha. Como prova, tem-se o contexto opressivo da escravidão onde o extremo da liberdade, seria, exatamente, a escolha de como se desejava morrer. Assim, compreende-se que a sociedade civil, política, religiosa, dentre outras, apresentam contextos e paradoxos que induzem ao ato do suicídio e o consideram como crime ou não.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. O.; MACEDO, P. C. M.; SILVEIRA, R. M. C. S. Depressão e o suicídio. **Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100013. Acesso em: 1 nov. 2019.
- BARREIRA, M. M. Suicídio como autodeterminação da cidadania perante o estado. **Bioética**, v. 25, n. 2, p. 301-310, 2017. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/download/1304/1669. Acesso em: 1 nov. 2019.
- BERTOLETE, J. M. et al. Suicide, suicide attempts and pesticides: a major hidden public health problem. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 84, n. 4, p. 260, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 maio 2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Portal de estatísticas do Estado de São Paulo. **Estado de São Paulo e suas regionalizações**. [SEADE: São Paulo, 201-a]. Disponível em:

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/index.php?page=tabela&action=load&nivel=10>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Perfil dos municípios paulistas. **Território e população 2013-2014**. [SEADE: São Paulo, 201-b]. Disponível em: <http://www.perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LOVISI, G. M. et al. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 31, p. 86-93, oct. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462009000600007. Acesso em: 1 nov. 2019.

MAIA, P. B. Mortalidade por suicídio no estado de São Paulo. **SP demográfico: resenha de estatísticas vitais do estado de São Paulo**, São Paulo, v. 3, p. 2-14, set. 2016. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2016/09/SeadeSPDemo-Suic%C3%ADdios.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MARÍLIA TEM A MAIOR TAXA DE SUICÍDIO DO ESTADO. Disponível em: <https://marilianoticia.com.br/marilia-tem-maior-taxa-de-suicidio-do-estado/>. Acesso em nov. 2019.

MARÍLIA REGISTRA 23 SUICÍDIOS EM POUCO MAIS DE 10 MESES. Disponível em: <https://www.assisnews.com.br/editoriais/regiao/2019/11/marilia-registra-23-suicidios-em-pouco-mais-de-10-meses.html>. Acesso em nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Folha informativa suicídio 2018.

Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839. Acesso em 20 out 2019.

SZASZ, T. **Libertad fatal**: etica y política del suicidio. Buenos Aires: Paidós, 2002.

WERLANG, B. Conselho Federal de Psicologia O Suicídio e os Desafios para a Psicologia / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013, Cap. II.

DIVULGACIÓN DE LA CIENCIA A TRAVÉS DE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS: LA SEMANA DE LA CIENCIA EN EL PORTAL DEL LECTOR DE LA COMUNIDAD DE MADRID. ESTUDIO DE CASO

Cristina Barrios Martínez¹

¹Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Documentación, España,
<https://orcid.org/0000-0002-3274-184>, cribarri@ucm.es

Resumen: El artículo presenta el papel actual que desempeñan las bibliotecas públicas como agentes en el proceso de divulgación de la ciencia hacia la ciudadanía. Por medio de un estudio de caso sobre la Red de Bibliotecas Públicas de titularidad de la Comunidad de Madrid, se ha analizado de qué manera incluye la divulgación científica y tecnológica dentro de sus servicios, la reacción de su comunidad y el encaje de un evento concreto, la *Semana de la Ciencia*, en este sistema. Se ha utilizado una metodología cualitativa, basada en la realización de entrevistas personales a representantes (bibliotecarios) de cada uno de los centros de la red, además de incluir a otros agentes involucrados. Entre las conclusiones se destaca que las bibliotecas estudiadas consideran que existe espacio para la divulgación de la ciencia en sus centros (a través de la colección y de actividades de promoción cultural) y que, incluso, puede convertirse en una de las líneas de trabajo que relegitimen el papel de esta institución en el mundo actual. La investigación también ha descubierto que la red analizada enfoca las acciones de divulgación de la ciencia, fundamentalmente, como una herramienta para el fomento de la lectura, alineándose con los objetivos del vigente *Plan Lector*. Finalmente, la incorporación de esta red de bibliotecas públicas a la celebración de la *Semana de la Ciencia 2018* contribuyó a dar mayor visibilidad a los centros y sus actividades, además de acercar la cultura científica a sus comunidades.

Palabras-clave: Divulgación de la ciencia; Bibliotecas públicas; Cultura científica; Promoción cultural; Semana de la Ciencia; Portal del Lector de la Comunidad de Madrid.

Abstract: The article presents the current role played by public libraries as agents in the process of science outreach to citizens. Through a case study on the Network of Public Libraries owned by the Community of Madrid, it has been analyzed how it includes scientific and technological outreach within its services, the reaction of its community and the fit of a specific event, Science Week, in this system. A qualitative methodology has been used, based on personal interviews with representatives (librarians) of each of the centers in the network, in addition to including other agents involved. Among the conclusions, it is highlighted that the libraries studied consider that there is space for the communication of science in their centers (through the collection and cultural promotion activities) and that it can even become one of the lines of work that they relegitimize the role of this institution in today's world. The research has also discovered that the analyzed network focuses on science outreach actions, fundamentally, as a tool to promote reading, aligning with the objectives of the current Reading Plan. Finally, the incorporation of this network of public libraries to the celebration of Science Week 2018 contributed to giving better visibility to the centers and their activities, in addition to bringing scientific culture closer to their communities.

Keywords: Science outreach; Public libraries; Scientific culture; Cultural promotion; Science Week; Madrid Community Reader Portal.

INTRODUCCIÓN

La relación de las bibliotecas y la ciencia forma parte del imaginario común, pero en clave de pasado. Existe un desconocimiento generalizado sobre el papel actual que desempeñan las bibliotecas en el engranaje de creación y comunicación de la ciencia, especialmente cuando se trata de la biblioteca pública.

El estereotipo de la biblioteca pública, como lugar trasnochado y silencioso restringido a estudiantes y estudiosos, sigue haciendo mucho daño a una institución que se esfuerza por demostrar que sus servicios y recursos están diseñados para la totalidad de la sociedad.

El presente artículo explora el papel de las bibliotecas públicas como uno de los agentes que contribuyen a la divulgación de la ciencia y la tecnología hacia la ciudadanía. Si bien se trata de una función un poco desconocida, el acercamiento a la cultura científica y a las innovaciones se considera uno de los objetivos perseguidos por las bibliotecas públicas (IFLA / UNESCO, 1994).

La divulgación de la ciencia es una de las modalidades del complejo proceso de comunicación de la ciencia y la tecnología, y se entiende como la comunicación del hecho científico desde los productores (o intermediarios) hacia la sociedad en general. Es decir, y tal como expresaba Manuel Calvo Hernando, se da divulgación de la ciencia cuando ésta deja de ser un objeto exclusivo de la comunidad científica y las élites de poder, económicas y culturales (MARCO; LIZCANO, 2003).

Las bibliotecas públicas son uno de los múltiples agentes que intervienen en la comunicación de la ciencia, sobre todo, cuando se pretende llevar el conocimiento científico (en distintos grados de especialización, desde la alfabetización básica hasta la experimentación y la generación de nuevo conocimiento) a la ciudadanía de a pie, la que no tiene acceso a recursos e instituciones especializados. Así es, al menos, en el plano teórico. El estudio de caso pretende dilucidar si efectivamente hay espacio de desarrollo para la divulgación de la ciencia en las bibliotecas públicas.

Como punto de referencia se ha tomado la perspectiva del bibliotecario, que actúa a modo de mediador o facilitador entre la propia biblioteca y los usuarios finales, y se tienen en cuenta otros agentes involucrados en la Semana de la Ciencia del Portal del Lector de la Comunidad de Madrid.

PRESENTACIÓN DEL CASO

Para analizar el encaje de la divulgación de la ciencia en las bibliotecas públicas se ha elegido la Red de Bibliotecas Públicas de titularidad autonómica de Madrid¹, una de las redes que conforman el sistema bibliotecario² de la Comunidad de Madrid y que se integra en la plataforma web Portal del Lector, espacio que agrupa y unifica los servicios bibliotecarios que la Comunidad de Madrid ofrece a los ciudadanos y que pretende que la Autonomía se convierta en la “Comunidad del Libro” (COMUNIDAD DE MADRID, 2019).

Las principales razones para escoger esta red han sido las siguientes:

a) Fortaleza de la institución bibliotecaria y de la cultura lectora en la Autonomía, al ser la que cuenta con mejor valoración de sus bibliotecas públicas y también la más lectora³; (MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE, 2019)

b) Visión general que ofrece de la sociedad madrileña, ya que la Red de Bibliotecas Públicas de la CAM alcanza todo tipo de públicos y necesidades. Las características socioeconómicas y culturales de cada distrito determinan el público (y, por tanto, las necesidades) al que debe atender la biblioteca correspondiente. Así: hay distritos de clase trabajadora, o con muchos niños, o con mucha población mayor, de uso predominante para oficinas, o para colegios, con múltiples opciones culturales y de ocio, o que cuentan únicamente con la biblioteca, etc.

c) Experiencia previa en divulgación de la ciencia. La mencionada Red incluye este tipo de acciones como parte de su oferta de actividades de promoción de la cultura desde hace años.

d) Participación en eventos específicos de divulgación científica. La Red se incorpora a las celebraciones de la *Semana de la Ciencia*⁴ de la Comunidad de Madrid con un programa de acciones propias.

¹ Red de Bibliotecas Públicas de titularidad autonómica de Madrid, denominada como Red de Biblioteca Públicas de la CAM o la Red desde este punto del artículo.

² El Sistema de Bibliotecas Públicas de la Comunidad de Madrid se compone de centros de titularidad estatal, autonómica, municipal y privada, que forman subredes dentro del sistema, y cuya cabecera es la Biblioteca Regional *Joaquín Leguina*.

³ Valoración de las Bibliotecas Públicas de Madrid 8,4 sobre 10, frente al 8,1 de la media nacional. Hábito lector situado en un 72,2 % en Madrid, frente al 61,8% de la media nacional.

⁴ La *Semana de la Ciencia* es un evento de la Unión Europea, celebrado en noviembre, y al que se suma la Comunidad de Madrid a través de la Fundación para el Conocimiento Madri+d y de iniciativas de entidades como las redes bibliotecas. Fundación Madri+d: Disponible en: <http://madridmasd.org/>. [Consulta: 09-09-2019]

El estudio de caso toma la Red de Bibliotecas Públicas de la CAM⁵ y analiza su relación con las actividades de divulgación de la ciencia, tanto en términos generales como en la ejecución del programa específico de la Semana de la Ciencia del Portal del Lector de 2018.

Como se ha mencionado en la introducción del artículo, se toma la perspectiva del mediador o facilitador para la toma y análisis de la conexión bibliotecas públicas-divulgación científica. Componer una imagen lo más completa posible del objeto estudiado ha requerido observar la labor de tres actores diferentes: las bibliotecas, la Administración y las empresas de actividades de divulgación científica participantes⁶ en la *Semana de la Ciencia* del Portal del Lector 2018.

La muestra analizada está compuesta por las trece bibliotecas públicas de la Red que realizan actividades de divulgación de la ciencia como parte de su programación de promoción cultural, la persona responsable del programa de la *Semana de la Ciencia* del Portal del Lector en el año 2018 en la Subdirección General del Libro de la Comunidad de Madrid y las seis empresas prestadoras del servicio en el mencionado programa.

La metodología escogida para el estudio combina una parte cualitativa y una parte cuantitativa. La parte cualitativa se ha centrado en la realización de entrevistas en profundidad a los participantes (Bibliotecas y Administración) y la parte cuantitativa se ha ejecutado a través de una encuesta (empresas prestatarias).

En el caso de las entrevistas, se han utilizado dos guiones como soporte de la conversación (uno para bibliotecarios y otro para la persona responsable del programa de la Semana de la Ciencia del Portal del Lector de 2018), y se han realizado los encuentros de manera personal e individual.

En el caso de las encuestas (que han combinado preguntas abiertas y cerradas) se han realizado de manera remota (con la herramienta *Google Forms*), utilizando un mismo modelo diseñado *ex profeso*.

⁵ La Red de Bibliotecas Públicas de la CAM está compuesta por quince centros. El listado y su información está disponible en el siguiente enlace:

http://www.madrid.org/cs/Satellite?cid=1354380766671&language=es&pagename=PortalLector%2FPágina%2FLEC_portadilla. [Consulta: 09-09-2019]. Hay dos centros, la Biblioteca Pública *Ruiz Egea* y la de *Hortaleza* que se pueden considerar centros especiales: la primera está dedicada al cine y la música; la segunda, está ubicada dentro de un Centro de Educación de Personas Adultas. Ambos centros cuentan con características, funciones y actividades especialmente orientados a su particular fondo y público.

⁶ En la edición de 2018 fueron: Aurelio Sánchez (Sociedad Española de Ilusionismo), Cicerones de Ciencia y Tecnología, Edde, Escuelab, Mad Science, y Xplorers 360.

Todos los participantes han contado con la información sobre el estudio (como el contexto y los objetivos perseguidos) y con la garantía de anonimato a la hora de publicar las informaciones y opiniones vertidas.

El periodo de recogida de datos fue del lunes 5 al miércoles 21 de agosto de 2019.

RESULTADOS

Las dos herramientas de recolección de datos utilizadas, la entrevista y la encuesta, permiten obtener una información de primera mano sobre la manera en que se realiza la divulgación de la ciencia en las bibliotecas de la red analizada. La combinación del análisis de contenido de las entrevistas propiamente dicho y de las estadísticas obtenidas de las encuestas es el método de examen de los datos.

A continuación, se ofrecen los hallazgos más importantes. El esquema de presentación sigue una estructura dividida en dos familias (bibliotecarios y otros agentes) en torno a las cuales se van presentando los principales temas tratados. Las intervenciones aparecen codificadas: E# hace referencia a los entrevistados y ENC# a los encuestados. En aras de evitar la redundancia, se omite la transcripción de intervenciones que resulten repetitivas.

Familia: Bibliotecarios

Posicionamiento general de los centros respecto a la realización de las acciones de promoción cultural. Prácticamente la totalidad de las bibliotecas analizadas cuentan con una programación de promoción de la cultura complementaria a la ofertada por la Red, pero ésta es muy heterogénea pues cada centro, en función de sus características, recursos y necesidades de su comunidad, diseña su propia oferta.

“Nosotros, por decisión propia, estamos haciendo talleres orientados a niños, jóvenes y adolescentes [...] de promoción de la lectura, pero no descartamos en ningún momento coger un taller de ciencia” (E4)

“[Participamos] en la *Semana de la Arquitectura*” (E6)

“Hacemos talleres, conferencias y charlas” (E7)

“Nosotros estamos muy centrados en teatro; tenemos una biblioteca teatral, vienen muchos grupos de teatro a ensayar” (E12)

Posicionamiento del centro ante las acciones de divulgación de la ciencia. Todos los centros consideran que las actividades de divulgación de la ciencia tienen cabida en su programación

cultural, pero con desigual énfasis, pues hay centros que prefieran orientar su programación propia⁷ hacia otros intereses.

“Es posible que empezáramos a hacer talleres de ciencia en 2008 o 2009 [...] Algunas actividades se incluyeron bajo el epígrafe de la *Semana de la Ciencia* y otras no” (E2)

“[Realizamos] muy poquitas actividades de divulgación de la ciencia [...] Básicamente son exposiciones bibliográficas” (E3)

“Nosotros nos centramos más actividades de animación a la lectura” (E4)

“En el año 2003 ya se participaba en la *Semana de la Ciencia*. Se participaba en los stands de la Comunidad” E6)

“Durante estos dos últimos años, todos los talleres propuestos por *Apoyo al Libro* y los propios de la biblioteca los hemos dirigido a la ciencia” (E9)

Posicionamiento de los bibliotecarios ante las acciones de divulgación de la ciencia. La totalidad de las Bibliotecas analizadas muestra una actitud positiva de su personal ante la celebración de estas acciones, sin que se haya identificado ninguna reacción adversa. La única variación en este punto es el nivel de proactividad de los bibliotecarios.

“Todos los años en noviembre se hacen actividades [de divulgación de la ciencia]. Algunos son talleres que vienen personas de fuera y los realizan, y otros son cosas que se han hecho desde la biblioteca de infantil” (E6)

“Hay concretamente un bibliotecario que tenía mucho interés en hacer un taller [de ciencia] e hicimos un taller de experimentos matemáticos y científicos” (E10)

Aunque hay algún ejemplo en el que las propias limitaciones históricas del centro en el grado de implicación para realizar promoción cultural: “Nos pesa muchísimo la inercia y nos autolimitamos mucho” (E3)

Realización de acciones de divulgación de la ciencia. La Red viene realizando divulgación de la ciencia a través de actividades desde mucho antes de su adscripción al evento *Semana de la Ciencia* 2018, a pesar de que el Plan Lector de la Comunidad de Madrid no han incluido nunca esta línea de acción específica (COMUNIDAD DE MADRID, 2006): “Es verdad que con la adhesión a la campaña [de la *Semana de la Ciencia*] las actividades son más lucidas, pero eso no quiere decir que no las hayamos hecho antes” (E10)

⁷ La programación propia del centro, que varía de la programación de la Red, que es común a todas las bibliotecas que forman parte de la misma.

Generalmente, las bibliotecas materializan las actividades de divulgación de la ciencia a través de exposiciones bibliográficas, talleres (para público infantil y juvenil), y conferencias o charlas (público adulto). Hay centros que ponen el foco en las familias y otros que enfatizan la formación en tecnologías de las personas de más edad dentro de sus comunidades.

“Tenemos el taller *Perder el miedo al móvil*, para mayores [...] y se llena” (E2)

“Las exposiciones a veces son sobre temas científicos, no solo es narrativa” (E6)

Selección de acciones de la *Semana de la Ciencia* del Portal del Lector. Esta selección estaba muy condicionada por el hecho de que el catálogo llegaba ya cerrado desde la Subdirección General del Libro de la CAM y que ninguna de las acciones podía quedar desierta. Aun con esta limitación, los centros de la Red escogieron la actividad acorde a las características de su comunidad. Respecto a este asunto, destacan dos centros:

Uno por aliarse con un instituto, con lo que consiguió llegar a un público adolescente: “Se lo ofrecimos a un instituto y vinieron dos grupos de primero de la ESO⁸ a nuestro salón de actos. [...] Les gustó y les llamó la atención. [...] Participaron y les gustó mucho” (E13)

Otro por priorizar las actividades destinadas a familias, para captar como usuarios a los niños y a los adultos de su entorno: “Hemos tenido [talleres para] infantil, juvenil y familiar. Es otro de los aspectos que también estamos intentando trabajar mucho en esta Biblioteca porque la animación a la lectura y la educación en general es una mesa de tres patas imprescindibles [...]: la familia, la escuela y la Biblioteca Pública” (E1)

Implicación del personal en las acciones de divulgación científica. La tarea del personal bibliotecario en la realización de estas actividades se centra en la selección del evento, asistencia a la realización (desde las inscripciones a la acogida de monitores y usuarios) y evaluación de la actividad. Salvo excepción, las actividades de divulgación de la ciencia las realizan especialistas externos.

“Las actividades no suelen estar diseñadas por los bibliotecarios, excepto *Tableteando*, que ahí sí que somos nosotros quienes desarrollamos la actividad” (E2)

“[Los bibliotecarios] participamos, y el calado o la forma depende de los que nos pidan los monitores y de lo que sea la actividad” (E4)

“Aquí todo el personal tiene muy claro que las funciones bibliotecarias han variado mucho” (E11)

⁸ ESO. Educación Secundaria Obligatoria.

Desarrollo de las actividades de divulgación científica. Las acciones se realizan en las instalaciones del centro, prioritariamente en el interior⁹, en salas de talleres o de conferencias cuando se cuenta con ellas, u ocupando de manera temporal espacios destinados a otros usos (como salas de lectura).

No se comentan casos en los que la actividad se haya topado con dificultades o impedimentos para su realización, ni tampoco quejas específicas de las empresas colaboradoras, excepto algún comentario de tipo genérico: “Los recursos fueron suficientes, pero es necesario coordinarse con antelación” (ENC4)

No se indican problemas de los usuarios participantes. A este respecto, la única reclamación que algunos de los centros han manifestado se refiere a las pocas plazas convocadas.

“Hasta ahora no [ha habido quejas], y me ha sorprendido porque hay cosas que siempre, ideológicamente, pueden ir en un sentido o en otro“ (E3)

“A veces el problema es que se llena muchísimo [una actividad]. A veces no se entiende que puedes quedarte sin entrada o sin plaza” (E6)

En cuanto al resto de los usuarios del centro, no hay reseñas de graves problemas de convivencia entre diferentes actividades.

“Recibimos alguna reclamación de padres porque la sala infantil está cerrada por la celebración de una actividad” (E8)

“Hicimos una jornada de técnica y la hicimos en toda la Biblioteca durante un montón de horas [...] Repartimos, una a una, tarjetas a todos los estudiantes para que entendieran que ese día iba a ser un día científico y que, a lo mejor, iba a haber más ruido, y se consiguió una colaboración total” (E9)

Prácticamente todos los centros complementan la celebración de actividades de divulgación de la ciencia con exposiciones bibliográficas de sus fondos: “[Se hacen exposiciones bibliográficas] para que los usuarios tiren luego del fondo de la Biblioteca” (E6)

Reacción del público a las actividades de divulgación científica. Todo el personal bibliotecario entrevistado ha coincidido en la excelente respuesta del público ante la programación de estas acciones. Estaría por encima de la media de las acciones de promoción de la cultura, junto a las de animación a la lectura.

⁹ Salvo actividades de botánica realizadas en los jardines de uno de los centros analizados.

“La reacción del público siempre es muy positiva con los talleres científicos [...] Siempre quedan niños en lista de espera” (E8)

“[En el público adulto] todo el tema informático, eso sí tiene bastante éxito” (E10)

Como constantes se dan los siguientes hechos: las plazas para participar se agotan rápidamente, se abren listas de espera, y el cumplimiento del compromiso de asistencia se sitúa en puntuaciones muy altas: “La gente responde y viene” (E6)

En las entrevistas se ha detectado que las acciones de divulgación de la ciencia: a) son las únicas con un cierto poder de atracción para el público especialmente difícil de captar: los adolescentes; b) presentan paridad por género en la asistencia; y c) se han topado con casos de públicos saturados de actividades.

“[La participación por género en las actividades de ciencia] en niños es bastante igualitaria” (E4)

“A partir de 9 años o así es más difícil captarlos porque o bien tienen muchas tareas o bien tienen actividades extraescolares” (E5)

Incremento de consultas y préstamos tras las acciones de divulgación científica. Lo que se indica desde muchos de los centros es que sí se produce una mayor incidencia de préstamos y consultas sobre materias científicas y tecnológicas después de una actividad de este tipo, pero es un interés de naturaleza oportunista y temporal: “Lógicamente, cuando los niños suben del taller que se ha desarrollado sí hay alguno siempre que pide libros relacionados con esa actividad [pero] no es muy duradero” (E5)

Aquí se aprecia la importancia de la realización de exposiciones bibliográficas como complemento de las actividades: “Siempre apoyamos la realización de talleres con exposiciones bibliográficas y todo lo que sacamos se presta” (E10).

Ninguna Biblioteca manifiesta que se haya detectado un incremento significativo de consultas sobre materiales de ciencia (o petición de material de otros centros o de nueva adquisición) tras la realización de estas actividades: “El tema de la ciencia casi siempre ha estado dirigido a los niños. Y ellos buscan, pero yo tampoco veo un enorme [impacto en los préstamos]. Esa es la otra parte, que es la parte de la difusión de la lectura. [...] Los niños quieren hacer cosas, pero llegar a esas cosas a través de la lectura es otra cosa completamente distinta” (E2)

Solicitud de nuevas acciones de divulgación científica. A través de la observación e interacción del personal bibliotecario, y de los cuestionarios de valoración de las actividades,

queda validado que hay un creciente interés en actividades de ciencia entre los usuarios de las Bibliotecas Públicas de la CAM.

“Sí que hay gente que demanda que haya más actividades de este tipo” (E12)

“Los colegios y los institutos nos piden este tipo de actividades” (E13)

“Sí que hay muchos chicos que vienen pidiendo cosas de nuevas tecnologías, como robótica” (E13)

Valoración de las acciones de divulgación de la ciencia. De nuevo, hay un alto nivel de coincidencia en las respuestas de los entrevistados, aunque hay que señalar que no todos los bibliotecarios participantes tenían una opinión formada sobre los temas planteados.

Como principales beneficios que se señalan de estas actividades se encuentran la acción educativa, el acceso a públicos difíciles (adolescentes, gente mayor), la alternativa que suponen para realizar promoción de la lectura, y la mayor visibilización de la colección. Hay un centro que, incluso, señala que estas acciones ayudan a socializar a los niños.

“De una manera lúdica, los niños aprenden cosas que en el colegio no llegan a profundizar tanto” (E8)

“[Las actividades de divulgación científica y tecnológica] son una forma de que los niños y los jóvenes, sobre todo, vengan más fácilmente a los talleres” (E9)

“Esta biblioteca tiene otras prioridades, pero [la programación de divulgación de la ciencia] también es una forma de animación a la lectura” (E4)

“El punto fuerte es la necesidad que hay [...] de socializar de los niños” (E3)

No hay perjuicios para las bibliotecas al ofertar este tipo de iniciativas. Lo que sí que existe es una preferencia de unas actividades sobre otras, por las características concretas de los centros.

En el capítulo de puntos débiles, caben señalarse dos: el estereotipo de la Biblioteca como lugar de lectura, silencio y quietud, y la falta de reconocimiento oficial de las Bibliotecas como instrumentos para la promoción de la cultura científica.

“La biblioteca pública sufre un estereotipo enorme en nuestro país, que es que la biblioteca es para niños, que la biblioteca es para jóvenes estudiantes y que para adultos es el mundo de la literatura, como si no existiesen otros conceptos y otras materias” (E1)

“Los poderes públicos no se acuerdan para nada de nosotras, ni siquiera nos utilizan”. (E10)

También hubo un centro que estimó que la falta de cultura científica global estaba detrás de la falta de solicitudes de colección y servicios de ciencia y tecnología en las Bibliotecas Públicas. Y otro que consideró que hay mucha oferta y eso les juega en contra.

“Quizá [los usuarios] no tienen identificada la necesidad de conocimiento científico. Son materias que les resultan lejanas o que no les atraen tanto [...] Yo creo que es un tema social o cultural” (E10)

“Lo que creo es que hay demasiada oferta, hay muchas ofertas de ocio sobre todo en Madrid [...]. Hay mucha competencia” (E11)

Identificación de posibles mejoras. Las opiniones recogidas sobre este asunto son muy diferentes; algunas tienen que ver con los recursos disponibles, otras con la percepción que se tiene de las bibliotecas, etc. En cualquier caso, se comparte la idea de que hay margen de mejora y una intención, en términos generales, de que se continúe y perfeccione la programación de actividades de divulgación científica.

“No hacemos [más actividades de divulgación de la ciencia] porque nuestra Biblioteca no cuenta con una sala polivalente” (E8)

“Tenemos un objetivo y es que nos pongan un taller de experimentación científica” (E9) “No se editan demasiadas cosas de materias (engloba la ciencia, engloba el arte, engloba todo) para niños que sea de calidad y que sea variado” (E4)

“La Biblioteca está en una encrucijada y nos tenemos que replantear muchas cosas y pienso que si queremos seguir siendo una institución significativa, o empezar a serlo, en la sociedad tenemos que cambiar el chip en muchas cosas y ésta [la divulgación de la ciencia] podría ser una de ellas” (E12)

La comunidad científica que organiza todos estos programas debería intentar contactar, o nosotros con ellos. Debería haber un contacto entre ambos” (E4)

“La Biblioteca, más que una biblioteca, tiene que ser una caja de servicios” (E13)

Evaluación del papel de las bibliotecas públicas en la divulgación de la ciencia - bibliotecarios. La idea sobre la que giran todas las opiniones vertidas es que las bibliotecas públicas tienen un papel en la divulgación de la ciencia y no solo a través de actividades de promoción de la cultura científica. Se recogen a continuación algunas de las opiniones:

“Que las Bibliotecas son espacios de ciencia es algo que llevamos tiempo trabajando en esta Biblioteca” (E1)

“La Biblioteca es un canal perfectamente válido, y además necesario, para divulgar la ciencia” (E4)

“Yo creo que restringir el uso de las Biblioteca solo para sacar la última publicación en narrativa, me parece que es restringir mucho el campo. Yo creo que sí que tiene cabida [la divulgación de la ciencia]” (E5)

“Tenemos un espacio muy importante en la divulgación científica. [...] Tenemos la obligación de estar ahí, de tener libros de ciencia” (E7)

“Las Bibliotecas podemos contribuir en hacer esto [divulgación práctica de la ciencia] más que los colegios, que tienen que seguir un programa” (E8)

“Hemos llegado a teorizar que realmente nuestra concepción de Biblioteca es [la institución que] da acceso a cualquier conocimiento, como en la antigua Alejandría” (E9)

“El papel de las Bibliotecas para la divulgación científica es básico, porque estamos hablando de divulgación no de especialización” (E11)

“Mi percepción es que no se hace todo lo que podría hacerse [...] Podríamos tener un papel más importante: desde la colección hasta ser un lugar donde difundir actividades de carácter científico” (E12)

“A mí me parece fundamental [el papel de la Biblioteca Pública en la divulgación de la ciencia] y que no debería ser puntual. Debería tener una continuidad” (E13)

Familia: Otros agentes (Administración y empresas prestatarias de actividades de divulgación científica)

Grado de aceptación. Las empresas colaboradoras indican que las solicitudes de actividades por parte de las bibliotecas públicas se centran en talleres, conferencias y espectáculos, mayoritariamente, orientadas a público juvenil, familias y, sobre todo, infantil.

Respecto a las actividades para familias, la ENC1 afirma que “son las más interesantes dado que suponen una oportunidad de compartir una experiencia de aprendizaje en familia”, mientras que la ENC4 considera que “Las actividades para familias no terminan de cuajar”.

Robótica y matemáticas son los temas mejor aceptados.

Respecto a la opinión de las empresas colaboradoras sobre la demanda de actividades de CyT por parte de las Bibliotecas, las opiniones están muy repartidas: Un 16’7% estima que es insuficiente; un 16’7% que es suficiente; 33’3% que es elevado; otro 33’3% que es excepcional.

Los contenidos impartidos en este tipo de actividades son: motivadores (100%), útiles y prácticos para la vida personal y personal (83'3%), divertidos (66'7%) y novedosos (50%); lo que no son es de tipo teórico (0%).

Las empresas valoran entre un 8 y un 10 sobre 10 el grado de aceptación de las actividades de ciencia y tecnología por parte de los asistentes a las bibliotecas públicas¹⁰.

Propuesta/solicitud de acciones. Las bibliotecas aceptan muy bien las actividades programadas por la Red, pero que no es especialmente significativo la petición de acciones adicionales en esta línea de trabajo: “Teníamos desde hacía un par de años la demanda de una Biblioteca concreta que hiciéramos algo en la Semana de la Ciencia” (E14)

Por otra parte, las empresas colaboradoras señalan que cada vez es más frecuentes que las bibliotecas públicas, a través de sus redes o de manera individual, soliciten sus servicios.

Evaluación del papel de las bibliotecas públicas en la divulgación de la ciencia – otros agentes. Aquí se dan cita dos opiniones completamente enfrentadas. Por una parte, se considera que la divulgación de la ciencia (colección y actividades) forma parte de la promoción cultural y de la animación a la lectura, pero carece de entidad propia dentro de las bibliotecas públicas: “Las líneas en las que estamos trabajando en la Subdirección son las que marca el Plan de Fomento de la Lectura Nuevo y no hay ninguna específica de la ciencia” (E14). Por otra parte, las empresas de divulgación científica participantes consideran que es una vía de descubrimientos de interés y vocación científica (83'3%) y un canal de comunicación de ciencia (66,7%), aunque sigue habiendo una percepción de que estas actividades solo sirven como entretenimiento (33'3%).

Evaluación del futuro de la divulgación de la ciencia en bibliotecas públicas. De nuevo, hay opiniones no coincidentes. Mientras unos agentes afirman que “el papel que tenemos [las bibliotecas públicas respecto a la divulgación de la ciencia] hoy es totalmente anecdótico, pero es una carrera de fondo” (E14), otros agentes dibujan un escenario de posibles mejoras para la implementación de estas acciones en las bibliotecas públicas, como “una mayor difusión y recursos para poder realizar dicha difusión de una forma que resulta más atractiva para los usuarios” (ENC1), “ofrecer más tiempo y talleres” (ENC2), disponer de “salas separadas del espacio de la biblioteca, adaptadas como aulas” (ENC3), o “integrarlas como parte de la actividad cotidiana” (ENC5).

¹⁰ Nota de 8: 16'7%; nota de 9: 50%; nota de 10: 33'3%.

A pesar de las dificultades de incorporación de las actividades de divulgación de la ciencia en las bibliotecas públicas, la opinión general de las empresas prestatarias es positiva: “Estamos muy satisfechos con el funcionamiento de estas actividades en bibliotecas públicas” (ENC6)

REFLEXIONES FINALES

A la luz de los resultados obtenidos en el estudio de caso, cabe destacarse que la divulgación de la ciencia tiene un espacio en las bibliotecas públicas, aunque en la actualidad es uno pequeño y no prioritario.

Las bibliotecas públicas prestan atención a la realización de acciones concretas y puntuales (sobre todo, exposiciones bibliográficas, talleres y conferencias), pero no tanto a la construcción de colecciones y a la disposición de espacios y recursos para la divulgación de la ciencia o, incluso, para la experimentación práctica.

En términos generales, se puede concluir que las acciones de divulgación de la ciencia en las bibliotecas públicas estudiadas tiene un fin utilitarista: la promoción de la lectura y la atracción (o fidelización) de usuarios.

Detrás de este hecho hay varias razones y las necesidades específicas de la comunidad a la que atiende cada centro es una de las más importantes, pero no la única. La falta de reconocimiento de las bibliotecas públicas como agentes de divulgación de la ciencia y la tecnología, la carencia de recursos específicos y la inercia pesan mucho.

En palabras de Barrio, la divulgación de la ciencia en las bibliotecas públicas está en mano de sus bibliotecarios y de las estrategias, alianzas e inteligencia que apliquen a este proceso, que son factores que no dependen de presupuestos económicos ni de programas políticos (1994).

De esta manera, en la investigación se han identificado centros que, a través de su programación propia, están desarrollando líneas de divulgación de la ciencia y tecnología más allá de la realización de talleres puntuales de carácter lúdico, así como centros que consideran que la divulgación de la ciencia puede ser una de las vías de relegitimación de las bibliotecas públicas.

En cualquier caso, todas las acciones de divulgación de la ciencia en las bibliotecas públicas analizadas han contado con un buen nivel de aceptación entre bibliotecarios, empresas prestatarias y usuarios, y cumplen con su función de puerta de entrada a la cultura científica, a su vez, que descubren vocaciones y acicatean la curiosidad de jóvenes y adultos.

Lo que aporta la adscripción del Portal del Lector a la Semana de la Ciencia (en este caso, del año 2018) es una mayor visibilidad tanto de las bibliotecas públicas como de las acciones realizadas, además de mayor contexto y sentido para esta línea de actividades de promoción cultural.

AGRADECIMIENTOS

A los responsables del Área del Libro y la Lectura de la Comunidad de Madrid, al personal bibliotecario de los centros analizados, y a las empresas prestatarias de las actividades de la Semana de la Ciencia del Portal del Lector del año 2018, por su plena disponibilidad y colaboración en este estudio.

REFERENCIAS

BARRIO, Z. Bibliotecas públicas y divulgación científica. **Educación y Biblioteca**, (50), p. 24–25, 1994

COMUNIDAD DE MADRID. **Leer nos diferencia: Plan de fomento de la lectura de la Comunidad de Madrid**. Madrid: Comunidad de Madrid, 2006. 92 p.

COMUNIDAD DE MADRID. (2019). **Funciones del Portal del Lector**. Disponible en: http://www.madrid.org/cs/Satellite?language=es&pagename=PortalLector%2FPágina%2FPLEC_home. Acceso en: 08 sep. 2019.

IFLA / UNESCO. (1994). **Manifiesto de la UNESCO sobre la biblioteca pública**. París (Francia): IFLA, 1994. 3 p.

MARCO, R.; LIZCANO, J. Entrevista con D. Manuel Calvo Hernando. **Encuentros Multidisciplinares**, 5(13), p. 6, 2003.

MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE; DIRECCIÓN GENERAL DEL LIBRO Y FOMENTO DE LA LECTURA; CEDRO. **Hábitos de Lectura y Compra de Libros en España 2018**. Madrid: Ministerio de Cultura y Deporte, 2019.

O DOCUMENTO NA PERSPECTIVA DE BERND FROHMANN: ASPECTOS INSTITUCIONAIS E MATERIAIS

Edmilson Alves dos Santos Júnior¹, Rodrigo Rabello², Carlos Cândido de Almeida³, Wilson Roberto Veronez Júnior⁴, Graziela dos Santos Lima⁵, Janaina Fernandes Guimarães Polonini⁶

¹UNESP, <https://orcid.org/0000-0001-7724-70853>, edmilson.santos@usp.br

²UnB, <https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>, rdgrabello@gmail.com

³UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br

⁴UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-2939-1917>, veronezw@gmail.com

⁵UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-3861-2937>, graziela.lima@unesp.br

⁶UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-4174-8042>, janaina.polonini@unesp.br

Resumo: O documento tem papel social e histórico relevante, devido, sobretudo, ao valor agregado e materializado atribuído ao suporte por meio da informação. Desde a primeira metade do século XIX, a Documentação, como campo de estudos, atribuiu relevância para o documento, dentre outros aspectos, mediante o sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), mas foi no século XX que a documentação/documento, dentro do campo da Ciência da Informação, aparece como objeto de estudo, a partir de abordagens filosóficas e/ou epistemológicas, demonstrando que o documento é um objeto sociocultural. Essa perspectiva tem como autores referenciais Michael Buckland, Ronald E. Day, W. Boyd Rayward e Bernd Peter Frohmann, dentre outros. Nesse contexto, propõe-se abordar a dimensão conceitual do documento particularmente na perspectiva de Frohmann, considerando a relação entre informação, materialidade e institucionalidade. Tendo em vista o caráter referencial da concepção de documento desse autor, o presente estudo pretende fazer uma revisão de literatura a partir de uma abordagem histórico-epistemológica, no sentido de apresentar o aquele conceito também considerando a (re) leitura de autores que seguem a trilha teórica frohmanniana. Bernd Peter Frohmann nasceu em Karlsruhe cidade da Alemanha, capital do distrito homônimo; se graduou em Biblioteconomia e Ciência da Informação, doutorando-se na Universidade de Toronto no Canadá, no ano de 1982. Entre os anos 1988 e 1991, trabalhou no projeto editorial Bertrand Russell, da McMaster University. É autor de diversas obras, dentre elas *Deflating Information: From Science Studies to Documentation*. Na concepção de Frohmann, o documento determina a materialidade da informação e, nesse sentido, há uma importância no que diz respeito ao entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação. O conceito de documentação está relacionado ao suporte no qual se materializa a informação, numa dimensão social ulterior ao enfoque mentalista focado no indivíduo e preocupado com a alteração no processo mental, por exemplo, do leitor. Ademais, a dimensão material do documento, à medida que permite, no âmbito institucional, abordagens informativo-funcionais, também abrange um caráter social e público. A documentação, com efeito, pode ser considerada a tradução de enunciados que circulam socialmente, operacionalizadas em práticas documentárias que agregam valor institucional aos objetos, como é o caso das representações descritivas e temáticas. A agregação de valores ao objeto materializado e institucionalizado – documento – exerce poder e força, provocando efeitos sociais. Portanto, as práticas documentárias constituem uma relação entre sociedade e documento geradas no bojo de instituições que podem afetar e configurar a vida social.

Palavras-chave: Documento; Materialidade; Institucionalidade; Bernd Frohmann..

Abstract: The document has a relevant social and historical role, mainly due to the added and materialised value attributed to the support through information. Since the first half of the

nineteenth century, the Documentation, as a field of study, attributed relevance to the document, among other aspects, through the Universal Decimal Classification system (CDU), but it was in the twentieth century that the documentation/document, within the field of Information Science, appears as an object of study, from philosophical and/or epistemological approaches, demonstrating that the document is a sociocultural object. This perspective has as reference authors Michael Buckland, Ronald E. Day, W. Boyd Rayward and Bernd Peter Frohmann, among others. In this context, it is proposed to address the conceptual dimension of the document particularly from Frohmann's perspective, considering the relationship between information, materiality and institutionality. In view of the referential character of the conception of this author's document, this study intends to make a literature review from a historical-epistemological approach, in order to present that concept also considering the (re)reading of authors who follow the Frohmannian theoretical path. Bernd Peter Frohmann was born in Karlsruhe, Germany, capital of the district of the same name; he graduated in Librarianship and Information Science and received his doctorate from the University of Toronto, Canada, in 1982. Between 1988 and 1991, he worked on the Bertrand Russell editorial project at McMaster University. He is the author of several works, including *Deflating Information: From Science Studies to Documentation*. In Frohmann's conception, the document determines the materiality of information and, in this sense, there is an importance regarding the understanding of public and social aspects of information. The concept of documentation is related to the support in which the information materializes, in a social dimension ulterior to the mentalist focus focused on the individual and concerned with the change in the mental process, for example, of the reader. Furthermore, the material dimension of the document, as it allows, at the institutional level, informative-functional approaches, also encompasses a social and public character. Documentation, in fact, can be considered the translation of statements that circulate socially, operationalized in documentary practices that add institutional value to objects, as is the case of descriptive and thematic representations. The aggregation of values to the materialized and institutionalized object -document - exerts power and force, provoking social effects. Therefore, the documentary practices constitute a relationship between society and document generated in the context of institutions that can affect and shape social life.

Keywords: Document; Materiality; Institutionality; Bernd Frohmann.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi fruto do processo de avaliação da disciplina Seminários - Diálogos em Organização do Conhecimento: Materialidade e institucionalidade do documento, ministrada pelos professores Dr. Carlos Cândido de Almeida (UNESP) e Rodrigo Rabello (UnB) no programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília, tendo como propósito o conhecimento do discente no aproveitamento do processo de ensino aprendizagem.

No decorrer das aulas, por meio de discussões houve a iniciativa do autor deste estudo à justificativa em realizar uma breve revisão de literatura sobre alguns artigos de Bernd

Frohmann, uma vez que, é evidenciada a importância do autor nas discussões sobre o Documento.

O documento tem papel social e histórico relevante, devido, sobretudo, ao valor agregado e materializado atribuído ao suporte por meio da informação. Desde a primeira metade do século XIX, a Documentação, como campo de estudos, atribuiu relevância para o documento, dentre outros aspectos, mediante o sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), mas foi no século XX que a documentação/documento, dentro do campo da Ciência da Informação, aparece como objeto de estudo, a partir de abordagens filosóficas e/ou epistemológicas, demonstrando que o documento é um objeto sociocultural. Essa perspectiva tem como autores referenciais Michael Buckland, Ronald E. Day, W. Boyd Rayward e Bernd Peter Frohmann.

Portanto, o presente texto apresenta a visão do autor sobre o conceito de documento e a sua materialização no campo da Ciência da Informação. Este trabalho de caráter bibliográfico tem por objetivo apresentar o conceito de documento na perspectiva de Bernd Frohmann e a fim de alcançar o objetivo pretendido, será apresentada uma resumida descrição sobre o autor e uma concisa revisão de literatura sobre os temas mais discutidos pelo mesmo, contidos nos textos selecionados, O caráter social, material e público da informação - palestra (2008) e Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) Filosofia da Informação (2012), e também textos de alguns autores que tratam sobre a temática de Documento que os referenciam em suas pesquisas, como: González de Gómez (2011); Ferrando e Freitas (2017) e Rabello (2018), (2019).

Tendo em vista o objetivo deste estudo, a metodologia adotada será por meio de uma revisão de literatura que se pretende apresentar as principais ideias de Bernd Frohmann. Os materiais foram coletados de bases de dados especializadas e de periódicos em assuntos ligados à Ciência da Informação. Entende-se por revisão de literatura as investigações que o pesquisador realiza ao longo de sua trajetória de pesquisa as últimas discussões relacionada ao campo de conhecimento sobre um determinado assunto, ou seja, é as atualizações do pesquisador realizado nas “últimas discussões no campo de conhecimento em investigação” (PRODANOV E DE FREITAS, 2013, p. 131). Portanto, no artigo de revisão tem o importante papel de informar sobre o que está sendo pesquisado e apresentar aos leitores e interessados da área os principais trabalhos mais relevantes sobre a temática estudada.

E partindo desses pressupostos que este estudo desempenha-se em apresentar aos leitores uma breve descrição sobre o termo documento na perspectiva de Frohmann.

Nas seções a seguir, será descrito a biográfico sobre Bernd Peter Frohmann, a perspectiva de documento, materialidade e institucionalidade e as contribuições dos demais autores que o citam.

BERND PETER FROHMANN

Na presente seção, apresentaremos uma análise sobre um dos maiores estudiosos sobre o tema documento e documentação, nesse sentido, Bernd Peter Frohmann nasceu em Karlsruhe, cidade da Alemanha, capital do distrito homônimo, se graduou em Biblioteconomia e Ciência da Informação, fazendo seu doutorado na Universidade de Toronto no Canadá, no ano de 1982. Entre os anos 1988 e 1991, trabalhou no projeto editorial Bertrand Russell, da McMaster University (co-editor do trabalho de Bertrand Russell *Essays on Language, Mind and Matter, 1919-1926* e *Prophecy and Dissent, 1914-16*, 1988).

Professor da Faculdade de Informação e Estudos de Mídia (FIMS) da Universidade de Western Ontario. Realiza pesquisas nos campos da informação e da tecnocultura, assim como as estratégias de conexão global de redes de informação e conhecimento. Ainda, segundo Gugliotta (2017, p. 326), “Bernd Frohmann, importante teórico do campo da Ciência da Informação, se tornou reconhecido na área por debater o caráter social que envolve a informação”. Segundo o autor, Frohmann ganhou notoriedade no campo da Ciência da Informação ao debater o caráter social da informação, isto é, como ela pode ser utilizada para fins sociais, e, sobretudo, na construção do conhecimento.

Foi professor visitante em várias instituições, no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e nas universidades da Califórnia em Los Angeles, no Texas em Austin, Illinois, Uppsala, Copenhague (Dinamarca) e assim por diante.

Presidente da Associação Canadense de Ciência da Informação. É autor de diversas obras, como: *Deflating Information: From Science Studies to Documentation*, Toronto (2004), dentre outras.

DOCUMENTO

Na presente seção, faremos uma análise acerca da noção de documento, bem como as suas principais características, entre outros aspectos que são fundamentais para o seu entendimento, do mesmo modo que a sua importância no campo da Ciência da Informação.

Segundo Frohmann, em sua palestra proferida na UNESP – Marília/SP (2008), o documento nomeia a materialidade da informação. E sendo assim, o mesmo descreve sobre a importância

da materialidade, no que diz respeito, ao entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação e também sobre seus enunciados¹ na perspectiva do filósofo francês Foucault. Portanto, os estudos sobre documentação são importantes para contribuir com os estudos da informação.

Se pensarmos na documentação como um suporte que contém informação, logo entende-se que “a documentação se torna o meio de materialização da informação” (FROHMANN, 2008, p. 22), ou seja, o autor entende que ao estudarmos sobre a documentação, estaríamos estudando sobre as consequências e os efeitos da materialidade da informação. Portanto o documento é o produto que concebe a informação materializada.

O documento [xxiv], como produto da informação materializada e institucionalizada, é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa institucionalizada num determinado contexto (RABELLO, 2019, p.20).

No pensamento de Frohmann (2012), também tem a perspectiva sobre o documento voltado a sua funcionalidade e o seu papel de ser informativo e ao poder mental que podemos ter em compreendê-lo dando sentido a sua linguagem ao processo de compreensão do leitor.

[...] é preciso o pensamento para transformar documentos de matéria sem vida para informação viva. Um documento, aparentemente, pode ser informativo somente se o leitor for formado mentalmente, um processo imaginado como se o conteúdo do documento se tornasse presente nas mentes dos leitores quando estes se encontram no estado mental de compreensão do documento. O documento em si parece ser apenas um meio descartável que simplesmente transmite o genuíno objeto do desejo teórico: a informação em si, a nobre e intencional substância de Nunberg, presente no mundo como o conteúdo dos documentos, e que deve sua indiferença à transformação de seus próprios veículos ao seu status ontológico como substância mental (FROHMANN, 2012, p.232-233).

Nesse sentido é necessário que haja o entendimento do indivíduo ao compreender e interpretar a informação contida no documento para que o mesmo tenha sua significação de materialidade.

A seguir, será realizada uma análise acerca da ideia de materialidade sob a perspectiva de Frohmann, e outros autores que de certa forma compactuam com as suas ideias.

Materialidade

Para Frohmann (2008) no caráter público e social da informação, o conceito de materialidade, nos tempos atuais, torna-se muito mais valoroso. Nesse sentido, a materialidade pode ser pensada a partir de uma leitura do livro **Arqueologia do Saber** de Michel Foucault, pois considera o documento uma expressão material que “permite a correspondência entre

¹ Enunciados são diversos significados que dá existencia ao documento (FOUCAULT, 2018).

informação e seu caráter social e público, em diferentes campos e práticas” (RABELLO, 2018, p.146).

Frohmann (2008) considera que a materialidade é o conceito mais importante entre os três conceitos abordados no tema da sua palestra já mencionada, intitulada: o caráter social, material e público da informação, pois, para ele grande parte do caráter público e social da informação depende da materialidade da própria informação.

Destaca,

Estou convencido de que, sem a atenção a materialidade da informação, grande parte das considerações sociais, culturais políticas e éticas, tão importantes para o estudo da informação se perdem. (FROHMANN, 2008, p.22).

O autor aborda sobre a materialidade na perspectiva de Foucault, quando o mesmo trata sobre o tema da materialidade dos enunciados. Embora, enunciados para Foucault não seja por si só documentos, ele ressalta que os enunciados é importante para pensar a materialidade da informação, ou seja, a existência da informação materializada via documento, por exemplo: “como ele (**documento**) surge, as regras de sua transformação, ampliação, as conexões entre enunciados, e seu desvanecimento até deixar de existir” (FROHMANN, 2006, p. [4]). Portanto, é um processo de sequencia linguísticas que evidencia o surgimento, a evolução e desgaste de um documento.

González de Gómez (2011), reforça que Frohmann considera a informação materializada em documento por este possuir significados. No entendimento da autora, informação para Frohmann ao se materializar no documento, torna-se em feitos no que chamamos de práticas documetais.

No que se configura como práticas documentais, também está o ato de representar o documento, descrever as informações nele contido, o examinando o seu suporte/material.

A materialidade do documento é ulterior à fisicalidade da informação num suporte. Todo documento: (a) representa algo e pode ser representado; (b) é uma expressão simbólica de poder/saber (RABELLO, 2019, p.20).

A representação do documento se prevalece de vários aspectos e valores nele agregados, tais características, tanto temáticas, quanto descritivas e os enunciados nele contido, resultará na sua materialização, levando também em consideração os valores institucionais e o suporte o qual este está contido.

Institucionalidade

Na presente seção, temos por objetivo apresentar um panorama geral acerca da materialidade da informação e do documento no meio institucional. Frohmann (2008) baseado em Foucault aborda a questão que as rotinas institucionalizadas estabelecem e mantêm as relações entre os enunciados que dão características aos documentos. A materialidade da informação, cuja existência é evidenciada por enunciados, ganha peso, massa, inércia e resistência, quanto este é institucionalizado.

Para Foucault (2018, p. 188),

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva... , o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga.

Na perspectiva de Foucault, a informação materializada no documento evidencia enunciados, que na perspectiva de Frohmann (2008) dá-se o nome de materialidade dos enunciados, na qual transmite significados sobre o documento. Quando o documento é institucionalizado outros enunciados são aderidos possuindo os aspectos da instituição. Deste modo, os documentos que circulam nas instituições têm sua materialidade enunciada com as características da instituição, dando vazão a um certo tipo de discurso exercendo poder e força.

A ideia de materialidade dos enunciados no ponto de vista de Foucault estimula investigações específicas e detalhadas sobre como os enunciados são estabilizados, como sua estabilidade é mantida, como eles exercem poder e força, como efeitos específicos provêm deles, como eles são desestabilizados e decompostos e como eles deixam de existir. (FROHMANN, 2008, p. 22-23)

Nessa perspectiva, Frohmann entende que os documentos são conjuntos de enunciados, os quais são materializados e legitimados pelas instituições. Nesse sentido Ferrando; Freitas (2017) entende-se que,

[...] a materialidade do documento precisamos investigar sua vida institucional. Sua materialidade gera efeitos de informação - ou seja, poder de afetar - que também são variáveis e inscritos em uma rede de saberes e poderes, num dispositivo. Além disso, também podemos estudar a materialidade a partir da análise do papel da documentação na criação de classificações, ou categorias que segregam, agregam, excluem ou incluem setores da sociedade. (FERRANDO; FREITAS, 2017 p.15).

Sobretudo, Ferrando e Freitas (2017) acreditam que, Frohmann sustenta que sem um enunciado o qual materializa a informação e que teoricamente não esteja inserido em um formato, não teria massa e/ou peso para se constituir como documento.

O documento se constitui, portanto, como a expressão material da informação; é um valor que se atribui ao objeto que pode ser institucionalizado, por exemplo, quando selecionado para constituir coleções (RABELLO, 2018, p.147).

Partindo sobre a visão de Frohmann, os autores entendem o poder que afeta os documentos ou os efeitos de informação que os mesmo possuem. Esses efeitos poderá variar de acordo de como a informação se encontra e/ou representada em um dispositivo (FERRANDO; FREITAS, 2017).

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Em síntese o documento na visão de Frohmann, será o que nomeará a materialidade sobre si. Tendo em vista o que nele está contido, o valor que a ele será agregado e a compreensão do individual sobre o mesmo.

Sobre a perspectiva foucaultiana, Frohmann também observa os documentos e os abordam, sobre a materialidade dos enunciados, de maneira que as ideias de Foucault propiciem outras investigações sobre diferentes tipos de materialidade.

Para Frohmann, os enunciados por meio das instituições materializam as informações. Essa materialização se concretiza o documento, embora, a informação não é somente materializada pela instituição, a mesma também pode ser materializada por meios eletrônicos, dentre muitas instituições, temos como exemplos os órgãos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialização da informação constrói o documento, assim também na visão de Frohmann é preciso que tenha existido ou que exista algo sobre o que o documento informa, para que o mesmo tenha validade, ou o que nele descrito tenha existido e/ou seja, verdadeiro, ou seja, sem o documento não há fatos históricos e sem escritos não há existência fatos narrados.

Este trabalho apresentou o documento, sendo algo material, formalizado e institucionalizado. Seguido critérios para sua formação e conceito, valorando o conteúdo que nele possa conter, apresentando a importância da informação sobre o documento.

E por fim, a investigação da materialização da informação por meio da documentação, a qual possibilita a identificação de vários campos, tais como, institucional, político, tecnológico, cultural, entre outros, como pensa Frohmann a respeito.

REFERÊNCIAS

BARONE, Fernando. A revisão de literatura em biblioteconomia e documentação: uma prática pedagógica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 136-146, jan./dez. 1990.

FERRANDO, T. L.; FREITAS, L. S. Documento e dispositivo: entre bernd frohmann e michel foucault. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105326>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

FIGUEIREDO, Nice. Da importância dos artigos de revisão da literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, jan./dez. 1990.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Tradução de Luiz Baeta Neves: Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FROHMANN, B. Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) Filosofia da Informação. *Morpheus: Revista eletrônica em ciências humanas*. Ano 9, n. 14, 2012.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L.G. de (Orgs.). *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. A Documentação e o Neodocumentalismo. In: *Ciência da Informação e Documentação*, Editora Alínea, 2011.

GUGLIOTTA, A. C. Pensando e repensando o documento. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*, v. 10, n. 2, p. 314-331, 2017.

INFORAMÉRICA. Perfil bibliográfico e acadêmico. Bernd Peter Frohmann. Disponível em:><https://www.infoamerica.org/teoria/frohmann1.htm>.> Acesso em: 15 de Julho de 2019.

PRODANOV, C. C; DE FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale, 2013.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológicas e política. **Enc. Bibli**, v. 23, 2018.

RABELLO, R. **Informação institucionalizada e materializada como documento**. *Brajijs*, v. 13, n. 2, 2019. No prelo.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE MARÍLIA/SP: ACESSO À INFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Marcus Rei de Lima Alves¹, Edmilson Alves dos Santos Júnior², Yara Maria da Silva Cinque³, Solange Aparecida Devechi Ordones⁴, Carlos Cândido de Almeida⁵

¹UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-3347-0370>, marcusreisfx@gmail.com

²UNESP, <https://orcid.org/0000-0001-7724-7085>, edmilson.santos@usp.br

³UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-9878-8275>, cinque.yara98@gmail.com

⁴UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8092-4515>, solanged@univem.edu.br

⁵UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo: A biblioteca pública é um ambiente de sociabilidade, acesso à informação e à construção do conhecimento, dispondo de produtos e serviços informacionais que atendam a comunidade em geral. Dentre os seus princípios, destaca-se, desenvolver serviços que possam atender às demandas sociais, sem qualquer distinção. A biblioteca pública assume funções sociais que ultrapassam o acesso à informação e à produção de conhecimento, inseridas no âmbito educacional, cultural, lazer, tecnológico, dentre outros. Ainda, se considera várias narrativas em torno do conceito e das funções atribuídas à biblioteca pública e de forma humanizada em que o diálogo entre sujeito e objeto resulta de um conjunto de relações que devem fazer desses espaços o verdadeiro exercício da cidadania. Assim, tal ação é movida por uma demanda de atender uma certa necessidade na sociedade. Essa ação, haverá ação e reação, tanto para quem o realiza, quanto para quem se beneficia. No contexto da biblioteca pública, percebe-se que essa ação social tem o intuito de fornecer acesso à informação e inclusão, oferecendo ao seu público ferramentas que contribuam para o seu desenvolvimento pessoal. Apresentaremos neste estudo a Biblioteca Pública Municipal “João Mesquita Valença”, de Marília/SP, aberta à toda população que realiza diversas oficinas e atividades culturais, e que objetiva ser biblioteca municipal de referência na região Centro-Oeste Paulista. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo, identificar as ações e atividades realizadas por essa instituição. A metodologia consiste em um estudo teórico sobre as seguintes temáticas: biblioteca pública, acesso à informação e inclusão social. Conclui-se que a biblioteca pública tem como missão oferecer informação e demais serviços que atendam a necessidade informacional de tal população.

Palavras-chave: Biblioteca pública; Acesso à informação; Inclusão social; Marília/SP

Abstract: The public library is an environment of sociability, access to information and knowledge building, featuring informational products and services that serve the wider community. Among its principles, it stands out to develop services that can meet social demands, without any distinction. The public library assumes social functions that go beyond access to information and the production of knowledge, inserted in the educational, cultural, leisure, technological, among others. Still, we consider several narratives around the concept and functions attributed to the public library and in a humanized way in which the dialogue between subject and object results from a set of relationships that should make these spaces the true exercise of citizenship. Thus, such action is driven by a demand to meet a certain need in society. This action, there will be action and reaction, both for those who perform it and for those who benefit. In the context of the public library, it is clear that this social action aims to provide access to information and inclusion, offering its audience tools that contribute to their personal development. In this study we will present the Municipal Public Library “João

Mesquita Valença”, from Marília / SP, open to all the population that conducts various workshops and cultural activities, and which aims to be a reference municipal library in the Midwest Paulista region. In this sense, this paper aims to identify the actions and activities performed by this institution. The methodology consists of a theoretical study on the following themes: public library, access to information and social inclusion. It is concluded that the public library's mission is to provide information and other services that meet the informational need of such population.

Keywords: Public Library; Access to information; Social inclusion; Marília/SP.

INTRODUÇÃO

As bibliotecas devem oferecer informação, produtos, serviços, atividades e projetos que atendam e satisfaçam as demandas informacionais da população usuária. Com as bibliotecas públicas também não é diferente, só que com a presença de uma comunidade muito diversa e com distintas necessidades e carências de informação. Diante disso, afirma Suaiden (2000, p. 57) que “a própria denominação ‘biblioteca pública’ pressupõe uma entidade prestando serviços ao público em geral, independentemente das condições sociais, educacionais e culturais.”

Embora grande parte da população local não conhecem ou não usufruem dos serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas, a mesma também possui o dever social de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, por meio do acesso à informação verídica e de qualidade, e assim, fazer com que seus produtos e serviços atendam as necessidades da comunidade.

Independente da natureza financeira das bibliotecas públicas (estadual, municipal ou privada), também deve ser pensado na inserção dos usuários e não usuários na sociedade, assim como seu “[...] desenvolvimento intelectual, cultural e social, além do bem-estar comunitário/social, com intuito da melhor geral das condições de vida” (BARROS, 2003, p. 72).

Os projetos e atividades desenvolvidos pelas bibliotecas públicas nem sempre são evidenciados e valorizados, e, de certa forma, os recursos financeiros são muito limitados, pois há uma grande dificuldade para demonstrar a importância dos trabalhos realizados: com muitas justificativas e explicações; para então, pleitear algum apoio financeiro, que pode ou não ser público. Isso faz com que o profissional bibliotecário(a) se renove, e desenvolva um papel político dentro da unidade e na comunidade que está inserido.

Contudo, ainda há uma incompreensão do que se entende por biblioteca pública pela sociedade, de um modo geral. Suaiden (2000, p. 57) evidencia essa questão ao discutir que os diversificados segmentos sociais, como as empresas e cidadãos que desenvolvem suas profissões, possuem uma compreensão distinta do conceito e função das bibliotecas públicas, e afirma:

A indústria editorial acredita que o objetivo fundamental é a formação de um público leitor. Os educadores acreditam que a biblioteca deve ser o alicerce do processo ensino aprendizagem. Os intelectuais acreditam que deve ser um espaço rico em literatura de ficção. O trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas do cotidiano.

Nesse sentido, buscaremos por meio deste estudo, apresentar a Biblioteca Pública Municipal “João Mesquita Valença”, localizada em Marília/SP (BMM), com o objetivo de identificar as ações e atividades realizadas pela BMM, que prezam o acesso à informação e a inclusão social.

Apesar de todos os projetos objetivar atender um determinado público, existem alguns específicos que amparam usuários imersos em uma vulnerabilidade social¹. Desta forma, pergunta-se: quais são as ações, projetos e atividades executados pela BMM que objetivam o acesso à informação e inclusão social?

Todas as informações sobre a biblioteca em estudo, quanto aos projetos e atividades executadas, foram coletadas no próprio site da unidade, em folhetos que a própria biblioteca oferece e de noticiários locais online e impressos.

BIBLIOTECA PÚBLICA

As bibliotecas fazem parte da sociedade desde a antiguidade com o surgimento e desenvolvimentos das grandes civilizações antigas como egípcios, gregos, persas, sumérios, romanos entre outros. Este espaço sofreu grandes mudanças com o decorrer dos séculos de maneira que antes um espaço que era frequentado pela alta sociedade e pessoas influentes, após a Revolução Francesa de 1789 as bibliotecas e arquivos foram abertos para a população em geral ter acesso aos espaços que antes eram frequentados pela elite francesa (BRETTAS, 2010).

Antes de abordar o que seria uma biblioteca pública é necessário abordar a definição geral de biblioteca que segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p.48) é:

¹ Apesar das variações que o conceito de vulnerabilidade social apresenta, aqui, considera-se que está diretamente relacionado à assistência social dada para um grupo específico de pessoas.

Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação, que seriam qualificados como centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros.

Para a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA), a biblioteca pública

é uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e as obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e nível de escolaridade (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS, 2012, p. 2).

Dessa forma, esta instituição tem como princípio suprir a necessidade informacional por meio de seus materiais e serviços prestados a comunidade atendida. De maneira que garanta que a pessoa consiga encontrar a informação de modo eficaz e precisa, por meio de livros, revistas, DVD's, CD'S, jornais, bases de dados, entre outros. A biblioteca segundo a Fundação Biblioteca Nacional (2010) é uma instituição que possibilita o acesso ao conhecimento por meio dos registros físicos e digitais, que são organizados de forma classificatória, este espaço é sem fins lucrativos para que possa atender a comunidade de maneira igualitária.

O Manifesto da *International Federation of Library Association and Institutions* (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criaram em 1994, um documento que aborda a livre promoção da leitura sem questionar se a pessoa tem ou não certas capacidades como: alfabetização, escrita, se conhece ou não o assunto e outras variáveis. É importante ressaltar que qualquer indivíduo, sem restrição, tem direito de utilizar os materiais, atividades e serviços disponibilizados na biblioteca pública. Os serviços realizados pelas bibliotecas públicas devem

ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas (IFLA; UNESCO, 1994, documento *online*).

Biblioteca pública é encarregada de atender toda a população, em que seus projetos, materiais e serviços possam abranger todos os tipos de públicos. De modo que esta biblioteca deve ter documentos com assuntos gerais para que possa cumprir o seu papel de maneira igualitária com crianças, jovens, adultos e idosos. Biblioteca pública é “a que é posta à

disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 52).

Esta instituição é gerenciada pelo poder público tanto municipal quanto estadual e que este espaço possa facilitar o acesso à população. Conforme esta cidade fosse se desenvolvendo o número de bibliotecas iria aumentando para abranger toda a população, da mesma maneira que o funcionamento deveria se adaptar para as preferências dos usuários. Para que a biblioteca é um espaço democrático e de disseminação cultural e informacional, onde sua localização deve ser acessível para a população, no caso dos grandes centros é importante que as instituições estejam em localidades estratégicas. De forma a facilitar o acesso da população ao espaço, por exemplo se a instituição for afastada dos locais com maior circulação de pessoas da cidade que costuma ser o centro ou dos bairros o acesso será dificultado em alguns aspectos como: o acesso até o endereço, o ponto de ônibus mais perto, entre outros.

Através da promoção da cultura e da informação, o indivíduo deve ter acesso à mesma, não considerando a idade, o gênero ou o nível de escolaridade. Portanto, o acesso é importante para a expansão do pensamento crítico. A biblioteca pública é fundamental para o desenvolvimento da cidadania e da democracia. “Ela se constitui em um espaço democrático, cujas diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas. Por essa razão, é um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que a fortaleça.” (VALENTIM, 2016, p. 23). Isto é, tudo o que é oferecido e realizado deve cumprir quesitos que abrangem o conhecimento e cultura para que assim possa ir moldando a cidadania da população e que conseqüentemente transforma a maneira que se enxerga as coisas em sua volta de forma a pensar os aspectos sociais daquela sociedade e assim surgindo o senso democrático e cidadão.

É fato, que o uso das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto atual promovem mudanças na forma de atuação dos indivíduos nos ambientes por conta do dinamismo, da urgência na recuperação da informação, na eficácia dos resultados, na facilidade de transferência dessas informações, dentre outros fatores. Em se tratando das bibliotecas, considera-se que as mudanças são constantes e alteram a rotina dos profissionais que nela atuam, nos processos e procedimentos e na interação com os usuários. A introdução da informática, as facilidades de telecomunicações e a aceleração do uso de meios eletrônicos no acesso e tratamento da informação mudaram o conceito da biblioteca, criaram necessidades de novas formas de mediação para obtenção e transferência de informação e documentos, e assim, passaram a exigir do profissional um perfil dinâmico também (MERCADANTE, 1995).

Biblioteca Pública Municipal “João Mesquita Valença”: breve histórico

A Biblioteca Pública Municipal “João Mesquita Valença” de Marília (BMM), era um anexo de um grupo escolar com aproximadamente 2.000 itens. Foi oficializada em 1941 por meio do Decreto de Lei 23/1941, do Prefeito Nelson de Carvalho, e abriu seu atendimento à comunidade somente em 19 de abril de 1944. Em 1953, a biblioteca recebeu um nome por meio do Decreto 443, denominando-se Biblioteca Pública “Tomaz Antonio Gonzaga”. Já em 1966, no governo municipal de Antonio Biava, modificou o nome da biblioteca para Biblioteca Municipal “João Mesquita Valença”, nome esse que se mantém atualmente.

Por encontrar-se em um prédio histórico tombado, e também acoplado ao Museu de Paleontologia de Marília, a estrutura não recebia grandes reformas. Foi então que ocorreu a reestruturação e mudança predial da biblioteca em 2017 para um novo endereço. O novo espaço tem cerca de 850 m² com três pisos adaptados, em prol de atender diversos públicos, incluindo pessoas com determinado tipo de deficiência, o que não era possível no outro prédio.

No piso 1 fica o espaço da informática, em que são oferecidas aulas para terceira idade, brinquedoteca, auditório e tabuleiros de RPG². No piso 2, que é o térreo, ficam os livros de literatura internacional e nacional, infantis, gibiteca, em braile, revistas, jornais e a recepção. No piso 3, contém livros didáticos, espaço multimídia e área de estudo. O acervo é composto por cerca de 26 mil itens, constituídos em: DVD's, CD's, histórias em quadrinhos, livros, revistas, jornais, acervo em Braile, áudio livros, dentre outros.

Em 2018, entre os meses de janeiro e março, a BMM atendeu, aproximadamente, 8.643 usuários. Foram emprestados no período mencionado cerca de 2.585 livros.

A instituição mudou suas características que antigamente era somente um espaço para empréstimo de livros, em que ficava em um local cultural favorecido, porém em um prédio que não podia se realizar uma melhor reorganização de seu espaço, já que o antigo prédio continha além da biblioteca o Museu de Paleontologia de Marília. A partir da mudança em 2017 a biblioteca se tornou um organismo vivo que contém melhor interação com a comunidade mariliense, com materiais atualizados e atividades que aproximam as pessoas da unidade de informação, e com um público que varia muito conforme o dia, dados os projetos e atividades promovidos.

² Que significa role-playing game.

BIBLIOTECA DE MARÍLIA E PROJETOS DE CUNHO SOCIAL

A vulnerabilidade está presente nas populações mais pobres e menos desfavorecidas economicamente nas atuais sociedades capitalistas, porém, somente a questão financeira não resolveria todos os problemas sociais de uma comunidade (CARMO; GUIZARDI, 2018). É necessário pensar em políticas públicas e sociais, sejam educacionais, de saúde, transporte, culturais e de lazer, para atender uma população que não é só carente na renda financeira, mas que são privados de insumos básicos para sua sobrevivência.

Neste sentido, para Carmo e Guizardi (2018, p. 7), é uma associação possível entre a vulnerabilidade e “[...] à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade”.

Aqui, neste trabalho, a vulnerabilidade social está atrelada à assistência para indivíduos que necessitam de informação, serviços e projetos que auxiliem a sua inserção na sociedade. Tal afirmação é evidente ao verificar que os três projetos sociais executados pela BMM objetivam sanar lacunas informacionais de determinados grupos. Contudo, deve-se considerar que não são todos os indivíduos da comunidade que tem a possibilidade de frequentar uma biblioteca pública, e compreender que essa também pode ser uma função da unidade: disposição a amparar e auxiliar e resolver os problemas comuns, do cotidiano.

Atualmente, a BMM possui programas permanentes acontecendo o ano inteiro de acordo com o cronograma e com as datas comemorativas da leitura, cultura e saúde; como Dia do Livro, Campanha de Amamentação, Setembro Amarelo, Solidariedade ao Povo Palestino e afins. É importante ressaltar que todas as atividades são gratuitas e abertas ao público de diversas idades.

Os projetos e atividades são: oficinas: com variadas linguagens artísticas, como filtro dos sonhos, orientação profissional, elaboração de *letterings*, confecção de minilivro, automaquiagem, defesa pessoal, mandalas em aquarela, mangá, etc.; yoga: acontecendo duas vezes por semana, com o objetivo de promover bem estar e equilíbrio emocional; conversa com os escritores: acontece uma vez por mês, com o objetivo de aproximar autores, livros e público para desmistificar o mundo elitizado da literatura; hora do conto: sessões de contações de histórias para todos os públicos; terceira idade *on*, terceira idade na era digital e androidando: projetos que incentivam o uso de celular e de inclusão digital para a terceira idade; arteterapia para adultos: mescla arte, terapia e desenvolve o autoconhecimento em encontros semanais;

janela literária: evento artístico literário que acontece quando a biblioteca abre excepcionalmente uma vez por mês aos sábados, reunindo diversas atividades, como lançamentos de livros, RPG, Clube de Leitura “Leia Mulheres”, contações de histórias, além de oferecer espaço para artistas da cidade se apresentarem através da música, dança, declamações de poesias; e inúmeras exposições: a biblioteca oferece espaço para manifestações literárias e também para artistas da cidade que queiram divulgar seu trabalho (OS ENCANTOS..., 2019; BIBLIOTECA..., 2018). Além desses projetos a BMM também oferece o espaço para capacitações, cursos, reuniões do Conselho de Cultura do município, Grupo de empreendedoras, coletivos artísticos e afins.

Esses projetos e atividades contribuem significativamente para atrair e inserir os indivíduos no ambiente da biblioteca, somando um número maior de usuários, mais importante que isso, que os mesmos se sintam acolhidos e que consigam suprir suas necessidades e carências informacionais e sociais.

Os projetos evidenciados acima são comuns durante a programação da BMM, porém, o nosso foco se atém a projetos de extensão de leitura, objetivando atender um público carente de informação e que, de uma forma ou outra, sofrem uma repressão social e não conseguem se incluir socialmente por diversos fatores. Os projetos são: Farmacinha da Leitura, Árvore da Leitura e Bibliotecando na Fundação Casa.

Em parceria com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade de Marília/SP, a Farmacinha da Leitura consiste na exposição de uma estante na UBS, composta com livros de literatura e revistas doados pela população local, com o objetivo de levar a leitura até os indivíduos que não conseguem ter acesso fácil e rápido à Biblioteca Municipal e contato com os livros, considerando que as UBS são localizadas em bairros afastados da região central (prédio da BMM). Já foram inauguradas duas ‘farmacinhas’ nas UBS Palmital e Jd. Flamingo, e a meta é oferecer o projeto para todos os postos de saúde do município.

Junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Marília, foi implantado no Centro Dia “Irmã Dilma” (zona sul), o projeto Árvore da Leitura, com a proposta de auxiliar na saúde física e emocional, assim como no lazer e bem-estar da terceira idade, público acolhido pelos Centros Dias de Marília. Procuramos resultados do projeto, como a declaração de participantes, mas não houve êxito.

Por fim, e não menos importante, Bibliotecando na Fundação Casa é um projeto em parceria com a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, também localizada em Marília/SP, onde são oferecidas oficinas de mediação de leitura e atividades que apresentam

elementos que compõem a cultura do Hip Hop para adolescentes da Fundação. É importante ressaltar que todas as oficinas e atividades ofertadas são ministradas pela bibliotecária Janaína França, da BMM. Nas atividades de mediação de leitura, a bibliotecária apresenta e realiza a leitura, junto com os adolescentes, de determinados trechos de livros da literatura brasileira, que possuem relações com o dia a dia dos adolescentes. A bibliotecária, em conjunto com funcionários da Fundação, também organizam a Biblioteca existente na unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há uma carência informacional significativa, sendo necessário conhecer melhor o público para atender as necessidades dessa comunidade. Para Suaiden (2000, p. 60), “[...] à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação.”

É importante considerar que as ações sociais realizadas pelas bibliotecas públicas auxiliam na promoção de uma sociedade mais justa, humanizada e consciente de suas obrigações. É uma necessidade que a própria comunidade apresenta à unidade de informação e, conseqüentemente, aos bibliotecários e bibliotecárias, que devem se atualizar e sempre estar atentos às carências sociais, que são diversas de acordo com o contexto.

Em se tratando da BMM, considera-se que há o oferecimento de serviços diferenciados à população, com um ambiente agradável que favorece o bom convívio, uma infraestrutura moderna e com distribuição do acervo de forma facilitada, literatura que atende a várias faixas etárias, com incentivo aos profissionais da arte, programas estendidos à pessoas da terceira idade, dentre outros.

No momento que a biblioteca pública realmente decide implantar um serviço de informação que consiga atender às necessidades sociais de uma população, conseguirá dar um grande passo, pois contribuirá para a formação da cidadania, e poderá se tornar de fato um real centro disseminador da informação verídica.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. Disseminação da informação: entre a teoria e a prática. Marília: Fundepe, 2003.

BIBLIOTECA Municipal de Marília tem vários programas permanentes. 2018. Disponível em: <https://www.marilia.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/6732/Biblioteca-Municipal-de-Mar%C3%ADlia-tem-v%C3%A1rios-programas-permanentes>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 101-118, abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1153>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-14, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

OS ENCANTOS da nova Biblioteca Municipal de Marília. 2019. Disponível em: <https://www.solutudo.com.br/sp/marilia/noticias/solutudo-marilia/160320/detalhes/os-encantos-da-nova-biblioteca-municipal-de-marilia/4254>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas. Brasília: Briquet de Lemos, 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca pública: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes>. Acesso em: 06 dez. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS (IFLA); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIAS E A

CULTURA (UNESCO). Manifesto sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

MERCADANTE, Leila Magalhães Zerlotti. Novas formas de mediação da informação. Transinformação, v. 7, n. 1/2/3, p. 33-40, jan./dez. 1995. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1635/1606>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, Anna Carolina; FERREIRA, Pedro Cavalcanti (org.). Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2016. p. 19-42. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21_cap01.pdf. Acesso em: 01 dez. 2019.

AS CATEGORIAS FENOMENOLÓGICAS PEIRCEANAS E A ELABORAÇÃO DE CONCEITOS: REVISANDO ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Wilson Roberto Veronez Júnior¹, Edmilson Alves dos Santos Júnior², Graziela dos Santos Lima³, Janaina Fernandes Guimarães Polonini⁴, Caio Fábio Moreira Gonçalves⁵, Carlos Cândido de Almeida⁶

¹UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-2939-1917>, veronezw@gmail.com

²UNESP, <https://orcid.org/0000-0001-7724-70853>, edmilson.santos@usp.br

³UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-3861-2937>, graziela.lima@unesp.br

⁴UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-4174-8042>, janaina.polonini@unesp.br

⁵UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-3961-3897>, caiomfg@gmail.com

⁶UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo: A Semiótica é habitualmente denominada como a teoria geral dos signos e de todas as linguagens (verbal e não-verbal), e também, ela se estende a outros fenômenos existentes, tais como o cosmos, a natureza, os animais e os seres humanos. Na teoria de Charles Sanders Peirce, a semiótica é definida como a ciência geral de todos os signos e está baseada numa abordagem triádica. A organização do conhecimento, campo de estudos que propõe metodologias, análises, diretrizes e processos trabalha com a organização do conhecimento registrado por meio da unidade de conhecimento, conhecida como conceitos, na qual descreve um termo. Entendemos que o conceito se constitui por meio de características do objeto concebidas via ideias, pontos de vista, opiniões e comunicadas e representadas por relações intersubjetivas em um determinado domínio do conhecimento. Semioticamente, o conceito é um signo resultante da ação cotidiana de representação de objetos dinâmicos ou imediatos. Assim sendo, o objetivo do trabalho é realizar uma análise das categorias fenomenológicas relacionada à primeiridade, secundidade e terceiridade, e como estas explicam o processo de elaboração de conceitos, atividade fundamental da representação e organização do conhecimento. A categoria relacionada à primeiridade é o que se constitui de forma imediata e se configura na qualidade do ser. A secundidade se refere à ação e reação que temos no mundo em nossa volta no cotidiano. A terceiridade toma como base as duas categorias e promove a interpretação e representação dos fatos em uma espécie de mediação. A teoria semiótica atua no processo interpretativo dos signos através de suas experiências de vida, cultura. A análise do processo interpretativo do objeto conduz à elaboração de conceitos. O fundamento da Semiótica Peirceana para definir conceito deve ser confrontado com a noção cartesiana proveniente da teoria do conceito de Dahlberg. Ao representar o conceito, a partir das categorias fenomenológicas, o indivíduo é inserido em um contínuo inferencial potencializado pelas capacidades mentais e de ação consequente para elaboração e teste de um determinado conceito. A elaboração do conceito de Dahlberg supõe a existência da díade epistemológica sujeito-objeto, enquanto a fenomenologia peirceana desmonta o dualismo existente na epistemologia antropocêntrica. Conclui-se que o conceito é um produto inferencial e contínuo, e sua estabilidade semântica, importante para a comunicação humana, é apenas um estágio artificial de sua condição.

Palavras-chave: Categorias Fenomenológicas; Organização do Conhecimento; Conceito.

Abstract: Semiotics is commonly referred to as the general theory of signs and all languages (verbal and nonverbal), and also extends to other existing phenomena such as the cosmos, nature, animals, and humans. In Charles Sanders Peirce's theory, semiotics is defined as the general science of all signs and is based on a triadic approach. Knowledge organization, a field of study that proposes methodologies, analysis, guidelines and processes, works with the organization of knowledge registered through the knowledge unit, known as concepts, in which it describes a term. We understand that the concept is constituted by means of object characteristics conceived via ideas, points of view, opinions and communicated and represented by intersubjective relations in a given domain of knowledge. Semiotically, the concept is a sign resulting from the daily action of representation of dynamic or immediate objects. Thus, the objective of this work is to perform an analysis of the phenomenological categories related to firstness, secondness and thirdness and how they explain the process of elaboration of concepts, fundamental activity of representation and organization of knowledge. The category related to firstness is that which is immediately constitutive and configures itself in the quality of being. Secondness refers to the action and reaction we have in the world around us in everyday life. Thirdness is based on both categories and promotes the interpretation and representation of facts in a kind of mediation. Semiotic theory acts on the interpretative process of signs through their life experiences, culture. The analysis of the interpretative process of the object leads to the elaboration of concepts. The foundation of Peircean Semiotics for defining concept must be confronted with the Cartesian notion from Dahlberg's theory of concept. By representing the concept, from the phenomenological categories, the individual is inserted in an inferential continuum potentiated by the mental capacities and consequent action to elaborate and test a certain concept. Dahlberg's elaboration of the concept assumes the existence of the subject-object epistemological dyad, while Peirce's phenomenology dismantles the existing dualism in anthropocentric epistemology. It is concluded that the concept is an inferential and continuous product, and its semantic stability, important for human communication, is only an artificial stage of its condition.

Keywords: Phenomenological Categories, Knowledge Organization, Concept.

“¿Para qué sirve la CCT [ciencia de las ciencias y las tecnologías]? A primera vista, no es más útil que la poesía o el teatro, la cosmología o la palenontología, la matemática pura o la historia antigua. Esto es, no sirve “nada más” que para enriquecer la cultura, así como para entretener a sus cultores. Las gentes llamadas “prácticas”, es decir, de horizonte limitado, encuentran que, siendo así, la CCT no tiene razón de existir.”

M. Bunge (2013, p. 18)

INTRODUÇÃO

A semiótica Peirceana, é uma teoria consolidada pelo filósofo, matemático e químico estadunidense Charles Sanders Peirce (1839-1914). Na teoria adotada por este estudioso, ela é definida como a ciência geral de todos os signos, independentemente de sua natureza, seja ela, verbal ou não-verbal.

O objetivo deste trabalho é argumentar que as categorias fenomenológicas (primeiridade, secundidade e terceiridade) subsidiar o processo semiótico de elaboração de conceitos, tendo

como base a teoria do conceito de Ingtraut Dahlberg. Todo este processo deve ser concebido como uma semiose, para Noth (1996, p. 208) “A semiose, de acordo com Peirce (C.P. 6321), é um processo de mediação, “pelo qual um primeiro e um segundo são colocados em relação” por meio de um terceiro”. Nas palavras do autor, o processo de semiose está relacionado a mediação de um primeiro com um segundo signo, eles farão a relação com um terceiro elemento sgnico.

Tendo como foco principal a definição de conceito e a maneira como os conceitos são elaborados a partir de uma perspectiva das categorias fenomenológicas peirceana, poderíamos inferir que as categorias fenomenológicas e a teoria do conceitos são elementos construtivos na elaboração de conceitos? Para chegarmos a uma conclusão à respeito destas perguntas, realizaremos uma análise acerca da Semiótica Peirceana, das categorias fenomenológicas e da teoria do conceito, e por fim, analisaremos como ocorre o processo semiótico na elaboração de conceitos através das categorias fenomenológicas de Charles Peirce e sua relação com a teoria do conceito de Ingtraut Dahlberg.

A metodologia para a realização do estudo é de abordagem qualitativa, com perspectiva teórico bibliográfica, que busca discutir e compreender a relação entre os temas descritos, as categorias fenomenológicas da teoria semiótica de Peirce e a teoria de conceitos Ingtraut Dahlberg, visando a reflexão acerca construção de conceitos. Portanto, é importante que haja a discussão entre essas duas teorias distintos, para novos diálogos que contribuam com as reflexões na Organização do Conhecimento e na Ciência da Informação.

SEMIÓTICA

Nesta seção, o objetivo principal é apresentar uma concepção geral acerca da Semiótica, dos signos e das categorias fenomenológicas elaboradas por Peirce, partindo de uma premissa, que a semiótica visa contribuir no pensamento do indivíduo através de signos e da experiência de todos os seres para apreensão da realidade e do pensamento.

A Semiótica é habitualmente denominada como a teoria geral dos signos e de todas as linguagens (verbal e não-verbal), e também, ela se estende a outros fenômenos existentes, tais como os cosmos, as pedras, a natureza, os animais, entre outros. Nas palavras de Noth (1996, p. 21) “A semiótica é uma ciência rigorosa, construtoras de formas ideais, pelas quais por via dedutiva e, portanto, o modo de necessidade, demonstrará suas conclusões”. Conforme destaca o autor, a semiótica é compreendida como uma ciência construtora de formas ideais, a partir da

dedução, e também por seu modo de necessidades, ela demonstrará as suas conclusões acerca do objeto estudado.

Na concepção de Santaella (2004, p. 7) o termo Semiótica “vem da raiz grega *semeion* que quer dizer signo, portanto, Semiótica é a ciência dos signos”. A autora, informa que todas as linguagens são composta de signos. Para Silveira (2007, p. 38), a semiótica “é uma ciência formal que tem por objetivo estabelecer como devem ser todos os signos para uma inteligência capaz de aprender através da experiência”. Segundo o autor, a semiótica atua no processo de como os signos deverão ser interpretados pelo indivíduos através de suas experiências de vida, sua cultura, bem como os seus hábitos diários. Portanto, a semiótica atua como uma ciência que visa contribuir no entendimento do pensamento humanos através de signos. Em outros aspectos,

A semiótica é, por vezes, denominada, restritamente, como a variante norte-americana da semiologia, apesar de possuir reconhecidamente fundamentos e conceitos diferentes da teoria dos signos de matriz saussuriana e com o propósito de investigar a natureza, a tipologia e a dinâmica dos signos nas mais diversas esferas” (ALMEIDA, 2015, p. 17).

Para o autor supracitado, a semiótica possui uma influência norte-americana muito forte, em alguns casos, ela é confundida com a semiologia saussuriana, e também entendida como uma matriz da semiologia no contexto norte-americano. A semiótica tem por finalidade a investigação da natureza, tipologia e a dinâmica dos signos em inúmeros aspectos, seja no homem, na natureza, na biologia, nos animais e nos cosmos.

O signo tem uma função representativa do objeto, isto é, ele não é a coisa propriamente dita, mas ela tem autonomia e força para representá-lo. Na questão do signo, de acordo com Silveira (2007, p. 75) “o signo por, ser um indicador, não abandona nada que já o constituía, mas, pelo conflito de algumas de suas qualidades para com as do objeto, diversifica-se, não mais sendo um mero ícone, mas também e, sobretudo, um índice.

Nas palavras de Noth (1996, p. 21) “Os signos tomados fenomenologicamente são infinitos, quanto mais ao se tratar dos caracteres daqueles signos utilizados por toda e qualquer inteligência capaz de aprender através da experiência, e às quais, Peirce denomina ‘científicas’”. Na concepção do autor supracitado, os signos são entendidos como infinitos, ou seja, o indivíduo tem a capacidade de produzir signos em uma escala ilimitada, podemos associar essa cadeia produtiva de signos através da vivência do ser humano na sociedade, em que ao estar inserido em uma cultura, ele está sujeito a estar diante de inúmeros signos, símbolos e representações da realidade.

Para Blikstein (1996, p. 21) “Um signo é, com efeito, uma coisa que, além da impressão que produz nos sentidos, faz vir, por si mesma, uma outra coisa ao pensamento”. Nesse sentido, o

signo pode tomar uma forma de representação de um determinado objeto, não que seja ele mesmo, mas pode ser algo que dê conta de substituir o objeto desejado.

Retomando a ideia de signo¹ como algo da representação na mente humana, Blikstein (1995, p. 21) relata que “para Charles Sanders Peirce, a característica básica do signo é a de poder representar as coisas ou objetos: mas, para que algo possa ser um signo, esse algo deve ‘representar’, alguma outra coisa”. Na concepção de Santaella (2004, p. 12) “um signo intenta representar, em parte pelo menos um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo se o signo representar seu objeto falsamente”. Em nosso entendimento, o signo tem a função de representar um objeto, de maneira parcial, ele pode fazer menção ao objeto, seja ele verdadeiro ou falso. De acordo com Silveira (2007, p. 21) “[...] os signos são objeto da lógica como semiótica; não cessam, porém, aí, a exigência que esta ciência fez para desenvolver-se”.

Adentrando sobre as categorias fenomenológicas ou do pensamento da semiótica de Peirce, podemos aprofundar no conceito das categorias fenomenológicas/consciência/experiência,

Parece então que as verdadeiras categorias da consciência são: primeira, sentimento, a consciência que pode ser incluída com um instante de tempo, consciência passiva de qualidade, sem reconhecimento ou análise; segunda, consciência de interpretação no campo da consciência, sentido da resistência, de um fato externo, de alguma outra coisa; terceira, consciência sintética, ligação com o tempo, sentido de aprendizagem, pensamento (IBRI, 1992, p. 13-14).

Na explicação do autor, as categorias do pensamento podem ser estabelecidas em três partes, a primeira, está ligada ao sentimento, ou seja, uma sensação térmica, um calafrio, sentimento de amor, ódio, alegria, tristeza, rancor, paixão, na segunda, é aquilo que está ligado à consciência, um sonho, associação de outro objeto, na terceira, está ligada ao pensamento, à constituição do objeto que surge a mente e que tem o potencial para representar um objeto.

Segundo Ibri (1992, p. 4), “[...] a Fenomenologia é a primeira das ciências positivas da Filosofia, sendo também nomeada por ele de Faneroscopia² ou Doutrina das Categorias”. Em outro aspecto, a fenomenologia pode ser considerada a realidade, isto é, como nos aparece (*phainein*, em grego, significa aparecer, enquanto que aquilo que surge é nomeado por

¹ Baseado em Peirce, defino um signo como alguma coisa que, de um lado, é de tal modo determinada por um objeto e, por outro lado, de tal modo determina uma ideia na mente de uma pessoa, que esta última determinação, que eu denomino o interpretante do signo, é através disso determinada por aquele objeto (IBRI, 1992, p. 48).

² **Faneroscopia**: é a descrição do faneron; por faneron entendo a totalidade coletiva de tudo aquilo que, de alguma maneira e em qualquer sentido que seja, está presente ao espírito, sem considerar de modo algum se isso corresponde a alguma coisa de real ou não. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/faneroscopia/>>. Acesso em: 07 de jun.2019.

derivação, *phainomenon*) foi por Kant denominada fenômeno (SILVEIRA, 2007, p. 39). Na concepção do autor, entendemos que a fenomenologia está associada a um elemento que surge na mente de um indivíduo, e que esse objeto, de modo geral, é interpretado como um fenômeno³, dentro das categorias fenomenológicas, esses fenômenos surgem em frações de segundos.

Ainda, nesse sentido, a fenomenologia,

A ciência da aparência em geral, exigida por Peirce fundamenta toda a conduta dos seres inteligentes, aí incluídos todos os processos semióticos, Peirce então denominará, pelo qual proporá o quadro categorial capaz de expressar a aparência em sua irrestrita universalidade e, a partir daí, fundamentar todas as demais ciências cujo objeto integre o universo fenomênico (SILVEIRA, 2007, p. 39).

Nas palavras do autor, a fenomenologia é uma ciência da aparência e que tem por função fundamentar a conduta dos seres denominados inteligentes. No plano da terceiridade, de acordo com (IBRI, 1992), a fenomenologia pode estar associada ao tempo, entendida como uma instância mediadora que compreende o passado vivido até a ação que será realizada no futuro, isto é, a fenomenologia se faz presente na categoria da inteligibilidade, pensamento em signos, na elaboração cognitiva.

Conforme Silveira (2007, p. 41) existe três maneira do surgimento do objeto à mente que Peirce denominará de:

Primeiridade, presente naquilo que é livre, novo, espontâneo e casual; a existência ou fatualidade, denominada por Peirce Secundidade, característica do esforço, da resistência, da ação e reação, da alteridade - como presença do outro - , da negação e da existência; e, por fim, a generalidade, denominada por Peirce Terceiridade, característica do contínuo, do pensamento e da lei.

Nesse sentido, o signo que é apresentado ao individuo está inserido nessas três categorias, primeiramente, ele é algo efêmero, isto é, surge em um momento, mas logo se dissipa, secundamente, há uma ação e reação, um confronto, terceiramente, tem um caráter de continuidade, explicaremos este processo mais adiante.

É possível analisarmos que a primeiridade está no nível do sensível, aquela sensação que passa de uma forma muito rápida pelos nossos sentidos, no plano da secundidade, temos o nível da experiência, o que nos move a tomar uma atitude mediante uma determinada circunstância,

³ ABBAGNANO, N. DICIONÁRIO DE FILOSOFIA, 2007. **Fenômeno**: O mesmo que aparência (v.). Nesse sentido o F. é a aparência sensível que se contrapõe à realidade, podendo ser considerado manifestação desta, ou que se contrapõe ao fato, do qual pode ser considerado idêntico (v.FATO). É este o sentido que essa palavra normalmente assume na linguagem comum (mesmo quando faz alusão a uma aparência paradoxal e insólita, como por exemplo a monstruosa), sendo também o significado encontrado em Bacon (em *De interpretatione naturae proemium*, 1603), em Descartes (*Princ. Phil.*, III, 4), em Hobbes (*De corp.*, 25, § 1) e em Wolff (*Cosm.*, § 225).

ação e reação, luta, omissão ou o confronto, já no plano da terceiridade, ela está atrelada ao pensamento, à razão e à mente. Em outra explicação, no primeiro plano, ela é a base de toda a realidade, contínua e generalizada, no segundo plano, ela é entendida como uma especificidade irreduzível ao primeiro ato, agindo como uma confrontação de ação e reação em relação ao signo, no terceiro plano, engloba os dois níveis anteriores, fazendo com que outros elementos não mantenham relações com outros objetos (SILVEIRA, 2007)

Nesta seção, o nosso objetivo foi apresentar um panorama geral da Semiótica, entendendo-a como uma ciência geral de todos os signos e linguagens, também, tendo como foco principal as categorias fenomenológicas do pensamento de Charles Sanders Peirce, sendo estas, a maneira como o indivíduo percebe a realidade através de signos.

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E TEORIA DO CONCEITO

Nesta seção, o objetivo principal é apresentar a organização do conhecimento em seu sentido prático e interdisciplinar, bem como a teoria do conceito presente nesta área

Com relação à organização do conhecimento, é preciso destacarmos que ela está associada a Ciência da Informação. Em termos gerais, a Organização do Conhecimento pode ser entendida como uma sub-área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo em vista que ela visa prover formas de organizar e fornecer o acesso ao conhecimento por meio de instrumentos de busca (catálogos, índices, tesouros, entre outros). No entendimento de Friedman e Thellefsen (2011, p. 645, tradução nossa⁴), a “Organização do Conhecimento (OC) é entendida como uma sub-área dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BIC) uma comunidade que se concentra em representação bibliográfica”.

Em relação à natureza da Organização do Conhecimento, de acordo com Friedman e Thellefsen (2011), a Organização do Conhecimento procura examinar a natureza e a qualidade dos processos de organização do conhecimento, bem como a estrutura e função do sistema de organização do conhecimento.

Para Hjørland (2003), a Organização do Conhecimento no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação pode estar associada a diversos fatores, dentre eles, podemos destacar a

⁴ Knowledge organization (KO) is understood as a sub-area within the Library and Information Science (LIS) community that focuses on bibliographic representation. FRIEDMAN, A; THELLEFSEN, M. Concept Theory and Semiotics in Knowledge Organization. **In Journal of Documentation**, 2011, vol. 67 Iss 4 pp. 644-674.

organização de dados em registros bibliográficos⁵, e também a informação produzida em ambientes virtuais. Para o mesmo autor a OC está "ligada ao aperfeiçoamento dos procedimentos de classificação e indexação em bibliotecas, bibliografias e bases de dados eletrônicas".

Com relação ao contexto de campo de estudo, de acordo com Brascher e Café (2011, p. 25) "a Organização do Conhecimento (OC), como campo de estudo, está fundamentada essencialmente em análises de cunho semântico" (HJORLAND, 2003, p. 88). Conforme Guimarães (2017) argumenta, a Organização do Conhecimento possui três dimensões, a aplicada, a cultural e a epistemológica. De acordo com o autor supracitado, a primeira estuda os modelos, formatos, instrumentos e estruturas. A segunda tem lugar às questões sociais, políticas, éticas educativas e contextuais. A terceira tem-se as bases conceituais, históricas e metodológicas. Levando em consideração a análise do autor, entende-se que as três dimensões da Organização do Conhecimento estão totalmente integradas.

A Organização do Conhecimento possui elementos similares a Ciência da Informação, tendo em vista a sua proximidade e interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como a Computação, Matemática, Linguística, Psicologia, as Tecnologias da Informação e Comunicação, entre outras (LIMA; ALVARES, 2012).

Vimos que a organização do conhecimento pode ser entendida como uma sub-área da Ciência da Informação, e que ela visa contribuir nas formas de prover acesso a informação, através de seus instrumentos de busca (inventários, índices, catálogos, taxonomia, tesouros, guias, entre outros).

A teoria do conceito foi sistematizada e formalizada pela Ingtraut Dahlberg em 1970 com base na Teoria Geral da Terminologia de Eugene Wuster e na Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan (MELO; BRASCHER, 2014). Dahlberg procura apresentar a Teoria do Conceito baseada em estudos da gramática e linguística, e também dos estudos biblioteconômicos, no caso, a classificação de Ranganathan.

Para o entendimento do conceito, Dahlberg procura analisar de um ponto de vista triádico, através do referente, forma e das características, e que o conceito é formado de um todo que ainda não existe (FRIEDMAN; THELLEFSEN, 2011, p. 660, tradução nossa⁶), sendo assim, o

⁵ Índices de citações, registros de texto completo.

⁶ Dahlberg offered a triadic foundation of the term "concept". According to this model, a "concept" is a generated whole that does not yet exist. Dahlberg proposes a concept system that consists of a triangular representation made up of reference, characteristic, and verbal form.

conceito é um todo que ainda não é definido. Com relação ao referente, este é o principal elemento da triangulação (FRIEDMAN; THELLEFSEN, 2011).

O conceito está relacionado também a filosofia, sendo essa a que iniciou os estudos sobre gênese e formação de conceitos,

Assim, a filosofia foi a área do conhecimento que iniciou os estudos sobre a gênese e formação de conceitos. Porém, ao longo da história do pensamento científico, o conceito tornou-se objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento: lógica, semântica, linguística, terminologia, psicologia, ciência da informação, entre outras, o que permite caracterizá-lo como um objeto de natureza interdisciplinar, relacionado à cognição humana e à noção de significado (MELO; BRASCHER, 2014, p. 69).

Segundo Melo e Brascher (2014), a fundamentação de conceitos tem uma forte relação com um sistema conceitual de organização do conhecimento, e que podemos entender essa organização do conhecimento como um processo de interação.

Para Dahlberg (1978a, p. 102) “é possível definir, então o conceito como e compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo lingüístico”. Neste sentido, o conceito está relacionado ao objeto lingüístico, ou seja, aquele objeto que possui um significado para alguém, e que de acordo com uma determinada cultura, ele receberá aquela denominação, pois há uma convenção social que o legitimou, portanto, ele será determinado pelo seu nome e uso no cotidiano, por exemplo, um vaso de cerâmica, o seu formato, a sua materialidade e o seu uso são determinados pela comunidade lingüística.

Na concepção de Dahlberg (1978, p. 12b) “Conceito é a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais lingüísticos, pode ser comunicado”. Complementando o pensamento de Dahlberg, Melo e Brascher (2014, p. 71) ressalta “é uma unidade do conhecimento e só pode ser determinado a partir da junção dos três elementos que o constitui: item de referência (referente), propriedades (sínteses de características) e termo (designações)”. Nesse sentido, entendemos que, a constituição ou formação de um conceito para Dahlberg só pode ser compreendida a partir da combinação desses três elementos citados.

Para entendermos melhor essa materialização do conceito em um determinado objeto, é preciso verificarmos o quadro 1:

Quadro 1 - Conceitos

Nível	Individuais	Gerais
Objetos	Objetos individuais	Objetos gerais
Conceitos	Conceitos Individuais	Conceitos gerais
Sinais verbais	Nomes Individuais	Nomes gerais
Sinais não-verbais	Sinais individuais	Sinais gerais

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Dahlberg (1978, p. 102).

No presente quadro, destacamos que os conceitos são analisados em diversos níveis, no primeiro, são os objetos (individuais e gerais), no segundo, são os conceitos (individuais e gerais), no terceiro, são os nomes (individuais e gerais), e por último, são os sinais verbais e não-verbais (individuais e gerais). A partir do quadro, entendemos que os conceitos podem estar em um plano geral e depois eles são hierarquizados, ou seja, eles estão em uma estrutura que parte de um geral para o específico.

AS CATEGORIAS FENOMENOLÓGICAS E A TEORIA DO CONCEITO

Como argumento central, baseado no pensamento peirceano, sustentamos a ideia de que as categorias fenomenológicas e a teoria do conceito de Dahlberg são elementos característicos na elaboração de conceitos na organização do conhecimento, pois as categorias fenomenológicas são representadas de acordo com o pensamento e a experiência humana, e também são percebidas através dos principais sentidos humanos (tato, olfato, visão e paladar).

As categorias fenomenológicas são manifestadas através de signos, entendendo os signos como algo que possui a capacidade de representar um objeto em si, mas que não, necessariamente, este objeto precisa estar fisicamente. Mas para que o signo tenha uma relevância, é necessário que haja um interpretante que o decifre, lembrando que um interpretante não é um sujeito, é um efeito mental, esse processo semiótico que é advindo das categorias impressas na mente do indivíduo, são expressamente conhecidas como primeiridade, secundidade e terceiridade.

Ao representar o objeto, a partir das categorias fenomenológicas, defendemos que o indivíduo possui capacidades mentais e de ação para elaborar um determinado conceito, entendemos que ao construir um conceito, o sujeito está fazendo uso das categorias

fenomenológicas, pois ele se faz presente no processo semiótico de apreensão de conceitos advindos da natureza, da cultura, do universo em si, ao mesmo tempo, ele é tomado por signos que permeiam toda a sua ação no cotidiano. Portanto, a construção dos conceitos é influenciada por inúmeros aspectos, como cultura, contexto social, político e econômico proveniente de hábitos adquirido através de sua experiência de vida.

Na elaboração de conceitos a partir da perspectiva de Dahlberg, a autora nos apresenta duas ideias interessantes, a primeira se configura através da fundamentação triádica do conceito, ou seja, o referente (forma verbal e as características) que no contexto da teoria do conceito, são elementos que constituem na elaboração de conceitos no contexto da organização do conhecimento e da ciência da informação é o que forma por meio da relação entre conceitos os sistemas de organização do conhecimento que são: os tesouros, glossários, dicionários, esquemas de classificação, taxonomias, cabeçalhos de assuntos redes semânticas, entre outros (FRIEDMAN; THELLEFSEN, 2011).

A segunda ideia é implantada por Dahlberg (1978) a partir de categorias de representação dos conceitos estabelecidas em três níveis, tais como: no primeiro, os objetos (individuais e gerais), no segundo, os conceitos (individuais e gerais), no terceiro, os nomes (individuais e gerais). A partir dessa premissa, os conceitos são estabelecidos através de relações hierárquicas, em que os objetos, conceitos e os nomes são categorizados em um nível individual e depois partem para um nível geral.

Nesta seção, conclui-se que, os conceitos podem ser elaborados a partir de elementos construtivos, isto é, as categorias fenomenológicas (primeiridade, secundidade e terceiridade), sendo essas constituídas pelos signos e pelo comportamento humano e a representação da realidade, e também pela teoria do conceito (referente, forma verbal e características), com ênfase no referente, a partir de três conceitos fundamentais: predicação, denotação e a designação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, as categorias fenomenológicas e a teoria do conceito são consideradas forças motrizes na elaboração de conceitos, entendemos que essa relação se configura por meio de um processo semiótico em que o indivíduo via experiência humana possui capacidades para a construção de conceitos. Sendo esse conceito elaborado através de um efeito mental, nesse sentido, podemos compreender que a linguagem é um fator preponderante que contribui no

processo de comunicação e representação do conceito, pois se o conceito não for transmitido, não é possível que ele tome forma e que não faça sentido para o sujeito.

Para uma pesquisa futura, propomos discutir a respeito das categorias fenomenológicas e na fundamentação triádica do conceito, a partir das práticas e técnicas de organização do conhecimento no campo da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. Charles Peirce e a Organização da Informação e do Conhecimento/Carlos Cândido de Almeida. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

BARTHES, R. Elementos de Semiologia: tradução de Izidoro Blikstein. [São Paulo] Cultrix. Editora da USP [1971], 116 p.

BLIKSTEIN, I. Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade. Editora Cultrix, 2003.

BRASCHER, M; CAFÉ, L. Organização do Conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. Inf. Inf., Londrina, v. 16 . n. 3. p. 25 – 51, jan./ jun. 2011

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. Ciência da informação, v. 7, n. 2, 1978a.

_____ Fundamentos teórico-conceituais da classificação. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, 1978b.

DOS SANTOS MACULAN, B. C. M; DE OLIVEIRA LIMA, G. A. B. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 22, n. 2, p. 54-87, 2017.

FRIEDMAN, A; THELLEFSEN, M. Concept Theory and Semiotics in Knowledge Organization. In Journal of Documentation, 2011, vol. 67 Iss 4 pp. 644-674.

GUIMARÃES, J. A. C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. Informação & Informação, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017.

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. Knowledge organization, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

IBRI, I. A. Kósmos Noetós: a arquitetura filosófica de Charles Sanders Peirce. 1992.

LIMA, J. L. O; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: _____. Organização da Informação e do Conhecimento: conceitos, subsídios, interdisciplinares e aplicações. B4 Editores, 2012, p. 27-47.

MELO, M. A. F; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland. *Ciência da Informação*, v. 43, n. 1, 2014.

NÖTH, W. *A semiótica no século XX*. Annablume, 1996.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção primeiros passos: 103).

SILVEIRA, L. F. B. *Curso de semiótica geral*. Quartier Latin, 2007.

A CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA SOBRE FAKE NEWS: UMA ANÁLISE NA DIALNET

Janaína Fernandes Guimarães Polonini¹, Graziela dos Santos Lima², Edmilson Alves dos Santos Júnior³, Wilson Roberto Veronez Júnior⁴, Solange Aparecida Devechi Ordones⁵, Carlos Cândido de Almeida⁶,

¹UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-4174-8042>, janaina.polonini@unesp.br

²UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-3861-2937>, graziela.lima@unesp.br

³UNESP, <https://orcid.org/0000-0001-7724-70853>, edmilson.santos@usp.br

⁴UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-2939-1917>, veronezw@gmail.com

⁵Universidade Estadual Paulista - UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8092-4515>, solanged@univem.edu.br

⁶UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo: O fenômeno Fake News tem sido estudado por diferentes áreas devido o seu potencial de dano político, econômico e social. Fake News são notícias manifestamente falsas com uma narrativa que objetiva influenciar opiniões públicas e que se manifestam como um tipo de dominação. O presente texto versa sobre a utilização do termo Fake News nos materiais indexados pela base de dado Dialnet, no período de 2016 a 2018. A Dialnet se configura em um portal de geração de conteúdos científicos de acesso livre, direcionado para as áreas de ciências humanas e sociais, desenvolvida pela Universidade da Rioja na Espanha. Para tanto, foi verificado o número de autores e a rede de colaboração, autores mais produtivos, as instituições que pertencem e os periódicos mais devotados ao tema. O estudo possui abordagem quantitativa justificada nos métodos bibliométricos, com uma pesquisa descritiva que retrata o fenômeno Fake News nas disciplinas de Ciências Sociais e Humanidades. Foram recuperadas 122 produções científicas e após uma análise mais precisa foi feita uma seleção de textos completos com a identificação do termo Fake News no título, resumo, palavras-chaves e no corpo do texto. Dessa seleção, foram recuperados 52 trabalhos completos disponíveis para download. Das instituições as quais pertencem autores, as mais produtivas foram a Universidad Complutense de Madrid (7), a Universidad Carlos III de Madrid (3), e a Universitat de Autònoma de Barcelona (3). Dos pesquisadores identificados, os mais produtivos foram: David McHardy Reid (2), David E Allen (2), Federico Aznar Fernández-Montesinos (2), Michael McAleer (2) e Samia Benaissa Pedriza (2). Dentre os autores, 43% trabalharam em rede de colaboração de co-autoria na produção científica. Observou-se que o ano 2018 foi o que apresentou o maior volume de produção, além da predominância de trabalhos nos países Portugal e Espanha. Os periódicos mais devotados ao assunto foram o Obercom (5), AIB studi: Rivista di biblioteconomia e scienze dell'informazione (3), El profesional de la información (3), Hipertext.net: Revista Acadêmica sobre Documentación Digital y Comunicación Interactiva (3). Conclui-se que existe uma pequena produção em colaboração com outros países, sendo que os assuntos mais abordados são referentes à disseminação em massa de informações falsas em torno de disputas políticas, pós-verdade, ameaça a democracia e a liberdade de expressão, agências de checagem, desinformação, competência em informação, discurso de ódio e mídias sociais.

Palavras-chave: Fake news; Produção científica; Dialnet.

Abstract: The Fake News phenomenon has been studied in different areas due to its potential for political, economic and social harm. Fake News is manifestly false news with a narrative aimed at influencing public opinion and manifesting itself as a kind of domination. This text deals with the use of the term Fake News in materials indexed by the Dialnet database, from 2016 to 2018. Dialnet is a portal for the generation of open access scientific content, directed to the humanities areas. and social, developed by the University of Rioja in Spain. To this end, we verified the number of authors and the collaborative network, the most productive authors, the institutions they belong to and the journals most devoted to the theme. The study has a quantitative approach justified in bibliometric methods, with a descriptive research that portrays the Fake News phenomenon in the disciplines of Social Sciences and Humanities. A total of 122 scientific productions were retrieved and after a more accurate analysis a full text selection was made with the identification of the term Fake News in the title, abstract, keywords and body of the text. From this selection, 52 full papers available for download were retrieved. Of the institutions to which the authors belong, the most productive were the Universidad Complutense de Madrid (7), the Universidad Carlos III de Madrid (3), and the Universitat de Autònoma de Barcelona (3). Of the researchers identified, the most productive were: David McHardy Reid (2), David E Allen (2), Federico Aznar Fernández-Montesinos (2), Michael McAleer (2) and Samia Benaissa Pedriza (2). Among the authors, 43% worked in a co-authorship collaboration network in scientific production. It was observed that the year 2018 was the one that presented the largest production volume, besides the predominance of works in Portugal and Spain. The most devoted journals to the subject were Obercom (5), AIB studi: Rivista di librarian and scienze dell'informazione (3), Information Professional (3), Hipertext.net: Academic Journal on Digital Documentation and Interactive Communication (3). It is concluded that there is a small production in collaboration with other countries, and the most addressed subjects are related to the mass dissemination of false information around political disputes, post-truth, threat to democracy and freedom of expression, media agencies. checking, misinformation, information literacy, hate speech and social media.

Keywords: Fake news; Scientific production; Dialnet

INTRODUÇÃO

O fenômeno Fake News tem sido estudado por diferentes áreas, devido o seu potencial de dano político, econômico e social. As informações falsas ou (des)informações, as chamadas de fake news em inglês, são notícias que parecem ser verdadeiras, porém são criadas em cima de crenças individuais e coletivas por uma narrativa que tem como objetivo influenciar opiniões públicas para fins políticos, financeiros e de dominação. São notícias que disseminam boatos, inverdades sobre pessoas, partidos políticos, países, políticas públicas, dentre outros, ou seja, configurando-se em uma nova guerra para apropriação de territórios e cargos políticos utilizando-se de meios tecnológicos e a informação para fins de desinformar a sociedade colocando em prática o processo de dominação.

As fake news já se mostraram potentes influenciadoras do processo eleitoral. No momento de formar sua opinião, o leitor sofre o impacto das notícias cuja veracidade não é averiguada, criando um juízo em relação aos candidatos e ao processo democrático baseado em notícias falsas. Ainda não é possível afirmar a exata dimensão exercida pelas fake news no processo eleitoral, mas é fato que alguma influência elas exercem (CADERNOS ADENAUER, 2018).

O presente texto versa sobre a utilização e o impacto do termo fake news na base de dados Dialnet no período de 2016 a 2018¹. A Dialnet é um portal de geração de conteúdos científicos hispânico de acesso livre, o qual teve início em 2001, sendo direcionado para as áreas de Ciências Humanas e Sociais, desenvolvida pela Universidade da Rioja na Espanha, possui arquivos de periódicos virtuais com índices das revistas científicas e humanística.

A verificação de produções científicas sobre fake news, fenômeno que se expandiu e se tornou evidente nas eleições presidenciais nos Estados Unidos, em 2016, atçou olhares de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes países. Esses pesquisadores procuram entender nos meios acadêmicos a produção, propagação e absorção de notícias falsas por um público que tem no seu subconsciente suas crenças como uma única verdade no direcionamento de suas vidas. Além disso, tentam compreender o processo da fake news e pós-verdade, como uma das poderosas narrativas no ambiente político com o objetivo de dominação.

Os produtores e disseminadores de notícias falsas se utilizam de meios estratégicos e de pessoas ávidas por notícias que as satisfazem. Atualmente, um dos meios estratégicos para a disseminação de notícias falsas é a web que por meio de algoritmos veiculam as necessidades de informações pessoais do indivíduo (D'ANCONA, 2017) com as notícias construídas com base em crenças que esse mesmo indivíduo possui. Por mais que sejam meios estratégicos antigos, com as facilidades disseminativas de informações via redes sociais, tornaram-se ferramentas poderosas, que por meio de uma curta e/ou compartilhamentos de notícias falsas, podem causar problemas que interferem tanto na subjetividade do indivíduo quanto na nação, como por exemplo, as iniciativas e legitimação de um possível golpe de estado ou até mesmo o boicote à campanha de vacinação e o retorno de epidemias de doenças erradicadas.

Nesse sentido, perguntam-se quais são as categorias mais abordadas entre os pesquisadores, com publicações na Dialnet, que giram em torno das fake news? Precisamos ter consciência que as fake news tem-se agravado e poucas são as soluções voltadas para combatê-la.

¹ Na base de dados Dialnet foi encontrado publicação: (1) 2002, (2) 2011, (1) 2012 e (2) 2015. Desse modo, foram selecionados os aos com maior produção.

O FENÔMENO DA *FAKE NEWS* NA ERA DA PÓS-VERDADE

O fenômeno fake news repercutiu na eleição presidencial dos Estados Unidos, em 2016, e com os referendos sobre a saída da Grã-Bretanha da União Europeia (BREXIT). Vários campos da sociedade são afetados pelas notícias falsas, no entanto, no campo político, a desinformação, a doutrinação, o discurso de ódio e as teorias da conspiração causaram inúmeros conflitos em diversos países.

Em 2016, a expressão “Pós-verdade” foi considerada o termo do ano segundo o dicionário britânico Oxford (HANCOCK, 2016). A pós-verdade refere-se às “circunstâncias das quais os fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que os apelos à emoção e a crenças pessoais” (OXFORD, 2016). Em alinhamento ao contexto apresentado, o fenômeno fake news vem sendo estudado por diferentes áreas tais como: Ciência da Computação, Ciência de Dados, Ciência Política, Comunicação Social, Direito (Constitucional, Direitos Humanos, Direito Eleitoral, Civil, Digital, Administrativo, do Consumidor, e da Infância e do Adolescente), Educação, Psicologia e Sociologia.

O ecossistema digital originário das novas tecnologias deu origem a um novo discurso político com aumento da dimensão emocional (SUITER, 2016). A hegemonia das mídias sociais, a divulgação da produção de conteúdo por influenciadores, o aumento das propagandas, a midiatização e a espetacularização da informação, gerou ceticismo sobre a mídia tradicional.

Para Bounegru et al (2017, p. 8) “As notícias falsas podem ser consideradas não apenas em termos da forma ou conteúdo da mensagem, mas também em termos de mediação infra-estruturas, plataformas e culturas participativas que facilitar sua circulação.” O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), popularizadas desde o final dos anos 90 do século XX, provocou mudanças no jornalismo (CASTELLS, 1996). Ressalta-se ainda que, as mídias sociais, como Facebook, Twitter e Google, sites e blogs com pseudonotícias² serviram de plataforma para a difusão de fake news. Diante das novas tecnologias as mídias sociais fazem papel de mediador da informação especialmente pelo uso de filtros bolha³.

² Pseudonotícias são conteúdos produzidos por pessoas sem graduação em jornalismo ou sites e blogs que não pertencem a imprensa oficial.

³ "Filtro bolha é o conjunto de dados gerados por todos os mecanismos de algoritmos utilizados para se fazer uma edição invisível voltada à customização da navegação online. Em outras palavras, por determinadas empresas como o Facebook, entre diversas outras plataformas e provedores de conteúdo." MAGRANI, Eduardo. Democracia conectada: a internet como ferramenta de enajamento político-democrático. Curitiba:Juruá, 2014, p. 118.

A mídia tradicional ao longo dos anos foi perdendo a credibilidade pública (BERTRAND, 1999). Este fato foi decorrente pela falta de comprometimento com a apresentação da realidade dos fatos (MACIÁ-BARBER; HERRERA-DAMAS, 2010), ganância empresarial (associação com políticos e empresas para benefício); perda de publicidade para sites e blogs de jornalistas amadores e influenciadores digitais; desvalorização profissional; demissão em massa de jornalistas conceituados e contratação de jornalistas sem experiência; e estratégias para fisgar os leitores destacando um acontecimento com um título chamativo como o clickbait ou caça clique (PALAU-SAMPIO, 2016).

Desse modo, surge o ciberjornalismo, onde o jornalista realiza pesquisas, produz e divulga o conteúdo jornalístico num processo de convergência tecnológica. (SCOLARI, 2008). Para atuar nesse novo ecossistema digital, os profissionais de jornalismo precisam adquirir novas competências, repensar suas atividades não apenas como produtor de conteúdo em ritmo acelerado, em diferentes mídias, gêneros e narrativas, mas como mediador social frente às mudanças tecnológicas e sociais. (SIERRA; MORENO, 2011; FLORES-VIVAR, 2015).

Em face do exposto, surgem em 2003, as fact-checking ou agências de verificação de fatos, sendo a FactCheck.org, a primeira agência fundada pelo jornalista americano Brooks Jackson com a ajuda da Universidade da Pensilvânia e do Annenberg Public Policy Center (LUPA, 2019). Segundo o site Duke Reporter's Lab⁴, em dezembro de 2019, existiam 225 agências de checagem ativas em 73 países. Os Estados Unidos da América possuem o maior número com 50 agências de checagem. A Espanha possui 6 agências de checagens ativas. A Chequeado foi a pioneira na América Latina, criada em 2010, na Argentina. No Brasil existem dez agências de checagens ativas (DUKE REPORTER'S LAB, 2019).

Agência de Checagem ou Fact-Checking é uma instituição jornalística responsável pela verificação de informações divulgadas em meios impressos ou digitais (jornais, blogs, revistas e TV). As agências de checagens utilizam de métodos certificados internacionalmente pela International Fact-checking Network (IFCN), rede mundial de checadores reunidos em torno do Poynter Institute. Além da atividade de verificação de checagem de fatos, as agências de checagem orientam, por meio de cursos, como realizar a checagem de fatos.

Visando combater a disseminação das *fake news*, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais criaram formas de orientar a população por meio de eventos e cursos na

⁴ O Duke Reporters' Lab é um centro de pesquisa em jornalismo, situado na Sanford School of Public Policy na Duke University. Seus principais projetos se concentram na verificação de fatos, como também pesquisas ocasionais sobre confiança na mídia e em outros tópicos (DUKE REPORTER'S LAB, 2019).

tentativa de fomentar a competência informacional (aspecto educacional). A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO lançou em 2017, o livro “Desenvolvendo uma mente crítica contra notícias falsas”. Em 12 de dezembro de 2017, o Senado Federal debateu no “Seminário Fake News e a Democracia”. Em 2018, a Academia Brasileira de Letras (ABL) promoveu o seminário “Brasil, Brasis” com o tema “A liberdade de expressão: da luta contra a censura às fake news”, e em 2019 o Tribunal Superior Eleitoral debateu no “Seminário Internacional Fake News e Eleições”, na qual houve um destaque sobre a formulação de medidas coercitivas para impedir as fake news.

A preocupação sobre fake news é mundial e deve ser analisada com cuidado para não provocar à censura, suprimir o pensamento crítico, a supressão do pluralismo social, diminuir as liberdades e os direitos. “Vivemos em uma era de fragilidade institucional. As instituições a sociedade agem como anteparos.” (D'ANCONA, 2018, p. 45).

Na sociedade da informação, constata-se, frequentemente, uma defesa da mentira, em oposição ao princípio ético da verdade, a divulgação de notícias mendazes, sensacionalistas, muitas vezes, sem checar a fonte de informação. Percebe-se uma ausência de fundamentação no que tange à lei e aos valores éticos. A capacidade de se alterar, suprimir, mudar a realidade factual através do discurso, da mentira e do sofisma tornou-se quase uma tentação. É um problema ético, grave (MANSUR, ANDRADE, 2013, p. 71).

A massificação de informação colaborou para a falta de senso crítico individual, fomentou o ego, manipulando a sociedade com fabricações históricas distorcidas da realidade. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO lançou em 2013, “Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores”. Nele a alfabetização midiática e informacional (AMI) é reconhecida porque:

empodera as pessoas de todos os estilos de vida a procurar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingirem suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. Trata-se de um direito humano básico em um mundo digital que promove a inclusão social em todas as nações⁵. (WILSON *et al*, 2013, p. 16).

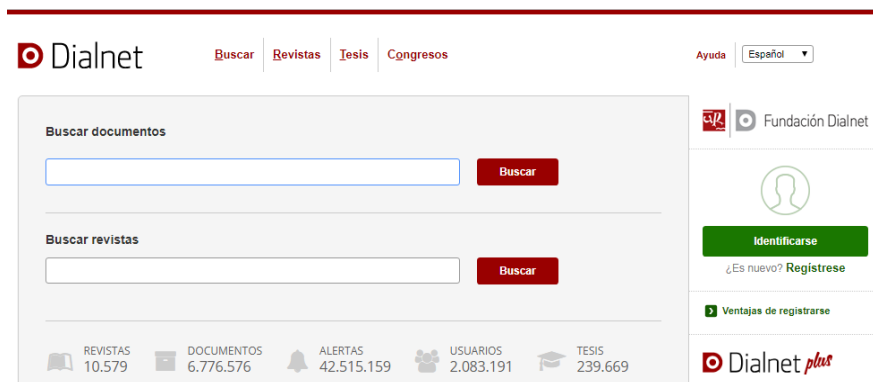
Por fim, em face do exposto, é considerado que a alfabetização midiática e a literacia informacional e digital podem colaborar com o pensamento crítico sobre os conteúdos recebidos e pesquisados, e que, portanto, a sociedade deve estar atenta e se instruir quanto as possibilidade de engano sobre as informações disseminadas na web.

⁵ NATIONAL FORUM ON INFORMATION LITERACY, BEACONS OF THE INFORMATION SOCIETY, Alexandria, 9 Nov. 2005. The Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning. Alexandria: IFLA, UNESCO, 2005.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa versa sobre a utilização e o impacto do termo fake news na base de dados Dialnet no período de 2016 a 2018. A Dialnet (Fig. 1) é um portal de geração de conteúdos científicos hispânico de acesso livre, o qual teve início em 2001, sendo direcionado para as áreas de ciências humanas e sociais, desenvolvida pela Universidade da Rioja na Espanha, possui arquivos de periódicos virtuais com índices das revistas científicas e humanísticas.

Figura 1 – Site da Base de Dados Dialnet



Fonte: Dialnet (2019).

De acordo com o site da Fundación Dialnet, em dezembro de 2018, a base de dados possuía 1.942.847 usuários, sendo os cinco países com mais usuário registrados: Espanha (33,1%), México (16,2%), Colômbia (10,6%), Peru (6,2%) e Argentina (5,6%). O Brasil está em nono lugar com 1,8% de usuário registrado.

Nesse mesmo período, a Dialnet disponibilizou os conteúdos: 6.351.517 documentos, 1.441.321 documentos com resumos, 189.630 teses, 479.278 livros, 1.388.169 documentos com textos completos, 10.358 títulos de revistas, 4.822.689 artigos de revista, 859.920 artigos de livros.

Dentre as instituições que mais colaboraram com a Dialnet estão: Universidad La Rioja (92.035), Fundación Dialnet de La Universidad Rioja (40.780), Universidad Europea de Madrid (23.824), Universidad Sevilla (23.805) e Universidad Complutense de Madrid (23.120).

O levantamento bibliográfico sobre o tema Fake News foi realizado em bases de periódicos nacionais e internacionais, tais como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI (<http://www.brapci.ufpr.br/>) e Dialnet (<https://dialnet.unirioja.es/>), nos trabalhos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB e em livros devotados ao tema.

Quanto à abordagem na análise dos dados foram destacados: o número de trabalhos completos disponíveis para download, o ano, os autores e as instituições mais produtivas, os autores que trabalham em rede colaborativa e os periódicos mais devotados ao tema.

Quanto ao conteúdo foram identificados os assuntos relacionados com o termo Fake News, na tentativa de verificar os temas de maior destaque na produção científica.

RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

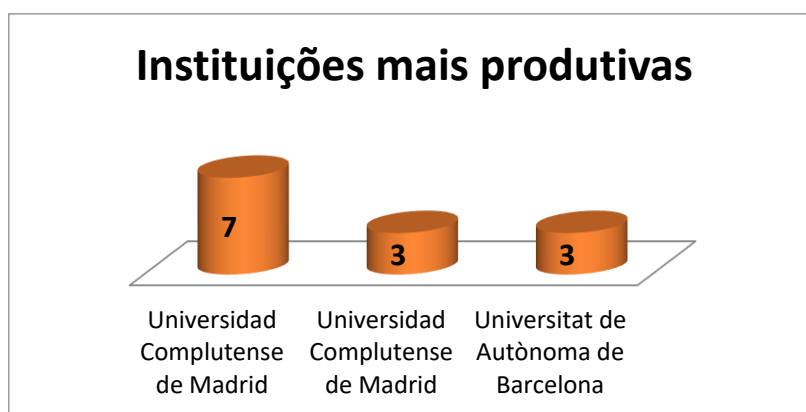
O estudo possui abordagem quantitativa justificada nos métodos bibliométricos, com uma pesquisa descritiva que retrata o fenômeno Fake News nas disciplinas de Ciências Sociais e Humanidades, utilizando como procedimento técnico a análise de conteúdo com a finalidade de identificar as principais categorias que cercam o tema supracitado. Para tanto foram verificados o número de autores e a rede de colaboração, autores mais produtivos, as instituições aos quais pertencem, os periódicos mais devotados ao tema.

Foram recuperadas 122 produções científicas com o termo Fake News entre os anos de 2016 a 2018. Para uma análise mais precisa foi feita uma seleção das fontes de informações que possuíam textos completos com a identificação do termo Fake News no título, resumo, palavras-chaves e no corpo do texto.

Dessa verificação foram encontrados um livro, 2 teses, 5 capítulos de livro e 114 artigos completos. Foram selecionados 52 artigos trabalhos completos dos anos de 2017 e 2018, disponíveis para download.

Dos 52 artigos completos encontrados, os 69 pesquisadores autores e co-autores pertencem ao total de 43 instituições, sendo: Universidad Complutense de Madrid (7), Universidad Carlos III de Madrid (3), Universitat de Autònoma de Barcelona (3), como mostra a Figura 2.

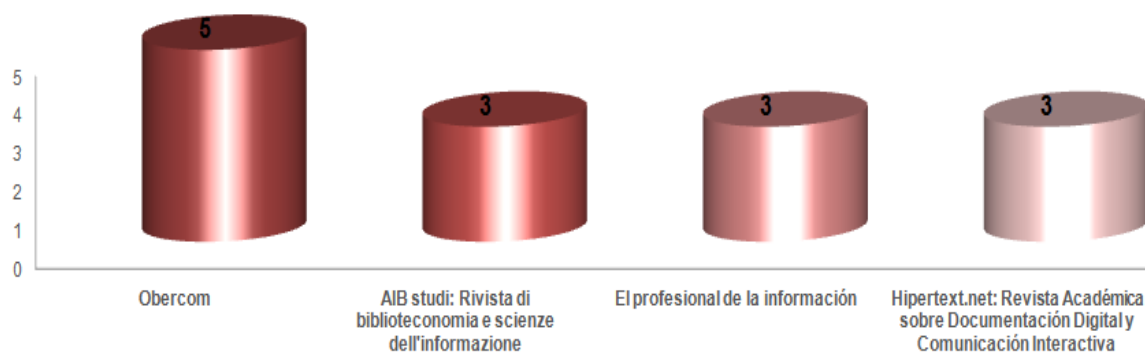
Figura 2 – Instituições mais produtivas



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dos pesquisadores identificados, os mais produtivos foram: David McHardy Reid (2), David E Allen (2), Federico Aznar Fernández-Montesinos (2), Michael McAleer (2) e Samia Benaissa Pedriza (2). Dentre os autores e co-autores, 43% trabalharam em rede de colaboração de co-autoria na produção científica.

Figura 3 – Periódicos Devotados ao Tema *Fake News*



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Observou-se que o ano de 2018, foi o que apresentou o maior volume de produção, além da predominância de trabalhos nos países Portugal e Espanha. Os periódicos mais devotados ao assunto foram o Obercom (5), AIB studi: Rivista di biblioteconomia e scienze dell'informazione (3), El profesional de la información (3), Hipertext.net: Revista Acadêmica sobre Documentación Digital y Comunicación Interactiva (3).

Vale destacar que o tema fake news é abordado considerando categorias que são afetadas, sendo produzidos por profissionais de diferentes áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos de aceitação de discursos políticos emotivos, o uso indevido das mídias sociais acompanhada do discurso de ódio, racismo e xenofobia, o descrédito dos profissionais de jornalismo, legitima a crescente produção científica voltada para o tema fake news demonstrando a preocupação com repercussão social, econômica e política.

Na pesquisa foram recuperadas 52 produções científicas completas e disponíveis para download, compreendendo os anos 2017 e 2018. Os trabalhos foram produzidos 69 autores e co-autores que pertencem ao total de 43 instituições, sendo: Universidad Complutense de Madrid, Universidad Carlos III de Madrid, Universitat de Autònoma de Barcelona, as com o maior número de produções. Das produções encontradas 43% foram realizadas em rede de colaboração. Os países com maior predominância de trabalhos são Portugal e Espanha e os

periódicos mais devotados ao assunto foram o Obercom, AIB studi: Rivista di biblioteconomia e scienze dell'informazione, El profesional de la información, Hipertext.net: Revista Acadêmica sobre Documentación Digital y Comunicación Interactiva.

Entre os temas mais abordados nas produções científicas estão: avanço tecnológico, perda de credibilidade jornalística, criação de um novo perfil jornalístico (fact-checking), alfabetização midiática e informacional, racismo, discurso de ódio, homofobia, xenofobia, redes sociais, Midiatização, prevaricação e eleição.

Foi observado que o tema fake news foi estudado pelas áreas: Ciência da Computação, Ciência de Dados, Ciência Política, Comunicação Social, Direito (Constitucional, Direitos Humanos, Direito Eleitoral, Civil, Digital, Administrativo, do Consumidor, e da Infância e do Adolescente), Educação, Psicologia e Sociologia.

Em alinhamento ao contexto apresentado e as leituras realizadas é reconhecida a importância científica do estudo sobre o tema fake news diante das consequências sociais, econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru/SP: Edusc, 1999.

BOUNEGRU, L.; *et al.* A Field Guide to Fake news. **Public Data Lab**. 2017. Disponível em: <http://fakenews.publicdatalab.org/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CADERNOS ALDENAUER XIX, n. 4. Fake news e as eleições 2018. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2018.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Tradução: Carlos Szlak. 1 ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DUKE REPORTER'S LAB. Carolina do Norte. 2018. Disponível em: <https://reporterslab.org/>. Acesso em: 10 de nov. 2019. **FACT-CHECKING**.

FLORES-VIVAR, J. (2015). Contextualización, usos empíricos y etnografía de las redes sociales en el Ciberperiodismo. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 21, 81-95, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_ESMP.2015.v21.51130. Acesso em: 24 nov. 2019.

HANCOCK, J. R. **Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, ‘pós-verdade’, a Trump e Brexit.** Edicionesel país, 17 nov. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html Acesso em: 05 abr. 2019.

LUPA. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-selecionamos-as-frases-que-serao-cheçadas/>. Acesso em: 26 nov. 2019. **O que é a agência Lupa?**

LUPA. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/quem-somos/>. Acesso em: 26 nov. 2019. **Quem somos?**

MACIÁ-BARBER, C.; HERRERA-DAMAS, S. Journalistic ethics: Praxis, dysfunctions and challenges from the perspective of communication professionals in the Community of Madrid (2006-2009). *Communication & Society*, v. 23, n. 1, pp. 77-104, 2010. Disponível em: https://www.unav.es/fcom/communication-ociety/en/articulo.php?art_id=351. Acesso em: 26 nov. 2019.

OXFORD LANGUAGE. A palavra do ano 2016. 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MANSUR, Monica Tereza; ANDRADE, Ricardo Alves de. Coord. Liliana Minardi Paesani. Verdade, mentira e imprensa na sociedade da informação. In: *O Direito na Sociedade da Informação III*. São Paulo: Atlas, 2013.

PALAU-SAMPIO, D. Metamorfosis de la prensa de referencia en el contexto digital: clickbait y estrategias de tabloide en Elpais.com. *Communication & Society*, v. 29, n. 2, pp. 63-80, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15581/003.29.2.sp.63-80>. Acesso em: 29 nov. 2019.

PÉREZ TORNERO, J. M.; SAMY TAYIE, S.; TEJEDOR, S.; PULIDO, C. ¿Cómo afrontar las noticias falseadas mediante la alfabetización periodística? Estado de la cuestión. *Doxa Comunicación*, 26, 211-235, 2018.

SCOLARI, C. **Hipermediaciones elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva.** Barcelona: Gedisa, 2008.

SIERRA, F.; MORENO, F. (Eds.) **Fundamentos de teoría del periodismo**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2011.

SUITER, J. Post-truth Politics. **Political Insight**, pp. 25-27, 2016. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2041905816680417>. Acessado em: 26 nov. 2019.

WILSON, C. et al. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. 194 p. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/digital-transformation-and-innovation/media-and-information-literacy/>. Acessado em: 26 nov. 2019.

A LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Yara Maria da Silva Cinque¹, Carlos Candido de Almeida²

¹*Graduanda do curso de Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Marília/SP, <https://orcid.org/0000-0002-9878-8275>, cinque.yara98@gmail.com*

²*UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br*

Resumo: No Brasil ainda há cidadãos que não sabem ler nem escrever, principalmente no sistema carcerário. As diferentes leis como a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei 12.433 de 29 de junho de 2011 abordam a temática sobre o acesso ao saber desde a criação de bibliotecas, educação de jovens e adultos, remição de pena entre outros, algumas mais ou menos eficazes sobre o processo de ressocialização. A temática sobre acesso à informação e à leitura é recente na área de Biblioteconomia, tendo em vista que é crucial para a reintegração das pessoas reclusas à sociedade. O objetivo deste trabalho é apresentar os trabalhos em língua portuguesa acerca dos assuntos que compõem a temática do acesso à informação e à leitura em unidades prisionais. Utilizando como ferramenta de busca o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, entre os anos de 2008 a 2017, para identificar as iniciativas realizadas mais recentemente no sistema carcerário. Os termos de busca utilizados foram: biblioteca prisional, remição de pena e leitura em prisões. Foi utilizada como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica para realizar a análise de textos sobre a temática. Os artigos encontrados abordam diferentes assuntos: biblioteca, educação para jovens e adultos e práticas de leitura. O direito de acesso aos apenados à leitura e conhecimento é fundamental no processo de ressocialização que é garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal de 1988, é que a área de Biblioteconomia possa interagir com este espaço, tendo em vista que são pessoas que necessitam de uma informação. Considerando as dificuldades do sistema prisional para reintegração do sujeito a sociedade, deve ser imprescindível as iniciativas criadas possam auxiliar no desenvolvimento do saber por meio da leitura e da informação e como as atividades biblioteconômicas podem acrescentar neste seguimento

Palavras-chave: Acesso à informação; Acesso à leitura; Unidades prisionais; Portal de periódicos CAPES

Abstract: In Brazil there are still citizens who cannot read or write, especially in the prison system. The different laws such as the Law of Criminal Execution No. 7,210 of July 11, 1984, Law No. 9,394 of December 20, 1996, Law 12,433 of June 29, 2011 address the issue of access to knowledge since the creation of libraries, youth and adult education, penalty redemption among others, some more or less effective on the process of resocialization. The issue of access to information and reading is recent in the area of library science, as it is crucial for the reintegration of prisoners into society. The aim of this paper is to present the works in Portuguese about the subjects that make up the theme of access to information and reading in prisons. Using as a search tool the Portal of Journals of the Higher Education Personnel Improvement Coordination - CAPES, from 2008 to 2017, to identify the most recent initiatives carried out in the prison system. The search terms used were: prison library, penalty redemption and reading in prisons. The bibliographic research was used as methodological procedure to perform the analysis of texts on the subject. The articles found address different subjects: library,

youth and adult education and reading practices. The right of access to the convicted to reading and knowledge is fundamental in the process of resocialization that is guaranteed by the Universal Declaration of Human Rights of 1948 and the Federal Constitution of 1988, is that the area of Library can interact with this space, considering that They are people who need information. Considering the difficulties of the prison system for the reintegration of the subject to society, it must be essential that the initiatives created can assist in the development of knowledge through reading and information and how the library activities can add to this follow-up.

Keywords: Access to information; Read access; prison units; CAPES Journal Portal

INTRODUÇÃO

A relação do homem com a informação nas primeiras civilizações quando ocorre a criação das primeiras formas da comunicação visual por meio de pinturas e símbolos usados e verbal com a criação das primeiras línguas. Com o passar dos milênios e com o desenvolvimento das tecnologias de armazenamento da informação a humanidade foi progredindo seu modo de pensar, manifestar, educar, entre outros.

Durante os séculos diversos acontecimentos como: revoltas, guerras, revoluções, entre outros, possibilitaram a construção de declarações que ofereciam algum tipo de direito aos cidadãos ou estados sobre algum assunto. Segundo Tavares (2013) a linha temporal das diretrizes que permitiam algum tipo de direito começa no Código de Hammurabi em 1780 a.C. e percorre séculos a frente passando pela Carta de Direitos da Inglaterra em 1689, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, Tratado de Versailles em 1919 até chegar na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Por meio dessas normas ocasionaram na legitimidade do acesso à informação, educação, saúde e trabalho.

Segundo o art.5 no inciso XIV e no art.23 inciso V da Constituição Brasileira de 1988 “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 1988). Ou seja, todos os cidadãos brasileiros têm resguardos pela Constituição o acesso à educação e ao conhecimento. Mesmo os privados de liberdade têm esta garantias, tendo em vista que o sentido das unidades prisionais é de ressocializar o indivíduo. Medidas para que os internos tenham acesso à informação e à leitura seriam a construção e a implementação de mecanismos ou ferramentas que auxiliassem o sujeito a mudar sua maneira de ver o mundo por meio da informação, seja ela para cessar uma

necessidade ou para o lazer. Para isto é importante que espaços e iniciativas de promoção da leitura aos reeducandos sejam ofertados.

A leitura é uma função humana no qual possibilita a compreensão de fatos de diferentes formas e meios, a mesma está no cotidiano das pessoas desde os primeiros anos de vida. “Ler possibilita desvendar aquilo que outros já viveram, produziram, criaram, sentiram... em outros lugares, outros tempos ou na imaginação. Multiplica e possibilita viver muitas vidas e experiências.” (FAILLA, 2016, p. 19). A autora argumenta que por meio do ato de ler o indivíduo consegue refletir sobre diferentes teorias, lados de uma mesma história, fruir um momento de lazer, criando suas próprias opiniões, de modo a possibilitar que o mesmo tenha um melhor entendimento do que está lendo, dando a oportunidade de elaborar sua própria linha de raciocínio. Para que a disseminação da informação seja aplicada é fundamental de um espaço no qual as pessoas tenham acesso a diferentes formatos e suportes, com uma variedade de assuntos.

A biblioteca é um espaço que se disponibiliza aos seus usuários diferentes tipos de materiais e suportes para que a comunidade atendida se usufrua de seus benefícios. A biblioteca acompanha a sociedade desde a Antiguidade, no qual se teve a necessidade de preservar o conhecimento para a próxima geração. Com o passar dos anos a biblioteca foi se modificando conforme os períodos históricos, até que a partir do século XVI surgiu a preocupação de criar instituições gratuitas, acessíveis, leigas, entre outros para todas as pessoas. A partir do século XIX teve-se a necessidade de se criar outros tipos de bibliotecas para grupos específicos para suprir suas necessidades informacionais (MORAIS, 2009). A partir deste momento surgiram os diferentes tipos de bibliotecas: públicas, escolares, universitárias e prisionais.

A biblioteca prisional tem diferentes significações por conta da sua funcionalidade, pois ao mesmo tempo que atende um grupo específico, bem como auxilia no processo educacional do indivíduo. “A biblioteca no cárcere objetiva resgatar a autoestima do encarcerado, devolvendo a ele o alento da esperança dentro do quadro prisional que o torna nada além de um indivíduo que por trás das grades é apenas o número do delito que cometeu” (COLARES; LINDEMANN, 2015, p.205).

O acesso à informação e à leitura ocorre também por meio da remição de pena, prescrita na Lei de n. 12.433, de 29 de junho de 2011, no qual permite o recluso de remir sua pena por meio trabalho e estudo. A leitura só começou a ser um meio de remição através da recomendação de n. 44 do Conselho Nacional de Justiça em 2013 criou diretrizes de como o processo de remição pudesse ocorrer.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar o desenvolvimento de publicações em língua portuguesa acerca dos assuntos que compõem a temática acesso à informação e à leitura em unidades prisionais. O objetivo específico foi realizar um levantamento bibliográfico para saber o número de publicações científicas entre os anos de 2008 a 2017 com o intuito de averiguar o desenvolvimento da temática e verificar se esses trabalhos recuperados tem realmente relação com a área do conhecimento. A busca foi realizada para averiguar o crescimento das temáticas: biblioteca prisional, remição de pena pela leitura durante o período selecionado.

Para tanto, utilizou-se o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, escolhido para analisar a quantidade de textos que estão indexados que guardam relação com os assuntos indicados.

O Portal de Periódicos CAPES é uma biblioteca virtual que disponibiliza e armazena um acervo que conta com 45 mil periódicos, 130 base referenciais, 12 bases para patentes, além de livros, normas técnicas, entre outros, no qual oferece esses serviços para instituições de ensino e pesquisa do país (CAPES, [s.d]).

Para utilizar a base é necessário que a pessoa seja vinculada a uma das instituições autorizadas para que o acesso seja gratuito e que o mesmo tenha contato os benefícios mantidos como: treinamentos de como se utilizar o periódico e as bases assinadas, livros, entre outros.

Segundo Almeida, Guimarães e Alves (2010), o Portal surgiu como uma solução para a otimização do acesso aos registros científicos, e diminuía os gastos médio por usuário no momento do acesso em bases internacionais ou nacionais. Ao mesmo tempo pudesse proporcionar o acesso a materiais em periódicos estrangeiros de forma universalizada, permitindo que as bibliotecas uma complementação nos acervos. Tendo em vista que os recursos direcionados para a compra de acervo e a assinatura de periódicos era insuficiente para a compra de materiais.

O Portal da CAPES é um importante suporte para a área científica brasileira, tendo em vista que armazena, disponibiliza e recupera informações de diferentes áreas do conhecimento, assim como possibilita que alunos, professores e pesquisadores de instituições vinculadas tenham acesso a textos em português ou em outros idiomas.

Este trabalho utiliza como método a pesquisa bibliográfica, isto é,

a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes. (PIZZANI; SILVA; BELLO; HAYASHI, 2012, p.54).

A pesquisa bibliográfica é primeiro processo para a pessoa conhecer o tema no qual está interessada em pesquisar para que após essa etapa o mesmo possa produzir o seu trabalho acadêmico. Segundo Galvão (2010), o levantamento bibliográfico é um método de potencializar um conhecimento, de forma a evitar que as pesquisas contenha mesmo tema, realizar estudos que expliquem lacunas em uma certa temática, ter acesso aos trabalhos para o desenvolvimento específico de algum assunto, entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para que o acesso à informação e à leitura ocorra em estabelecimentos prisionais é necessário analisar o contexto brasileiro para a disponibilização desses direitos, levando em conta que está previsto em leis, declarações e diretrizes. Esta seção tem como função contextualizar quais são os obstáculos para que o acesso ocorra, para que possa ser analisado como a temática está se desenvolvendo.

A leitura é um processo que permite ao recluso a interação com textos, situações ou realidades. A leitura tem diversas concepções e definições, pelo fato de estar relacionada com diferentes áreas do conhecimento como também ser um ‘método’ para que a pessoa consiga interpretar as coisas à sua volta.

basicamente o ato de perceber e atribuir significados únicos e individuais, associando um conjunto de fatores pessoais com o momento vivido, com o lugar e com as circunstâncias que cercam o leitor. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade. Uma vez que a associação do estado psicológico do leitor com o texto o leva a fazer interpretações únicas que estão enlaçadas com seus sentimentos e seus sentidos. (SILVA; LENDAGUE, 2010, p.93).

O ato de ler permite ao sujeito desenvolver sua própria concepção sobre algum assunto ou conhecimento, tendo em vista que o mesmo irá relacionar esses fatos utilizando as experiências como base. A leitura, segundo Martins (1988) e Coracini (2005), é considerada um ato realizado com um objeto, seja material ou imaterial, no qual a pessoa atribui um significado ou associação de algo naquele momento.

A leitura é um ato de compreensão e interpretação pessoal do sujeito, o próprio desenvolverá uma significação de leitura pelo convívio de forma a possibilitar que o sujeito construa e modifique seus argumentos e conhecimentos. Porém é fundamental analisar que nem todos os reeducandos sabem realizar, compreender a leitura de algo.

Em unidades prisionais a escolaridade está em um nível preocupante, tendo em vista que o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN realizado em junho de 2016 no qual se analisou que entre 482.645 pessoas, cerca de 17,85% ainda não havia

ingressado no ensino médio, porém isso não quer dizer que concluiu ou não o ensino fundamental e 24% frequentavam o ensino médio (INFOPEN, 2017). Nesse sentido, os estabelecimentos prisionais devem contar com bibliotecas para capacitar os reeducandos e garantir o acesso a seus direitos informacionais.

Segundo Mateo et al. (2011), a biblioteca prisional é uma biblioteca especial pela característica de seus usuários, porém realiza funções de outras instituições como a biblioteca escolar, pois auxilia os reeducandos com materiais didáticos. Por outro lado, realiza atribuições da biblioteca pública, pois permite o acesso a materiais culturais, educacionais, entre outros. E tem aspectos da biblioteca especializada por meio dos materiais jurídicos ali disponibilizados aos internos para a consulta. A biblioteca prisional é multidisciplinar, pois cumpre funcionalidades de outras bibliotecas, mesmo sendo classificada como biblioteca especial por conta de seu público-alvo.

As bibliotecas em unidades prisionais

devem aproximar-se do modelo da biblioteca pública, ao mesmo tempo que proporcionam recursos para a educação na prisão e os programas de reabilitação, bem como outros requisitos específicos dos estabelecimentos prisionais, como por exemplo, coleções de legislação. Deve ser dada especial atenção à correspondência com as necessidades multiculturais e multilinguísticas dos utilizadores (IFLA 2015, p.6-7)

A biblioteca prisional tem como função auxiliar o usuário no processo educacional, na disponibilização de material jurídico para consulta, realizar iniciativas de lazer e cultura, assim por diante.

No Brasil existe o artigo 21 da Lei de Execução Penal - LEP 7.210 de 11 de julho de 1984 prevê que cada unidade deve possuir uma biblioteca contendo livros recreativos, didáticos e instrutivos para que os reeducandos possam utilizar. Entretanto, mesmo se passando mais de três décadas não são todas as unidades que dispõem de uma biblioteca em suas dependências.

Para que os reeducandos tenham acesso a iniciativas de ressocialização foram criadas primeiramente por iniciativas de estados da federação, projetos e leis de remição de pena pelo trabalho, estudo e, logo após, pela leitura. A Lei 12.433, de 29 de junho de 2011 modificou o art. 126 da LEP que permitia somente a remição pena àqueles que estivessem no semiaberto. Com a aprovação da Lei, modificou-se o art.126: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.” (BRASIL, 2011). Isso possibilitou que o regime fechado também participasse das iniciativas de remição de pena. A legislação permite que a pessoa por meio da escolarização diminuir 1 dia a cada 12 horas que forem frequentadas, desde que fosse dividido em 3 dias esse número de horas. Essas aulas podem ser presenciais ou a distância desde que as instituições

tenham certificação pelo Ministério da Educação. Já o trabalho seria 1 dia para cada 3 trabalhados, podendo permitir que o sujeito estude e trabalhe, contanto que as horas sejam compatibilizada (BRASIL, 2011). A remição pelo trabalho e estudo permite que o reeducando tenha contato com a educação e o trabalho, permitindo a profissionalização e a escolarização de pessoas que, em muitos casos, não haviam terminado algumas etapas do ensino básico.

Porém segundo Cunha (2010), trabalho e estudo no cárcere não deve ser enquadrado como ocupação, já que o projeto tem como princípio a ressocialização e uma reconstrução da dignidade humana. Ou seja, os projetos de remição de pena tem que se preocupar com a condição emocional e psicossocial do interno, tendo em vista que o objetivo da prisão não é a de um depósito ou calabouço em que se coloca as diversas pessoas que infringiram alguma lei e sim um local onde será feito o cumprimento da pena e também uma forma de reintegrar o sujeito por meio da educação, leitura e trabalho.

A remição pela leitura no Brasil surgiu por meio de uma iniciativa do estado do Paraná em realizar um projeto de leitura na Penitenciária de Catanduvas em 2009 e logo começou a se expandir para outras unidades prisionais federais (RIBEIRO, 2017). Ainda comentando sobre o estado do Paraná, este foi o primeiro a fazer um projeto de lei permitindo a remição de pena pela leitura por meio da Lei no 17.329, de 08 de outubro de 2012 abrange para nível estadual o projeto de remição de pena pela leitura. A legislação ainda coloca algumas normas e regras a serem seguidas para que o processo ocorra por meio de um relatório de leitura ou resenha. A pessoa será acompanhada durante o mês para que consiga elaborar o texto e assim por diante. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Recomendação 44, permitiu que outras unidades em diferentes estados da federação pudessem realizar a remição, dando diretrizes no qual só participam do projeto sujeitos que não estão vinculados a iniciativas de estudo e trabalho, assim como estabelece que se deva criar uma banca para avaliar o texto-relatório do recluso, pois a remição permitirá a redução de até “de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013).

A partir desta recomendação outros estados foram criando suas próprias leis e projetos de leitura como forma de remição de pena. Até o momento, os estados do Maranhão, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo criaram suas próprias leis utilizando como base a recomendação do CNJ. Estados como Pará, Goiás e Distrito Federal criaram projetos de leitura para atender seus estados.

Colares e Lindemann (2015, p.206) argumentam que a remição de pena possibilita

o preenchimento das “horas mortas” na prisão através da leitura e do provimento de conteúdos que possam despertar o interesse dos presos para o conhecimento sistemático, com abertura de novos horizontes e, ainda, o atendimento às condições infraestruturais que permitam a abertura do Ensino de Jovens e Adultos referendam a importância do projeto Janela Literária ora em discussão. Nessa perspectiva, haveremos de estar oferecendo-lhe além da leitura e do acesso à produção literária, o gosto pelo prazer dos livros e a busca da escolarização além da barganha na redução de pena, dando suporte no seu retorno à liberdade

Acredita-se que a remição de pena pela leitura possibilita ao reeducando o resgate de sua condição de cidadão, por meio do acesso à informação que possibilita a mudança de pensamentos e ações nas pessoas. A seguir, apresenta-se alguns resultados do levantamento realizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento teve como objetivo averiguar o número de publicações entre 2008 a 2017 no Portal de Periódicos CAPES, como também se esses assuntos têm ligação com as temáticas: biblioteca prisional, remição de pena e leitura em prisões. Ao realizar a busca foram encontrados cerca de 17 publicações. Ao se delimitar o período estudado o número de publicações caiu para 6. A seguir serão apresentados resumidamente os principais assuntos abordados nos textos analisados .

O texto de Moraes *et al.* (2017) analisa as leis criadas pelo estado no qual permita o acesso à educação por todas as pessoas, principalmente os reeducandos e a relação entre a remição de pena pela educação garantida pela Lei de Execução Penal e como a remição de pena pela leitura está inserida neste quesito, como as iniciativas do estado do Paraná, o primeiro estado a criar iniciativas acerca da remição de pena. O artigo faz um recorte na temática introduzindo as leis como a Constituição e a LEP sobre educação, os dados estatísticos do INFOPEN e coloca o que é dito pelas leis contra os dados coletados. Com isto expõem que a remição pela leitura ainda se encontra inserida na remição pelos estudos, mesmo com as diferentes resoluções e leis criadas pelos estados brasileiros a respeito.

O segundo artigo trata sobre o Programa Nacional da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Jovens e Adultos (PROEJA). Diniz e Moura (2015) analisam a modalidade do ensino fundamental juntamente com o PROEJA oferecido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte - campus de Mossoró, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC/RN na Penitenciária Federal de Mossoró. Os autores abordam a concepção do programa, como ele foi desenvolvido e em qual momento o mesmo foi inserido no ambiente prisional. A pesquisa ocorreu por meio da análise documental e de aplicação de

questionários com alunos, gestores e professores para analisar como foi elaborada a gestão pedagógica dos cursos nos dois segmentos: qualificação e Educação de Jovens e Adultos – EJA, assim como saber o ponto de vista dos alunos sobre as atividades desenvolvidas e se os reeducandos tinham o poder de opinar sobre o projeto. E por meio desta ferramenta verificar as dificuldades de alunos e professores na gestão e realização dos cursos oferecidos.

O terceiro artigo de autoria de Silva Neto e Dias Leite (2017) aborda as bibliotecas prisionais como espaços sociais e de informação que possibilita o auxílio do reeducando no processo de reintegração. Trata-se de uma revisão de literatura, no qual aborda a definição de biblioteca, seu contexto histórico para explicar as diferentes transformações que ocorreram no decorrer dos anos, em que foram criados os diversos tipos de bibliotecas entre elas a biblioteca prisional. Foram abordadas a definição e as diretrizes que amparam esta biblioteca e como sua estrutura pode promover atividades em prol da ressocialização dos reeducandos.

O artigo de Colares e Lindemann (2015) é um relato de experiência sobre um projeto realizado na Penitenciária Estadual do Rio Grande do Sul no qual se chamava Janela Literária. A biblioteca no contexto prisional tem como princípio auxiliar na leitura dos reeducandos, podendo auxiliar ainda no Educação de Jovens e Adultos. O artigo apresenta as etapas da implementação, desde a formação do projeto, as dificuldades enfrentadas para que o projeto começasse a ser possível, até o funcionamento da biblioteca aos reeducandos.

O quinto artigo Sequeiros (2015) expõe as práticas de leitura de reeducandas de uma unidade prisional portuguesa. As preferências literárias das mulheres poderiam estar relacionadas com diversos fatores pessoais e sociais, em que a autora analisou todo o contexto social, educacional, de classe, entre outros, assim como verificou a influência que a leitura tinha nessas mulheres antes da prisão e depois ao serem inseridas no sistema e como todos esses fatores podem auxiliar no momento da escolha do livro.

O artigo de Diuana, Corrêa e Ventura (2017) é o único que não possuía relação direta com a temática, em que apresenta a realidade da maternidade em unidades carcerárias. Analisa como que ocorre o processo, quais são as dificuldades encontradas pelas mulheres neste período. Por meio do grupo focal e entrevistas com mulheres com filhos e diferentes profissionais que estão envolvidos com aspectos da maternidade das reclusas, utilizando os relatos como base a autora conseguiu classificar em 3 tipos de maternidade: maternidade desautorizada, maternidade exclusiva e maternidade interrompida. O texto cita a remoção juntamente com outros tipos de atividades que as internas inseridas no grupo exclusivo sofrem, tendo em vista que não podem participar, já que tem que cuidar de seus filhos em tempo integral.

Pode-se perceber que somente um dos artigos recuperados não tem relação direta com a temática pesquisada. Os outros textos abordam diferentes formas de acesso à informação no que tange à educação e leitura de forma a possibilitar o leitor de entender de maneira sucinta a importância dessas iniciativas para a ressocialização do indivíduo, de forma que ainda é necessário modificações para a eficácia dessas medidas.

Outro fator que chama atenção é que os assuntos abordados nos artigos de Moraes *et al.* (2017), Silva Neto e Dias Leite (2011), Colares e Lindemann (2015), Sequeiros (2016) e Diniz e Moura (2015) tem semelhanças entre si, tendo em vista que os textos seguem um mesmo ponto de partida que é o acesso à informação e ao conhecimento para a abordagem dos assuntos: leitura, bibliotecas prisionais e educação. As abordagens ocorrem por meio dos diferentes pontos de vista das respectivas áreas do conhecimento em que os autores estão inseridos. Que são eles: Biblioteconomia, Direito e Educação.

A relação entre os textos se dão da seguinte maneira: o texto de Moraes *et al.* (2017) e Silva Neto e Dias Leite (2011) podem ser considerados textos iniciais, pelo motivo de que ambos relacionam o acesso à leitura e educação, em que um apresenta Leis e diretrizes sobre educação, remição de pena pelo estudo e leitura e o outro apresenta como deveria funcionar uma biblioteca prisional, o local em que os materiais de leitura poderiam ser consultados pelos reeducandos. A partir disto se separa em dois seguimentos, o primeiro apresenta as práticas das bibliotecas prisionais e o outro expõe como é o ensino em uma unidade prisional. Colares e Lindemann (2015) apresentam um relato de como foi desenvolver um projeto de uma biblioteca prisional expondo uma prática, daquilo que Silva Neto e Dias Leite apresentaram na teoria, principalmente os aspectos sociais que este local tem. O texto de Sequeiros (2016) aborda a realidade de uma unidade prisional feminina de Portugal, em que a autora mostra as práticas de leitura das mulheres e suas preferências no momento de escolher um livro. Diniz e Moura (2015) retratam o Ensino de Jovens e Adultos em uma Penitenciária Federal no nordeste brasileiro e como ocorre a gestão deste projeto.

Observa-se que os assuntos abordados pelos artigos são fundamentais, levando em conta que o Brasil tem a população prisional de cerca de 747.473 pessoas, sendo 35.208 mulheres no 1.º trimestre de 2019 segundo o Sistema Prisional em Números do Conselho Nacional do Ministério Público. A capacidade é para de 441.328 com a taxa de ocupação de 169,37%. Percebe-se que as iniciativas do poder público não são suficientes para a diminuição da população, considerando que essa crise é acarretada por uma desigualdade social enraizada na sociedade brasileira. Isto mostra que é fundamental que o acesso à informação e ao

conhecimento ocorra para a ressocialização do indivíduo, usando o ensino, leitura e remição como ferramenta para a mesma.

CONCLUSÕES

Este trabalho tentou levantar o número de publicações no Portal de Periódicos CAPES relacionados remição de pena, leitura em prisões e bibliotecas prisionais entre os anos de 2008 à 2017, em que pode-se encontrar 17 publicações e se observar que o primeiro artigo era de 2011. Ao se limitar ao período de tempo o número de artigos caiu para 6, mostrando que entre 2018 a 2019 houve um crescimento de 11 artigos indexados na plataforma.

A temática de bibliotecas prisionais no Brasil ainda é relativamente nova, tendo em vista que os primeiros trabalhos sobre o assunto surgiram nos anos 2000. Porém a remição de pena é um pouco mais abordado, considerando os 3 tipos de remição: Trabalho, Estudo e Leitura. Pode ser que o termo utilizado possa ter sido errôneo, ou o Portal de Periódicos ainda não tinha um grande número de artigos indexados sobre as temáticas. .

Alguns artigos abordaram relatos de experiência em bibliotecas ou projetos de remição pelo estudo, mostrando algumas possibilidades de implementação e desenvolvimento das iniciativas. Outros trataram teoricamente a importância destes espaços como ferramentas ressocializadoras. Um artigo abordou a saúde das mulheres em ambientes prisionais. Tendo em vista a crise estrutural que se encontra o sistema prisional brasileiro, este não consegue ressocializar aquela pessoa, por diversos motivos como: superlotação, falta de higiene, violência, precariedade física, entre outros.

A possibilidade de reintegração à sociedade por meio do conhecimento é fundamental. É necessário que esses projetos sejam disseminados, assim como que a área de Biblioteconomia possa influenciar este processo, auxiliando na construção e no desenvolvimento destas iniciativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C. E. DE; GUIMARÃES, J. A.; ALVES, I. T. G. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 7, n. 13, 30 nov. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Sistema prisional em números*. 1º Trimestre de 2019. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 29 dez. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. *Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. *Lei no 12.433, de 29 de junho de 2011*. Brasil, 2011. Altera a Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/06/2011&jornal=1&pagina=1>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Atualização - Junho de 2016*. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em: 05 ago. 2019.

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 25, n. 3, p. 205-215, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92634>. Acesso em: 30 maio 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Recomendação nº 44*, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-44-cnj.pdf> Acesso em: 30 set. 2019.

CORACINI, M.J.R.F. *Concepção de leitura na pós-modernidade*. In: LIMA, Regina Célia de C. P. (org.). *Leitura: múltiplos olhares*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005. 272 p.

CUNHA, E. L. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-178, Aug. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 maio 2019.

DINIZ, A. L. P.; MOURA, D. H. OS SENTIDOS DA INTEGRAÇÃO NO PROEJA-FIC/FUNDAMENTAL: LIMITES E ALCANCES DE UM CURSO DESENVOLVIDO EM ESPAÇO PRISIONAL. *HOLOS*, [S.l.], v. 4, p. 130-150, ago. 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3196/1132>. Acesso em: 11 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Projeto Remição de Pena Pela Leitura*. 2018. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/projeto-de-remicao-de-pena-pela-leitura/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

DIUANA, V.; CORREA, M. C.D.V.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 727-747, jul. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300727&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jun. 2019

FAILLA, Z. Retratos: Leituras sobre o comportamento do leitor. In: INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. p. 19-42.

GALVÃO, M. C. B. Levantamento bibliográfico e pesquisa científica. In: FRANCO, Laércio Joel; PASSOS, Afonso Dinis Costa. *Fundamentos de epidemiologia*. 2. ed. São Paulo: Manole, 2010. p. 377-398. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

GOIÁS. Diretoria-Geral de Administração Penitenciária. *“Livros que Educam” e anuncia projeto para remição de pena pela leitura*, 2013. Disponível em: <https://www.dgap.go.gov.br/noticias/agsep-lanca-livros-que-educam-e-anuncia-projeto-para-remicao-de-pena-pela-leitura.html>. Acesso em: 11 dez. 2019.

IFLA. *Orientações para serviços de biblioteca para reclusos*. 2005: IFLA, 2015. 24 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

MARANHÃO. *Lei nº 10.606 de 30 de junho de 2017*. Institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão. Disponível em: http://stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=4791. Acesso em: 30 de maio de 2019.

MATEO, S. M. et al. Bibliotecas carcelarias: uma experiência cordobesa. *Crítica Bibliotecológica*, Monterrey, v. 4, n. 1, p. 20-30, jan-jun,2011. Disponível: <http://eprints.rclis.org/16069/1/ArticuloCB2011.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

MARTINS, M. H. *O que é leitura*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 93 p. (Coleção Primeiros Passos).

MORAES, A. C. et al. Remição de Pena por Leitura: A Efetivação de Políticas Públicas Educacionais no Sistema Penitenciário Brasileiro. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, [S.l.], v. 3, dez. 2017. ISSN 2525-7870. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/626/338>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MORAIS, E. M. da C. *Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2009. 181 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-84KPUC/disserta_o_elaine_cunha.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 jun. 2019.

PARÁ. Superintendência do Sistema Penitenciário. *Pará inova ao adotar projeto de remição de pena pela leitura com detentos*, 2016. Disponível em: <http://www.susipe.pa.gov.br/noticias/par%C3%A1-inova-ao-adotar-projeto-de-remi%C3%A7%C3%A3o-de-pena-pela-leitura-com-detentos>. Acesso em: 11 dez. 2019.

PARANÁ. *Lei no 17.329, de 08 de outubro de 2012*. Institui o Projeto “Remição pela Leitura” no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=77830>. Acesso em: 20 ago. 2019 .

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. DA; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 53-66, 10 jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 26 maio de 2019.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. *Missão e objetivos*, [s.d.]. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ez87.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=misao-objetivos&Itemid=109. Acesso em: 28 maio 2019.

RIBEIRO, M. L. P. C. *Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão: um estudo sobre a remição de pena pela leitura em penitenciárias federais brasileiras*. 2017. 240 f., il. Tese (Doutorado em Literatura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/25177>. Acesso em: 20 out. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. *Lei n. 10.182, de 21 de fevereiro de 2017*. Institui o Projeto “Remição pela Leitura” no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: http://www.al.rn.leg.br/portal/_ups/legislacao/2019/05/14/f8d11434373dee6fa84b73426275e67d.pdf. Acesso em: 11 dez. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Projeto de Lei nº 2920/2017*. Institui no âmbito dos estabelecimentos carcerários das comarcas do Estado do Rio de Janeiro, a possibilidade de remição de pena pela leitura. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/a0d970e851cb713483258137005cbe53?OpenDocument>. Acesso em: 30 ago.2019.

SÃO PAULO (Estado). *Lei de Nº 16.648, de 11 de janeiro de 2018*. Institui, no âmbito dos estabelecimentos carcerários das comarcas do Estado, a possibilidade de remição da pena pela leitura. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16648-11.01.2018.html>. Acesso em:30 jan. 2019.

SEQUEIROS, P. Leitura na prisão feminina: da biblioteca ao questionamento dos gostos. *Cad. CRH*, Salvador, v. 29, n. 76, p. 165-180, Apr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000100165&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jun. 2019.

SILVA, K. M. G.; LENDENGUE, M. L. C. Bibliotecário na formação de leitores em potencial. *Biblionline*, n. esp., 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100267>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SILVA NETO, E. G.; DIAS LEITE, F. C. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e a cidadania. *BIBLOS*, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 47-58, dez. 2011. ISSN 2236-7594. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1945/1228>. Acesso em: 11 jun. 2019.

TAVARES, R. *Direitos Humanos - de onde vêm, o que são e para que servem?*. Lisboa: INCM, 2013. p. 222

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO FACEBOOK DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO À PESQUISA BRASILEIRA (CNPq) E ESPANHOLA (FECYT): UM ESTUDO COMPARATIVO

Marcus Vinícius de Albuquerque Guimarães¹, Carla Beatriz Marques Felipe²

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, <https://orcid.org/0000-0002-4271-0778>,
marcus_vag@hotmail.com

²Universidade Federal do Rio de Janeiro, <https://orcid.org/0000-0001-5277-9165>,
felipecarla12@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa trata acerca da divulgação científica presente no perfil do *Facebook* de agências de fomento à pesquisa. Tem o objetivo de analisar o impacto das atividades de divulgação científica realizadas pelas agências de fomento à pesquisa científica brasileira e espanhola, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela *Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología* (FECYT) respectivamente, a partir da análise do conteúdo do perfil das agências no *Facebook* e do *feedback* dos (as) internautas, propondo um estudo comparativo na atuação de divulgação da ciência (ou popularização da ciência) para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do Brasil e da Espanha. Utiliza como método qualitativo a netnografia, que é uma técnica para análise de comportamentos e discursos feitos por pessoas no ciberespaço. Restringe o universo da pesquisa à mídia social digital mais utilizada no mundo, o *Facebook*. Traz como resultados, a forma e frequência de atuação do CNPq e da FECYT no ato de divulgar a ciência a fim de democratizar o acesso a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), e evidencia as variadas formas de interação dos seguidores, tais como propor discussões sobre fatos científicos, compartilhamento e curtidas em publicações sobre pesquisas e experimentos em curso, anseios em investimento econômico na ciência, discussão em transmissões de eventos científicos em tempo real, e outros. Mostra, por fim, que ambas as agências possuem potencial para expandir sua atuação na promoção da ciência pela mídia social mais acessada mundialmente, ao incrementar estratégias de gestão, de uso e de marketing digital e de conteúdo para atrair com maior abrangência a sociedade num contexto geral (independente da faixa etária, nível de escolaridade e razão socioeconômica).

Palavras-chave: Divulgação científica; Popularização da ciência; Facebook; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; *Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología*.

Abstract: This research deals with the scientific dissemination present in the Facebook profile of research funding agencies. Its objective is to analyze the impact of scientific dissemination activities carried out by the Brazilian and Spanish scientific research funding agencies, the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) and the *Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología* (FECYT), respectively, from the analysis of the content of the profile of the agencies on Facebook and the feedback of the internet users, proposing a comparative study in the act of dissemination of science (or popularization of science) for the social, economic and technological development of Brazil and Spain. It uses as a qualitative method netnography, which a technique for analyzing behaviors and discourses is made by people in cyberspace. It restricts the search universe to the world's most widely used digital social media, Facebook. It brings as results, the form and frequency of action of CNPq and FECYT in the act of disseminating science in order to democratize access to Science,

Technology and Innovation (CT&I), and highlights the varied forms of interaction of followers, such as proposing discussions on scientific facts, sharing and likes in publications about ongoing research and experiments, yearnings about economic investment in science, discussion on broadcasting scientific events in real time, and others. Finally, it shows that both agencies have the potential to expand their role in promoting science through the world's most accessed social media by enhancing management, use and digital marketing and content strategies to broaden society's reach in a broader context overall (regardless of age, educational level and socioeconomic ratio).

Keywords: Scientific divulgation; Popularization of science; Facebook; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología.

INTRODUÇÃO

Este artigo introduz uma forma de realização de divulgação científica praticada pelas agências de fomento no ciberespaço, especificamente na rede social conhecida como Facebook. As agências de fomento à pesquisa se tratam do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um importante órgão para a pesquisa no Brasil, e da Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología, no caso da Espanha.

A pesquisa visa identificar as publicações feitas por ambas agências de fomento no ambiente do Facebook, e analisar a comunicação científica (MEADOWS, 1999; BUENO, 2010) e a divulgação científica a fim de promover a ciência ao grande público (REIS, 1982; TOMÁS, 2005; MUELLER E CARIBÉ, 2010; MASSARANI, 2018) e a reação que o público seguidor das páginas contribuem, observando os comportamentos expressos em rede pelo método da netnografia (KOZINETS, 2014) e as formas que tais informações científicas impactam nesse público.

De acordo com o Banco Mundial (2018; 2017), 86% da população espanhola e 67% da população brasileira estão conectadas a internet, nisso se evidencia o aumento do uso da internet em poucas décadas, e no caso do Brasil, cresceu exponencialmente, tornando-se pelos avanços da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), uma das maneiras de comunicação mais usadas atualmente em âmbito nacional.

Proveniente desse novo método de comunicação é conveniente trazer as propostas de promoção da ciência para esse mais recente espaço de fluxo de informação, atestando-se sob as palavras de Porto, Oliveira e Rosa (2018, p. 11) onde descrevem que "[...] a produção do conhecimento científico está estreitamente relacionada ao desenvolvimento da sociedade ao

longo dos anos.", tendo deste modo, a oportunidade, por parte da comunidade científica em aproveitar desse mais novo recurso de comunicação para alçar maior visibilidade aos seus projetos de pesquisa, levando tais saberes para além da academia.

É no entendimento da sociedade em rede (CASTELLS, 1999) e dos fluxos informacionais (ARAÚJO E FURNIVAL, 2016) gerados nesse ecossistema que se compreende o potencial do ambiente digital para a comunicação de informações científicas a fim de alcançar além dos canais acadêmicos conectados nas mídias sociais, mas também o grande público, sendo atingido pela linguagem da informação científica devidamente adaptada, no intuito de comunicar a ciência de forma simples e didática.

O problema da pesquisa é investigar se as publicações feitas pelo CNPq e pela FECYT, no ambiente informacional da rede social Facebook, contribuem efetivamente para o reconhecimento da ciência através da divulgação científica perante os internautas brasileiros e espanhóis no contexto do ciberespaço e, conseqüentemente, na sociedade como um todo.

O objetivo geral proveniente deste estudo é analisar o impacto e alcance das publicações sobre divulgação científica geradas no Facebook pelas páginas do CNPq e da FECYT, ambas sendo agências de fomento à pesquisa científica em seus países de origem (Brasil e Espanha, respectivamente).

Dessa forma, possui três objetivos específicos, sendo eles: relatar quais são as publicações compartilhadas em rede que tratam sobre divulgação científica e o relacionamento do público a elas; realizar a comparação dos dados coletados das páginas no Facebook das agências; identificar a existência e quais tipos de estratégias de marketing digital e de conteúdo (KOTLER, 2017) é aplicado nas atividades em rede das agências.

No decorrer da pesquisa, constatou-se resultados satisfatórios de divulgação científica nas mídias sociais digitais, com presença de estratégias de comunicação usando do marketing digital e de conteúdo e recursos digitais, tais como uso de vídeos e plataformas de áudios.

METODOLOGIA

Este artigo trata de uma pesquisa descritiva e exploratória, visto que a partir dela podemos conhecer o relacionamento das agências de fomento para a pesquisa com a sociedade em geral, por meio das redes sociais. Para dar suporte ao alcance dos objetivos foi realizada a pesquisa bibliográfica a fim de apoiar a fundamentação teórica, sendo realizada principalmente na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no

buscador do Google Acadêmico. Além disso, o trabalho possui como método de observação do ambiente analisado, a netnografia.

A “[...] netnografia é uma pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online, usando comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal.” (KOZINETS, 2014, p. 47).

Desse modo, a netnografia foi selecionada segundo a forma como se encaixou com a proposta do artigo, que é observar e analisar justamente os conteúdos publicados numa rede social e identificar os comportamentos provocados na comunidade que frequenta as páginas escolhidas.

O campo de coleta de dados foi empírico, pois foi necessário observar a fonte das informações, que no caso se trata das páginas das agências de fomento no Facebook.

Possui a natureza de coleta de dados por observação e a análise de dados mista (qualitativa e quantitativa), pois usa o método netnográfico para solucionar o problema de pesquisa.

O universo da pesquisa está focado nas páginas institucionais do CNPq e da FECYT no Facebook bem como os seguidores de ambas as páginas. As publicações analisadas contemplam unicamente os dois primeiros meses de 2019 (bimestre de janeiro e fevereiro) e as reações comportamentais dos seguidores registrados nestas publicações.

CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica de um país é um dos pilares para o desenvolvimento econômico e do bem-estar de sua população. O conhecimento científico origina importantes ferramentas, descobertas e inovações tecnológicas para a humanidade e a sua forma de vida. A ciência está presente em indústrias, hospitais, farmácias, escolas, universidades, e vai além, está no desejo de busca de cada ser humano que necessita de conhecimento. Segundo Chalmers (1993, p. 23), diz:

Conhecimento científico é conhecimento provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.

Assim, é possível compreender que a ciência é ampla e possui métodos para sua aplicação, ela está dividida em diferentes áreas e subáreas do conhecimento. Todas as áreas são compostas por pesquisadores, que podem se relacionar entre si, de maneira inter e multidisciplinar,

podendo produzir artigos científicos, experimentos em laboratórios, participações em eventos científicos e trocarem conhecimentos por grupos de pesquisas.

Desse ponto de vista, a relação de troca feita por esse grupo de pesquisadores é identificada como comunicação científica, e conforme relata Meadows (1999) sobre os primórdios da comunicação, não se sabe o momento do surgimento da pesquisa científica e, por conseqüência, da comunicação científica. De acordo com ele, a comunicação da pesquisa científica se dá por vários meios, entretanto as principais são a fala e a escrita.

Em complemento, Bueno (2010, p. 02) argumenta que “[...] a comunicação científica, por sua vez, diz respeito à transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento.”

Entretanto, a comunicação científica não será aprofundada neste trabalho, ela foi apresentada somente para entender a diferença dela para a divulgação científica. A primeira se refere à comunicação que ocorre na academia, entre os pares. Já a divulgação científica visa alcançar o grande público, a sociedade no geral. Reis (1982), uma das figuras mais importantes para a divulgação científica no Brasil, registra sua definição e trajetória do termo conforme abaixo:

[A divulgação científica] é a veiculação em termos simples da ciência como processo, dos princípios nela estabelecidos, das metodologias que emprega. Durante muito tempo, a divulgação se limitou a contar ao público os encantos e os aspectos interessantes e revolucionários da ciência. Aos poucos, passou a refletir também a intensidade dos problemas sociais implícitos nessa atividade. Para muitos divulgadores, a popularização da ciência perdeu sentido como relato dos progressos científicos, porque o cidadão se acha hoje cercado desse tipo de informação. Embora concorde em parte com essa posição, considero que a divulgação pela imprensa é muito importante, principalmente em países como o Brasil, onde as dificuldades e as precariedades das escolas fazem com que estudantes e professores obtenham informações sobre os progressos da ciência através de artigos de jornais. (REIS, 1982 apud MASSARANI; MOREIRA; BRITO, 2002, p. 76-77).

Assim, a divulgação científica surge para levar a sociedade o que está em produção na academia, é tornar acessível o conhecimento científico por via de uma linguagem adaptada, de simples e fácil entendimento, sem uso de jargões da área, para que a linguagem seja de fato acessível, e não a linguagem erudita limitada a uma grande parcela da população brasileira, desprovida de acesso a um ensino de qualidade.

Sobre a perspectiva do recorte histórico, Mueller e Caribé (2010) relatam que a divulgação científica ao público leigo se originou ao lado da ciência moderna, no contexto da Europa no século XV. No entanto, a divulgação do conhecimento era limitada e fora marcada por episódios de repressão e preconceito, realidade esta que foi transformada a partir das décadas finais do século XV, com a imprensa de Gutenberg, como Tomás (2005, p. 32) aborda:

[...] com o surgimento e expansão da imprensa desde as últimas décadas do século XV, a imprensa iniciou uma transformação sem precedentes na história da transmissão dos saberes, mas essa transformação não aconteceu automaticamente nem substituiu completamente o manuscrito

tradicional, como também a internet não superou o livro impresso. (TOMÁS, 2005, p. 32, trad.).

Divulgar o conhecimento científico nem sempre foi possível, especialmente nos períodos tocados pela imposição de governos e de crenças em sociedades aprisionadas em repressão e censura. No entanto, com o surgimento da imprensa de Gutenberg, no que concerne a ampla divulgação do conhecimento, este acontecimento possibilitou não somente a ruptura dos muros de onde a ciência estava presa, mas também a possibilidade da população acessá-la e, mais a frente, vir a integrar a comunidade científica.

Para Massarani (2018, p. 24) “[...] divulga-se no interesse da própria ciência, e por influência dos cientistas ou dos que compreendem o valor da ciência no mundo moderno, para conseguir apoio cada vez maior para as atividades científicas.”

Assim, acredita-se que a divulgação científica seja uma prática, uma atitude, uma ação, que provém do próprio cientista em divulgar suas atividades. O cientista da pós-modernidade deve entender as razões pelas quais é necessária a divulgação dos seus trabalhos, além de compreender que a sociedade necessita ter acesso a todo esse conteúdo, pois é dela e para ela que se dá a urgência por conhecimento científico. Tais conteúdos científicos passíveis de divulgação envolvem manuscritos, dados de pesquisas em acesso aberto, livros, relatos de pesquisa, relatos de experiência, eventos científicos, seminários, congressos, palestras e feiras de ciências, entre outros.

AS AGÊNCIAS DE FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA

Segundo a definição de Pilling (2011) as agências de fomento são instituições financeiras não bancárias, e que possuem como atribuições atividades gerais de financiamento e operações de custos. No Brasil, uma das principais agências de fomento é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundado em 1951, e vinculado atualmente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conforme compartilha Domingos (2004, p. 20) sobre a trajetória do CNPq:

Ao longo de sua trajetória, o Conselho, entre outras coisas, credencia e impulsiona programas de pós-graduação; reconhece formalmente novas áreas do conhecimento e fomenta a investigação de novos objetos estudados; incentiva o intercâmbio de pesquisadores e instituições, ampara publicações especializadas, equipa laboratórios e universidades, financia expedições, fortalece as agências estaduais de fomento e amplia o acesso da sociedade brasileira à cultura científica.

Essas atividades ilustram a importância da existência de instituições de fomento a pesquisas e projetos envolvendo Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Ao tratar sobre a relação da ciência com a sociedade, o CNPq possui uma importante contribuição para a divulgação científica, uma vez que esta é uma agência que busca a aderência de um público que almeja integrar ao corpo científico nacional. Conforme o CNPq (2019) declara em sua página institucional, numa iniciativa em apoio ao evento de divulgação científica, o FameLab:

O CNPq tem pioneirismo em ações de Divulgação Científica como o fomento a Feiras e Mostras Científicas, Museus de Ciências e Olimpíadas Científicas em todo o território nacional. Atualmente, também somos responsáveis pela Chamada Pública da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que já se encontra em sua terceira edição. Além disso, desde a primeira década deste século, temos um Comitê de Assessoramento Científico em Divulgação Científica (CADC) que funciona continuamente selecionando, nas mais diversas modalidades de apoio, projetos de pesquisa e bolsistas em Divulgação Científica neste País. (CNPq, 2019).

No contexto da Espanha, existem agências de fomento como o Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), fundado em 1939, atuante no fomento a consolidação da ciência pelos estados espanhóis, e a Fundación Española para la Ciencia y Tecnología (FECYT) fundada em 2001, de origem pública e sob tutela do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, que atua no fomento a projetos envolvendo a divulgação, a cultura e a educação científica, tais como o FameLab Talking Science, Fotciencia, Divulgateca, Calles de Ciencia, Agencia SINC e o Museo Nacional de Ciencia y Tecnología (MUNCYT). (FECYT, 2019).

A FECYT nasceu em 2001 com o objetivo fundamental de promover a pesquisa científica de excelência, bem como o desenvolvimento e a inovação tecnológica necessários para aumentar a competitividade da indústria espanhola e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A FECYT trabalha para fortalecer o vínculo entre ciência e sociedade por meio de ações que promovam ciência, cultura e educação científica aberta e inclusiva, respondendo às necessidades e desafios do Sistema Espanhol de Ciência, Tecnologia e Inovação. (FECYT, 2019, trad. e adaptado).

É importante frisar a escolha pela FECYT foi proposital a fim de gerar um contraponto ao CNPq. As missões entre as duas diferem-se: enquanto o CNPq oferta bolsas de mestrado e doutorado, por exemplo, e possui a missão de formar pesquisadores de excelência, a FECYT está centrada em atividades envolvendo a divulgação científica, sendo o CSIC responsável por oferta de bolsas de estudo assim como o CNPq. O objetivo nessa escolha foi mostrar a desenvoltura de uma agência com foco na divulgação científica ao passo de outra voltada para atividades que não exclusivamente as de promoção da ciência para a sociedade.

CIBERESPAÇO E AS MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS

Para Castells (1999, p. 40) “[...] as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela.”

Segundo Araújo e Furnival (2016) o fluxo de informações entre os pesquisadores passou a circular de um modo expressivo no cenário do ciberespaço e nos ambientes digitais,

configurando assim um meio relevante para a troca de informações sobre pesquisa, e influenciando até mesmo, os resultados parciais e finais desta; já no contexto das mídias sociais, os pesquisadores não somente interagem sobre suas práticas científicas, mas trocam vivências cotidianas na relação entre si e a sociedade como um todo.

Essa dinâmica da troca de comunicação da comunidade científica com a sociedade no geral, diante do contexto de uma mídia social, permite que a informação científica circule de modo horizontal e democrático, não sendo o principal recurso de divulgação científica, mas estando como um dos recursos possíveis para tal.

Conforme Rocha Neto, Barreto e Souza (2016, p.13) “[...] as mídias sociais têm como principal característica a participação ativa da comunidade de usuários na conexão e compartilhamento de informações. Portanto, chamamos de mídias sociais os sites de relacionamento entre pessoas.”

Benevenuto (2010) mapeia os diferentes tipos de redes sociais online que surgiram no contexto da internet e do ciberespaço, sendo elas denominadas por Online Social Networks (OSNs), e são compostas por redes sociais profissionais como o LinkedIn, redes de interações sociais como o Facebook e o Instagram, além do Twitter para publicações com textos curtos, além de blogs como o LiveJournal, redes para fotografias como o Flickr e o Pinterest, e o Youtube para assistir vídeos.

Assim, as redes ou mídias sociais são recursos úteis para que a comunidade científica as utilize para a divulgação científica, para tornar público o acesso às informações sobre ciência em um canal que está em constante expansão.

RESULTADOS

Foi realizada a coleta de dados de publicações sobre divulgação científica de ambas agências no Facebook nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, tendo sido criada uma planilha com detalhes contendo data da publicação, tipo de publicação, conteúdo, percepção do público, nível de interações e conteúdo dos comentários feito pelos internautas. Os autores estão disponíveis para disponibilizá-los caso solicitado.

Segundo dados levantados na página do CNPq e da FECYT no Facebook pelos autores em novembro de 2019, o CNPq iniciou sua trajetória na rede social em julho de 2018, está identificada como @cnpqoficial, tendo perfis no Twitter e no Instagram, além do seu site

governamental; a página está avaliada em 4,5 de 5 estrelas; possui o total de 27.385 curtidas e 28.305 seguidores.

Já a FECYT, iniciou sua trajetória no Facebook em dezembro de 2010, está identificada como @fecyt.ciencia, não informa se possui canais em outras mídias sociais na opção “Sobre”, contudo informa o endereço eletrônico do site governamental da fundação. A página está avaliada com 4,8 de 5 estrelas; e possui o total de 111 mil curtidas e 125 mil seguidores.

Tabela 1. Quantidade de publicações envolvendo divulgação científica

<i>Número de publicações feitas sobre divulgação científica no Facebook (em dezenas)</i>		
Período	CNPq	FECYT
Janeiro	14	36
Fevereiro	11	51
Total	25	87

Fonte: os autores (2019).

Nesta primeira tabela, entende-se por divulgação científica as publicações que informam o público sobre conteúdos da ciência: processos de experimentações, como por exemplo, envolvendo a Química, a Física e a Matemática; eventos científicos e premiações científicas, entre outros. Observa-se que o CNPq realizou 25 publicações de divulgação científica, e a FECYT, 87 publicações no mesmo período temporal. Foi coletado os dados de ambas páginas no período temporal de janeiro e fevereiro de 2019.

Tabela 2. Quantidade de interações em publicações envolvendo a divulgação científica

<i>Interações nas publicações sobre divulgação científica (em milhares)</i>						
Curtidas	CNPq			FECYT		
	Comentários	Compartilhamentos	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	
Janeiro	1975	113	538	7184	592	6457
Fevereiro	586	39	378	40418	1216	25452
Total	2561	152	916	47602	1808	31909

Fonte: os autores (2019).

Pelo nível de interações, é perceptível que a FECYT possui uma visibilidade maior se comparada à realidade do CNPq, e isto pode ocorrer devido a média de publicações da FECYT, que é superior a do CNPq e, conseqüentemente, o algoritmo de visibilidade do Facebook, permitindo que o conteúdo esteja em evidência devido a frequência diária de publicações. A página da FECYT no Facebook possui um número superior de seguidores se comparado com a

página do CNPq, isso se deve às estratégias de divulgação científica, que devem ser melhoradas na página do CNPq para alcançar melhores resultados.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados obtidos, notou-se a quantidade pequena de reações dos internautas aos conteúdos sobre divulgação científica das páginas analisadas, principalmente ao considerar o número total de seguidores de cada uma.

No que tange a forma de escrita do conteúdo sobre ciência, tanto CNPq quanto FECYT utilizam recursos como uso de hashtag para indexação e recuperação da informação; uso de hiperlinks que redirecionam para outras mídias como o Rádio CNPq na mídia SoundCloud e vídeos no Youtube; redigem de modo sucinto a redação sobre o assunto tratado para que a linguagem esteja devidamente adaptada ao público diverso da internet; personalizam figuras, criam gifs (figuras animadas) para chamar a atenção dos internautas e provocar-lhes interesse pelo grau de atração da publicação disponibilizada.

Essas perspicácias são claramente reconhecidas como estratégias de marketing digital (atividades de marketing executadas no ciberespaço para divulgar e atrair mais clientes) e de conteúdo, que segundo Kotler (2017, não paginado) é “[...] uma abordagem que envolve criar, selecionar, distribuir e ampliar conteúdo que seja interessante, relevante e útil para um público claramente definido com o objetivo de gerar conversas sobre esse conteúdo.”

De outro ponto da análise, evidenciou a ausência não somente de internautas reconhecidos como grande público, a partir da observação desses perfis, mas também da ausência da comunidade científica que, conectada em rede, não repercute de modo mais ativo às publicações sobre ciência divulgadas nas redes sociais, isso foi observado com ênfase no caso do CNPq.

Esse conjunto de percepções corrobora para indagações, tais como: o público não consegue ter acesso aos conteúdos publicados devido ao mecanismo do feed de notícias do Facebook (algoritmos que dizem respeito à visibilidade de publicações); o público reconhece a importância da divulgação científica nas redes, entretanto é apático a isto por motivos pessoais; grupos sociais desfavorecidos economicamente sabem e prezam a importância da ciência, contudo se intimidam com o conteúdo científico por razões de cunho sociológicas; o público prefere publicações sobre entretenimento e outros assuntos; parte do público não reage a conteúdos sobre ciência porque cogitam ser interpretados por um mal estar envolvendo o julgamento de valor alheio proveniente da suposta “ vaidade intelectual”; e os internautas não

possuem habilidades aprendidas pela alfabetização e educação digital, logo não compreendem as potencialidades das ferramentas digitais para a divulgação científica.

Ao comparar o desempenho, é expressiva a diferença entre o CNPq para a FECYT. As possíveis causas que se aplicam são: falta de atividade regular na página, com conteúdo publicado frequente e diariamente; falta de planejamento e um cronograma de publicações a serem realizadas em curtos períodos de tempo; falta de estudo de usuário para saber quais conteúdos são de interesse do público seguidor das páginas; falta de uso de recursos como figuras animadas (gif) e vídeos, no caso do CNPq.

Tendo em vista o quantitativo encontrado, é válida levantar a hipótese que há muito as redes sociais já não são somente para circulação de entretenimento, indo desde marketing de conteúdo de produtos e marcas de empresas a até mesmo a divulgação da ciência.

Uma crítica dirigida ao corpo científico é que o pessoal da pós-graduação não está em evidência, como se percebe, para a sociedade e nem mesmo para o corpo da graduação. É preciso não somente estimular a divulgação científica para a sociedade, mas também a comunicação científica na academia, pois o movimento de ampla abertura e divulgação do conhecimento científico somente terá êxito quando todos os agentes ativos tomarem consciência sobre a importância da comunicação e da divulgação da ciência para o fortalecimento do acesso democrático à informação de qualidade para todos.

Concluí-se a pesquisa retornando em positivo à problemática apresentada logo no início: as redes sociais, no caso do Facebook, é um recurso amplamente utilizado pela população mundial. Tais ferramentas digitais são incontestavelmente novos meios de comunicação em massa.

Desse modo, não poderia se comportar de modo apático, a ciência, perante esse invento tecnológico, que nasceu da própria ciência. A humanidade precisa de ciência. A ciência precisa da humanidade. Ambas necessitam uma da outra para a manutenção da sociedade. São nesses enlaces de existências e necessidades, que as recomendações para os cientistas sobre a urgência de suas ações quanto à divulgação científica aprimoram-se, dos quais poderão enxergar, assim, o potencial para promover a ciência no ciberespaço e garantir o cumprimento da missão da comunidade científica, que é a de servir informação e conhecimento à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R; FURNIVAL, A. Comunicação científica e atenção online: em busca de colégios virtuais que sustentam métricas alternativas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, 2016. DOI: 10.5433/1981-8920.2016v21n2p68. Acesso em: 10 nov. 2019.

BENEVENUTO, F. **Redes sociais online**: técnicas de coleta, abordagens de medição e desafios futuros. Minas Gerais: UFMG, 2010. Disponível em: <https://homepages.dcc.ufmg.br/~fabricio/download/mini-curso-swib10.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BUENO, W. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1esp., 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 03 nov. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHALMERS, A. **O que é ciência afinal?**. [S. l.]: Brasiliense, 1993. Disponível em: <http://www.nelsonreyes.com.br/A.F.Chalmers - O que e ciencia afinal.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019. CNPq. **Página principal**. Rio de Janeiro, 04 nov. 2019. Facebook: cnpqoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/cnpqoficial/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

DOMINGOS, M. A trajetória do CNPq. Rio de Janeiro: **Acervo**, v. 17, n. 2,jul./dez. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44663>. Acesso em: 04 nov. 2019.

FECYT. **Página principal**. Rio de Janeiro, 04 nov. 2019. Facebook: fecyt.ciencia. Disponível em: <https://www.facebook.com/fecyt.ciencia/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOZINETS, R. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MASSARANI, L.; DIAS, E. **José Reis**: reflexões sobre a divulgação científica. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2018. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/livro/ebook_reflexoes_divulgacao_cientifica_press.pdf. Acesso em: 03 nov. 2019.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I.; BRITO, F. **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. Disponível em: <http://www.redpop.org/wp-content/uploads/2015/06/Ci%C3%Aancia-eP%C3%BAblico-caminhos-da-divulga%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfca-noBrasil.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

MEADOWS, A. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, 2019. Página inicial. Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MINISTERIO DE CIENCIA, INNOVACIÓN Y UNIVERSIDADES. **Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología**, 2019. Página inicial. Disponível em: <https://www.fecyt.es/es>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MUELLER, S.; CARIBÉ, R. A comunicação científica para o público leigo: breve histórico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1esp, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1esp13. Acesso em: 04 nov. 2019.

NETO, M.; BARRETO, L.; SOUZA, L. As mídias sociais digitais como ferramentas de comunicação e marketing na contemporaneidade. **Quipus**, Natal, v. 4, n. 2, set. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/1273>. Acesso em: 04 nov. 2019.

PILLING, S. **Agências de fomento a pesquisa no país**. São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2011. Disponível em: <https://www1.univap.br/spilling/MES/Fomento%20a%20pesquisa%20no%20Pais.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

PORTO, C.; OLIVEIRA, K.; ROSA, F. **Produção e difusão de ciência na cibercultura**: narrativas em múltiplos olhares. São Paulo: Editus, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788574555249>. Acesso em: 04 nov. 2019.

THE WORLD BANK DATA. **Individuals using the internet (% of population)**: Brazil. 2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?locations=BR>. Acesso em: 03 nov. 2019.

THE WORLD BANK DATA. **Individuals using the internet (% of population)**: Spain. 2019. Disponível em:

https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?end=2018&locations=ES&most_recent_value_desc=true&start=1960&view=chart. Acesso em: 03 nov. 2019.

TOMÁS, J. De los libros de secretos a los manuales de la salud: cuatro siglos de popularización de la ciencia. **Quark**, Barcelona, n. 37-38, set. 2005/abr. 2006. Disponível em:

https://www.academia.edu/1280252/De_los_libros_de_secretos_a_los_manuales_de_salud_cuatro_siglos_de_popularizaci%C3%B3n_de_la_ciencia. Acesso em: 03 nov. 2019

A PESQUISA BRASILEIRA ACERCA DO FEMINISMO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA INDEXADA NA BASE DE DADOS SCOPUS

Denise Cristina Belam Fioravanti¹, Francisco Arrais Nascimento², Daniel Martínez-Ávila³

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP,
<https://orcid.org/0000-0002-0333-1601>, denisebfioravanti@gmail.com

²Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNES, <https://orcid.org/0000-0003-4424-8844>, francisco.arrais.nascimento@gmail.com

³Universidad Carlos III de Madrid, <https://orcid.org/0000-0003-2236-553X>,
dmartinezavila@marilia.unesp.br

Resumo: Objetivou-se compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados Scopus e entender como o feminismo vem sendo abordado pela comunidade científica brasileira. Através da Análise Bibliométrica identificou-se a produção científica da informação de natureza feminista e/ou que utilize o feminismo enquanto objeto, tomando por fonte a base de dados *Scopus*, onde sob o recorte cronológico de 1999 a 2018, identificou-se os documentos indexados pela base de dados que apresentam o termo Feminism em seu título, palavras-chave e resumos. Com isso, se pode vislumbrar as principais vertentes da pesquisa acerca do feminismo, como também visualizar como o mesmo vem sendo trabalhado nos mais diversos campos de estudo, de forma a reconhecer o aspecto social presente na produção do conhecimento. Compreende-se que a produção sobre a temática feminista está fortemente ligada aos movimentos sociais para além dos ganhos políticos, econômicos e culturais advindos das demandas de tais movimentos, que adentram a academia e se consolidam de forma a auferir um maior espaço e com isso uma maior visibilidade para a temática. Ressalta-se casos como o da Universidade de São Paulo - USP, sem dúvida a instituição com número de publicações, onde com o intuito de implementar trabalhos direcionados à igualdade de gênero contribui socialmente e academicamente com produção acerca da temática impulsionada pelo movimento feminista onde de forma singular apresentam espaços democráticos nas instituições supracitadas, o que fica comprovado por meio da larga produção e da própria atuação de tais instituições nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Palavras-chave: Produção do conhecimento; Bibliometria; Movimentos Sociais; Feminismo.

Abstract: The aim of this study is to understand the domain of feminism based on the Brazilian scientific production indexed by the Scopus database, as well as to understand how feminism has been approached by the Brazilian scientific community. Using Bibliometric Analysis, we identified the scientific production on feminism in the Scopus database, limited to the period 1999-2018, that include the term Feminism in its title, keywords or abstracts. Provided this, it was possible to identify the main characteristics of the publications on feminism, as well as to visualize how this topic was studied in the different fields, also allowing to recognize the social aspect that are present in the production of knowledge. We understand that the scientific production on feminism is strongly linked to social movements that go beyond the political, economic, and cultural advancements that arise from the demands of such movements, which also permeate the academia and are consolidated in order to gain a larger space and greater visibility for the topic. There are cases such as the University of São Paulo (USP), the institution with a greater number of publications, in which the objective to implement works aimed gender

equality contributes socially and academically to the production on the topic promoted by the feminist movement. These cases, in a unique way, present democratic spaces in these institutions that result in a wide production and a characteristic performance in the areas of teaching, research, and service.

Keywords: Knowledge production; Bibliometric; Social movements; Feminism.

INTRODUÇÃO

Ao imergir nos Estudos Feministas enquanto subárea do domínio Estudos de Gênero, se pode vislumbrar todo um construto histórico que compõe uma multifacetada área regida por uma ideologia que se apresenta de forma distinta em cada uma das múltiplas vertentes. Historicamente há uma construção social, cultural, política e econômica sobre e em torno do gênero enquanto alicerce das discussões que se desdobraram, em tempos hodiernos, no que se pode nomear de Movimento Feminista. Ressalta-se que a compreensão acerca do Movimento Feminista se faz necessária ante o avanço das discussões dos Estudos Feministas também em um nível científico, de forma a reforçar o lastro de compreensão do leitor acerca do debate que norteia tal estudo.

Uma vez que, a divisão binária de gênero (Masculino e Feminino), aloca as partes sob a égide de discursos hegemônicos estruturados como forma de reprodução de padrões estéticos e comportamentais arraigados no patriarcado, machismo e na heteronormatividade, o que faz com que não apenas o Gênero, mas as sexualidades sejam alocadas enquanto dispositivo de controle social. Esta divisão faz uso da invisibilidade, do silenciamento de discursos e do apagamento como forma de pena para aqueles que destoam da norma vigente, punindo, cerceando direitos e alocando no marginalia os sujeitos que não se enquadram nos padrões vigentes ou que não se adequam ao proselitismo social adotado enquanto norma.

É necessário pontuar que o domínio das Sexualidades para além do Gênero configura-se como um domínio plural, dadas as suas multifacetadas manifestações e representações, para além de sua volatilidade uma vez que as sexualidades enquanto construtos sociais não se apresentam de forma fixa e imutável.

Essa ampla tipologia amplia as fronteiras do fenômeno e lança luz sobre as zonas de sombra da sociedade, fazendo-se perceber o aparato sociocultural do qual emergem atores que podem modificar a forma como as relações estabelecidas socialmente são representadas, visualizadas e compreendidas, para além da narrativa histórica eleita que apresenta preconceitos e antipatias,

sendo norteada por proselitismos sociais e com isso certificando estereótipos. Tal debate, tem grande influência nas demandas não só do Movimento Feminista nas últimas cinco décadas, mas também no Movimento LGBTQI e no próprio Movimento Negro que tem outras agendas dadas suas construções históricas, o que também tem sido traduzido por reivindicações, teorias, metodologia e pesquisas voltadas a estes grupos específicos na organização do conhecimento (MARTÍNEZ-ÁVILA et al.; 2016). Toda memória é construída por uma sociedade. Halbwachs (2006) afirma que a memória é o resultado de uma reconstituição do passado dentro de um contexto de recordações comuns a determinado grupo, ou seja, só tem razão para um conjunto de indivíduos que fazem parte do mesmo meio social. A memória compartilhada por grupos classificados como marginais procura através de relatos, tornarem suas experiências fatos importantes para a história. Neste contexto pode-se destacar que a construção da memória ocorre em condições de interesses de poder, onde o dominante dita o que deve e o que não se deve ser lembrado pelo sujeito dominado. Essa seleção está em constante negociação com a memória individual de sujeitos ou de grupos (HALBWACHS, 2006). Para Ricoeur (2007), a memória individual é tão somente a constituição da memória presente em cada indivíduo, uma combinação desordenada das memórias adquiridas em diferentes grupos nos quais ele sofre influência, isso justificaria em grande parte, porque algumas pessoas guardam memórias diferentes de outras. Neste sentido, não é senão “[...] a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma” (RICOEUR, 2007, p.130). Michael Pollak (1989, p.4) nomeia períodos de silenciamentos sociais de memórias subterrânea para que atos ou atitudes revolucionárias depois de um grande período silenciadas, possam cair no esquecimento. No contexto histórico de cidadania, experiências antes silenciadas, ganharam força e foram julgadas importantes de serem narradas como forma de disseminação e estudo. Através de práticas sociais, culturais e religiosas, situações escondidas por aqueles que detinham o poder, puderam ser conhecidas e incluídas nos discursos históricos. Práticas femininas foram conhecidas, começando pelos movimentos das trabalhadoras e militantes, históricas, prostitutas, bruxas, parteiras, as loucas, domésticas entre outras. Segundo Rago (1998, p. 14) “[...] a ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento”.

Muito à frente do seu tempo surge em 1833 na sociedade Francesa, Flora Tristan, uma jornalista militante que lutou contra um marido possessivo e se tornou a única provedora de sua família, vítima de preconceitos sentiu na pele a sensação de não se enquadrar nos moldes sociais

de sua época, mas procurou de todas as maneiras por mudanças sociais e ideológicas, a escrita foi para Flora Tristan uma forma de reivindicar causas femininas e de ideais pela justiça social.

As primeiras discussões científicas geradas em relação ao conceito de gênero, surgem na década de 1950, quando o Dr. John Money, da Universidade John Hopkins, utiliza o estudo da redesignação sexual em pessoas intersexuais, nesse momento ele levanta o questionamento sobre indivíduos que nascem com uma genitália indefinida, chegando à conclusão que, a questão do gênero não está ligada ao genital como fator de construção de gênero, mas sim com ideias pensadas de maneiras diferentes. É necessário conhecer abordagens que tratam a questão de gênero fora do contexto homem e mulher, onde as relações partem de indivíduos que não se encaixam perante termos propostos pela sociedade, como é o caso de transexuais e travestis que apesar de carregarem dentro de si uma característica, não podem exercer o seu papel de escolha por não estarem presentes dentro de padrões normativo, sendo assim, entende-se a categoria de gênero como um sistema binário, dicotômico, onde se digo que você é homem, automaticamente você não pode ser mulher, o que nos passa a ideia que somos classificados de acordo com os aparelhos reprodutores e não por nossa identidade de gênero.

Na década de 1960 os estudos de Michel Foucault sobre o poder, o sexo e a sexualidade, resultaram em um importante cenário em que o sexo pode ser desnaturalizado, passando a ser investigado como uma essência discursiva construída ao longo da história.

Em 1970 sempre articulados com movimentos sociais e populares surgiram ações que lutavam por moradias, melhores condições de vida das mulheres, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades, somados aos movimentos políticos, incluindo anistia aos presos políticos, luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país, do movimento dos homossexuais e diferentes minorias (MATOS; OLIVEIRA, 2017, p. 288).

Segundo Narvaz e Koller (2006, p.648) "[...] o feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes". Surgiram mulheres que buscavam a transformação e levavam o conhecimento às demais companheiras. Começava então os movimentos femininos e assim “[...] abriram escolas, publicaram livros e enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever” (DUARTE, 2003, p.153).

Pedro (2005, p.78) afirma que as relações existentes entre sexo e gênero são fruto de uma vertente cultural, onde através dos movimentos feministas que surgiram a partir dos anos 1980, a palavra gênero foi adotada no lugar de sexo. Ao mesmo tempo muito preocupado em reconhecer a importância da diferenciação sexual das experiências sociais, Chartier revelava

certo constrangimento em relação à incorporação da categoria do gênero, numa atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino.

A separação de sexo/gênero é suporte para as discussões da política feminista. Os comportamentos sociais imputados a homens e mulheres são marcados pelas diferenças culturais. O papel destinado ao homem sempre foi de superioridade em relação ao designado às mulheres, isso parte de uma cultura patriarcal enraizada, onde a mulher é entregue a papéis de submissão.

Para Butler (2003), discutir essa relação, foi o início para seus questionamentos em relação às mulheres como sujeito do feminismo. Estas duas categorias sempre estão presentes nessas discussões, pois se entende gênero como as relações sociais e culturais construídas entre as pessoas que, segundo Joan Scott, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Esta autora entende também que “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1988, p. 7-14).

Logo, conceituar e identificar historicamente a construção do Movimento Feminista faz com que seja vislumbrado o norte do estudo no campo não apenas da memória, mas também da Ciência da Informação (CI) como forma de sedimentação do conhecimento para que o mesmo venha a servir de alicerce para estudos futuros na área.

O destaque dado à área da Ciência da Informação, é devido ao esforço para enfrentar os problemas de organização e disseminação do conhecimento registrado, que teve acentuado crescimento desde a invenção da imprensa, apresentando desde então um crescimento exponencial. Compreende-se que os objetos da Ciência da Informação, fazem parte de um processo dinâmico de desenvolvimento, constituído de relações com outras áreas do conhecimento, como as ciências Humanas, Sociais e Exatas, o que estimula uma relação de interação entre áreas que propicia uma abordagem, que perpassa as mais diversas áreas com o objetivo de compreender, organizar, preservar e disseminar a informação.

Assim, Saracevic (1996) afirma que a Ciência da Informação, configura-se como campo interdisciplinar de conhecimento, uma vez que responde aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos humanos. Nesse sentido, nas subáreas da Ciência da Informação, a preservação é um aspecto central no cenário contemporâneo e em que nos voltamos para a representação, classificação e a própria preservação da memória nas suas mais variadas vertentes. Esse recorte é norteado pelas contribuições de Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2002) que segundo Pinho (2010,

p.4) “[...] versa sobre o entendimento do objeto de estudo da CI – a informação registrada e socializada – por meio da análise dos domínios do conhecimento como um todo ou de comunidades discursivas, sendo como uma das abordagens os estudos terminológicos”.

Deste modo, ao voltarmos para a Ciência da Informação, sob a ótica de sua conceituação e prática em Borko (1968), alinhado com o referencial da Organização do Conhecimento, sob as linhas de Hjørland (1995, 2004) que expõe em sua teoria, afirmando primeiramente, que a unidade de análise da Ciência da Informação é formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento concernentes às suas comunidades discursivas (*discourse communities*). Estas comunidades não são entidades autônomas, mas distintas construções sociais compreendidas por indivíduos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, e constituintes da sociedade moderna. Naturalmente, concatenadas às dimensões culturais e sociais.

No contexto da Organização do Conhecimento, Brascher e Café (2008, p. 6) apontam que: “[...] à organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”. De acordo com o estudo das autoras estão permeadas pela análise do conceito e visando desenvolver mecanismos de representação do conhecimento, de modo que estes conceitos possam delinear a construção de um dado domínio, em consonância com o entendimento apresentado por Esteban Navarro e García Marco (1995) de organização de conhecimento: um complexo rol de atividades que se estende desde a produção e socialização do conhecimento, por meio dos documentos criados para registrá-lo, conservá-lo e transmiti-lo, até o seu uso, abrangendo os processos ligados à representação de conteúdo, os quais se valem e um conjunto de procedimentos, instrumentos e produtos, de modo a garantir a geração de novo conhecimento. No universo da Ciência da informação e do conhecimento, existem estudos que trabalham a questão de gênero e feminismo de forma igualitária, tanto que em vários artigos indexados dúvidas surgiram no momento da recuperação. Conhecendo essas diferenças podemos afirmar a existência de uma produção científica com temática e/ou objeto feministas claramente indexados pela base de dados Scopus para que possam servir de base em estudos científicos?

O objetivo geral do trabalho é compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados Scopus. A pesquisa apresenta os seguintes objetivos específicos: Analisar a produção científica (artigos) indexados pela base de dados Scopus que apresentam temática e/ou objeto feminista/feminismo; Caracterizar o perfil da produção científica; Identificar como essa produção constitui-se historicamente; Ressaltar a importância e potencial da produção sobre Feminismo dentro da ciência da informação.

Esta pesquisa justifica-se, pois, estima-se que a maioria dos estudos sobre feminismo vem sendo realizados por autores comprometidos com movimentos sociais, aumentando o número de pesquisas realizadas na última década. Ao contrário do que muitos acreditam, o feminismo não é a busca da superioridade da mulher em relação aos homens, mas sim, a busca de equidade entre os gêneros binários. Dessa forma compreender que a construção histórica na qual todo o discurso social fora arraigado tem em si toda uma carga de silenciamentos, cerceamento de direitos e de subalternização da mulher como sujeito que é assujeitada não apenas socialmente, mas em uma hierarquia que tem sua gênese no machismo, na heteronormatividade e no próprio cristianismo.

Segundo Capurro (2003), o objeto da Ciência da Informação é o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidades de usuários. Entre essas comunidades de usuários, destacamos as mulheres, grupo que tem em comum a vivência do feminino, é sincronizado em linguagem e conhecimento construído socialmente atrelado a dimensões culturais, sociais e históricas. As mulheres constituem um grande público consumidor de informações, cujo comportamento merece ser investigado.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se enquanto quali-quantitativa e quanto aos fins é do tipo exploratória, utilizando-se das técnicas de Análise Bibliométrica e Análise de Domínio.

A Ciência da Informação apresenta métodos nas áreas de Organização do Conhecimento e Produção Científica, que serão utilizadas nesta pesquisa.

A Análise de Domínio como proposta metodológica, apresenta aspectos epistemológicos, ontológicos e até mesmo sociológicos, a partir de trabalhos teóricos e aplicados por Hjørland e Albrechtsen (1995); Moya-Anegón e Herrero-Solana (2001), Hjørland (2002, 2004), Tennis (2003), Smiraglia (2011, 2012, 2015). No tocante aos estudos de Produção Científica, a pesquisa fará uso de Análise Bibliométrica norteando-se pelos trabalhos de Bufrem et al. (2013).

Portanto, a pesquisa desenvolveu-se nas seguintes etapas: Etapa 1 – Coleta da produção sobre o feminismo na base *Scopus*; Etapa 2 – Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil; Etapa 3 – Análise de bibliométrica dos artigos sobre feminismo no Brasil.

Na primeira etapa foi realizada uma busca com o termo *Feminism* na base *Scopus* em abril de 2018 utilizando o termo em língua inglesa, a fim de recuperar um maior número de documentos, uma vez que se trata de uma base internacional.

Enquanto estratégia foi solicitada a busca do termo nos metadados título, resumo e palavras-chave e como resultado foram recuperados 17.672 documentos. Posteriormente foi feito um refinamento selecionando enquanto tipo de documento apenas os Artigos, que resultou no total de 11.791 documentos e em seguida o país, selecionando o Brasil resultando no total de 167 documentos (Todas informações no apêndice 1), que é o corpus da pesquisa. Delimitado o universo da pesquisa, julgouse necessário armazenar todos os artigos para uma análise mais detalhada com a finalidade de identificar possíveis repetições e assim excluí-los.

REVISÃO DA LITERATURA

Para compreender melhor a atuação de tal pesquisa no âmbito da Ciência da Informação sob a óptica da Organização do Conhecimento, destaca-se o argumento na natureza interdisciplinar da Ciência da Informação (LE COADIC, 2004; SARACEVIC, 1996), que como outros campos interdisciplinares, emerge no contexto social no período dito da revolução técnica e científica que sobrevém no cenário pós Segunda Guerra Mundial. Entende-se a Organização do Conhecimento como área de estudos da Ciência da Informação, apresentando competências que auxiliam e contribuem para investigações da produção e o uso do conhecimento. A organização do conhecimento é um campo científico que busca

[...] apresentar um modelo conceitual adequado às diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao acesso do conhecimento, e pretende operar como instrumento de tratamento da informação, e da gestão de uso da informação, abarcador e integrador dos fenômenos e das aplicações vinculados à estruturação, à disposição, ao acesso e à difusão do conhecimento socializado. (BARITÉ, 2001, p. 39-40).

A busca da informação dentro de uma biblioteca ou base de dados está intimamente relacionada com a maneira que o documento fora processado, trabalhado e representado através de terminologias adotadas em vocabulários controlados, cabeçalhos de assuntos e em Tesouros, com o objetivo de especificar a classificação, indexação e a recuperação da informação dentro do acervo físico ou digital. O trabalho do bibliotecário em nomear a informação, carrega para si o poder de conferir uma inscrição ao seu conteúdo, devendo ser um trabalho imparcial, objetivando a recuperação da informação por parte dos usuários. Os catálogos de bibliotecas não são instrumentos neutros e, por serem construídos. [...] não refletem passivamente os valores dominantes da sociedade de forma neutra ou objetiva, mas selecionam os valores para expressá-la (OLSON, 2002, p. 2).

Os aspetos teóricos das epistemologias feministas na organização do conhecimento foram revisados por Fox e Olson (2012). Num campo mais prático, Milani e Guimarães (2010) verificaram quais termos são utilizados pelas linguagens de indexação brasileiras para representar tópicos relacionados às mulheres e quais são as suas relações sintagmáticas e paradigmáticas. Para isso, a autora verificou a presença dos termos: feminilidade; feminina(s); feminino(s); feminismo(s); feminista(s); materna(o); maternal; mulher(es), e os respectivos termos em inglês em quatro linguagens de indexação brasileiras. Foi identificado um conjunto de 360 descritores: 68,33% na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, 11,67% no Vocabulário Controlado Básico, 16,39% no Vocabulário Controlado USP e 3,61% na Classificação Decimal de Direito. Aspirando estudos críticos sobre instrumentos relacionados a organização do conhecimento e representação de assunto em documentos. Milani (2014) afirma que

[...] a atuação do profissional bibliotecário é permeada pela dicotomia entre a não neutralidade do processo de organização e representação do conhecimento bem como de seus instrumentos, e o compromisso ético do profissional da informação em buscar corresponder de forma mais rápida e precisa às necessidades de uma comunidade usuária cada vez mais culturalmente diversificada” (MILANI, 2014, p.19)

Em um amplo aspecto embora os bibliotecários busquem amparar diversas perspectivas na catalogação de assuntos, por vezes, reproduzem alguma discriminação ou má-representação no tocante aos grupos de pessoas marginalizadas, esse tipo de problema é recorrente em catálogos de bibliotecas. Existem poucas referências sobre o assunto trabalhado dentro da Organização do Conhecimento. Bibliotecas não devem ser ambientes administrativos e organizacionais que buscam muitas vezes limpar termos ou mesmo embelezá-los a fim de se manter um tipo de ordem, devem ser humanizadas tendo em vista a necessidade dos usuários, entretanto não podemos esquecer que para cumprir esse papel de ponte, nós lidamos com linguagens naturais e construídas e com diversos fenômenos linguísticos. Nesse sentido é necessário promover uma padronização de linguagens de indexação que possibilite a recuperação precisa da informação. Para isso precisamos de linguagens construídas a partir de regras rígidas e algumas garantias (literária, de uso e até cultural).

Exemplo de falta de visibilidade encontrada por mulheres são os poemas de Tatiana de la Tierra, que em seus textos assinava seu nome em letras minúsculas como uma forma de protesto onde buscava e exigia voz e visibilidade, com uma diária reflexão sobre determinados assuntos, principalmente os mais polêmicos.

Grupos marginalizados, também conhecidos como grupos interseccionais, isto é, grupos de pessoas que pertencem a mais de um grupo marginalizado (por exemplo: mulheres negras), encontramos apenas os estudos empreendidos por Fox (2016), Martínez-Ávila (2013), Hogan

(2010), de la tierra (2008) e Olson (2002). Sendo assim este estudo trás para a realidade profissional a busca no constante aperfeiçoamento profissional para que injustiças e preconceitos sejam evitados no momento da indexação.

RESULTADOS

Por meio da análise de domínio torna-se possível verificar o que é efetivamente importante ou significativo em um dado campo, de tal modo que aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados (DANUELLO, 2007). De acordo com as análises iniciais, é possível vislumbrar que a produção de artigos científicos acerca do domínio do Feminismo no Brasil tem auferido largo espaço e amplo aspecto de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Tal afirmação pode ser comprovada a partir da recuperação de documentos na base Scopus, que foi utilizada como fonte de pesquisa para esse estudo. A coleta foi realizada considerando o período de 1999 a 2018, tendo exclusivamente a base Scopus como universo da pesquisa. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi organizada em três etapas: Etapa 1 – Coleta da produção sobre o feminismo na base Scopus; Etapa 2 – Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil; e Etapa 3 – Análise de bibliométrica dos artigos sobre feminismo no Brasil.

Primeira etapa - Coleta dos dados. Conforme indicado na introdução deste texto, a busca foi realizada em abril de 2018 a partir do termo Feminism, que foi verificado nos metadados título, resumo e palavras-chave e como resultado foram recuperados 17.672 documentos. Destes, após um refinamento entre os tipos de documentos recuperados, foram selecionados 11.791 artigos e entre eles, a partir da seleção por país, indicando o Brasil, foram recuperados 167 documentos, constituindo o corpus da pesquisa.

Segunda Etapa - Análise de domínio dos artigos sobre feminismo no Brasil, aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados. Para a pesquisa caracterizou-se o Feminismo como o domínio necessário para o desenvolvimento do estudo, dentro deste contexto selecionou-se termos dentro do título, nos resumos e nas palavras-chave. Depois de realizada a seleção dos termos, uma nuvem de Tags foi construída para melhor visualização do domínio estudado. Para criação da nuvem de Tags visualizadas segundo a densidade do texto no contexto analisado, tem sua representação categorizada de acordo com a recorrência de palavras utilizadas em um determinado conteúdo de um website. *Tag* (tég) é "etiqueta", "rótulo" ou "legenda", para tanto foi utilizado o programa voyant-tools, na construção da nuvem.

ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Destaca-se que, a maior frequência de publicações foi o ano 2017 (com 25 publicações) seguido do ano 2016 com 22. O ano 2018 apresenta um número menor de publicações de apenas 3 documentos, este número pode ser explicado pelo fato da pesquisa ter sido iniciada em abril de 2018, pelo tanto ter um número de trabalhos indexados menor.

Das instituições mais produtivas (Figura 3).

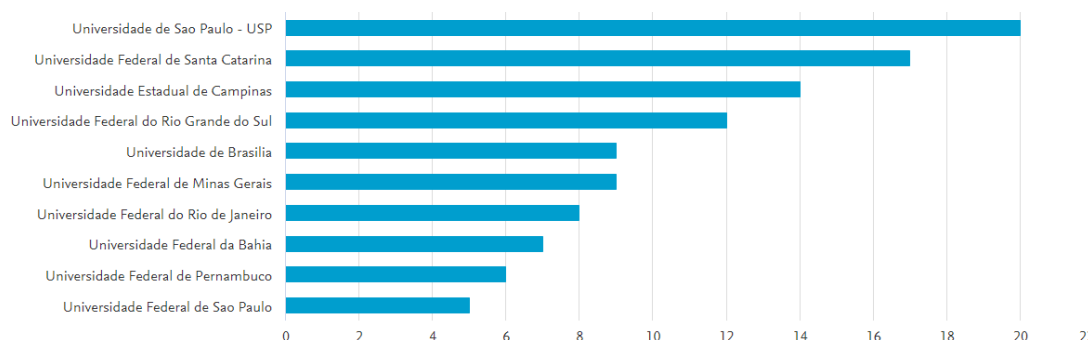


Figura 3 - Ranking das dez instituições mais produtivas

A Universidade de São Paulo (USP) é sem dúvidas a instituição de maior publicação. Com o intuito de implementar trabalhos direcionados à igualdade de gênero dentro da Universidade de São Paulo, foi criado em 2016 o USP Mulheres, um movimento que busca a inclusão feminina em todas as áreas e cargos, para que não haja discriminação como desqualificação moral, psicológica e assédio. Uma tarefa proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) a 10 governos, 10 empresas e 10 universidades no mundo (Impacto 10X10X10), a USP foi a única universidade da América Latina convidada a participar, universidades da Europa, Japão, África e América do Norte ficaram de fora. O Movimento USP Mulheres busca:

- Prevenir a violência contra as mulheres no campus da USP;
- Promover cidades seguras para as mulheres;
- Utilizar o esporte como ferramenta para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

A USP criou algumas atividades importantes dentro da universidade, algumas delas são:

1. Campanhas educativas que buscam o desenvolvimento social em relação aos estereótipos de gênero a fim da conscientização acerca da violência e do machismo que impedem que as mulheres sejam vistas como sujeitos de direitos.

2. Durante o mês de março o USP MULHERES criou O “Dia internacional das Mulheres com Arte” com a realização de atividades em todas as unidades sobre a temática de gênero. A programação foi composta por mostra de filmes, rodas de conversa, palestras, oficinas, grafites. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC começou no ano de 1991 o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) vem desenvolvendo pesquisas relacionadas aos Estudos de Gênero e de Metodologia de Pesquisa. Os projetos de pesquisa nele desenvolvidos têm sido apoiados por diferentes agências financiadoras (CNPq, CAPES, Développement et Paix, Concursos Fundação Carlos Chagas/Ford, Fundação MacArthur, Fundação Ford, Fun Extensão/UFSC, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres). O NIGS mantém diversas parcerias com equipes de investigação de outras universidades brasileiras e europeias, Organizações Não governamentais e movimentos sociais, realizando regularmente eventos acadêmicos, jornadas de estudos e oficinas em torno das temáticas de gênero, direitos reprodutivos, direitos sexuais e violência contra mulher.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), oferece grande cuidado e amplo atendimento à saúde da mulher através de seu Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), um hospital de referência nacional inaugurado em março de 1986 para casos de emergência, tratamento de câncer ginecológico e mamário. Voltado ao ensino, pesquisa e extensão à saúde da mulher e do recém-nascido, está localizado dentro do complexo hospitalar da área de saúde da UNICAMP, atendendo exclusivamente através do SUS visando a população feminina nas distintas faixas etárias. Sua missão é propiciar o desenvolvimento das atividades de ensino de em graduação e pós-graduação relacionadas com diretrizes da Faculdade de Ciências Médicas (FCM); proporcionar atividades de formação, capacitação técnico-profissional e de educação continuada para recursos humanos na área de saúde; realizar atividades de pesquisa no campo da saúde da mulher e do recém-nascido. Sendo assim várias pesquisas relacionadas à saúde da mulher são realizadas anualmente, justificando o grande número de produtividade acadêmica.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) está em quarto lugar em produção sobre o tema. Isso acontece devido ao grande número de movimentos Feministas realizados dentro da universidade. A UFRGS atua como articuladora dos segmentos Femininos fomentando o ensino e a pesquisa sobre questões de gênero por meio de atividades e eventos junto a comunidades científicas feministas locais, nacionais e internacionais. Aumentando assim de maneira significativa a produção científica sobre o assunto. Dentro da universidade existe o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM), o núcleo conta com a participação de professores, pesquisadores, funcionários e alunos de diversas áreas.

A análise das áreas de maior publicação na Scopus sobre feminismo (Figura 4) mostra uma predominância das Ciências Sociais. Pode-se observar que cerca 74,5% da produção científica encontrada na Scopus foi no campo das Ciências Sociais, mostrando relações de domínio e poder que dividem o mundo social e exclui gêneros, não justificando ausência de mulheres na política, na presença constante em notícias sobre violência, na sexualidade domesticada e tantas outras formas de depreciação da mulher. Os movimentos sociais feministas, lutam e trabalham contra a situação de inferioridade em que a mulher ainda vive na sociedade, buscando: o fim da desigualdade salarial (na prática) entre homens e mulheres; igualdade e a participação das mulheres no cenário político do país, tanto na ocupação de cargos políticos como na tomada de decisões; Discussões sobre saúde ligadas diretamente à condição de ser mulher: como prevenção de doenças, sexualidade e discussão sobre o direito ao aborto; combate aos diferentes tipos de assédio, como o moral e o sexual; Fim da violência contra a mulher: violências dentro de relacionamentos, violência sexual, assédio moral, violência obstétrica.

Um grande avanço nas conquistas sociais foi a Lei do Femicídio, sancionada em 2015, colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos, outra grande conquista e provavelmente a mais conhecida das ações de proteção às vítimas seja a Lei Maria da Penha. O movimento feminista brasileiro pode contar com os esforços da Secretaria de Políticas das Mulheres, que atua não apenas pela redução da desigualdade dos gêneros, mas também para ajudar na redução da miséria e de pobreza para, assim, garantir a autonomia econômica das brasileiras.

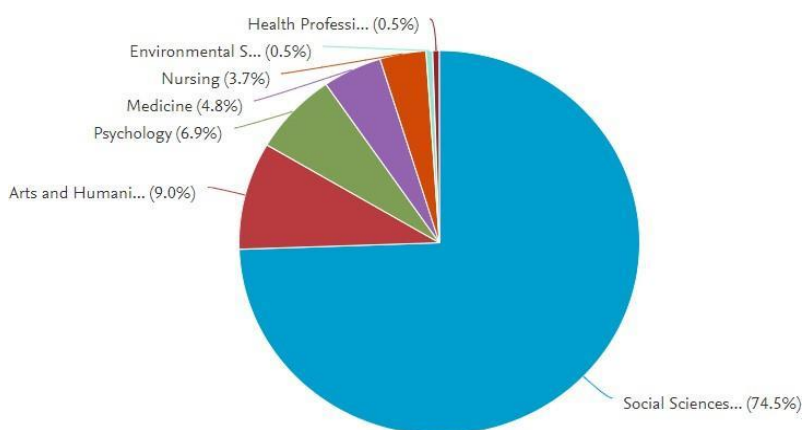


Figura 4 - Distribuição de documentos por área de conhecimento

Após a seleção dos textos, criou-se uma tabela com os principais dados coletados, dos 167 artigos, necessários para realização do trabalho, exemplo: Foram recuperadas as seguintes informações: 1. Ano; 2. Título; 3. Autor ou Autores; 4. Instituição ou Instituições; 5. Periódicos; 6. Palavras-chaves; 7. País; 8. Área do conhecimento.

Para categorizar as Palavras-Chaves encontradas no texto, foi feita a tradução dos termos representados em inglês para o português, essa atitude justifica-se pelo fato de se tratar de uma pesquisa Brasileira, tornando o entendimento mais acessível ao público alvo. Durante a evolução das análises, alguns termos, como: Mãe, Estilos, Infidelidade, Lágrimas, Turismo, Solteiro, sofreram exclusão por se tratarem de palavras vazias de sentido ou relação que possibilitassem seu agrupamento nas categorias.

Para classificação das palavras diferenciou-se os dois termos, pois cada um carrega um sentido histórico em seu contexto. Feminismos subentende um conjunto de atividades, uma corrente plural de pensamentos e ações coletivas, políticas, ideológicas que não estão centradas apenas nas mulheres individualmente, no caso do Feminismo.

Após os ajustes necessários, criou-se uma categorização específica para classificação das palavras chaves, assim pudemos ter uma Ideia de modo amplo da maneira de pensar por parte dos autores na busca da melhor representação dos artigos.

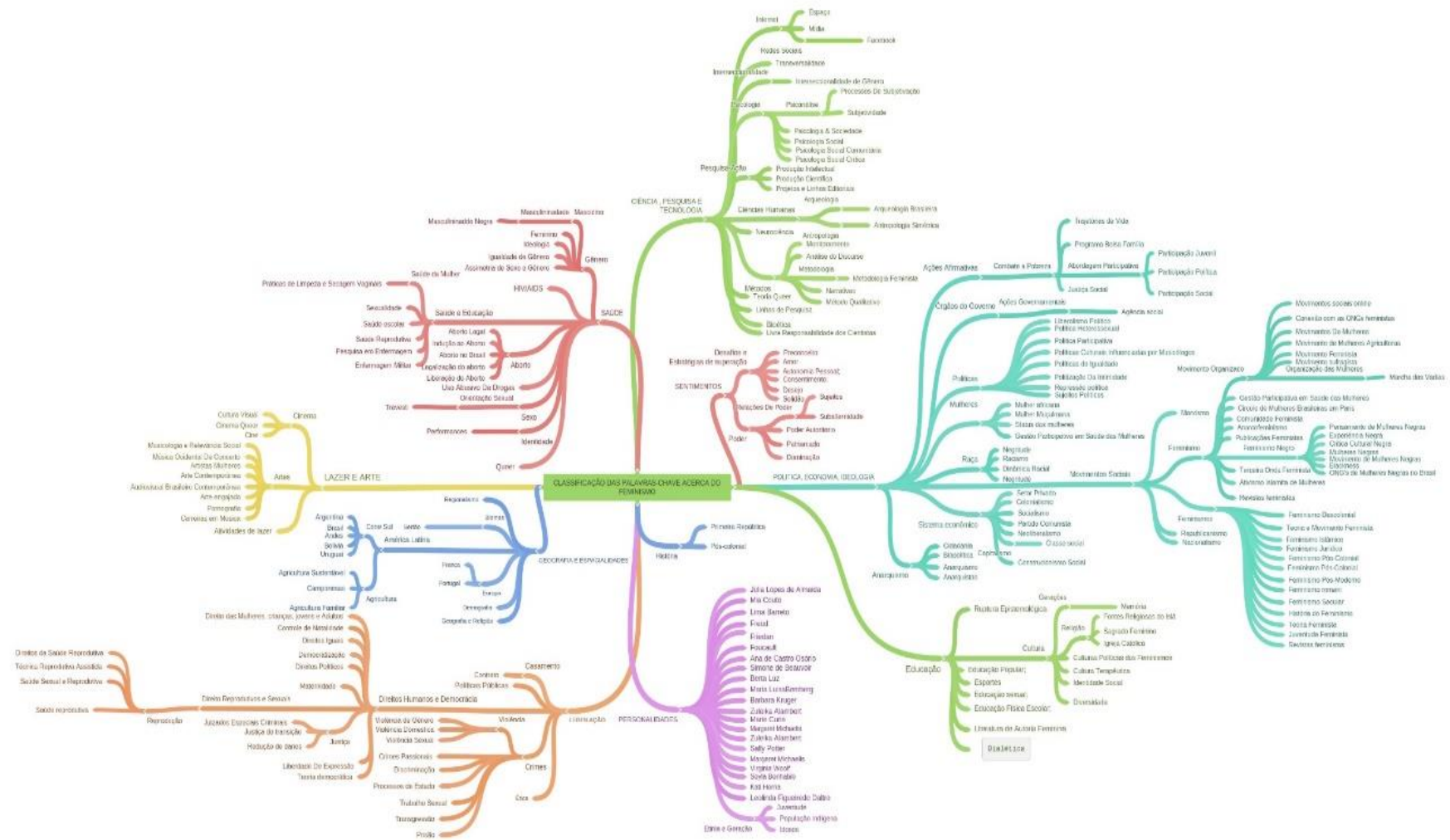


Figura 5 - Representação da Classificação das palavras-chave que compõe a amostra do estudo

CONCLUSÕES

Ao termino da análise de dados se pode concluir que a produção científica que apresenta o Feminismo como Tema e/ou Objeto de estudos tem auferido largo espaço no âmbito acadêmico de forma a representar um extrato de produção relevante, apesar de compreender que, as relações foram construídas historicamente e os discursos enraizados na sociedade, em que a mulher fora subordinada e alocada em condição de inferioridade. Logo, em todas as áreas do conhecimento pesquisados se pode perceber vertentes feministas construindo um processo social amplo no campo da produção do conhecimento.

Notou-se um crescimento significativo da produção acadêmica por meio da Ciências Sociais enquanto área do conhecimento, fazendo com que a população não só acadêmica, tivesse acesso a trabalhos desenvolvidos dentro e fora das universidades, ancorando-se no tripé das instituições de maior produção acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão). A produção científica apresentou um crescimento ascendente após a implementação da lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da Lei do Femicídio (Lei 13.104), ambas contribuíram de forma profunda e irreversível para os processos de subjetivação e construção de uma sociedade com padrões de equidade não tão dispares.

REFERÊNCIAS

- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). Educação, universidade e pesquisa. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60
- BORKO, Harold. Ciência da Informação: o que é isto. *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BUFREM, Leilah. Santiago. Configurações da pesquisa em ciência da informação. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2013.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAFÉ, Ligia Maria Arruda; BRÄSCHER, Marisa. Organização da informação e bibliometria. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 13, n. 1, p. 54-75, 2008.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. [Anais eletrônicos...]. Belo Horizonte: Programa de Pósgraduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

DANUELLO, Jane Coelho. Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. 2007. 122 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.

DE LA TIERRA, T. Latina lesbian subject headings: the power of naming. In: ROBERTO, K. R. Radical Cataloging: Essays at the Front. Jefferson: McFarland & Company, 2008. p. 94-102.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p. 151- 172.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. Scire, v.1, n.1, p.149-157, 1995.

FOX, Melodie; OLSON, Hope A. Feminist Epistemologies and Knowledge Organization. In SMIRAGLIA, Richard P.; LEE, Hur-Li (eds.). Cultural Frames of Knowledge. Würzburg, Germany: Ergon, 2012, p. 79-97.

FOX, M. J. ‘Priorities of Arrangement’ or a ‘Hierarchy of Oppressions?’: Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. Knowledge Organization, Würzburg, v. 43, n. 5, p. 373-383, 2016.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. Journal of the American Society for Information Science, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. Bulletin of the American Society for Information Science and Technology, v. 30, n.3, 2004.

HJØRLAND, B. Domain analysis in Information Science: Eleven approaches – traditional well as innovative. Journal of Documentation, v.58, n.4, p.422-462, 2002.

HOGAN, K. “Breaking secrets”. in The Catalog: proposing the black queer studies34/35, p. 50-57, 2010.

LE COADIC, Yves-François. La science de l'information. Presses universitaires de France, 2004.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Interseccionalidad: un problema logico en la representacion. In: Alejandro GAITA, A. et al. La uni en la calle. Madrid: La Marea, 2013. p. 132-133.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SEMIDÃO, Rafael; FERREIRA, Marcio. Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. Knowledge Organization. Vol. 43, N. 2, 2016, p. 118-125.

MATOS, Gislaine Imaculada; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Estudo de Gênero e Feminismo: Uma Análise Bibliométrica da Revista Estudos Feministas. Informação, conhecimento e modelos. v. 78, 2017, p. 285-298.

MILANI, S. O. Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Bias in the indexing languages: theoretical approaches about feminine issues. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.). Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference, Rome, 23-26 February 2010. Würzburg: ERGON VERLAG, 2010. p. 424- 429. (Advances in Knowledge Organization, 12).

MOYA-ANEGÓN, F.; HERRERO-SOLANA, V. Análisis de dominio de la revista mexicana de investigación bibliotecológica. Información, cultura y sociedad, n. 5, 2001, p. 10-28

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos 54 de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p.647-654, set./ dez. 2006.

OLSON, H.A. The power to name: locating the limits or subject representation in libraries Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História (São Paulo), v. 24, n. 1, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Relevância reconsiderada. In: *Anais da segunda conferência sobre concepções de biblioteconomia e ciência da informação (CoLIS 2)*. Nova Iorque: ACM, 1996. p. 201-218.

SMIRAGLIA, R.P. Domain Analysis of Domain Analysis for Knowledge Organization: Observations on an Emergent Methodological Cluster. *Knowledge Organization*, v.42, no.8, p.602-611, 2015.

SMIRAGLIA, R.P. Domain coherence within knowledge organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. In: *Proceedings of Annual CAIS/ACSI Conference*, Fredericton, Canada, 39, 2011.

SMIRAGLIA, R.P. Epistemology of Domain Analysis. In: LEE, H-L.; SMIRAGLIA, R.P. (ed.). *Cultural frames of knowledge*. Wurzburg: Ergon, p.111-124, 2012.

SCOTT, J. *Gender and the politics of history*. Nova York, Columbia University Press. 1988.

TENNIS, J.T. Two Axes of Domain Analysis. *Knowledge Organization*, v. 30, n.3/4, p.191-195, 2003.

O PODER DE NOMEAR E AS CLASSIFICAÇÕES NO DOMÍNIO DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS: MASCULINIDADES, SUBALTERNIDADES E NEGOCIAÇÕES DE AFETOS NA NOVA ECONOMIA DO DESEJO

Francisco Arrais Nascimento¹, Daniel Martínez-Ávila²

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNES, <https://orcid.org/0000-0003-4424-8844>, francisco.arrais.nascimento@gmail.com

²Universidad Carlos III de Madrid, <https://orcid.org/0000-0003-2236-553X>, dmartinezavila@marilia.unesp.br

Resumo: A pesquisa apresenta o tratamento informacional aplicado pelo Centro de Documentação e Informação – CDI, da Editora GLOBO S.A. sobre os vídeos produzidos e/ou recebidos pela empresa. Na empresa jornalística apresentada nesta pesquisa, a área que organiza e armazena o material produzido e/ou recebido é o CDI, que está subordinado à gerência da Redação. O avanço tecnológico proporcionou o registro de informações mais acessíveis à sociedade. Aproveitando esse novo recurso, a imprensa digital utiliza de envio de vídeos de seus clientes-colaboradores para disponibilizar informações em seu site de notícias. Desse modo, o acúmulo de vídeos tanto produzidos pelos próprios profissionais da imprensa como de clientes-colaboradores criou um número significativo de vídeos armazenados em discos rígidos sem qualquer identificação. O CDI da Editora GLOBO S.A. é formado por um jovem aprendiz, dois supervisores, um estagiário, um auxiliar administrativo e nove analistas de informação, distribuídos em duas equipes: atendimento aos clientes internos e indexação. Essa equipe multidisciplinar é composta por Advogados, Bibliotecários, Assistentes Sociais, Historiadores, Cientistas da Computação e Sociólogos. A pesquisa aplica a estratégia do Estudo de Caso, que é um método fenomenológico, com abordagem qualitativa, realizando por meio de uma observação participante, a investigação do processo de representação da informação desenvolvido pelo CDI. Para fundamentar esta pesquisa, foi realizada uma revisão da literatura específica sobre representação temática e indexação de vídeo. Essa pesquisa destaca a importância da representação temática para recuperação da informação, contudo é necessário mencionar a importância das listas de Pessoa, Identidade, Seção e Coluna utilizadas na representação descritiva das informações. A aplicação das listas padronizou parte do trabalho eliminando os possíveis erros na representação temática e descritiva. O maior desafio desta pesquisa foi considerar que as empresas jornalísticas não possuem um usuário com perfil definido, já que as pesquisas podem ser realizadas tanto para questões probatórias (acidentes, publicação de classificados, etc.) como também pesquisas históricas, culturais, econômicas, sociais e de segurança, para dar origem a uma reportagem ou apenas aprimorar uma reportagem. Por isso, o indexador precisa ser capaz de extrair do documento as prováveis informações a serem pesquisadas pelos usuários. Conclui-se que a pesquisa obteve uma visão panorâmica do trabalho desenvolvido pelo CDI, da empresa Editora GLOBO S.A. Espera-se que esta pesquisa incentive a liderança do CDI na elaboração de uma política de indexação, além de reflexões sobre as atividades desenvolvidas pelo setor, visando um melhor aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos.

Palavras-chave: Domínio das Homossexualidades; Classificação; Automeação; Autoclassificação.

Abstract: The objective was to understand the autonomization practiced by the users of affective sexual interaction applications in order to outline a classification of the domain of male homosexualities in Brazil. The qualitative study of documentary nature, supported by bibliographical research, in the form of cartography of documents can understand that terms such as "secrecy", "security", "adventure" and "discreet" suffer slips of meaning giving its users a form of identification that enable him to express his affections/desires making them more attractive to the community that is guided by socially constructed and consolidated heteronormative patterns in Brazil. Thus, in their self-classification, such terms remove subjects from homosexual identity by reinforcing their masculinity in relation to the group in which they are immersed, based on stereotypes and prejudices. Given this, it is noteworthy that terminological studies that are anchored in the domain of homosexuality, alternative modalities of sexuality and desire claim the literary, cultural and use guarantees (Beghtol, 2002, 2005; De La Tierra, 2008; Pinho, 2010), respecting a cross-cultural ethics of mediation (García Gutiérrez, 2002) and bringing awareness to a standardizer and aseptic "naming power" of the indexer (Olson, 2002) in its eventual prejudices and antipathies (Berman, 1993).

Keywords: Domain of Homosexuality; Classification; Self-naming; Self-classification.

INTRODUÇÃO

O domínio das sexualidades configura-se como um domínio plural, dadas as suas multifacetadas manifestações e representações, e volátil, uma vez que as sexualidades enquanto construtos sociais não se apresentam de forma fixas e imutáveis. Em confluência com esse discurso Denizart (1997, p. 9) afirma que "[...] a sexualidade é 'uma fantasia passageira', a ser usufruída como bem a entendemos". Assim, alicerçando-se sob esse discurso em tempos hodiernos, pode-se observar o emergir de identidades de gênero tais como *crossdressers* (CD)¹, drag queens, drag kings², orientações sexuais como a dos homens que fazem sexo com homens (HSH)³, G0ys⁴, Highsexuais⁵ e definições de gênero, como os 35 termos identificados por

¹ Termo referente a pessoas que vestem roupas ou usam objetos associados ao sexo oposto, por qualquer uma de muitas razões, desde vivenciar uma faceta feminina (para os homens), masculina (para as mulheres), motivos profissionais, para obter gratificação sexual, ou outras. O *crossdressing*, não está relacionado a orientação sexual nem a transexualidade, um *crossdresser* pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual.

² Artistas performáticos que se travestem, fantasiando-se cômica ou exageradamente com o intuito geralmente profissional artístico. Chama-se *Drag Queen* o homem que se veste com roupas exageradas femininas estilizadas, e *Drag King* a mulher que se veste como homem. Os primeiros registros apresentam-se como "Dr. A.G." (*Dressed As a Girl*, traduzido por "vestido como uma garota") sigla utilizada por William Shakespeare para diferenciar seus atores no roteiro das peças.

³ Sigla da expressão "Homens que fazem Sexo com Homens" utilizada principalmente por profissionais da saúde, na área da epidemiologia, para referirem-se a homens que mantêm relações sexuais com outros homens, independente destes terem identidade sexual homossexual.

⁴ O termo "g0y" ou "g-y" é abrangente, podendo incorporar comportamentos diversos como atitude, postura masculina, pró-atividade, entre outros, mas o principal é que com o zero em destaque no termo g0y serve para designar homens que não praticam sexo anal com outros homens.

⁵ Heterossexuais que sentem atração pelo mesmo sexo ao fazer uso de *Cannabis Sativa* (maconha).

Nascimento, Leite Junior e Pinho (2016) na definição de gêneros não binários⁶ (masculino e feminino), a saber: Agender, Aliagender, Ambigender, Androgine, Bigender (female-male), Butch Non-binary, Cristaline, Demigender, Denboy, Demigirl, Efêmere, Femme Non-binary, Genderfluid (female-male), Genderflux, Genderfuck, Genderpivot, Genderqueer Non-binary, Graygender, Male Non-binary, Intergender ou Intersex, Female Non-binary, Nan0gender, Nan0boy, Nan0girl, Nan0-menine, Negative, Neutrois, Pangender, Poligender, Positive, Third Gender, Transfemale ou Male to Female - MTF, Transmale ou Female to Male - FTM, Transvestite Non-binary e Trigênero. Essa ampla tipologia amplia as fronteiras do fenômeno e lança luz sobre as zonas de sombra da sociedade, fazendo-se perceber o aparato sociocultural do qual emergem atores que podem modificar a forma como as relações estabelecidas socialmente são representadas, visualizadas e compreendidas, para além da narrativa histórica eleita que apresenta preconceitos e antipatias, sendo norteadas por proselitismos sociais e com isso certificando estereótipos. Albuquerque Jr (2010, p. 30) ao discorrer acerca do “discurso da estereotipia”, é enfático quando afirma que tal discurso,

[...] é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrílica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.

Com isso, para uma possível classificação do segmento da população composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) faz-se necessário compreender que os discursos que permeiam a construção histórica das homossexualidades não foram

⁶ Os autores deste estudo reconhecem a existência de identidades de gênero de natureza fronteiriça e por isso que não reconhecem a divisão binária (masculino e feminino) imposta socialmente desde os primórdios das civilizações e que vigora até os dias atuais. No entanto, existem identidades de gênero que se constituem de múltiplos gêneros, assim como também a ausência de gênero, a parcialidade de gênero, entre outras manifestações identitárias, onde se pode identificar algumas dessas identidades de gênero como forma de ilustração, uma vez que as mesmas não são foco do estudo aqui apresentado, a saber: *Não-binária/Nãobinária, Genderqueer/Gênero queer, Agênero, Gênero-fluido, Homem não-binário, Mulher não-binária, Demigênero, Andrógine, Transfeminine, Transmasculine, Transneutre, Neutrois, Intergênero, Neurogênero, Kingênero, Aporagênero, Maverique, Gênero-estrela, Egogênero, Gênero-cor/Corgênero, Caelgênero, Gênero-fofo, Femigênero, Mascgênero/Mascugênero, Zenina, Zenino, Juxera, Proxvir, Nonpuella/Nonera, Nonpuer/Nonvir, Nonpuerella/Nonvirmina/Navire, Ambonec, Ceterogênero, Gênero neutro, Pangênero, Bigênero, Trigênero, Oligênero, Poligênero, Poligênero-fluxo, Mosaigênero/Portiogênero, Fisgênero, Gênero-borrão, Gênero-poção, Giaragênero, Schrodigênero/Schrodinênero, Gênero-estática, Gênero-nulo, Apogênero, Gênero-vácuo, Sem gênero, Casgênero, Gênero-cinza, Gênero-vago, Quoigênero, Libragênero/[Gênero] agênero, Cancegênero/Agênero-fluido, Gênero-pulso, Gênero-fluxo, Fluxofluid, Eafluide, Marfluide/Mascfluide, Venufuide/Femfluide, Scorpifluid, Colecionadore de Gêneros, Kinetigênero, Aquarigênero, Cristaline/Cristagênero, Gênero-fogo, Verangênero, Condigênero, Ciclogênero, Locugênero, Scorigênero, Quivergênero, Demigênero-fluido/Demifluid, Horogênero, Duragênero, Magigênero, Hemigênero, Nanogênero, Obligênero, Paragênero, Altegênero, Gênero-neblina, Dubgênero, Pendogênero, Xungênero/Xumgênero, Turbogênero, Pomogênero, Ilusogênero, Liberique.*

consolidados apenas por meio de sermões, leis e edificações. No entanto a tríade pecado-crime⁷-doença⁸ aufere largo espaço sobre tudo o que fora construído acerca das homossexualidades, que ao serem enquadradas no desvio da norma vigente acerca das sexualidades foram hipersexualizadas, tornando impossível uma dissociação do sujeito de sua prática erótica e conseqüentemente uma existência ou mesmo uma representação fora da orientação do desejo dos praticantes de modalidades alternativas de sexualidades que por sua natureza desviam da norma eleita, tendo como centro a prática para além de outras características constitutivas do sujeito. Ressalta-se ainda, que a narrativa histórica e também os próprios sistemas de classificação são elaborados sob uma perspectiva heteronormativa, seguindo padrões socialmente estabelecidos que são balizados por proselitismos sociais que privilegiam a voz da “norma”.

Com isso, a “nomeação” ou ato de nomear, configura-se enquanto uma das questões centrais ao se tratar da relação entre linguagem e realidade, uma vez que, sem ela, a existência fica comprometida e fadada ao esquecimento. O nome é o alicerce para que a identidade surja, é ele quem diferencia as coisas e seres no mundo. Compreende-se, assim, que os corpos, tal como as identidades, são construídos a partir dos discursos, que se articulam ao redor dos nomes. Para Silva (2007, p. 76) “[...] identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística”. Logo, um corpo discursivamente construído, não pode ser desvinculado dos atos linguísticos que o nomeiam e constituem. Observa-se assim, que identidade e diferença acontecem simultaneamente sendo um produto de um mesmo processo, pois ao se identificar (nomear) algo dar-se-á início ao processo de identificação. Tal processo é ancorado na negação, pois dizer que se é algo ou se identificar sob um nome significa negar e ocultar vários outros aspectos que não aparecem de imediato. Essa negação e o que está oculto no nome não estão explícitos no nome; o que aparece de forma explícita no nome é o predicativo ou complemento que o acompanha (MOREIRA, 2010).

⁷ Relações entre pessoas do mesmo sexo são consideradas crime em 73 países, segundo dados de 2016 da associação internacional *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)*. As punições variam de multas e prisão à pena de morte.

⁸ Ressalta-se que segundo a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia [...] a homossexualidade não constitui doença, distúrbio nem perversão [...] os psicólogos deverão contribuir com seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. [...] (Eles) não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. [...] não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades e nem [...] se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica”.

Em uma sociedade regida por uma divisão social marcadamente binária e oposicional, quem fala e de onde se fala são questões centrais que revelam os interesses por trás do que é falado. Como destaca Bourdieu (1996, p. 87), “o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz”; isso evidencia que o sujeito da fala, na posição social por ele ocupada fará com que seu discurso seja validado, preservado e disseminado. Moreira (2010, p. 2919) ressalta que no ato de nomear “as posições sociais de quem nomeia e do que é nomeado devem ser obedecidas, e essas posições revelam quem tem poder e autoridade para nomear e quem, ou o que, está subordinado a esse poder”.

Pode-se perceber que, assim como as identidades, o gênero e até a própria sexualidade são normatizados por meio de mecanismos e políticas de coerção do corpo, enquanto algo discursivamente construído, gerando, com isso, toda uma gama de sujeitos que fazem uso da “performance” como elemento de resistência ou mesmo de proteção contra as sanções impostas pela norma vigente. É fundamental ressaltar que a “performance” não ocorre sempre de maneira consciente; quando falamos de determinados conceitos, os dispositivos de coerção social e a biopolítica dos corpos e de produção dos mesmos são tão dissolvidos na sociedade que acabam sendo internalizados pelos sujeitos sem que se perceba a extensão de sua ação sobre o seu corpo.

Segundo a interpretação da obra de Judith Butler por Salih (2012, p.232):

Na medida que a nomeação da “menina” é transitiva, isto é, em ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo “tornar-se menina”, o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma “menina” que está obrigada a “citar” a norma para se qualificar e se manter como um sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição.

Como destaca Britzman (1996, p. 74), cada grupo, comunidade ou mesmo sociedade vivencia um processo social em que o passado é reconstruído, e de forma distinta da história, uma vez que esta pauta-se mais especificamente naquilo de que se tem registro, independentemente se sua vivência efetiva.

Para que se possa compreender a atuação do poder de nomear enquanto dispositivo de controle social, faz-se necessário adentrar ao domínio dos estudos acerca da memória, que abrangem toda uma densa trama capaz de atravessar diversas áreas do conhecimento, dada a natureza etérea do objeto de estudo. Logo, ao imergir em tal domínio e compreender como o mesmo é constituído, entende-se que tal objeto atua de forma multifacetada e em campos distintos, configurando-se enquanto um complexo rizomático influenciado por variáveis que revelam um liame simbiótico, norteadas pelas relações de poder que vigoram na sociedade, segundo o período histórico, o contexto cultural, o espaço geográfico e os atores ou

comunidades discursivas envolvidas. Objetivou-se compreender as autonegociações praticadas pelos usuários de aplicativos de interação afetivo sexual de forma a esboçar uma classificação do domínio das homossexualidades masculinas no Brasil.

METODOLOGIA

Utilizou-se enquanto metodologia, uma cartografia de documentos, como forma de reconhecimento do domínio a ser analisado. Segundo Deleuze (1990) a cartografia como um método para além de seus usos limitados dentro da Geografia, onde o autor aloca a mesma como uma alternativa para “desemaranhar” as linhas que compõe um dispositivo, uma vez que o mesmo é compreendido enquanto uma tessitura complexa e embrincada que fora construído e ressignificado no âmbito social sob camadas de construção histórica, como forma de permanência de forma funcional e subserviente na relação de poder/saber (FOUCAULT, 2013). Uma vez que segundo Bourdieu (2012) como se trata de construir e representar uma categoria social dominada, quer dizer, constituída sobre termos negativos em função da transgressão a norma, deve-se levar em consideração que sua representação envolve o rompimento com as categorias de percepção que fundamentam a inferioridade. Esse rompimento permitiria que experiências vividas de forma tácita ou dissimulada ganhassem visibilidade a partir de sua enunciação pública e que se construam em signos de pertencimento a um grupo social, a uma identidade. Ressalta-se que,

[...] o dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (Foucault, 2000, p. 246).

Logo,

[...] desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de ‘trabalho de terreno’. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal. (Deleuze, 1990, p. 155)

Assim, a cartografia documental alicerçou o estudo de forma a favorecer subsídios necessários ao levantamento das nomenclaturas empregadas pelos sujeitos que se encontram no desvio da norma. Em um segundo momento utilizou-se do arcabouço teórico da Organização do Conhecimento, amparando a pesquisa sob as contribuições de Albrechtsen (2003), Hjørland e Albrechtsen (1995), Hjørland (1997, 2002), Tennis (2012), Kobashi (1994) e Guimarães (2008) no âmbito da Ciência da Informação, além de Pinho (2010), Guimarães e Pinho (2011, 2012), Pinho e Guimarães (2012) e Nascimento (2015) sob a óptica da Organização do Conhecimento. A partir desse quadro teórico foram desenhadas metas e objetivos específicos

que orientaram o estudo de forma a alcançar o objetivo geral, apresentando-se enquanto processos necessários para além de objetivos específicos, a saber:

Problematizar a linguagem enquanto performatividade no contexto LGBT, onde a mesma atua como ação de resistência, apresentados por meio do vocabulário êmico LGBT.

Identificar os termos êmicos do discurso LGBT.

Compreender os usos e significados dos termos utilizados pela comunidade discursiva LGBT.

RESULTADOS

No contexto do debate de minoritização versus universalização, a omissão de um tópico também pode ser considerada um caso extremo de universalização. Da mesma forma que não há tópico sobre pessoas que respiram, a existência de um tópico que não pode se desviar de qualquer norma enquanto não tiver nenhuma representação não seria notada. A visibilidade a qualquer custo, seja por representação marcada ou nomeação explícita, também pode ser uma boa ideia para inverter a representação e o viés de mudança. Um exemplo deste fenômeno é a adoção orgulhosa da comunidade de termos externos destinados a causar danos ao grupo, como "estranho", conforme discutido abaixo. No entanto, embora o uso subversivo de alguns termos possa ter algum efeito na sociedade e na percepção do usuário, o uso de tais termos subversivos, mesmo quando amplamente utilizado pela comunidade na literatura, raramente é refletido nas ferramentas e catálogos da biblioteca, mesmo que sejam com base em garantias literárias. Além disso, mesmo que alguns grupos marginalizados, como latinas e lésbicas, parecem diminuir na representação do catálogo, a interseccionalidade, as lésbicas latinas, é completamente invisível. Como Tatiana de la tierra notou em seu trabalho títulos latinos de lésbicas latinas: o poder de nomear, "HOMOSEXUAL me apontou para livros sobre identidades disfuncionais resultantes de mães dominantes. *HISPANIC* em associação com *LESBIAN* não conduziu a lugar nenhum" (de la tierra, 2008, p. 95).

Com isso, para a classificação do segmento LGBT considerou-se a própria classificação estabelecida pelos sujeitos que compõe a corpora primária do segmento e suas subdivisões, a saber: Lésbicas, Gays⁹, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Com isso, se pôde compreender com verossimilhança, em virtude da aproximação os atores que compõe o Domínio LGBT, de

⁹ Neste estudo o termo "Gay" que no Brasil serve para designar tanto os sujeitos do gênero masculino quanto do gênero feminino com práticas homossexuais, será aplicado apenas a homossexuais masculinos.

forma a aprimorar o entendimento das múltiplas e multifacetadas formas, práticas e perfis que compõe o segmento social das homossexualidades no Brasil. Ressalta-se que o domínio configura-se enquanto uma imbricada tessitura social que ampara a construção de identidades, práticas e performances que se interseccionam em um domínio múltiplo e multifacetado que engloba toda uma diversidade de sujeitos que em função de suas práticas dissidentes e/ou desejos desviantes, são alocados sob a égide das homossexualidades.

As heterossexualidades foram incorporadas ao estudo, em função da própria construção social que as aloca como centro, e norma compulsória. Por compreender que a diferença não atua isolada da norma, mas sim, estabelece uma relação simbiótica onde uma não pode existir sem a outra, pois a posição de uma é certificada pelas outras. Assim, ao adentrar ao universo das heterossexualidades compreender-se que sua composição também se apresenta de forma performática, exigindo de seus praticantes todo um aparato histórico que certifica sua posição social. Ressalta-se que a produção das masculinidades em meio machista se torna algo complexo, limitante e mesmo a norma apresenta sujeitos de fronteira que borram os limites entre o centro e as margens preservando características predominantemente da norma, mas com práticas desviantes em contextos específicos como são os casos conceituados no Tabela 1.

Tabela 1 Facetas da heterossexualidade

Categoria	Subcategoria	Termo equivalente	Conceito
Heterossexualidades	GØy	GØy	Indivíduos do sexo masculino que alegam não se identificar com a homossexualidade e a bissexualidade, mas que também não se identificam com a identidade hétero normativa vigente, visto que mantém relacionamentos com pessoas do mesmo sexo. Neste tipo de relação homoafetiva são aceitos abraços, beijos na boca, troca de carinhos, <i>frott</i> , amassos, masturbação mútua e felação, sendo vedada a prática do sexo anal, que seria a barreira ou o "limite" do conceito dessa identidade.
		G-zero	
	G-y		
	Highsexual		Sujeito heterossexual que passa a se sentir atraído por pessoas do mesmo sexo após o consumo de drogas.
	Men-Sex-Men (MsM)	Homens que fazem Sexo com Homens (HsH)	Termo usado para definir homens que transam com outros homens sem serem homossexuais; homens héteros que ocasionalmente transam com outros homens sem envolvimento afetivo

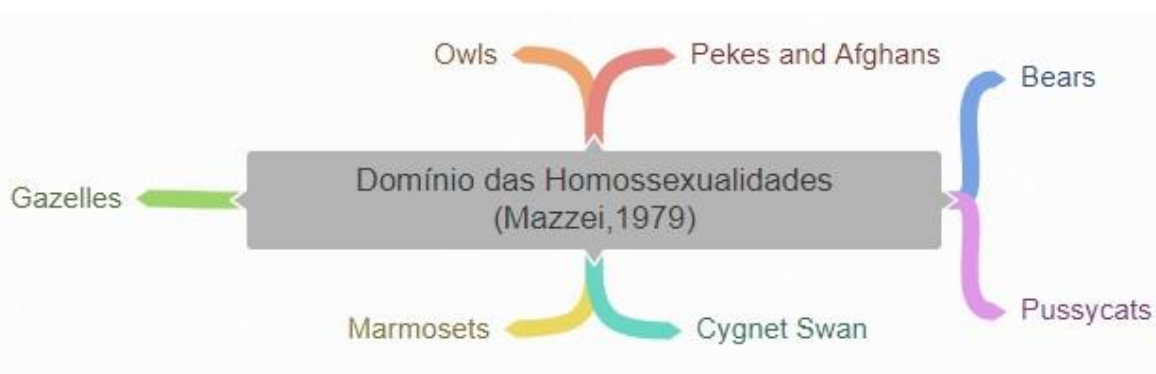
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No âmbito das homossexualidades, os sujeitos são classificados, segundo as definições de suas orientações sexuais, características físicas, praticas entre outros. Se pode perceber que as classificações emergem do contexto social como movimentos de resistência não apenas contra o que fora construído sobre e acerca das homossexualidades, mas ressignificando toda uma gama de aspectos em um movimento da margem em direção ao centro. A exemplo do que fora

falado o movimento *Bear* tem suas origens em São Francisco da Califórnia/EUA na década de 1970 juntamente com o movimento gay liderado por Harvey Milk (1930-1978), como forma de contestação à discriminação daqueles que não se enquadravam no padrão que orientava o que era marginal em uma norma heterossexual, a saber aqueles que não apresentavam o modelo estético corporal “sarado-loiro-platinado” californiano dos anos 1970.

Na edição de 26 de julho de 1979 do *The Advocate*, George Mazzei, publica o artigo intitulado “*Who's Who at the Zoo?*”, onde o mesmo esboça uma classificação bem-humorada do universo LGBT dividindo este em sete categorias a partir de características físicas e comportamentais dos sujeitos aproximando-os de animais (Figura 1), foi a primeira vez que o termo urso fora cunhado para designar determinada parcela da comunidade LGBT.

Figura 1 Classificação do Universo LGBT apresentada no *The Advocate*, July 26, 1979.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019), a partir do *The Advocate*, July 26, 1979.

A classificação de Mazzei (1979) lança luz sobre o domínio das homossexualidades que apresenta-se como um cenário balizado por todo um construto social multifacetado, dissidente e fronteiro complexo que atua não somente como forma de legitimação do outro, mas constitui-se como forma de resistência para além das abordagens centradas nas “[...] formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro”, alcançando “[...] suas extremidades, em suas ramificações, onde ele se torna capilar” (FOUCAULT, 2000, p. 182), uma vez que o que fora construído sobre e em torno das homossexualidades reflete ecos discursivos que perpassam a tríade pecado/crime/doença, explicitando uma relação de poder própria onde a sexualidade manifesta-se enquanto dispositivo¹⁰ de controle social, alicerçado por discursos hegemônicos que regulam, normatizam, instauram normas e produzem “verdades” e assim prevalecem e são

¹⁰ Neste estudo em função do viés adotado pelos autores, tem-se o conceito de dispositivo sob a óptica foucaultiana, a saber: “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 2000, p. 244).

as limitações de seu tempo e lugar específicos e, paradoxalmente, utilizou esse tempo e lugar específico para criar um vocabulário e uma visão de mundo, que é exclusiva para si mesmos.

Tais representações arraigam-se de forma verossimilhante pois foram construídas por aqueles que vivenciam tal contexto e podem construir um refinado sistema de classificação orientado pelas vivências dos sujeitos que a vivenciam.

A linguagem é um fenômeno sociocultural de expressão, tornando-se êmica de um indivíduo, grupo, classe, um organismo vivo que se transforma com o uso, visando intencionalidades, vontades e desejos.

Como identificou-se neste estudo, seja por medo, vergonha ou preconceito, um homem que deseja sexualmente outro homem nem sempre se identifica com o termo “gay”, uma vez que essa classificação lhe renderia estigmas sociais que o mesmo pode não estar preparado para enfrentar.

Por trás de cada termo empregado por um grupo social há uma vontade – ou mesmo uma vontade reprimida. Cada termo é cuidadosamente escolhido para provocar um determinado sentido, especialmente qual os sujeitos utilizam esse termo para representar a si mesmos. Um termo nunca está sozinho, ele revela aspectos sobre quem o produziu e está repleto de elementos identitários.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, K. T. Indexing of musical genres an epistemological perspective. **Knowledge Organization**, v.30, n.3/4, p.144-169, 2003.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11^o ed. Rio de Janeiro, 2012.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DENIZART, Hugo. **Engenharia Erótica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 41.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, 2011, Brasília. Políticas de informação para a sociedade. **Anais...** Brasília: Thesaurus, 2011. v. cd-rom. p. 352-370.

GUIMARÃES, J.A.C.; PINHO, F. A. Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina. In: José Augusto Chaves Guimarães; Vera Dobedei. (Org.). **Desafios e Perspectivas Científicas para a organização e representação do conhecimento**. 1 ed. Marília: ISKO-Brasil : FUNDEPE, 2012, v. 1, p. 143-146.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, Birger. **Information seeking and subject representation: an activity theoretical approach to In-formation Science**. London: Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

KOBASHI, Nair Yumiko. A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia. 1994. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.

MAZZEI, George. Who's Who at the Zoo? **The Advocate**, 26 de julho de 1979.

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto. O ato de nomear- da construção de categorias de gênero até a abjeção. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro. v. XIV, n. 04, tomo 4, 2011. p. 2914-2926. ISSN 1519-8782.

NASCIMENTO, Francisco Arrais; LEITE JUNIOR, Francisco F.; PINHO, Fabio Assis. What Gender Is This? Challenges to the Subject of Representation about the Gender Boundaries. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; DODEBEI, Vera. (Ed.). **Knowledge organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society.** Würzburg: Ergon Verlag, 2016. p. 587-592. ISBN 978-3-95650-221-7.

NASCIMENTO, Francisco Arrais. **MEMÓRIA DA MILITÂNCIA:** a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense. 2015. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Arte e Comunicação. Ciência da Informação. Recife-PE, 2015.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina:** uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The Male Homosexuality in Brazilian Indexing Languages: some ethical questions. **Knowledge Organization**, v. 39, p. 363-369, 2012.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 73-102.

TENNIS, Joseph T. A convenient verisimilitude or oppressive internalization? Characterizing the ethical arguments surrounding hierarchical structures in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 394-397, 2012.

O CORPO NEGRO NO DOMÍNIO DAS HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS: INTERPELAÇÕES ACERCA DA AUTONOMEAÇÃO, OBJETIFICAÇÃO E DO ESQUECIMENTO

Francisco Arrais Nascimento¹, Graziela dos Santos Lima², Daniel Martínez-Ávila³

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNES, <https://orcid.org/0000-0003-4424-8844>, francisco.arrais.nascimento@gmail.com

²Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3861-2937>, graziela.dsl@gmail.com

³Universidad Carlos III de Madrid, <https://orcid.org/0000-0003-2236-553X>, dmartine@bib.uc3m.es

Resumo: Objetivou-se compreender as autonomizações praticadas em aplicativos de interação social norteando-se pelo marcador de raça no Brasil. O estudo qualitativo de cunho documental, alicerçou-se em pesquisa bibliográfica, sob a forma de cartografia, tendo sua amostragem coletada em meio digital *Scruff* e *Grindr* (aplicativos *mobile* de interação social utilizado por homens que buscam relacionar-se afetivo-sexualmente com outros homens) recorrendo-se à técnica de Mineração de Textos por meio do software *Voyant Tools*, permitindo a visualização de correlações, coocorrências, fluxos e dispersão de temáticas textuais, além da técnica de análise de conteúdo para identificação dos principais assuntos contemplados no corpus. A sexualidade e a própria construção social do sexo configuram-se como dispositivos disciplinares e biopolíticos que se instauram enquanto técnicas políticas necessárias para o governo das massas, ajustando-as à dinâmica da produção e do consumo em ascensão na sociedade capitalista. Nos corpos negros essa relação pode ser vislumbrada ao lançar luz sobre zonas de sombra da sociedade que fazem uso do silenciamento como parte constitutiva do dispositivo de controle social. Logo, em função na natureza abjeta com que o corpo negro foi historicamente construído tendo sua existência condicionada, as práticas laborativas e da exploração da sua força de trabalho seja ela no engenho, na lavoura ou como reprodutor onde o a hipermasculinização dos corpos tornaram os sujeitos vítimas de suas representações falocentricas, o desejo se relaciona intimamente a objetificação dos corpos, engendrando uma complexa tessitura de silenciamento e de exclusão social. Assim, em sua autoclassificação, alguns sujeitos utilizam-se termos que provocam deslizamentos de sentido, afastando-os da identidade homossexual e reforçando sua masculinidade, baseando-se em estereótipos e preconceitos

Palavras-chave: Domínio das Homossexualidades; Classificação; Negro; Autonomieação; Autoclassificação

Abstract: The objective was to understand the autonomization practices practiced in social interaction applications based on the race marker in Brazil. The qualitative study of documentary nature, was based on bibliographic research, in the form of cartography, having its sampling collected in digital *Scruff* and *Grindr* (mobile social interaction applications used by men who seek to relate sexually with other men) using the Text Mining technique through the *Voyant Tools* software, allowing the visualization of correlations, co-occurrences, flows and dispersion of textual themes, as well as the content analysis technique to identify the main subjects contemplated in the corpus. Sexuality and the very social construction of sex are configured as disciplinary and biopolitical devices that are established as necessary political techniques for mass government, adjusting them to the dynamics of rising production and

consumption in capitalist society. In black bodies this relationship can be glimpsed by shedding light on shady zones of society that make use of silencing as a constitutive part of the social control device. Therefore, due to the abject nature with which the black body was historically constructed having its existence conditioned, the labor practices and the exploitation of its workforce, be it in the mill, in the farm or as a reproducer where the hypermasculinization of the bodies made the subjects victims. From its phallogocentric representations, desire is closely related to the objectification of bodies, engendering a complex texture of silencing and social exclusion. Thus, in their self-classification, some subjects use terms that cause slips of meaning, distancing them from homosexual identity and reinforcing their masculinity, based on stereotypes and prejudices

Palavras-chave: Domain of Homosexuality; Classification; Black; Self-naming; Self-classification.

INTRODUÇÃO

Imergir no domínio dos estudos de gênero utilizando-se de marcadores sociais de raça e sexualidade (Silva, 2007), conferem a possibilidade de vislumbrar todo um subdomínio multifacetado e complexo alocado de forma subterrânea no tocante a narrativa histórica (Pollak, 1989), uma vez que, a sexualidade e a própria construção social do sexo configuram-se como dispositivos disciplinares e biopolíticos que se instauram enquanto técnicas políticas necessárias para o governo das massas, configurando-se enquanto uma estratégia de controle simultaneamente individualizante e massificador (Foucault, 1988; 2000), ajustando-as à dinâmica da produção e do consumo em ascensão na sociedade capitalista, onde a vida “[...] só é útil porque é, ao mesmo tempo, sã e dócil, ou seja, medicalizada e disciplinarizada” (Revel, 2006, p.55-56).

Na construção social dos corpos negros essa relação pode ser vislumbrada ao se lançar luz sobre zonas de sombra da sociedade que fazem uso do silenciamento como parte constitutiva do dispositivo de controle social.

Para um melhor entendimento do que pretende-se discutir nesse texto faz-se necessário a compreensão de determinados conceitos acerca da memória, do esquecimento e seus papéis na narrativa histórica do corpo negro. Diante disso, sob a óptica dos sujeitos (pertencimento) Assmann (2011, p.146) afirma que “[...] a memória pertence a portadores vivos com perspectivas parciais; a história, ao contrário, ‘pertence a todos e a ninguém’, é objetiva e, por isso mesmo, neutra em relação a identidade”.

Para Le Goff (1990, p.13) a “[...] matéria fundamental da história é o tempo”, diferentemente da Memória, que segundo Ricoeur (2007) tem por objeto a lembrança, tendo a recordação como

processo de busca dessa lembrança. É imprescindível compreender que em tal processo de busca o importante não é quem se lembra, mas sim o que é lembrado. Diante de tal concepção, se pode compreender a natureza político-ideológica do domínio da Memória, de onde emergem relações de poder envoltas em cenários que se interseccionam, hierarquizam-se em um movimento direcionado ao centro hegemônico, com o intuito de tornarem-se a norma.

Burke (1991, p. 297) discorre acerca de tal processo, onde,

Frequentemente se diz que a história é escrita pelos vencedores. Seria possível dizer, de igual modo: a história é esquecida pelos vencedores. Eles podem permitir-se esquecer o que os vencidos, que não se conformam com os acontecimentos, veem-se condenados a ter em mente, a reviver e reconsiderar, sob a perspectiva do que poderia ter sido diferente.

Logo, ao suscitar a percepção de que existem discursos hegemônicos que regulam, normatizam, instauram normas e produzem “verdades” e assim prevalecem e são perpetuados, Le Goff (1990, p. 426) reitera que:

[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Jelin (2002, p. 6) conclui que,

[...] es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha “contra el olvido”: recordar para no repetir. [...] La ‘memoria contra el olvido’ o ‘contra el silencio’ esconde lo que en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales (cada una de ellas con sus propios olvidos). Esenverdad ‘memoria contra memoria’.

Diante disso, ao compreender o esquecimento como a cessação da memória que se tinha e em tratando-se de uma ação involuntária que supõe deixar de conservar na memória alguma informação que tinha sido adquirida e voltar-se para as questões acerca dos silenciamentos, compreende-se diante do que fora exposto que os silenciamentos são dispositivos para a promoção do esquecimento. Sob as linhas de Foucault (2000, p. 144) dispositivo é conceituado como,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Compreende-se, assim, que o corpo tal como as identidades, são construídos a partir dos discursos. Logo, um corpo discursivamente construído, não pode ser desvinculado dos atos linguísticos que os nomeiam e constituem. Moreira (2011, p. 2919) ressalta que, no ato de nomear, “[...] as posições sociais de quem nomeia e do que é nomeado devem ser obedecidas, e essas posições revelam quem tem poder e autoridade para nomear e quem, ou o que, está subordinado a esse poder”. Bourdieu (1996, p. 87), destaca que “[...] o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz”, diante disso, criam-se como forma de serem aceitos, os estereótipos são desejados, construídos a partir dos discursos que ecoam dentro dos grupos

sociais e da própria sociedade. Ressalta-se que os grupos sociais estão imersos em um contexto social e não separados atuando de forma independente e distinta. São, sim, independentes em uma relação de simbiose. Assim, pode-se dizer que o estereótipo é uma simplificação falsa de representação de uma dada realidade porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar a diferença, constitui um problema para a representação do sujeito nas relações sociais. Albuquerque Jr (2010) afirma que

O discurso da estereótipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto – suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (Albuquerque Júnior, 2010, p. 20).

Para além de uma superficialidade, o estereótipo requer, para uma significação bem-sucedida, uma cadeia contínua e repetida de outros estereótipos. Sempre as mesmas histórias devem ser contadas sobre um determinado elemento da identidade cultural, para garantir sua eficácia. Isto aparece como um reconhecimento espontâneo e visível da diferença. No entanto, Bhabha (2005) afirma que “[...] o estereótipo é uma pré-construção ou uma montagem ingênua da diferença que autoriza a discriminação”.

Compreende-se, assim, que o corpo tal como as identidades, são construídos a partir dos discursos. Para Silva (2007, p. 76) a “[...] identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística”. Logo, um corpo discursivamente construído, não pode ser desvinculado dos atos linguísticos que o nomeiam e constituem. Diante disso, objetivou-se compreender as autonomações praticadas em aplicativos de interação social norteando-se pelo marcador de raça no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada configura-se enquanto um estudo qualitativo de cunho documental, apoiado em pesquisa bibliográfica, sob a forma de cartografia. Alicerçando-se em tal construção cartográfica e norteando-se por meio da compreensão tanto do dispositivo histórico da sexualidade, quando das linhas constitutivas do mesmo além das relações sociais simbióticas desenvolvidas no domínio das sexualidades humanas, sob os recortes das homossexualidades e do marcador social de raça, se pode vislumbrar o cenário no qual se desenvolve o estudo aqui apresentado, uma vez que o mesmo faz uso da compreensão deleuzeana acerca do “[...] desemaranhar das linhas constitutivas de um dispositivo” (DELEUZE, 1990, p.155) como forma de aproximação e análise de um determinado objeto por meio de viés pós estruturalista de base foucaultiana.

Assim, tem-se o entendimento de que a cartografia se constrói à medida que os afetos se manifestam, criando um território e, conseqüentemente, uma paisagem psicossocial cartografável (Rolnik, 1989; Deleuze, 1990; Guattari e Rolnik, 1996). Compreende-se que os objetos de análise carregam em si sua própria teoria, pois tem em sua constituição uma construção própria de natureza singular. Logo, tentou-se compreender as estratégias de manifestação do desejo no campo social.

O corpus da pesquisa fora cartografado utilizando o Scruff e o Grindr (aplicativos mobile de interação social utilizado por homens que buscam relacionar-se afetivo-sexualmente com outros homens), recorrendo-se à técnica de Mineração de Textos por meio dos softwares *Voyant Tools* (<https://voyant-tools.org/>) e *Wordcounter* (<https://wordcounter.net/>), permitindo a visualização de correlações, coocorrências, fluxos e dispersão de temáticas textuais. As ferramentas utilizadas para este estudo foram a nuvem de tags, o gráfico de links e a análise da densidade dos termos de forma a compreender o corpus de 3.086 palavras extraídas de 1.126 títulos de perfis de usuários.

Em última etapa utilizou-se da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011) para identificação dos principais assuntos contemplados no corpus, de forma a melhor compreender os assuntos emergentes dos perfis.

REVISÃO DA LITERATURA

Davis (2017, p. 22) é taxativa ao afirmar que “[...] as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo”, tal afirmação acerca do cenário norteamericano aplica-se de forma contundente ao cenário brasileiro, uma vez que, o país utilizou-se de mão de obra escrava durante 338 anos (1550-1888) que coisificou o negro esvaziando o mesmo de sua humanidade para que o mesmo fosse bestializado e comercializado enquanto coisa, mercadoria, bem e mão de obra que movimentou a economia brasileira durante todo o período colonial (1500-1822) e quase a totalidade do Brasil Império (1822-1889).

Michael Pollak (1989, p. 15) percebeu que:

Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de "sub-homens", o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de "memória enquadrada" que, por princípio, não escapava ao trabalho de definição de fronteiras sociais. É como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado.

Quando se trata de corpos negros relacionada a homens e esse corpo designa ser homossexual a repulsa aos olhos da sociedade é ainda maior. Estereótipos construídos de forma a legitimar as desigualdades sociais e raciais, colocando o sujeito branco como superior para legitimar as invasões em territórios não ocidental, foram pautados na concepção de corpos negros. Fanon (2008), em seu livro *Pele Negra, Máscaras brancas*, um homem negro não é um homem e sim um negro, nesse sentido tudo que é atrelado ao corpo do sujeito negro é tratado como objetificação.

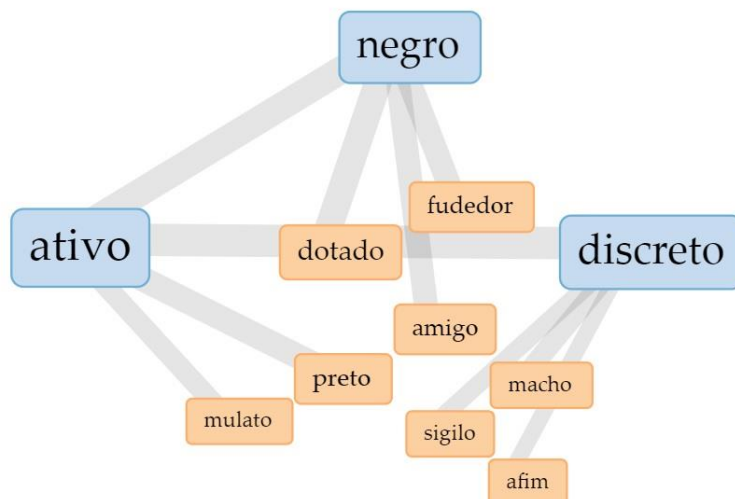
Para Hall (2013) o corpo negro é encarado como um texto lido pelo olhar da branquitude. Nesse sentido, as pessoas negras são identificadas por quem tem o direito a observação, a fala e a representação, ou seja, ser negro diante o branco (FANON, 2008). No primeiro contato com os corpos negros, diversos experimentos foram feitos utilizando-se das ciências naturais baseada na classificação de animais e vegetais. Nesse sentido, distinções raciais são dadas de modo a afirmar uma supremacia branca em oposição à uma inferioridade negra. Tanto a Zoologia quanto a Botânica valeram-se deste discurso na classificação de animais e vegetais como modo de legitimar as relações de dominação e sujeição entre classes sociais na França (MUNANGA, 2003).

A partir dos experimentos, exposição de corpos negros como forma de denominá-los como seres inferiores aconteceu em ambos os gêneros. Conforme Damaceno (2008) Khoi-San, jovem sul africana, conhecida como Sarah Baartman, a Vênus Hotentote, nascida em 1789, foi um corpo feminino utilizado cientificamente para provar a inferioridade da mulher negra. O corpo de Sarah, por ser um corpo grande (em específico, as nádegas e os grandes lábios), atuou como referência na percepção de superioridade do homem branco e serviu de espetáculo científico europeu durante muitos anos. Mesmo depois de sua morte, em 1815, parte de seu corpo ainda permaneciam em exposição, conforme Damaceno (2008, p. 4),

A exibição pública de Baartman não cessou com a sua morte em 1815. Ela deveria ceder à ciência de uma maneira definitiva o que tinha de mais importante e, assim, após ser dissecada por Cuvier¹, sua genitália, seu esqueleto e o molde de seu corpo passaram a ser expostos publicamente no Museu do Homem de Paris até 1985.

A avaliação entorno do corpo negro, feita por meio da dissecação, no século XIX por procedimentos da medicina, serviu como práticas discursivas para diferenciação entre corpo negros e corpos brancos construindo a inferioridade e superioridade via racialização. Além de tratar o homem negro e a mulher negra como algo diferente, suas genitálias serviram para demonstração e também para estereotipação e fetichismo. Com relação ao homem negro a

¹ “Cuvier foi um dos cientistas mais renomados da época e seu estudo sobre a Vênus Hotentote, serviu para universalizar idéias sobre o modo de ser da mulher negra” (DAMACENO, 2008, p. 5)

Figura 2 - Gráfico de links elaborado a partir dos títulos dos perfis que compõe a amostra analisada

Fonte: Elaborado pelos autoeres, 2019.

Tabela 2. Tabela de densidade dos termos que compõe a amostra analisada segundo sua ocorrência e composição

Uma Palavras			Duas Palavras			Três Palavras		
Termo	Ocorrência	%	Termo	Ocorrência	%	Termo	Ocorrência	%
Discreto	375	19	Ativo Discreto	86	11	Negro Ativo 23 Cm	17	14
Negro	344	18	Negro Ativo	43	5	Negro Ativo GG	14	12
Ativo	196	10	Preto Dotado	35	4	Ativo Discreto Dotado	10	8
Preto	176	9	Negro Dotado	33	4	Nagão da Piroca	10	8
Dotado	84	4	Amigo Negro	26	3	Cm Negro Ativo	6	5
Brotheragem	68	4	Preto Ativo	26	3	Ativo Discreto Broter	5	4
Mulato	50	3	Negro Fudedor	25	3	Negro Vila Velha	2	2
Sigilo	45	2	Preto Baiano	24	3	Bissexual Macho Discreto	1	1
Macho	36	2	Macho Discreto	19	2	Macho Discreto de	1	1
Amigo	26	1	Negro Atv	19	2	Discreto de SP	1	1

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Na Tabela 1 se pode observar que o fato do termo “discreto” está em maior ocorrência entre os demais significa que o corpo negro serve somente para o prazer proibido de pessoas branca, já que estes corpos não servem para relacionamento duradouro quanto este não possuem bens e poder, por serem corpos colonizados e tratados como coisas, supérfluas, sem nenhum valor.

CONCLUSÕES

Logo, em função na natureza abjeta com que o corpo negro foi historicamente construído tendo sua existência condicionada, as práticas laborativas e da exploração da sua força de trabalho seja ela no engenho, na lavoura ou como reprodutor onde o a hipermasculinização dos corpos tornaram os sujeitos vítimas de suas representações falocentricas, o desejo se relaciona intimamente a objetificação dos corpos, engendrando uma complexa tessitura de silenciamento e de exclusão social. Assim, em sua autoclassificação, alguns sujeitos utilizam-se termos que provocam deslizamentos de sentido, afastando-os da identidade homossexual e reforçando sua masculinidade, baseando-se em estereótipos e preconceitos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 453p.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições70. 2011.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BURKE, Peter. Geschichte als soziales Gedächtnis. In: ASSMANN, A.; HARTH, D. **Mnemosyne, formen und funktionen kultureller erinnerung**. Frankfurt, 1991.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAMASCENO, Janaína. "Corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote". In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp.155-161.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 1997.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. España/Argentina: Siglo XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto. O ato de nomear- da construção de categorias de gênero até a abjeção. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro. v. XIV, n. 4, tomo 4, 2011. p. 2914-2926. ISSN 1519-8782.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Niterói, UFF, n. 5, p. 15-34, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 07 Nov. 2019.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de Vigiar e punir ao pensamento da atualidade. In J. Gondra. & W. Kohan (Orgs.), **Foucault 80 anos** (pp. 51-62). Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 73-102

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USUÁRIO DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DOS ESTUDOS CULTURAIS

Fernando Cruz Lopes¹

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação UNESP - Marília, ORCID ID 0000-0002-4825-8727, lopes.fred@gmail.com

Resumo: Ao analisar a Ciência da Informação (CI) nota-se um espaço de discussão necessário para abordar questões de raça, gênero, classe e outros que também poderiam ser efetivamente contemplados pela mediação da informação. Para tanto, o objeto de estudo aqui proposto é a discussão dos Estudos Culturais e da mediação da informação como aporte de discussão dessas temáticas. A finalidade então é entender como tais elementos podem exprimir um caráter auxiliar diante do trabalho de construção de identidade informacional e, por assim dizer, na formação do usuário da informação. A metodologia utilizada para a construção do artigo é pesquisa de argumentação descritiva exploratória de natureza qualitativa que apresenta uma breve bibliografia da Ciência da Informação e dos Estudos Culturais, além de outras pertinentes para responder às questões levantadas. Aborda um breve panorama da mediação da informação na literatura da Ciência da Informação a fim de entender o ambiente em que o sujeito vive, aprende e produz conhecimento, além de como a questão ideológica é fundamental na criação de um status quo, sendo essa questão pertinente aos Estudos Culturais.

Palavras-chave: Mediação da informação; Estudos culturais; Hegemonia

Abstract: When analyzing Information Science (IC), note whether a discussion space is needed to address issues of race, gender, class, and others that are also effectively addressed by information mediation. Therefore, the object of study addressed here is a discussion of Cultural Studies and information mediation, as described in these discussions. Utilization is then understood as these elements may express an auxiliary character prior to the work of constructing the identity of information and, as it were, in shaping the information user. The methodology used for the construction of the article is an exploratory descriptive research of qualitative nature, which presents a brief bibliography of Information Science and Cultural Studies, as well as other relevant questions to answer the questions raised. To approach a brief overview of the information mediation of Information Science literature in order to understand the environment in which the individual lives, learns and produces knowledge, as well as how an ideological issue is fundamental in the creation of a status quo, relevant to Cultural Studies.

Keywords: Information mediation; Cultural studies; Hegemony.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a Ciência da Informação (CI) nota-se uma lacuna de atenção dispensada a discussão por meio da cultura como um aporte teórico da área, que poderia ser efetivamente contemplada pela mediação da informação. Para tanto, o objeto de estudo aqui proposto é a

discussão dos Estudos Culturais como suporte da mediação da informação, com a finalidade de entender como tais elementos podem exprimir um caráter auxiliador diante do trabalho de construção epistemológica da CI.

As discussões na área ainda acontecem muito em torno da informação e do conhecimento, porém enquanto não se entender o sujeito e o mundo em que ele vive, mais dificultoso será discutir a produção desses conceitos. Dessa forma, almeja-se responder as lacunas deixadas pela CI nos estudos culturais. A pertinência deste estudo está, antes de tudo, relacionada à interdisciplinaridade da Ciência da Informação. O foco aqui proposto está na mediação plena e em suas relações de poder, objeto tratado pelos Estudos Culturais, e que deixa de lado apenas as práticas e processos profissionais. Foca-se, então, na informação em si com valor em si mesma e não na prática de outrem.

Uma hipótese que esse artigo defende é que os Estudos culturais são um alicerce fundamental para a Ciência da Informação, e que a Ciência da Informação no aspecto social precisa se basear na teoria marxista para entender que a influência política define a produção, acesso e uso da informação. Portanto, questões como Estrutura, Superestrutura e Hegemonia precisam ser mais discutidos e utilizados na CI.

Além do mais, os Estudos culturais servem para corroborar nas questões de âmbito social da prática informacional, fazendo assim, uma notável discussão da temática. A CI abriu espaço para discussão Cognitiva e hoje precisa avançar para uma construção social de seu arcabouço teórico.

Torna-se importante ainda para a Ciência da Informação, pelo seu caráter interdisciplinar, receber trabalhos que busquem relações com outras áreas, e assim engrandecê-la. Ao receber pesquisas que unam diferentes áreas do conhecimento, complementando o papel de ciência pós-moderna e trazer a fundamentação necessária para entender-se os processos de mudança que se vive na era da informação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção do artigo é uma pesquisa de argumentação descritiva exploratória de natureza qualitativa, apresentando como universo a bibliografia dos Estudos Culturais, entre outras que foram pertinentes para responder as questões acima levantadas.

O estudo teórico é “[...] um conjunto de princípios fundamentais, que se constituem em instrumento científico apropriado.” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p.116). A teoria é a

consolidação dos estudos empíricos, a compilação de fatos produz um conceito, sendo assim, os estudos teóricos são uma forma de produzir ciência através de observação dos acontecimentos.

A teoria é uma forma de pensar sobre o que já foi escrito a respeito de certos assuntos. Na ciência é uma forma de compilar pensamentos que discorrem sobre esses assuntos. “A teoria serve para resumir sinteticamente o que já foi produzido sobre o objeto de estudo, através das inter-relações entre afirmações comprovadas.” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p.118).

Dessa forma, o artigo aqui apresentado, tem a função de estabelecer um levantamento crítico do conceito explorado. Definindo sua relação com a CI e permitindo uma construção para futuras discussões da temática.

REVISÃO DA LITERATURA

O aparecimento da CI é um processo de ruptura com os paradigmas da Ciência moderna. A prática interdisciplinar presente na CI é uma forma de aliar diferentes fazeres científicos com a tecnologia. A CI é apresentada como “conjunto de saberes agregados por questões antes que por teorias” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2000, p.2). A CI serviu como base para a corrida científica entre os países que queriam demonstrar seu poder na Guerra Fria. Para González de Gómez (2000), esse cenário é fundamental para perceber o viés industrial e a mercantilização da informação que iniciou um processo de índice econômico apenas pela posse da informação.

Para Capurro e Hjørland (2007, p. 187):

[...] Nenhuma ciência deveria ser identificada através de suas ferramentas (por exemplo, tecnologias modernas). Supõe-se que todos os campos utilizem as mais adequadas ferramentas disponíveis. Uma ciência deveria ser identificada pelo seu objeto de estudo. Como tal, o estudo da informação é o melhor. Precisamos, contudo, identificar a função específica da CI em relação à geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, de forma distinta das atividades nas quais outros profissionais são mais qualificados. Do nosso ponto de vista, os profissionais da informação, de padrões sociológicos na produção de conhecimento, de tipos de documentos e assim por diante. Eles também deveriam ter um conhecimento mais amplo de filosofia da ciência (por exemplo, paradigmas e epistemologia) e dos princípios do uso da linguagem para finalidades especiais. Acreditamos que o foco dos profissionais da informação (distintos dos outros grupos de profissionais a que estão servindo) implica uma abordagem sociológica e epistemológica para a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação. Os cientistas da informação – pela própria natureza de seu campo – devem trabalhar de modo de cima para baixo, ou seja, do campo geral do conhecimento e suas fontes de informação para o específico, enquanto os especialistas do domínio devem trabalhar de baixo para cima, do específico para o geral.

A pós-modernidade produz, então, um aspecto diferenciado na produção e consumo da informação. Além do fato da informação ser um produto, ela também se torna um fenômeno. Esses primeiros estudos do pós-guerra (Taylor em 1966, Rees e Saracevic em 1967 e Borko em 1968) trazem a mesma ideia sobre o que é Ciência da Informação:

[...] é uma ciência voltada para o estudo da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação. Nesse sentido, entendem a CI como uma disciplina voltada para os processos envolvidos com a informação – processos normalmente entendidos como processos técnicos, aplicados, de intervenção. O conceito de informação que sobressai de tais definições é a idéia de informação como uma “coisa”, um ente da realidade dotado de objetividade (ARAÚJO, 2009, p.200).

Ao passar do tempo a Ciência da Informação teve mudanças gerais em sua formação. Áreas e subáreas foram criadas e campos de estudo orientados por teorias e perspectivas diferentes acabaram indicando conceitos específicos e particulares de informação, que em alguns casos se tornam até mesmo discordantes (ARAÚJO, 2009).

Capurro e Hjørland (2007) listam alguns tipos de teoria da informação em CI, entre eles: a informação cognitiva, que baseia sua construção “[...] entendendo a informação como um estado de conhecimento comunicado e transformado na forma de uma estrutura.” (p. 188) comumente relacionado a “Equação fundamental da Ciência da Informação”; a informação como coisa de Buckland, que prevê o uso da palavra informação como sinônimo de coisas, processos e conhecimento. A formulação de Buckland “[...] reintroduz o conceito de documento (informação como coisa) e, [...] indica a natureza subjetiva da informação. [...]do mesmo modo que qualquer coisa pode ser simbólica, qualquer coisa pode ser informativa/informação.” (p. 192)

Contudo, essas diferenças permitiram a melhor “compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e ao comportamento humano frente à informação” (SARACEVIC, 1996, p.60). Pois é da natureza existencial da Ciência da Informação a interdisciplinaridade.

Esse momento de colaboração entre as ciências, essa mudança pragmática, e principalmente de mentalidades foi fundamental para o reconhecimento da Pós-modernidade como um período, um *zeitgeist*. O surgimento da CI só foi possível com o avanço científico, mas também por causa desse clima intelectual, ou *zeitgeist*, no entanto não apenas isso, mas fortemente as necessidades práticas de um período onde a política e os aspectos sociais sofreram fortes mudanças devido as guerras.

Quando a CI dialoga com outras áreas e assume uma postura de construção teórica e temática, ela fortalece sua estrutura, e permite uma real percepção de seu núcleo duro. Pensar a CI como uma forma de mudança no *ethos* científico é valorizar seu *status* de ciência nova, e também valorizar seu perfil pós-moderno.

O pensamento científico é permeado por mudanças estruturais na ordem da sua construção. As mudanças paradigmáticas ocorrem porque novas formas de entender são processadas e reagrupadas de forma a construir um novo saber. O pensamento científico é um processo

dialético entre “poder” e “conhecimento”. A criação da CI é muito influenciada por essas questões.

Os Estudos Culturais surgem como um paradigma dissociado de outros estudos aproximadamente na década de 1950, principalmente em torno de Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson. Os primeiros trabalhos que surgem nesse novo paradigma apresentam um conceito de cultura apoiado no pensamento do pós-guerra, porém sem alçar novas ponderações acerca do mesmo, baseando ainda seu entendimento em “cultura-e-sociedade”.

O desenvolvimento dos Estudos Culturais ocorre quando se percebe que o chavão “cultura-e-sociedade” precisa ser entendido em toda sua complexidade

[...] concentradas na palavra “cultura” existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também de forma semelhante. (WILLIAMS, 1963, p. 16 *apud* HALL, 2003, p. 133).

Os estudos de: Hoggart, Williams e Thompson são fundadores dos Estudos Culturais, suas pesquisas buscam entender a cultura em todos os padrões e estruturas. Outro fator importante é a criação do CCCS, entre as principais prioridades está a relação entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as suas mudanças. O CCCS é criado por Hoggart em 1964, como um centro de pesquisa de pós-graduação do Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham (ESCOSTEGUY, 2010).

Outro nome importante, talvez não apenas para a formação, mas com certeza para a consolidação dos estudos culturais é de Stuart Hall. Substituindo Hoggart na direção do Centro, Hall comandou o CCCS de 1968 à 1979:

[...] incentivou o desenvolvimento da investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de “aglutinador” em momentos de intensas distensões teóricas e, sobretudo, destravou debates teórico-políticos, tornando-se um “catalizador” [sic] de inúmeros projetos coletivos. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 29).

A efervescência dos estudos culturais na Inglaterra acontece nos anos 60 e 70, já na América Latina é mais forte nos anos 80, principalmente nas produções dos pesquisadores citados. Segundo Escosteguy (2010) esse intervalo de tempo é decorrência de mudanças sociais que demoraram a acontecer de uma região para outra.

Diante de uma certa resistência em definirem-se como praticantes de estudos culturais, é somente nos anos 90, e de forma ainda bastante tímida, que alguns poucos pesquisadores latino-americanos começa a identificar-se – ou ser identificados por investigadores estrangeiros que tomam a América Latina como objeto de estudo – com esta perspectiva. Se o receio é de que essas afinidades descaracterizem a independência e autonomia da perspectiva latino-americana, afirma-se que, ao contrário, revelam integração e sintonia com um movimento teórico maior e um diálogo frutífero

com o que ocorre além das fronteiras do território latino-americano. Sem que isso indique vassalagem ou xenofobia da América Latina a modas teóricas das metrópoles. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 46).

Tanto García Canclini, quanto Martín-Barbero, iniciam seus estudos na Filosofia, e ambos partem para a área da Antropologia. Nessa construção permeando áreas diferentes entendem que não é capaz de se construir um pensamento sobre cultura baseados apenas em uma disciplina, a construção do *corpus* teórico precisa se apoiar em diversas disciplinas.

Mais decisiva, sem dúvida, que a tematização explícita de processos ou aspectos da comunicação nas disciplinas sociais é a superação da tendência a destinar os estudos de comunicação a uma disciplina e a consciência crescente de seu estatuto transdisciplinar. [...] Os deslocamentos com os quais se buscará refazer conceitual e metodologicamente o campo da comunicação virão do âmbito dos movimentos sociais e das novas dinâmicas culturais, abrindo, dessa forma, a investigação para transformações da experiência social. (MARTÍN-BARBERO, 1992, p. 29).

Baseado nesse pano de fundo, uma das funções dos estudos culturais é criar reflexão acerca da:

[...] produção de hierarquias sociais e políticas a partir de oposições entre tradição e inovação, entre a grande arte e as culturas populares, ou, então, entre níveis de cultura – por exemplo, alta e baixa, cultura de elite e cultura de massa. A conseqüência natural desse embate é a revisão dos cânones estéticos ou mesmo de identidades regionais e nacionais que se apresentam como universais ao negarem ou encobrirem determinações de raça, gênero e classe. (ESCOSTEGUY, 2010, p.47).

Nesse sentido, essa mudança de pensamento, dos estudos marxistas deterministas para estudos marxistas com viés mais gramsciano, acontece devido a mudança no interesse de estudos relacionados a diferença de classe, pensar as diferenças apenas pela contradição de classe não permitia prever e pensar a pluralidade de matrizes culturais. “[...] A flexibilização dessa lógica permitiu o redesenho das relações entre cultura e classe social. O redefinido é tanto o sentido de cultura quanto o de política [...]” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 50).

Um fator muito importante para as mudanças nos modelos de análise foi a efervescência do meio social latino-americano. “[...] Expandiram-se movimentos sociais que levaram adiante lutas contra repressão e a discriminação [...], mobilizações dos setores populares da sociedade que lutavam [...]” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 51), e principalmente para serem representados pelos sistemas políticos e serem atendidos em suas demandas sociais.

Para Martín-Barbero (1995a, p. 52 *apud* ESCOSTEGUY, 2010, p. 105) o conceito de hegemonia é um avanço nas pesquisas sobre cultura, por esse conceito é possível analisar a relação dominador/dominado:

A hegemonia nos permite pensar a dominação como um processo entre sujeitos onde o dominador intenta não esmagar, mas seduzir o dominado, e o dominado entra no jogo porque parte dos seus próprios interesses está dita pelo discurso do dominador. E, segundo elemento que nos traz Gramsci com o conceito de hegemonia, é que essa dominação tem que ser *refeita continuamente*, tanto pelo lado do dominador como pelo do dominado.

Assim, Almeida (2008, p. 9) cita uma palestra de Paulo Freire no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em 1982 na Paraíba, que em sua fala ele atribui a importância da Biblioteca como espaço estratégico para o desempenho de emancipação cultural e política das classes populares. “[...] A biblioteca popular, pensada antes como centro cultural e não como depósito de livros, permitiria uma ampliação e intensificação das habilidades dos leitores, assegurando-lhes a correta forma de ler o texto em relação com o contexto.”

Nesse sentido é fundamental compreender que,

Informação e mediação se conjugam permanentemente nas dinâmicas cotidianas de consenso (hegemonia) e conflito (contra-hegemonia), relação que toma corpo nos espaços híbridos da comunicação, a qual pode ser entendida como o *locus* privilegiado das relações intersubjetivas e da circulação dos sentidos. (MARTINS, 2011, p. 67).

Não tem como pensar em mediação da informação, como sendo um processo comunicacional e não relacionar com sentido, portanto, não tem como pensar em mediação sem relacionar com cultura. Para encerrar, a conclusão de Almeida (2008, p. 21), resgata muito emblematicamente as relações entre cultura e mediação:

[...] A criação de sistemas de informação, de redes de comunicação, não pode ser apenas uma repetição da ideologia dominante ou mera fascinação tecnológica: é condição estratégica para efetiva construção e circulação do conhecimento. A necessidade de pessoas habilitadas para essa tarefa é fundamental para garantir a ampliação da comunicação e o equilíbrio da distribuição de saberes, criando, assim, sujeitos socialmente “mais competentes” (no sentido de um processo de *empowerment*, de “empoderamento”, de transmissão de poder aos sujeitos). Assim se vislumbra um desafio crucial da Sociedade da Informação: o de gerar nos indivíduos e grupos as competências simbólicas e comunicacionais para compreensão dessa nova realidade. E é aqui que o *mediador* joga um papel estratégico e fundamental: o de intermediação cultural entre essa realidade e os sujeitos. A função mediadora dos pesquisadores e dos profissionais da informação se faz cada vez mais necessária, buscando conectar os indivíduos, as bases de conhecimento local, às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade.

Encontram-se também definições de mediação da informação como um processo a partir do qual os atores, “[...] situados em campos histórico-culturais de conflito e contradição, negociam, disputam e confrontam sentidos simbólicos destinados à leitura, apreensão e nomeação do real.” (MARTINS, 2010, p.209). Sendo assim, não está muito distante do conceito do senso comum, mas percebe a situação dos sujeitos não apenas como uma troca, mas sim como uma interferência consciente das situações em que ambos se inserem.

A relação entre mediação e informação tem caráter dialético e, portanto, é necessária a consideração de diversos aspectos, entre eles: o aspecto histórico, uma vez que os sujeitos e suas técnicas estão inseridos em determinadas circunstâncias sócio temporais e em uma interação de produção de sentidos; o aspecto totalizante, porque inclui um movimento sucessivo e encadeado a outros, de modo a compor-se em um todo, não sendo possível analisá-los separadamente; e, por fim, uma tensionalidade que, imanente à sociedade, assinala as relações

e práticas sociais, além da produção de sentido subjacente às realidades de cada indivíduo (CARDOSO, 1994).

De fato, deve-se pensar que o sujeito que passará pelo processo da mediação, antes de qualquer coisa é uma pessoa de seu tempo-espaço, ou seja, que o processo da mediação precisa estar ancorado em situações reais, respeitando a autonomia do sujeito e sua identidade em processo.

Estas qualidades ou estas virtudes absolutamente indispensáveis à posta em prática deste outro saber fundamental à experiência [mediadora] - saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do [mediado] - não são regalos que recebemos por bom comportamento. As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis - a da coerência. [...] (FREIRE, 2019, p.62).

Dessa forma, é fundamental o papel de mediador, essa função é um processo de construção entre o sujeito e o meio, de tradução entre as mensagens e o receptor. Não uma tradução semântica apenas, mas uma tradução pragmática. A mediação na questão do negro é o fato de empoderar essa população, para poder lutar por direitos e conquistas que por muito tempo lhes foram tiradas. Deve-se lutar também para ampliar as pesquisas nesta temática, que ainda é ínfima na CI.

CONCLUSÕES

Percebe-se que a construção social de conceitos na CI é fundamental para relacionar novas temáticas que surjam no espectro da área. Não é saudável para a área que discussões de raça, gênero e classe sejam tratadas apenas como temas transversais. Mais do que nunca a CI precisa agregar essas discussões no seu *corpus*.

Assim, entende-se que a mediação da informação pode ser um aspecto importante na junção dessas discussões. Pois, entender as questões políticas por trás da área é também construir um caminho de equidade no uso e apropriação da informação e conhecimento. A CI surge em um contexto de desigualdade criado pela Guerra, hoje a desigualdade permanece e a guerra é contra essas diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. de. Mediações da Cultura e da Informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Pesq.Bras. em Ciênc. Inf.*, Brasília, v. 1, n. 1. p. 1-23, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

- ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. Ci. Inf., Brasília, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez. 2009. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1719/134>>. Acesso em: 27 nov.. 2019.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. Perspect. Ciênc. Inf., Belo Horizonte, v.12 n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em:
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article>>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994. Disponível em:
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. Cartografias dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz & Terra, 2019. 143p.
- GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/Art_04.htm> Acesso em: 6 dez. 2019.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2010. Disponível em:
<<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-88MHR9>>. Acesso em: 3 jul. 2019.
- SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspec. Ci. Inf., Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em:
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CULTURA DIGITAL: CONCEITUAÇÃO EM NARRATIVAS ACADÊMICAS

Ana Claudia Fernandes Gomes¹

¹Universidade de São Paulo, anaclaufg@gmail.com

Resumo: O trabalho propõe uma abordagem conceitual da categoria “cultura digital”, construída a partir de diferentes contextualizações e conceitos como “cibercultura”, “cultura da interface”, “cultura da convergência”, “cultura da conexão” e “e-cultura”. O objetivo central é o reconhecimento das narrativas elaboradas por pesquisadores na construção dos conceitos, que delimitaram academicamente diferentes momentos sociais. Representantes de seus momentos históricos, diferentes autores produziram simbolicamente metáforas, comparações e narrativas para apresentarem a novidade do século XXI, que revolucionaria os paradigmas da comunicação e da informação. As narrativas, construídas a partir das linguagens, são produções simbólicas e constituem o elemento central da trama social, entrelaçada pela cultura. Tema clássico dos estudos antropológicos, o conceito de cultura já recebeu inúmeras definições que abordam os aspectos materiais e não-materiais da vida social em um processo sócio-histórico dinâmico. Cultura instituída e instituinte, em constante transformação, que dialeticamente engloba os fatos sociais estruturantes da sociedade e permite a crítica e a compreensão dos fenômenos sociais. Metodologicamente, haverá o mapeamento de cinco obras escritas pelos autores: Pierre Lévy (1999), Steven Johnson (2001), Henry Jenkins (2009 e 2014) e Teixeira Coelho (2019) para a compreensão de diferentes etapas, ou de acordo com Passarelli (2010), “ondas informacionais” da sociedade conectada em redes. No final do século XX, como resultado da expansão tecnológica e a popularização da Internet, configura-se a “era digital” e conceitos como “cibercultura” (Lévy, 1999) e “cultura da interface” (Johnson, 2001) são cunhados para explicar o veloz processo de transformações sociais estimuladas pelo uso dos computadores. No início dos anos 2000, anuncia-se a “cultura da convergência” (Jenkins, 2009) entre as antigas e novas mídias e as novas formas de interação, a partir da “cultura participativa” e a “cultura da conexão” (Jenkins, 2014). Como desdobramento do debate sobre produção e expansão do conhecimento em ambientes digitais, a cultura digital ou “e-cultura” (Coelho, 2019) inspira estudos, pesquisas e principalmente, estimula a criação de narrativas sobre o presente e o futuro. Mitos e ritos são criados e compartilhados sobre a realidade social e o futuro da humanidade em narrativas, que descrevem impressões e perspectivas sobre a imersão da sociedade no universo tecnológico em um cenário de recriação de paradigmas. Como contribuição para a compreensão da sociedade hiperconectada, o mapeamento antropológico de narrativas acadêmicas, investiga como o conceito de cultura digital foi configurado academicamente.

Palavras-chave: Cultura digital; Informação; Tecnologia; narrativa

Abstract: The paper proposes a conceptual approach of the category “digital culture”, built from different contexts and concepts such as “cyberculture”, “interface culture”, “convergence culture”, “connection culture” and “e-culture”. The central objective is the recognition of elaborative narratives by researchers in the construction of concepts, which academically delimited different social moments. Representatives of their historical moments, different authors symbolically produced metaphors, comparisons and narratives to present the novelty of the 21st century, which would revolutionize the paradigms of communication and information. The narratives, constructed from languages, are symbolic productions and constitute the central element of the social plot, intertwined by culture. A classic theme of anthropological studies,

the concept of culture has already received numerous definitions that address the material and non-material aspects of social life in a dynamic socio-historical process. Institutional and instituting culture, in constant transformation, which dialectically encompasses the structuring social facts of society and allows the critique and understanding of social phenomena. Methodologically, there will be the mapping of five works written by the authors: Pierre Lévy (1999), Steven Johnson (2001), Henry Jenkins (2009 and 2014) and Teixeira Coelho (2019) for the understanding of different stages, or according to Passarelli (2010), “information’s waves” of the networked society. At the end of the twentieth century, as a result of technological expansion and the popularization of the Internet, the “digital age” is configured and concepts such as “cyberculture” (Lévy, 1999) and “interface culture” (Johnson, 2001) are coined to explain the rapid process of social change stimulated by the use of computers. In the early 2000s, the “culture of convergence” (Jenkins, 2009) was announced between old and new media and new forms of interaction, from “participatory culture” and “culture of connection” (Jenkins, 2009). 2014). As a result of the debate on the production and expansion of knowledge in digital environments, digital culture or “e-culture” (Coelho, 2019) inspires studies, research and, above all, stimulates the creation of narratives about the present and the future. Myths and rites are created and shared about social reality and the future of humanity in narratives, which describe impressions and perspectives on society's immersion in the technological universe in a scenario of recreating paradigms. As a contribution to the understanding of hyperconnected society, the anthropological mapping of academic narratives investigates how the concept of digital culture has been academically configured.

Keywords: Digital culture; Information; Technology; Narrative

INTRODUÇÃO

A cultura é um processo socio-histórico dinâmico, em constante transformação e refere-se aos aspectos materiais e não-materiais da vida social. Já a informação surge como um fluxo contínuo, registrada ao longo da história da humanidade em desenhos, papiros, obras artísticas e científicas, códigos e chips. Em um contexto comunicacional e informacional de rápidas transformações, configura-se a cultura digital, que reúne máquinas, suportes técnicos, plataformas digitais, redes de informação e novas identidades e sociabilidades. No final do século XX, a internet popularizou-se e provocou revoluções sociais tão significativas quanto as grandes navegações e a invenção da prensa por Gutemberg. Compreendida como uma rede que reúne várias redes, em interconexão com provedores de serviços e milhares de indivíduos, a internet possibilita a formação de inúmeros ecossistemas comunicacionais e informacionais.

“Navegar é preciso, viver não é preciso”, a célebre frase de Camões em *Os Lusíadas* traduziu os desafios das Grandes Navegações nos séculos XV e XVI. As conquistas dos mares e territórios garantiriam o poderio econômico e político das Nações, além do conhecimento do espaço geográfico mundial. Séculos depois, as metáforas dos mares e das navegações ainda estão presentes e representam o “mar informacional”, o fluxo contínuo de informações trazidos

pelas revoluções tecnológicas e pela consolidação da sociedade conectada em redes. Assim como os antigos navegadores, também temos o desafio cartográfico de mapear a rede e todas as transformações promovidas por humanos e não-humanos conectados, em uma configuração de big data, inteligência artificial e internet das coisas.

De acordo com Castells (1999), a rede é um conjunto de nós conectados que configuram a estrutura e a morfologia social. Considerando a existência dessa “sociedade em rede”, o objetivo desse artigo é a análise da cultura configurada em teias simbólicas, que entrelaça humanos e não-humanos no contexto da “cultura digital”.

Anunciada como a criação de um novo mundo, a cibercultura e a inteligência coletiva surgidas de “dílúvios informacionais” foram preconizadas por Lévy (1999) e deram origem a narrativas acadêmicas que buscaram estruturar, compreender e criticar a cultura instituída e instituinte da sociedade contemporânea hiperconectada do século XXI. Conceitos como “cultura da interface” (Johnson, 2001), “cultura da convergência e da conexão” (Jenkins, 2009 e 2014) e “e-cultura” (Coelho, 2019) constituem referências para o mapeamento da expansão da cultura digital ao anunciarem as literacias emergentes, expressas em novos hábitos de uso e consumo da Internet, que incorporam as características interativas das mídias digitais.

Passarelli (2010) distingue duas ondas informacionais na sociedade em rede: uma cujo núcleo central é definido pelas preocupações políticas e programas de inclusão digital, e a outra que se concentra nas diferentes formas de apropriação e de produção de conhecimentos na web. A terceira onda, já formada no horizonte, abarca as interações entre humanos e não-humanos, que rompem os limites da rede e alastram-se por todas as instâncias da vida social.

Nesse contexto, o desenvolvimento do pensamento computacional expresso por algoritmos que potencializam o processamento de grandes volumes de informações (Big Data), pela inteligência artificial (IA) e pela IoT (internet das coisas) exigem o desenvolvimento de novas literacias, competências e habilidades que permitem a participação dos “atores em rede” (Latour *apud* Passarelli, 2010) nesse cenário..

Como contribuição para o aprimoramento do debate, o estudo das narrativas acadêmicas além de apresentar conceitos seminais produzidos pelos autores, oferece pistas metodológicas para a análise do fenômeno comunicacional a partir da simbolização da linguagem, representada por metáforas que aproximam o céu, a terra, a água e o fogo ao ambiente digital informacional.

METODOLOGIA

Em *A interpretação das culturas*, Clifford Geertz acredita como Max Weber, que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” e assume a cultura como sendo essas teias; sendo assim, a análise cultural seria feita por uma “ciência interpretativa” à procura do significado. O objeto da etnografia está em uma “hierarquia estratificada de estruturas significantes” e a descrição etnográfica constitui uma descrição “densa” das significações culturais. Segundo Geertz:

“há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (1989:31).

Na obra, *O olhar distanciado*, dedicada à memória de Roman Jakobson, Lévi Strauss considera o “espírito humano” uma estrutura universal que se manifesta através dos contextos culturais de cada sociedade, ao atribuir significações aos acontecimentos de suas histórias. O autor acredita que por mais arbitrária que seja a escolha do signo, este formaria um “todo coerente” com outros signos, “todo” que depende de “coações próprias ao funcionamento do pensamento”. Contudo, Lévi-Strauss pondera que o “maquinismo mental” universal possui “engrenagens que encaixam-se em outras engrenagens; a observação jamais revela a parte que toca a cada uma, apenas nos damos conta dos efeitos da sua interação” (1983: 154)

A partir desses pressupostos antropológicos, observa-se-á como o conceito de cultura digital foi apresentado e narrado academicamente. Foram escolhidas as obras: *Cibercultura* de Pierre Lévy, publicada em 1999; *Cultura da interface* de Steven Johnson, publicada em 2001; *Cultura da convergência* de Henry Jenkins, publicada em 2009; *Cultura da conexão* também de Henry Jenkins, publicada em 2014; *E-cultura* de Teixeira Coelho, publicada em 2019. O recorte metodológico incide em narrativas que utilizam metáforas da natureza relacionadas à água, ao céu, à terra e ao fogo como recurso lingüístico para a explicação da criação de um novo ambiente ou ecossistema comunicacional e informacional: a cultura digital de uma sociedade em rede. Representantes de diferentes momentos sociais e históricos, a aproximação das narrativas acadêmicas possibilita o vislumbre da consolidação do contemporâneo hiperconectado e também indica a necessidade da criação de novos conceitos e paradigmas diante das transformações sociais.

REVISÃO DA LITERATURA

Em 1999, o filósofo Pierre Lévy lança *Cibercultura* e no início da obra o autor parafraseia Heráclito ao afirmar que ninguém banha-se duas vezes no mesmo “rio informacional”. Na introdução intitulada “Dilúvios”, o autor diferencia ciberespaço e cibercultura:

“o ciberespaço ou rede é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores (...) infra-estrutura material da comunicação digital mas, também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (...) o neologismo cibercultura refere-se ao conjunto de técnicas (materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (1999:17)

A partir de metáforas relacionadas à água, o autor compara a revolução tecnológica ao mito da Arca de Noé, em um esforço de dimensionar as transformações sociais como um processo de recriação do mundo. Nesse contexto, a cibercultura é apresentada como um movimento social de jovens urbanos com desejo de comunicação sincrônica, que são interconectados em um processo universal não totalizante, uma vez que as “grandes narrativas” totalizantes desapareceram na pós-modernidade, o que também foi anunciado por Jean-François Lyotard.

Com o uso das figuras de linguagem “transbordamento de informações”, “águas tumultuosas”, “inundação de dados”, “as arcas do segundo dilúvio dançam entre si e abrigam pequenas totalidades”, “apenas o dilúvio é universal”, o autor enfatiza a dinâmica das representações culturais e em um processo no qual “uma técnica é produzida dentro de uma cultura e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas” (1999:21)

Em outra comparação, o autor relaciona a indústria automobilística como ícone da modernidade e o “oceano informacional” como ícone do contemporâneo e pondera que se a Internet é o “grande oceano do planeta informacional”, vários “rios” deságuam nesse oceano, dentre os quais os meios de comunicação tradicionais e as universidades Lévy considera a “auto-estrada” da informação, como um processo cultural que vai além da técnica, o que poderia ampliar a visão tecnicista apresentada por Bill Gates em *A estrada do futuro*, de 1995.

Ao destacar a “inteligência coletiva” como amálgama da cibercultura, Lévy menciona *phármakon*, expressão utilizada por Platão, que pode ser traduzida livremente como linguagem.

“Novo *phármakon*, a inteligência coletiva que favorece a cibercultura é ao mesmo tempo um veneno para aqueles que dela não participam (...) e um remédio para aqueles que mergulham em seus turbilhões e conseguem controlar a própria deriva no meio de suas correntes” (1999:30)

O conceito de “inteligência coletiva” de Pierre Lévy aproxima-se do conceito de “consciência coletiva” de Émile Durkheim. Segundo o sociólogo estruturalista, a “consciência coletiva” supera as aspirações individuais e constitui o “fato social”, que coage o indivíduo a aceitar as regras sociais e a definir as formas de comportamentos aceitos. Nesse sentido, Lévi-

Strauss também afirma que o “maquinismo mental” possui engrenagens que encaixam-se umas às outras, mas, somente pode-se observar o resultado de suas interações.

Pode-se acrescentar mais um elemento à compreensão da inteligência coletiva como nova *phármakon*. Segundo Marilena Chauí:

“Esta palavra grega, que em português se traduz por poção, possui três sentidos principais: remédio, veneno e cosmético (...) a linguagem pode ser cosmético, maquiagem ou máscara para dissimular ou ocultar a verdade sob as palavras. A linguagem pode ser conhecimento-comunicação, mas também pode ser encantamento-sedução” (1996:137)

A autora estabelece uma analogia entre a linguagem e o mito da Torre de Babel, no qual a pluralidade de línguas é explicada pela Bíblia judaico-cristã, como punição de Deus aos homens que ousaram imaginar a construção de uma torre que alcançasse o céu. A partir dessa narrativa, pode-se considerar que na sociedade contemporânea o ser humano alcançou as nuvens ou a “nuvem”, que reúne a memória da humanidade em metadados e pode ser acessada em um estalar de dedos ou digitais, o que poderia ser miticamente acompanhado pela ordem: “Faça-se a LUZ!”

Ainda motivado pelos mitos e narrativas de criação de um novo mundo, Lévy termina a sua obra afirmando que a cibercultura tem como “principal operação a de conectar no espaço, de construir e de estender os rizomas do sentido”, já o ciberespaço, “um imenso ato de inteligência coletiva sincrônica, convergindo para o presente, clarão silencioso, divergente, explodindo como uma ramificação de neurônios” (1999:250)

Em 2001, o semioticista Steven Johnson lança a obra *Cultura da interface* e anuncia no subtítulo o enfoque em “como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar”. Na introdução, refere-se a McLuhan e afirma que “a aceleração tecnológica não nos traria necessariamente satisfação, ele afirmou, mas traria compreensão (...) esse foi o grande legado da velocidade elétrica” (2001:11).

Os capítulos “desktop”, “janelas”, “links”, “texto”, “agentes” e “infinitude imaginada” são “componentes da interface contemporânea, explorando tanto as possibilidades futuras do dispositivo quanto seus laços com o *ancien régime* da cultura analógica” (2001:12). O autor relaciona a iconografia da interface presente na tela do computador com as interfaces sociais, éticas e estéticas, criadas com o advento da sociedade computadorizada.

Segundo Johnson, a “interface contemporânea” conseguiu reunir arte (inovações criativas) e comércio (apelos de massa), como os “grandes eclipses da experiência cultural de nossos dias, um raro e importante alinhamento de forças, tal como podemos não voltar a ver por muitos anos” (2001:13). O eclipse do sol e da lua de Johnson exerce a força necessária para mobilizar

as marés oceânicas de Lévy. Em outras palavras, a estetização e a comercialização das interfaces possibilitam a expansão da cibercultura.

Ao estabelecer uma analogia entre o romance e as metaformas, o primeiro é apresentado a partir de “teias narrativas” urdidas para estabelecer “um senso de conexão e unidade em uma cultura em transformação”, já as metaformas ou “formas parasitas” são respostas sobre o significado da informação e surgem como uma espécie de “híbrido, um misto de metáfora, nota de rodapé, tradução e paródia” elucidativas da “novidade da forma” (2001:30). A narrativa surge como forma de interpretação da vida social, mediada pela linguagem.

O autor conclui que “nossas interfaces são histórias que contamos para nós mesmos para afastar a falta de sentido, palácios de memória construídos de silício e luz. Elas vão continuar a transformar o modo como imaginamos a informação, e ao fazê-lo irão nos transformar também – para melhor e para pior” (p.174). A “luz” da criação anunciada por Lévy une-se ao “silício” da construção lembrado por Johnson para o surgimento de um palácio, que representa o poder estabelecido e a memória da humanidade nesta nova configuração social. Miticamente, a caixa de pandora foi aberta, libertando os desafios para a humanidade, para o bem e para o mal.

Da cultura interativa para a cultura participativa, em 2009, o livro *Cultura da convergência* do pesquisador de mídia Henry Jenkins foi apresentado por Mark Warshaw como “uma bússola num turbulento mar de transformações”. Segundo Jenkins:

“Estamos entrando agora na cultura da convergência (...) Nenhum grupo consegue ditar as regras. Nenhum grupo consegue controlar o acesso e a participação. Estamos entrando numa era de longa tradição e de transformação no modo como os meios de comunicação operam. Não haverá nenhuma caixa preta mágica que colocará tudo em ordem novamente (...) O público que ganhou poder com as novas tecnologias e vem ocupando um espaço na intersecção entre os velhos e os novos meios de comunicação, está exigindo o direito de participar intimamente da cultura” (2009:53)

Para Jenkins, a cultura participativa contrasta com a passividade do espectador dos meios de comunicação. Segundo o autor, a convergência ocorre dentro dos “cérebros de consumidores individuais” e em suas interações sociais com outros. “Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana” (2009:30).

Ao citar o conceito de “inteligência coletiva” cunhado por Lévy, o autor afirma que o consumo tornou-se um processo coletivo e essa fonte alternativa de poder midiático está presente em nossas interações cotidianas dentro da cultura da convergência. A transformação dos meios de comunicação é mais que uma transformação tecnológica por envolver vários níveis culturais de participação, criação de hábitos e conhecimentos. Jenkins anuncia que “a

produção coletiva de significados, na cultura popular, está começando a mudar o funcionamento das religiões, da educação, do direito, da política, da publicidade e mesmo do setor militar,” (2009:30) e conclui “enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais” (2009: 52). Na análise do autor, os anos 90 caracterizaram-se pela busca da interação e os anos 2000 caracterizaram-se pela busca da participação.

Como exemplo essencial da cultura participativa, Jenkins conceitua a “narrativa transmídia”, que para ser fruída, os consumidores devem acompanhar a história em diferentes canais e compartilhar observações com outros fãs, o que dá origem às teorias ou *fan fictions*, sobre o rumo da trama.

“A narrativa transmídia (transmedia storytelling) refere-se a uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento. A narrativa transmídia é a arte de criação de um universo” (2009:49)

Após ter trazido a “bússola” orientadora para o paradigma da cultura digital, em *Cultura da conexão*, de 2014, Henry Jenkins enfoca a lógica social e as práticas culturais que favoreceram e popularizaram as novas plataformas digitais. O autor afirma que com o crescimento da comunicação em rede associada às práticas da cultura participativa, diversas formas de intervenção social consolidam-se.

“Novas plataformas criam aberturas para mudanças sociais, culturais, econômicas, legais e políticas, além de constituírem oportunidades para a diversidade e a democratização (...) Os termos dessa participação, todavia, estão ainda por ser definidos e serão formatados por um conjunto de batalhas legais e econômicas que veremos se desenrolar nas próximas décadas” (2014: 21)

E conclui afirmando que para a construção de uma “sociedade mais informada e mais engajada” há necessidade da consolidação de um ambiente de mídia propagável que seja mais inclusivo, mais dinâmico e mais participativo, em termos técnicos e culturais.

Após duas décadas da publicação de *Cibercultura*, o comunicólogo Teixeira Coelho publica em 2019, *E-cultura, a utopia final* e analisa a interação entre inteligência artificial e humanidade. Segundo Coelho:

“uma cultura, claro, não surge, não emerge abruptamente. Um vulcão pode explodir “de repente” (...) A diferença entre esta cultura que se ergue, a e-Cultura, e um vulcão é que ela não deixa espaço para onde se possa correr em busca de abrigo” (2019:9).

A inexorabilidade do processo cultural percorre toda a narrativa e após a referência ao vulcão em erupção que aproxima-se do dilúvio de Lévy, o autor também utiliza a metáfora da estrada ao afirmar que “as rotas a percorrer estão pavimentadas por boas intenções e poucas indicações

concretas sobre como encontrar a saída. A IA é o monólito misterioso, aparentemente poderoso” (2019:239)

RESULTADOS

Mitos e ritos são constantemente compartilhados sobre a realidade social e o futuro da humanidade. Como atores de seus momentos históricos, esses quatro autores descreveram as suas impressões e perspectivas sobre a imersão da sociedade no universo tecnológico em um cenário de recriação de paradigmas. Este artigo apresentou os recursos linguísticos utilizados pelos autores, como metáforas e comparações, que possibilitaram a explicação da novidade do século.

Ao escolherem elementos da natureza em suas narrativas, pode-se observar que Lévy representou o elemento da água como símbolo de criação de um novo mundo, Johnson representou o elemento do ar como símbolo dos elementos celestes que iluminam o conhecimento; Jenkins representou o elemento da terra como símbolo de humanização que cria e participa e Coelho representou o elemento do fogo como símbolo de recriação que não pode ser contido. Na mistura dos quatro elementos naturais que vitalizam a sociedade, anuncia-se a urgente necessidade de estabelecermos um quinto elemento para explicar a complexidade desse ecossistema comunicacional e informacional, da cultura digital, que transforma-se e recria-se ininterruptamente.

CONCLUSÕES

A narrativa direciona o sentido visto no mundo, pode ser compreendida como uma representação “estendida no tempo”, que acompanha as mudanças sociais. Com o surgimento de novas tecnologias e novas literacias surgem novas narrativas, que interpretam as “novidades do mundo” e as contra-narrativas, que reinterpretam criticamente o que foi apresentado como visão de mundo hegemônica.

O ambiente digital estruturado em redes reúne humanos e não-humanos, natureza e tecnologia, indivíduos e avatares, mitos e ritos, tempo e espaço, sendo portanto, um ente vivo que transforma-se constantemente. O estudo das narrativas acadêmicas justifica-se como exercício teórico e prático de aproximação e distanciamento em relação à realidade social, que constitui-se no aqui e agora das interações e interconexões

As narrativas acadêmicas, assim como as narrativas ficcionais, apresentam caminhos construídos ao caminhar, que permitem a compreensão da cultura e do mundo social. Diante de tantos desafios e transformações trazidos pelas ondas informacionais desse “Admirável Mundo Novo”, que como descreveu Aldous Huxley, “reprimido, o impulso transborda, e a inundação é sentimento; a inundação é paixão; a inundação é loucura até: tudo depende da força da corrente, da altura e da resistência do dique”. E também, das novas lógicas e literacias emergentes nas ondas informacionais da sociedade em rede.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1996
- COELHO, T. **E-cultura, a utopia final: inteligência artificial e humanidades**. São Paulo: Iluminuras Itaú Cultural, 2019
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo, LTC, 1989
- HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2014
- JENKINS, H. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph, 2009
- JOHNSON, S. **Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- LÉVI-STRAUSS, C. “Estruturalismo e ecologia”. In: **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999
- PASSARELLI, B. “Literacias emergentes nas redes sociais: estado da arte e pesquisa qualitativa no observatório da cultura digital”. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José. (org.). **Atores em Rede: Olhares Luso-Brasileiros**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- TODOROV, T. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2013

O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INFORMACIONAL E SUA RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO COMO MERCADORIA

Bianca Savegnago de Mira¹, Daniel Martínez-Ávila², Maria Cláudia Cabrini Grácio³

¹Universidade Estadual Paulista (UNESP), <https://orcid.org/0000-0001-7913-4084>,
bianca.mira@unesp.br

,²Universidad Carlos III de Madrid, <https://orcid.org/0000-0003-2236-553X>,
daniel.martinez@uc3m.es

³Universidade Estadual Paulista (UNESP), <https://orcid.org/0000-0002-8003-0386>,
cabrini.gracio@unesp.br

Resumo: O capitalismo informacional, termo que se refere à centralidade do conhecimento e da tecnologia nos processos de valorização e produção, surge a partir dos anos 1970 como resultado da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Nele o perfil da produção se transforma migrando dos bens para os serviços. Essa transformação trouxe novas preocupações e exigências como a necessidade de flexibilidade e capacidade de adaptação. O trabalho intelectual passa a constituir a base das formas de produção das mercadorias, a força que rege a produção deixa de ser fabril, focando-se na organização, comunicação e invenção; as novas formas assumidas pela integração social centram-se na inteligência e nas técnicas de comunicação digital. As tecnologias da inteligência formam um objeto poderoso de produção de novas mercadorias cognitivas capazes de alterar as formas de organização da produção e do consumo. O conhecimento é o carro-chefe do capitalismo informacional, ser capaz de trabalhá-lo e transformá-lo em inovações que se revertam em capital é fundamental. É a inovação que garante o fluxo econômico, que mantém o interesse no consumo e que fomenta a competitividade entre empresas, regiões, países, etc.

Palavras-chave: Capitalismo informacional; Conhecimento mercadoria; Informação; Mercadoria imaterial; Trabalho intelectual

Abstract: Informational capitalism, a term that refers to the centrality of knowledge and technology in the processes of valorization and production, emerged in the 1970s as a result of the evolution of Information and Communication Technologies (ICTs). In this concept the characteristics of production are transformed as it moves from goods to services. This transformation brought new concerns and demands such as the need for flexibility and adaptability. The intellectual work becomes the basis of the methods of production of goods, the forces governing production cease to be factory-centered as they focus on organization, communication and invention. The new forms adopted by social integration focus on intelligence and digital communication techniques. Intelligence technologies form a powerful object of production of new cognitive commodities capable of altering the methods of organization of production and consumption. Knowledge is the flagship of informational capitalism and the capability of processing it and turning it into innovations that result in capital is critical. It is innovation what ensures the economic flow, keeping the interest in consumption and fostering competitiveness among companies, regions, countries, etc.

Keywords: Informational capitalism; Commodity knowledge; Information; Immaterial merchandise; Intellectual work

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista está hoje em seu quarto estágio, do trabalho artesanal realizado em pequenas oficinas com grandes limitações quanto à quantidade e tempo de produção migrou-se passo a passo em direção a uma economia globalizada de larga escala onde a tecnologia, a informação e o conhecimento são essenciais.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) trouxeram agilidade e dinamismo para a economia e balizaram o denominado capitalismo informacional, o capitalismo centrado na utilização do conhecimento como peça-chave do processo produtivo. Para participar deste processo é necessário não apenas deter conhecimento, mas manter-se atualizado e ser capaz de trabalhar o conhecimento existente, a transformação do conhecimento em mercadoria depende do trabalho intelectual empregado a ele.

Se por um lado há o trabalho intensivo do conhecimento e trabalhadores altamente qualificados, do outro há o avanço da fronteira que expulsa aqueles que não conseguem acompanhar as mudanças na velocidade necessária. O sistema amplia a marginalização a todo indivíduo que não atenda às expectativas e à competitividade importa.

Nesta pesquisa desenvolveu-se a relação entre o capitalismo informacional e a mercantilização do conhecimento, a forma como a introdução da tecnologia proporcionou o desenvolvimento de ambos e a transformação do modo produtivo até o período atual.

METODOLOGIA

A presente pesquisa bibliográfica explorou uma análise crítica dos principais autores e trabalhos sobre o conceito de capitalismo informacional e sua relação com o conceito de conhecimento como mercadoria, utilizando como ponto de partida a obra de Manuel Castells.

REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com Castells (1997), a partir do último quarto do século XX emerge uma nova economia mundial, definida por ele como informacional e global. Este acontecimento decorre da revolução da tecnologia da informação que fornece a base material necessária para o desenvolvimento da nova economia. O caráter informacional advém da dependência da capacidade de gerar, processar e aplicar de forma efetiva informações baseadas no conhecimento porque, tendo em vista as novas condições tecnológicas presentes neste período histórico, a geração, o processamento e a transmissão de informação passam a ser fontes

fundamentais de produtividade e poder. A produtividade e a competitividade de empresas, regiões ou nações depende disso. Já o caráter global se dá pela organização em escala global (diretamente ou por meio de uma rede) da produção, do consumo e de seus componentes, como, por exemplo, matérias-primas, tecnologia, mercados, tecnologia, etc. O termo informacional e global abarca novas condições históricas, tanto a geração da produtividade quanto a competitividade ocorrem por meio de uma rede global de interação.

Para Szpilbarg e Saferstein (2014) a chave que inaugura a era atual são as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), elas estão conectadas ao aprofundamento da internacionalização financeira e comercial que marcam o capitalismo nos anos 90 e no início do século XXI. Os autores também afirmam que estamos vivendo um estágio do capitalismo chamado de “capitalismo informacional” ou “capitalismo cognitivo”, estes termos se referem à centralidade do conhecimento e da tecnologia nos processos de valorização e produção, o efeito pode ser observado por meio do comportamento de agentes que fazem parte dos processos de formação de valor na área cultural.

O capitalismo informacional surge como produto de mudanças globais que incluem cultura, política, economia, informação, conhecimento e conta com a estrutura proporcionada pelas TICs. Castells (2004) o caracteriza como a formação de uma economia criminal global que possui conexão intrínseca com a economia formal e com as instituições políticas. Para ele o capitalismo informacional se baseia na indução da produção pela inovação e competitividade voltada para a globalização com o objetivo de gerar e apropriar riqueza de maneira seletiva. Neste contexto, onde há uma rede recorrente de trocas conectadas em escala global, tanto a tecnologia como a cultura são dependentes da capacidade de conhecimento e informação para operar sobre o conhecimento e a informação.

A faceta criminal do capitalismo informacional se desenvolve a partir do abismo criado entre aqueles que estão e os que não estão inseridos na sociedade da informação. O desenvolvimento desse modo de produção aprofunda ainda mais as desigualdades sociais. Castells (2004) considera que o processo de exclusão não está restrito aos miseráveis, mas também alcança indivíduos e categorias sociais que constantemente buscam formas de evitar trabalhos considerados socialmente degradantes. Aqueles que não mantiverem suas qualificações constantemente atualizadas perderão seus postos na carreira competitiva, indivíduos que compõem a classe média, força da sociedade capitalista durante a era industrial, são fortes candidatos à expulsão neste sistema produtivo.

Um ponto importante salientado por Rodrigues (2010) é que não há um consenso único sobre a denominação do estágio atual do capitalismo, os termos mais frequentemente encontrados são

capitalismo informacional, capitalismo tardio, capitalismo flexível, capitalismo pós-industrial ou novo capitalismo. Independente da forma escolhida para denominá-lo, o fato é que após a saída do modo de produção fordista ocorrida a partir dos anos 1970 o perfil da produção se transforma migrando dos bens para os serviços. Essa transformação trouxe novas preocupações e exigências como a necessidade de flexibilidade e capacidade de adaptação.

No livro intitulado: *Educación y comunicación: Del capitalismo informacional al capitalismo cultural*, Montoya (2013) mostra a transformação da produção e define os quatro estágios da produção capitalista. O primeiro estágio é chamado de estágio artesanal ou de simples cooperação, nele há a concentração de artesãos em uma oficina produzindo uma grande quantidade de mercadorias onde cada um produz um produto completo e acabado. O capitalista, aquele que investiu dinheiro para a obtenção das instalações físicas, ferramentas e matérias-primas, é o responsável por vender a produção e remunerar os artesãos.

O segundo estágio é o da manufatura caracterizado pela especialização do artesão, ele ainda compartilha as mesmas formas organizacionais do estágio anterior, no entanto aqui cada artesão se torna responsável por uma pequena parte do produto final, dessa forma não é possível que nenhum deles reivindique a autoria de um produto acabado, o produto final só pode ser reivindicado pelo proprietário da oficina.

O terceiro estágio é representado pela indústria que pode ser definida tecnicamente como a produção baseada em máquinas. A máquina é tanto uma ferramenta que possui movimentos próprios a partir de uma fonte interna de energia, quanto uma ferramenta capaz de operar outras várias ferramentas simultaneamente, superando o limite humano de operar uma ferramenta por vez. Neste estágio, segundo Bolaño (2000, p. 46), conforme indica Montoya (2013, p. 176), a constituição da base para o desenvolvimento da tecnologia promovida pelo capital se dá por meio da apropriação pelo capital do conhecimento dos artesãos, ou, como ele denomina, a apropriação primária do conhecimento.

No quarto estágio de desenvolvimento da produção capitalista é denominado capitalismo informacional. Ele é caracterizado por uma sociedade que codificou o saber teórico, que anteriormente pertencia aos trabalhadores, de forma que as máquinas são capazes de preservá-lo e aplicá-lo, isso representa uma nova virada no processo de apropriação do conhecimento. O conhecimento é convertido em informação e apropriado pelo capital, a inteligência artificial e os softwares são exemplos disso. A diferença entre o capitalismo informacional e o capitalismo industrial consiste no tipo de conhecimento codificado, ou seja, no tipo de conhecimento que é apropriado e se torna capital fixo.

Observa-se que a lógica tradicional da relação salarial sofre uma inversão, a partir de uma força de trabalho abstrata e intercambiável no processo de “desmaterialização dos meios de produção” (BLONDEAU, 2004). O assalariado se torna co-proprietário e ao mesmo tempo não co-proprietário, ou seja, ele possui o conhecimento, mas o conhecimento transformado em capital fixo, apesar de ser produzido por ele, não o pertence.

O trabalho envolvido na produção de serviços pode ser definido como imaterial porque não resulta em um bem material e durável, seu resultado se expressa como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação (NEGRI; HARDT, 2003; CAMARGO, 2009).

Dentro deste contexto, a informação e a cooperação no trabalho são fundamentais para que as mercadorias, materiais ou imateriais, surjam como resultado do processo produtivo, principalmente porque o trabalhador com maior qualificação intelectual se distanciou das características que compõem o operário-massa. O trabalho intelectualmente qualificado não é executado de forma isolada e mecânica, para executá-lo passa a ser preciso lidar com uma multiplicidade de funções que exigem criatividade, iniciativa, conhecimento, capacidade de comunicação e cooperação (NEGRI, 2002; NEGRI & LAZZARATTO, 2001; CAMARGO, 2009).

Nesse processo a participação das TICs confere à informação maior agilidade e importância. Segundo Almeida e Ganzert (2008, p.45–46):

“O processo de mudança da própria função da informação em meio ao percurso social do indivíduo está diretamente relacionado à necessidade de agilidade nas atividades do mundo regido pelo capitalismo informacional. Com isso, a informação passa da sua função instrumental para o foco da atividade. O imediatismo funcional da informação inserida nos processos do capitalismo cotidiano é fruto de uma série de transformações culturais, guiadas por alterações de valores institucionalizados, que ocorrem orquestradas pelo percurso histórico do sistema. Tal interação entre indivíduos na produção continua a ser mediada pela máquina, como ocorria na fase industrial do sistema. Mas esta máquina está longe de ser, como antes, um mero prolongamento do corpo do trabalhador. A máquina da era da informação é um prolongamento da capacidade intelectual do trabalhador, não somente na transmissão de dados, mas também no processamento de informações que impactam, de uma forma ou de outra, no fluxo produtivo de todo o sistema.”

Em consonância com o exposto por Almeida e Ganzert, Egler (2001) afirma que o trabalho intelectual passa a constituir a base das formas de produção das mercadorias, a força que rege a produção deixa de ser fabril, focando-se na organização, comunicação e invenção; as novas formas assumidas pela integração social centram-se na inteligência e nas técnicas de comunicação digital. As tecnologias da inteligência formam um objeto poderoso de produção de novas mercadorias cognitivas capazes de alterar as formas de organização da produção e do consumo.

No capitalismo informacional a realização do ser social e a garantia de sobrevivência do indivíduo dependem da informação, no entanto, ambas só estão asseguradas para o indivíduo

se ele for capaz de buscar e fornecer informação-valor. Para buscá-la é preciso possuir algum grau de informação passada ou conhecimento que torne possível perceber a informação que deve e pode ser reproduzida, para fornecê-la também é necessário possuir algum grau de conhecimento (informação passada, anteriormente adquirida e trabalhada) sobre a informação para ter a capacidade de valorizá-la (DANTAS, 2003).

Para garantir o valor informacional do conhecimento não basta detê-lo, é necessário trabalhá-lo, torná-lo consumível. Não basta, por exemplo, conhecer ativos medicinais, saber todas as suas propriedades e suas ações e não ser capaz de transformá-los em um novo remédio. O conhecimento a respeito desses ativos e propriedades não é uma novidade, está disposto em livros, na internet, é preciso trabalhá-lo para construir algo original que se transforme em um novo valor.

No entanto existem alguns pontos relevantes que precisam ser tratados quando o capitalismo se apropria do conhecimento e o equipara aos demais bens materiais. Machado (2015) considera indevida a identificação entre as ideias de conhecimento e mercadoria no sentido industrial. Para ele o conhecimento sempre foi reconhecido pela humanidade como um bem essencial, mas atualmente a perspectiva industrial prejudica a atribuição de valor a ele. O conhecimento se tornou o principal fator de produção, no entanto, apesar de possuir caráter mercadológico, é um erro reduzi-lo a isto. Há dificuldades inerentes ao conhecimento como produto, ele pode ser dado ou vendido a outro sem que isso implique que o “vendedor” deixe de possuí-lo, ele não é fungível, ou seja, de certa maneira quanto mais usado é mais novo pode se apresentar, não é possível falar em estoque quando se trata de conhecimento. É inevitável não esbarrar em paradoxos ao discutir o conhecimento como mercadoria.

Stiglitz reforça a visão de Machado ao dizer que:

“A propriedade intelectual é diferente das outras propriedades: restringir o uso do conhecimento é ineficiente, pois ele não custa nada para a outra pessoa que o utilizará. Thomas Jefferson, terceiro presidente norte-americano, colocava isto de forma mais poética que os economistas modernos (que se referem a ‘custo marginal zero’ e ‘consumo não-rival’), ao dizer que o conhecimento é como uma vela: quando uma vela acende a outra, isto não diminui a luz da primeira. Utilizar o conhecimento para ajudar alguém não impede que ele possa ajudar outras pessoas” (STIGLITZ, 2006, p.1279).

O processo de capitalização do conhecimento depende justamente de sua restrição de uso, Stiglitz não errou ao dizer que tal atitude é ineficiente, Gorz (2005) reforça que qualquer conhecimento suscetível à formalização pode ser distanciado de seu suporte humano e material e replicado/usado de maneira ilimitada por um custo baixo ou nulo por meio de software. O valor mercantil do conhecimento é inversamente proporcional ao seu grau de propagação, ou seja, quanto mais disseminado é o conhecimento menor é seu valor enquanto mercadoria,

consequentemente, para que ele seja aproveitado como capital é necessário que se transforme em propriedade privada e que seu acesso seja restrito.

O conhecimento mercadológico novamente mostra sua face paradoxal, sua restrição se mostra ineficiente ao passo que só ela pode lhe conferir valor.

RESULTADOS

No capitalismo informacional o perfil da produção se transforma migrando dos bens para os serviços; essa transformação trouxe novas preocupações e exigências como a necessidade de flexibilidade e capacidade de adaptação; o trabalho intelectual passa a constituir a base das formas de produção das mercadorias, a força que rege a produção deixa de ser fabril, focando-se na organização, comunicação e invenção; as novas formas assumidas pela integração social centram-se na inteligência e nas técnicas de comunicação digital; as tecnologias da inteligência formam um objeto poderoso de produção de novas mercadorias cognitivas capazes de alterar as formas de organização da produção e do consumo; o conhecimento é o carro-chefe do capitalismo informacional, ser capaz de trabalhá-lo e transformá-lo em inovações que se revertam em capital é fundamental; e a inovação que garante o fluxo econômico, que mantém o interesse no consumo e que fomenta a competitividade entre empresas, regiões, países, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa apresentou um estudo a respeito do capitalismo informacional, da sua relação com as tecnologias de informação e comunicação e da transformação do conhecimento em mercadoria. O capitalismo informacional exhibe a face adaptativa do sistema capitalista ao mostrar sua adaptação às mudanças provocadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias que impulsionaram a circulação de informação e a descoberta de novos conhecimentos.

Nesse novo contexto social e econômico as relações trabalhistas também sofreram profundas alterações, o modelo industrial onde o trabalhador participava de uma parte específica da produção, exercendo uma tarefa repetitiva e que muitas vezes não exigia conhecimento prévio, vai desaparecendo e em seu lugar surgem postos de trabalho que exigem qualificação constantemente atualizada, flexibilidade e capacidade de comunicação.

O conhecimento é o carro-chefe do capitalismo informacional, ser capaz de trabalhá-lo e transformá-lo em inovações que se revertam em capital é fundamental. É a inovação que garante

o fluxo econômico, que mantém o interesse no consumo e que fomenta a competitividade entre empresas, regiões, países, etc.

Por fim, é importante salientar que o conhecimento em forma de mercadoria possui peculiaridades que o distanciam de um bem de consumo comum, quanto mais disseminado, menor é o seu valor comercial, mas mesmo o conhecimento desprovido de valor de mercado pode dar origem a um novo conhecimento promovendo a manutenção do sistema produtivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. GANZERT, C. C. Informação e mudanças sociais no capitalismo informacional. 2008. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/40/ganzert_40.pdf

BLONDEAU, O. Génesis y subversión del capitalismo informacional. In: **Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva**. Traficantes de Sueños, 2004. p. 31-48.

Bolaño, C. (2000). Indústria cultural, informação e capitalismo. Sao Paulo: Hucitec-Polis.

CAMARGO, S. Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio. **Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra**. University Press, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280475/1/Camargo_SilvioCesar_D.pdf

CASTELLS, M. La era de la información. Volumen 1: La sociedad red. **Alianza editorial**, 1997.

CASTELLS, M. **La era de la información: economía, sociedad y cultura**. siglo XXI, 2004.

DANTAS, Marcos. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova**, n. 60, p. 5-44, 2003.

EGLER, T. T. C. Exclusão e inclusão na sociedade do conhecimento. **Publicado in: Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. 2, 2001. Disponível em: http://www.espaco.ippur.ufrj.br/textos/Exclusao_%20e_%20inclusao_%20socied_do_conhecimento.pdf

GORZ, André. Imaterial (o)-Conhecimento, Valor. **Annablume**, 2005.

MACHADO, Nílson José. O conhecimento como um valor: as ideias de a-crescimento e de commons. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 67, p. 07-10, 2015.

MONTOYA, A. N. **Educación y comunicación: del capitalismo informacional al capitalismo cultural**. Universidad Pedagógica Nacional, 2013. Disponible em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/dcs-upn/20151022043743/edu.pdf>

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record: 2003.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP & A editora: 2001.

RODRIGUES, C. Capitalismo informacional, redes sociais e dispositivos móveis: hipóteses de articulação. **Galáxia**, n. 20, p. 70-83, 2010.

STIGLITZ, Joseph. Scrooge and Intellectual Property Rights. **British Medical Journal (BMJ)**, Vol. 333, December 2006

SZPILBARG, D.; SAFERSTEIN, E. A. De la industria cultural a las industrias creativas: un análisis de la transformación del término y sus usos contemporáneos. **Estudios de filosofía práctica e historia de las ideas**, v. 16, n. 2, p. 99-112, 2014.

A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PARA O CATÁLOGO COLETIVO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA WEB

Alentejo, Eduardo da Silva¹, Gottschalg-Duque, Cláudio²

¹UNIRIO, <http://orcid.org/0000-0003-3110-4817>, alenteju@gmail.com

²UnB, <http://orcid.org/0000-0003-3558-466X>, klaussherzog@gmail.com

Resumo: Trata sobre arquitetura para o catálogo coletivo de bibliotecas e instituições de informação do Brasil baseado na Web. Objetiva avaliar os recursos gerenciais, informacionais e tecnológicos que podem descrever o modelo de catálogo coletivo na Web. Aplica o método exploratório mediante revisão de literatura e estudos comparados sobre modelos, métodos, tecnologias de sistemas de informação eletrônicos em Ciência da Informação, da Computação e Arquitetura da Informação. Na Era Digital, o catálogo coletivo nacional na Web pode ser constituído como um sistema distribuído de informações com aplicação de recursos da Web Semântica e tecnologias Blockchain e Inteligência Artificial do seguinte modo: 1) recursos gerenciais: ser um sistema de informação disponível na Internet, constituindo-se de grande número de agentes interagentes, onde cada subsistema tem processamentos internos de informações de modo que relações funcionais possam ocorrer entre os subsistemas; 2) recursos informacionais: modelo de acesso aberto, podendo ser centralizado ou distribuído. 3) recursos tecnológicos: capacidade de interoperabilidade por meio de esquema de metadados e protocolo de coleta de metadados, Z39.50 e OAI-PMH e tecnologias da Web Semântica e de dados abertos interligados. Conclui que catálogos coletivos complementam os modelos emergentes de pesquisa distribuída, oferecendo funcionalidades, qualidade, desempenho e características de gerenciamento.

Palavras-chave: Catálogo Nacional na Web; Sistema distribuído; Tecnologias Web

Abstract : It reports literature review about architecture for web-based union catalog. It aims to evaluate the managerial, informational and technological resources that can describe the web-based collective catalog model. It applies the exploratory method through literature review and comparative studies. about models, methods, technologies of electronic information systems in Information Science, Computer Science and Information Architecture. In the Digital Age, the national collective catalog on the Web can be constituted as a distributed information system with application of Semantic Web resources and Blockchain and Artificial Intelligence technologies as follows: 1) managerial resources: an information system Web-based, consisting of a large number of interacting agents, where each subsystem has internal information processing so that functional relationships can occur between subsystems; 2) information resources: open access model, which can be centralized or distributed; 3) technological resources: interoperability through metadata schema and metadata collection protocol, Z39.50 and OAI-PMH, and linked Open Data and Semantic Web technologies. Union catalogs complement emerging distributed search models by offering functionality, quality, performance, and management characteristics.

Keywords: National Web Catalog; Distributed system; Web technologies.

INTRODUÇÃO

Essa comunicação decorre do projeto de pós-doutorado, em andamento, intitulado: ‘Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação na Web¹’. Surgiu do interesse científico no seio do ‘Grupo de Pesquisa em Arquitetura da Informação, Linguística Computacional e Multimodalidade, Mídias e Interatividade (R.E.G.I.I.M.E.N.T.O.)’, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), do qual os autores fazem parte.

Como campo de interesse científico, ‘Arquitetura da Informação’ conecta-se a abordagens em Ciência da Informação à medida que em relação aos sistemas de automação, fenômenos em informação podem ser explorados sob enfoques como da recuperação e relevância da informação (INGWERSEN, 1992) e de sua responsabilidade social (LE COADIC, 2004), considerando usos e impactos que a informação exerce à produção intelectual, aos sistemas de recuperação da informação e na geração do conhecimento; isto é, na ação da informação na coletividade (BARRETO, 2008).

De acordo com a literatura consultada, no espectro da sobrecarga da informação, independentemente da disponibilidade tecnológica, nenhuma biblioteca pode ter absolutamente todos os materiais de leitura que atendam às necessidades de informação de seus leitores e na Era Digital é inexecutável a coleta de todos os itens em atendimento permanente às demandas de usuários por parte de instituições de informação.

Nesse cenário e para dirimir questões relativas a restrições orçamentárias, de controle bibliográfico e de difusão de fundos bibliográficos sob sua guarda, bibliotecas e outras instituições de informação têm aperfeiçoado produtos e serviços, tendo a arquitetura da informação como rotação em torno de sistemas e catálogos, sua gênese, sua produção, suas formas e funções, seus conteúdos e suas utilidades sociais.

Junto ao aperfeiçoamento de formatos para distribuição do registro bibliográfico e para mitigar o problema, catálogos coletivos foram sendo constituídos pela constatação de que “permitem compartilhar o uso de recursos entre bibliotecas participantes, alcançando usuários que podem se beneficiar do sistema” (DOWNS, 1944, p. 72, tradução nossa) ao passo que se projetados na Web com alcance nacional, bibliotecários, editores, o Estado e toda a sociedade

¹ Tal denominação se refere ao nome do produto proposto no estudo e ao tratar sobre modelos e exemplos de catálogos coletivos, utiliza-se o termo ‘catálogo coletivo’ ou ‘catálogo coletivo nacional Web’.

se tornam usuários potenciais e beneficiários do sistema (ALENTEJO; RAMANAN, 2018, p. 220).

Se o Brasil apresenta lacunas para o acesso completo à informação do seu patrimônio bibliográfico, à soma do que tem produzido para difusão do conhecimento registrado, através de produtos e serviços consagrados, a arquitetura para o catálogo coletivo nacional na Web permitiria conhecimento sobre coleções e reunião de sistemas de informação interrelacionados, independentes e dispersos da produção intelectual nacional, representando também economia em gastos públicos e atendendo no que for cabível a anseios de política governamental para informação, documento e patrimônio.

Olinto (2009) aponta que lacunas de acesso digital à Internet, e em consequência, aos fundos bibliográficos nacionais, precisam ser colmatadas com serviços e produtos de informação. Em contraste, o avanço da Internet e a existência de uma base razoável de bibliotecas automatizadas no País denota que o número de recursos para o controle e disseminação da informação é crescente (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009).

Considerando que, nem tudo está ou estará disponível em meio digital (OPPENHEIM; SMITHSON, 2008), a sistematização do catálogo coletivo nacional não seria panaceia, mas, poderia contribuir para melhorar a situação de acesso online ao conhecimento acumulado no País e para valorização de suas instituições de informação.

Instituições de informação como bibliotecas e centros de documentação têm a missão de “manterem, preservarem e disseminarem os acervos de memória e cultura das sociedades onde estão inseridas” (MARCONDES, 2016, p. 63), tornando-os socialmente relevantes.

No atual estágio da Sociedade da Informação, estudos sobre federação de catálogos nacionais podem ampliar o conhecimento sobre a evolução da automação em bibliotecas e em outros centros de informação, mapeamento de bibliotecas digitais e catálogos online bem como revelando ausências. O que pode contribuir para o campo científico brasileiro da Ciência da Informação, Computação e Arquitetura da Informação.

A delimitação do estudo se refere ao que Lynch (1997) denomina por questão-chave para as bibliotecas e seus usuários: como usar de maneira mais eficaz e concomitante as abordagens de arquitetura de catálogo coletivo nacional para acesso ao patrimônio cultural no ambiente Web?

Reconhece-se que o Brasil dispõe de vários exemplos de políticas de informação, programas, produtos e serviços de informação, dispendo de condições técnica, tecnológica e legais necessárias que viabilizam o planejamento do ‘Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e

Serviços de Informação na Web’ e adesão de bibliotecas e outras instituições de informação, a partir da modelização da arquitetura da informação para desenvolvê-lo.

A partir da revisão de literatura, objetiva-se constituir e descrever um possível modelo referencial de arquitetura para o catálogo coletivo nacional na Web. Especificamente, analisar os recursos tecnológicos, gerenciais, informacionais e sociais para sua possível arquitetura.

Sob essa ótica, a proposta de modelo do ‘Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação na Web’ abarca dimensões tecnológicas, gerenciais, informacionais e sociais, compreendidas como partes conexas à possibilidade de integração e difusão na Web de acervos que integram o patrimônio bibliográfico brasileiro. O que se verifica nas seções a seguir.

METODOLOGIA

A partir do exame da literatura especializada, entende-se por catálogo coletivo nacional como um tipo de catálogo coletivo de instituições participantes do sistema sob a perspectiva do alcance nacional e que permite descrever coleções de várias bibliotecas de uma nação, se com cobertura geral, inclui várias coleções, se seletiva, por exemplo, por tipo de documentos como: periódicos, teses ou anais de eventos (CUNHA, 2016).

Já a abordagem conceitual sobre o desenvolvimento da arquitetura do catálogo coletivo nacional na Web é fornecida por Cartaxo, Basílio e Duque (2017, p. 48) como: “um framework para a representação, organização e armazenagem da informação em repositórios providos de consistência, compartilhamento, documentação, privacidade e recuperação eficaz de seus conteúdos”.

Ao se considerar tais características, para a primeira parte do estudo, aplica-se o método exploratório mediante revisão de literatura nas áreas de Ciência da Informação, Computação e Arquitetura da Informação. Para o modelo de referência do catálogo coletivo nacional na Web, adotou-se como procedimento a comparação entre *frameworks* para inclusão de arquitetura de sistemas operacionais e gerenciais do catálogo coletivo.

Reporta-se, nesse momento, a primeira parte de estudo dedicado às bases teóricas para a arquitetura do catálogo coletivo nacional nas esferas de infraestrutura gerencial, informacional e tecnológico.

Com emprego dos termos de busca: ‘arquitetura da informação’, ‘catálogo coletivo’ e ‘catálogo coletivo nacional’ e, respectivamente seus equivalentes em inglês – ‘*Information*

Architecture, *union catalog*, *national union catalog*, o material utilizado para a pesquisa bibliográfica foram bases de dados: BRAPCI, SciELO, e-LIS e Library and Information Science Abstracts (LISA) cuja seleção decorreu de análises sobre fundamentos e conceitos de catálogo coletivo nacional e tecnologias.

ARQUITETURA DO CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL

Na perspectiva de Castells (2003, p. 170), a Web em sua capacidade evolutiva decorre de sua distribuição descentralizada e pelo que tem representado para vida em sociedade, constituindo-se como meio de relação, interação e comunicação, em favor ao que o autor denomina por 'sociedade em rede' e que tem sua própria geografia formada por “[...] redes e nós que processam o fluxo de informação gerados e administrados a partir de lugares. Como a unidade é a rede, a arquitetura e a dinâmica de múltiplas redes são as fontes de significados e função para cada lugar”.

Para Castells (2003), a multiplicidade de redes em sua conexão de comunicação e informação pressupõe espaços de interação, com variada arquitetura que, de algum modo, impactam as relações sociais e intelectuais, consubstanciando a cultura do ciberespaço, percebido por Santaella (2009, p. 45) como “todo e qualquer espaço informacional multidimensional que, dependente da interação do usuário, permite a este o acesso, a manipulação, a transformação e o intercâmbio de seus fluxos codificados de informação”.

Essa noção de espaço para interação coletiva é essencial para a Arquitetura da Informação porque envolve elementos visíveis, quando usuários de um sistema o acessam via interfaces, e não visíveis, isto é, a arquitetura de funcionalidades e sistemas gerenciais.

Rosenfeld, Morville e Arango (2015) definem 'Arquitetura da Informação' como um projeto estrutural de ambientes de informação compartilhada, combinando organização, rotulagem, pesquisa e navegação dentro de sítios na Internet visando moldar produtos de informação e experiências de usuários para dar suporte à usabilidade e à localização da informação que seja relevante a determinadas audiências.

Em sua aplicação, teorias e modelos formais são necessários para a especificação e ao entendimento sem ambiguidades das características, da estrutura, e do comportamento de sistemas de informação complexos (GONÇALVES, 2004), como é o caso de bibliotecas digitais, catálogos online (OPAC²) ou catálogos coletivos na Web.

² Online Public Access Catalog (OPAC)

Tais sistemas, por vezes, diferenciam-se quanto aos objetivos institucionais, contextos de utilidade, tecnologias envolvidas para operações, armazenagem, recuperação da informação, tipos de coleções e forma de entrega da informação ao usuário, interfaces, esquemas de metadados e ontologias, por exemplo (CUNHA, 2016).

A literatura especializada relaciona catálogo coletivo nacional na Web como recurso de controle bibliográfico de um país com foco em suas coleções sob interfaces, pois, “de nada adianta a informação existir, se quem dela necessita não sabe da sua existência ou se ela não puder ser encontrada” (MARCONDES; SAYÃO, 2001, p. 26).

Catálogos coletivos nacionais são instrumentos representativos de fundos bibliográficos de muitas coleções dispersas de um determinado país (FEATHER; STURGES, 2003, HIDER, 2003, SUAREZ; WOULDHUYSEN, 2010). Também podem incorporar serviços de informação, bibliografias nacionais correntes e retrospectivas, bibliografias seletivas baseadas em autor, assunto ou outro tópico para fins de pesquisa e bibliografias comerciais esgotadas (FEATHER; STURGES, 2003, HIDER, 2003, SUAREZ; WOULDHUYSEN, 2010).

Um catálogo coletivo nacional pode ser um catálogo combinado de bibliotecas que descreve as coleções de várias bibliotecas. Pois, de acordo com a ‘Encyclopedia of Library and Information Sciences’ (FEATHER; STURGES, 2003, p. 643, tradução nossa), trata-se de um sistema de informação com distribuição da dados bibliográficos que “contém não apenas uma listagem de registros bibliográficos de várias bibliotecas, mas também, de informações sobre os locais para identificar as propriedades e coleções das bibliotecas contribuintes do sistema”.

Nessa perspectiva, a arquitetura de catálogos coletivos têm sido desenvolvida para várias funcionalidades, dentre as quais, a utilidade para profissionais da informação, como bibliotecários e arquivistas por auxiliarem na localização e na solicitação de materiais de outras bibliotecas por meio do serviço de empréstimo entre instituições e de comutação bibliográfica, permitindo que pesquisadores acessem coleções que não teriam conhecimento, como as de manuscritos e periódicos científicos nacionais (HIDER, 2003).

No contexto estrangeiro, podem ser destacados: Union Catalogue of Kenya Library and Information Services (KLISC), Catálogo Coletivo Nacional (NUC) com participação de mais de 1.100 bibliotecas nos EUA e Canadá, incluindo a Library of Congress e o WorldCat, catálogo desenvolvido pela Online Computer Library Center – OCLC (2019) de rede mundial de conteúdo e serviços de bibliotecas cooperantes que se dedicam a fornecer acesso a seus recursos na Web.

No Brasil, destacam-se: o Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR (BOLETIM..., 2006) com a finalidade de mapear obras raras em instituições brasileiras para efetuar a transferência de metodologia para tratamento e identificação de acervos raros e o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) de acesso público online que reúne informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nas bibliotecas brasileiras.

Catálogos coletivos nacionais se diferem significativamente de outros catálogos de bibliotecas com respeito a objetivos e serviços e foram criados em uma variedade de mídias, incluindo formato de livro, microforma, cartões e, mais recentemente, bancos de dados eletrônicos em rede (HIDER, 2003). Os catálogos coletivos nacionais impressos foram normalmente organizados por título, autor ou assunto, empregando um vocabulário controlado; já as versões eletrônicas normalmente oferecem suporte a consultas por palavra-chave e sistemas de busca booleana (SUAREZ; WOULDHUYSEN, 2010).

No bojo da Era Digital, fenômenos como Big Data e Redes Sociais, a crescente utilização de dispositivos móveis e tecnologias expoentes, tais como: Blockchain e aplicações de Inteligência Artificial, apresentam desafios e oportunidades para a arquitetura dos sistemas de informação, tais como: à projeção de bibliotecas digitais, bases de dados, OPAC e repositórios, compreendidos como espaços de informação e comunicação, socialmente relevantes e utilizáveis sob a perspectiva de alta qualidade³.

Por analogia ao que explicam Alentejo e Ramanan (2018, p. 220-221, tradução nossa), sob o ideal de controle bibliográfico nacional, tal como as bibliografias nacionais online, o catálogo coletivo nacional na Web oferece utilidade para quatro contextos: 1) Bibliotecas e bibliotecários - desenvolvimento de coleções, evitar dupla tarefa de catalogação, verificação e histórico de publicações e cumprimento do depósito legal. 2) Mercado editorial – relatórios estatísticos da produção editorial de um país e medida de aceitação pelo mercado. 3) Interesse governamental - fornecer evidências do impacto das políticas governamentais em relação aos seus programas e examinar a extensão da autossuficiência de um país na produção das publicações de que necessita. 4) Uso social - fornece informações oportunas sobre coleções disponíveis em um país ao passo que estimula a leitura e contribuir para colmatar o fosso digital.

Em qualquer caso, ambos os produtos oferecem oportunidades de satisfazer necessidades de informação de qualquer público, como muitos outros sistemas de informação na Web costumam

³ Relevância e aplicação de tecnologias para o uso social da informação sob alto padrão de qualidade são diretrizes à pesquisa e aos eventos e publicações do Grupo de Pesquisa R.E.G.I.I.M.E.N.T.O Fonte: <<http://regiimento.blogspot.com/p/publicacoes-do-grupo.html>>.

fazer; no entanto, de modo integrado, o catálogo coletivo nacional permite localização e acesso pontuais a registros de fundos bibliográficos disponíveis de um país (ALENTEJO; RAMANAN, 2018, p. 221).

FRAMEWORKS DE CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL

Para Lynch (1997, p. 451), o catálogo coletivo nacional deve ser apresentado aos seus usuários como um sistema de acesso à informação, gerenciado sob perspectivas de ontologia para controle terminológico, alta qualidade e tecnologias favoráveis.

Isso também significa que ele deve atender a padrões de tempo de resposta razoavelmente rápido e previsível, completude de disponibilidade, confiança e boa comunicação de modo que o usuário possa esperar que seu comportamento seja altamente repetível de sessão para sessão (LYNCH, 1997).

De acordo com Lynch (1997, p. 450), em contraste com abordagens de pesquisa distribuída, o catálogo coletivo online deve permitir garantias em termos de interpretação consistente de consultas - por exemplo, “a aplicação de algoritmos de nomes pessoais e o tratamento de maiúsculas e minúsculas em termos de pesquisa na consulta do usuário”.

A literatura especializada reporta que os modelos de catálogos coletivos nacionais podem ser centralizados ou distribuídos. Das várias maneiras de criação de um catálogo coletivo nacional online, Hider (2003, p. 2) explica que o método tradicional é estabelecer um banco de dados centralizado no qual registros bibliográficos são diretamente criados nele ou indiretamente, onde catálogos locais são depois carregados no catálogo coletivo, ou ainda, em ambos os modos para sua concepção.

Tendo em vista que o esquema de centralização pode ser inconveniente diante do fluxo de trabalho de catalogação, pela dificuldade de alimentar, de modo corrente, todos os registros no catálogo coletivo, os protocolos de transmissão de dados, como o Z39.50, permitem que catálogos locais possam ser vinculados por meio de servidores, criando um catálogo coletivo “on the fly” à medida que as pesquisas online são realizadas.

Hider (2003) aponta a possibilidade de um modelo híbrido com base na aplicação do protocolo Z39.50. E uma vez que Z39.50 é um protocolo de comunicação entre computadores para transferência de dados, desenhado para permitir pesquisa e recuperação de informação com base em arquitetura ‘cliente/servidor’ e operando sob a rede Internet, ele permite um número crescente de aplicações, no entanto, sendo necessária atualização para proporcionar

mudanças das quais os criadores, provedores e usuários de informação necessitam (LIBRARY OF CONGRESS, 2015).

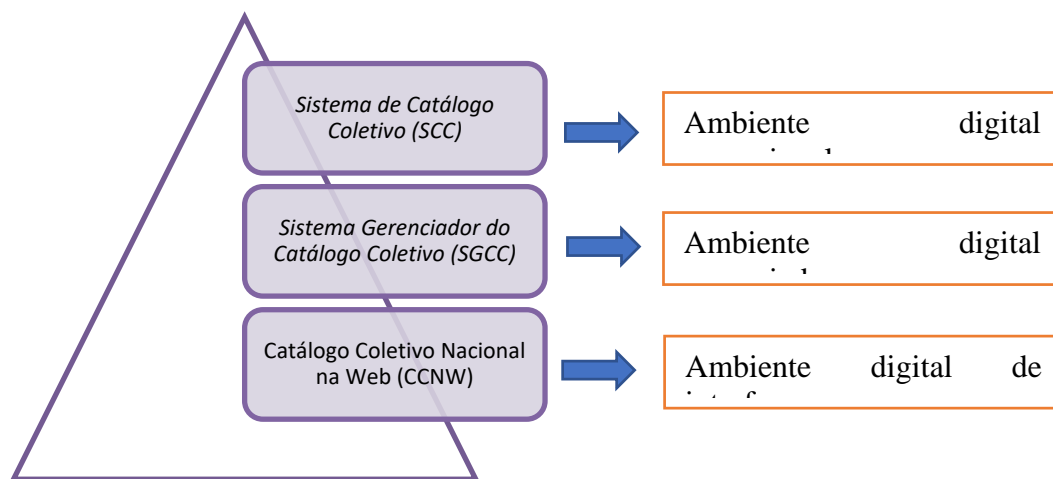
Já o protocolo OAI-PMH juntamente com o padrão de metadados Dublin Core “oferecem uma solução simples para a coleta automática de metadados e sua agregação numa base de dados comum que permita consulta unificada a diferentes acervos” (MARCONDES, 2016, p. 63).

O que permite explorar tecnologias da Web Semântica (joint, 2008) para viabilidade de integração de catálogos digitais publicados na Web, por exemplo, Resource Description Framework (RDF) que viabiliza agregação de sistemas comuns e suas operações por programas gerenciadores de catálogos, tornando possível a publicação de catálogos diretamente na Web (MARCONDES, 2016, p. 64).

Nessas possibilidades, o modelo tecnológico-operacional, administrativo e de informação para o ‘Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação na Web’ pode apresentar as seguintes características: 1) Ser um sistema de informação complexo, disponível na Internet, constituindo-se de grande número de agentes interagentes, onde cada subsistema tem processamentos internos de informações de modo que relações funcionais possam ocorrer entre os subsistemas (BAR-YAM, 2002); 2) Modelo de acesso aberto, podendo ser centralizado e distribuído (híbrido) para comunicação e preservação de dados digitais sobre coleções, serviços e produtos de informação (LYNCH, 1997) Capacidade de interoperabilidade por meio de esquema de metadados e protocolo de coleta de metadados, Z39.50 e OAI-PMH⁴, por exemplo (MARCONDES; SAYÃO, 2001; MACGREGOR; NICOLAIDES, 2005). 4) Tecnologias da Web Semântica e dados abertos interligados (MARCONDES, 2016).

Nessas perspectivas, funcionalidades e interfaces do catálogo coletivo nacional na Web podem ser representadas sob o seguinte modelo de arquitetura:

⁴ Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting

Figura 1: Modelo referencial do catálogo coletivo nacional na Web.

Fonte: os autores (2019).

Enquanto o conceito de catálogo coletivo nacional na Web reflete um sistema abstrato, formado por componentes físicos e virtuais, os conceitos de Sistema de Catálogo Coletivo (SCC) e de Sistema Gerenciador de Catálogo Coletivo (SGCC) caracterizam sistemas de software concretos para operação, gestão e avaliação dos sistemas envolvidos.

Isso significa que, para a arquitetura do catálogo coletivo na Web (CCNW) existe um determinado sistema em operação, o SCC, que por sua vez é baseado em algum tipo de sistema gerenciador, o SGCC.

Nesse sentido, o Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação na Web pode ser visto como uma entidade abstrata que possui funcionalidades graças aos sistemas de software, além das pessoas e organizações envolvidas e do propósito fundamental que é atender à sociedade brasileira.

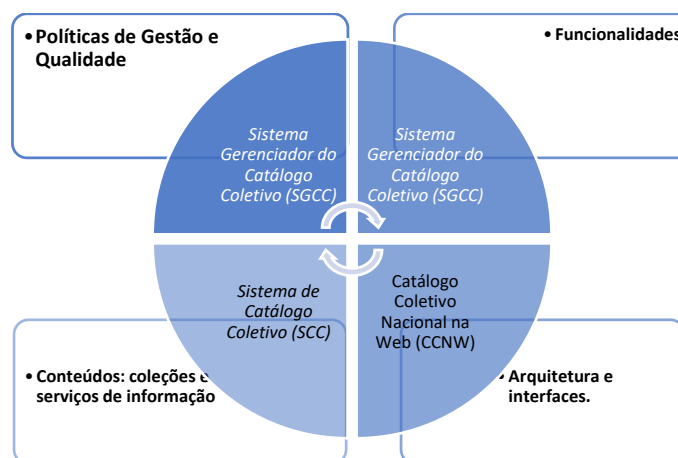
Sob a aplicação da arquitetura da informação, as tarefas de busca, localização, seleção e acesso às informações ocorrem por meio das interfaces que podem ser compreendidas como recursos de mediação entre os usuários do sistema com informações e serviços disponíveis em seu ambiente digital, consubstanciando a noção de experiência do usuário, avaliação da qualidade, medição da eficácia e eficiência do catálogo coletivo.

As interfaces de acesso à informação e utilização de serviços informacionais no CCW devem oferecer oportunidade para que a partir das experiências de usuários com as funcionalidades dos sistemas, usabilidade, controle terminológico produzido pela aplicação de ontologia, relevância do catálogo para a sociedade e a justificativa para sua expansão e continuidade possam ser medidos por métodos avaliativos.

Desse modo, o modelo de arquitetura para o catálogo coletivo nacional na Web depende de um *framework* genérico, no caso, o SGCC e sob um conjunto de conceitos para a representação,

organização e armazenagem da informação no CCNW que por sua vez deve oferecer consistência, compartilhamento, documentação, privacidade e recuperação eficaz de seus conteúdos e os processos podem ser apreciados na figura 2:

Figura 2: *Framework* de conceitos do modelo de arquitetura do catálogo coletivo nacional



Fonte: os autores (2019).

RESULTADOS

O modelo de arquitetura para o ‘Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação na Web’ deve integrar três referências: o sistema de catálogo coletivo, o sistema para a execução de operações que devem caracterizar sistemas de software concretos para operação, gestão e avaliação de seus componentes e interfaces de acesso, manipulação e utilização do catálogo coletivo.

A determinação dos componentes físicos e virtuais dos sistemas operacionais envolvidos deve ser desenvolvida a partir do modelo de referência da arquitetura do catálogo coletivo, como descrito na figura 1; etapa para a próxima fase do projeto.

No contexto da Arquitetura da Informação, o ‘Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação na Web’ pode ser um modelo híbrido, isto é, centralizado e distribuído de modo concomitante, tendo como possibilidade o emprego de protocolos de transmissão de dados, Z39.50 ou OAI-PMH juntamente com o padrão de metadados Dublin Core.

Nesse sentido, o catálogo coletivo nacional deve ser projetado sob perspectivas de infraestruturas administrativa, tecnológicas, informacionais de modo que seu modelo permita a identificação de pontos fortes e fracos e se torne relevante para o âmbito social. As condições para o estabelecimento desse modelo pode ser sumarizado no quadro 1.

Quadro: âmbitos da arquitetura do Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação.

Âmbito Tecnológico	Âmbito Administrativo	Âmbito Social
Determinação de software gerenciador do catálogo coletivo nacional.	Determinação metodológica de ontologia para o controle terminológico.	Proporcionar alta qualidade e tecnologias favoráveis para os usuários finais.
Determinação do sistema de recuperação da informação.	Metodologia de aplicação do sistema de recuperação da informação.	Aproveitamento das experiências dos usuários para efetuar correções e melhoramentos.
Determinação de software do catálogo coletivo nacional.	Determinação das coleções e serviços de informação a serem compartilhados.	Garantir a usabilidade do sistema.
Descrição de <i>framework</i> sobre formatos de catálogos online.	Dados sobre coleções a serem compartilhados.	Participação dos usuários para avaliação de pontos fortes e fracos do sistema.
Determinação das características e tipos de mecanismos de pesquisa sob esquema de metadados.	Planejamento de serviços online adaptáveis para o catálogo coletivo nacional.	Contribuição para ações de estímulo à difusão do livro, à promoção da leitura e à pesquisa.
Avaliação de protocolos de transmissão de dados bibliográficos.	Adesão de bibliotecas e instituições de informação brasileiras.	Valorização às bibliotecas e cultura brasileiras como parte da missão e valores do 'Catálogo Coletivo Brasileiro de Bibliotecas e Serviços de Informação na Web'.
Fonte: os autores (2019).		
Requisitos para seleção e emprego de aplicativos Web Semântica e Linked Data para o modelo de catálogo coletivo nacional.	Avaliação do custeio necessário sobre formatos de catálogos coletivos online.	Avaliação de pontos fortes e fracos a partir

No que se refere aos aspectos de gestão, um catálogo coletivo nacional na Web é concebido como um grupo de instituições independentes que de forma volitiva e cooperada podem oferecer suporte a um conjunto de serviços comuns e padronizados.

Sob o ponto de vista gerencial, catálogos coletivos na Web atuam embasados no compartilhamento de catálogos de coleções, na cooperação de equipes, na convergência e integração de serviços, práticas e procedimentos de controle terminológico e de preservação digital, dos processos de apresentação, compartilhamento e difusão do patrimônio bibliográfico nacional e preservação digital dos registros bibliográficos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à arquitetura de um catálogo coletivo nacional online, a literatura examinada demonstra dois modelos: um baseado na centralização e outro com base na distribuição. Em ambos os casos, se faz necessário avaliar os recursos gerenciais, informacionais e tecnológicos à concepção de seu modelo que deve ser testado e avaliado.

Vale ressaltar que o tema ‘catálogo coletivo nacional’ está longe de ser obsoleto. Pois, os catálogos coletivos na Web complementam os modelos emergentes de pesquisa distribuída, oferecendo funcionalidades, qualidade, desempenho e características de gerenciamento substancialmente diferentes de outros sistemas (MACGREGOR; NICOLAIDES, 2005; SUAREZ; WOULDHUYSEN, 2010).

Em relação a proposta de catálogo coletivo nacional na Web, busca-se um modelo referencial de arquitetura que possa estar conectado a aspectos de economia pública, comunicação, intercâmbio, difusão e contribuição para a preservação do patrimônio bibliográfico, serviços e produtos de informação, incentivo à pesquisa, à leitura e à promoção de sentimentos cívicos em relação a valores culturais, científicos e tecnológicos brasileiros.

Numa perspectiva de gestão, a literatura consultada sumariza a concepção do catálogo coletivo relativo a fatores que devem ser considerados durante seu planejamento; por exemplo, sua arquitetura, a escolha de recursos necessários para a distribuição de catálogos, adesão de bibliotecas participantes e dados sobre coleções a serem compartilhados.

Em termos técnico e tecnológico, a literatura também evidencia que o planejamento de recursos deve envolver recursos e instrumentos disponíveis e padronização da comunicação da informação sob a premissa de economia de custos, efeito de eficiência, padrões de qualidade para modelos de catálogo coletivo na Web.

Nesse contexto e a partir do exame à literatura especializada, os recursos gerenciais, informacionais e tecnológicos analisados permitem descrever o modelo para a constituição da arquitetura do catálogo coletivo na Web com base na determinação de um sistema de catálogos em operação e seu sistema gerenciador. O que deve ser mensurado nas próximas etapas de pesquisa para projetar protótipo gráfico a ser testado.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJO, Eduardo da Silva; RAMANAN, T. National Bibliography in Brazil and Sri Lanka in Digital Age: a comparative study. **Qualitative and Quantitative Methods in Libraries Journal**, [Limerik], v. 6, n. 2, p. 217-227, June 2017. Disponível em: <http://qqml-journal.net/index.php/qqml/article/view/402/396>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- BAR-YAM, Y. General Features of Complex Systems. *In: Encyclopedia Life Support Systems*. Paris: UNESCO, 2002. v. 1, não paginado. Disponível em: <http://www.eolss.net/sample-chapters/c15/E1-29-01-00.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- BARRETO, A. A. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramZero**, [Rio de Janeiro], v. 9, n. 2, abr. 2008.
- BOLETIM INFORMATIVO DO PLANOR. Editorial. Rio de Janeiro, ano 10, n. 14, 2016. Disponível em: http://planorweb.bn.br/BoletinsPLANOR/Planor_Boletim14.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.
- CARTAXO, Mac Amaral; BASÍLIO, Flávio Augusto Corrêa; DUQUE, Cláudio Gottschalg. Arquitetura da informação para uma economia da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 34–59, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35675>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CASTELLS, Manuel. Internet e Sociedade em Rede. *In: MORAES, D. (org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255 – 287.
- LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.
- DOWNS, Robert B. Union Catalogs in the United States. **The Library Quarterly Journal**, Chicago, v. 14, n. 1, p. 72-74, 1944.
- FEATHER, John; STURGES, Paul (ed.). National Union Catalogues. *In: International Encyclopedia of Information and Library Science*. 2nd Ed. London: Routledge, 2003. p. 68-70. Disponível em: http://mlisuok.weebly.com/uploads/2/6/9/0/26907671/international_encyclopedia_of_information_and_library_science.pdf. Acesso em: 2 jun. 2019.

GONÇALVES, Marcos André. **Streams, Structures, Spaces, Scenarios, and Societies (5S): A Formal Digital Library Framework and Its Applications**. Blackburg, VI: Faculty of the Virginia Polytechnic, Institute and State University, 2004.

HIDER, Philip. The bibliographic advantages of a centralised union catalogue for ILL and resource sharing. *In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 69th, 2003, Berlin. Proceedings [...]*. Berlin: IFLA General Conference and Council, 2003. p. 1-18. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla69/papers/120e-Hider.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

INGWERSEN, Peter. **Information Retrieval Interaction**. London: Taylor Graham. 1992.

JOINT, Nicholas. The practitioner librarian and the semantic web: *ANTAEUS. Library Review*, London, v. 57, n. 3, p.178-186, 2008.

LIBRARY OF CONGRESS. Z39.50. Whashington, DC: International Standard Maintenance, 2015. Disponível em: <http://www.loc.gov/z3950/agency/>. Acesso em: 2 maio 2019.

LYNCH, Clifford A. Building the Infrastructure of Resource Sharing: Union Catalogs, Distributed Search, and Cross-Database Linkage. *Library Trends*, London, v. 45, n. 3, p. 448-461, Winter 1997. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/4817438.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

MACGREGOR, G.; NICOLAIDES, F. Towards improved performance and interoperability in distributed and physical union catalogues. **Program: electronic library and information systems**, Waynesville, v. 39, n. 3, p. 227-247, 2005.

MARCONDES, Carlos Henrique. Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 61-83, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/38363>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 24-33, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/18338>. Acesso em: 4 maio 2019.

OLINTO, Gilda. Dimensões e medidas de acesso e uso da internet: múltiplas abordagens e evidências sobre o Brasil. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 428-449, dez. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/63409>. Acesso em: 16 maio 2019.

ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. **What is WorldCat?** Dublin, Ohio, 2019. Disponível em: <https://www.worldcat.org/whatis/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

OPPENHEIM, C.; SMITHSON, D. What is the hybrid library? **Journal of Information Science**, London, v. 34, n. 1, p. 577-590, Aug. 2008.

R.E.G.I.I.M.E.N.T.O. **Grupo de Pesquisa em Arquitetura da Informação, Linguística Computacional e Multimodalidade, Mídias e Interatividade**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://regimento.blogspot.com/p/pesquisadores-e-tecnicos.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P; ARANGO, J. **Information Architecture: For the Web and Beyond**. 4. ed. Sebastopol: O'Reilly, 2015.

RODRIGUES, Anielma Maria Marques; PRUDÊNCIO, Ricardo Bastos Cavalcante. Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. ½, não paginado, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16516>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. 3.ed. São Paulo: Sumus, 2009.

SOCIEDADE da Informação no Brasil: Livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

SUAREZ, Michael F. S. J.; WOULDHUYSEN, H. R.. **The Oxford Companion to the Book**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

A INFORMAÇÃO COMO OBJETO INTELECTUAL DA ARQUIVOLOGIA PÓS-MODERNA: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Rosale de Mattos Souza ¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, <http://orcid.org/0000-0002-5302-5629>, rosaledemattossouza@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa apresentar os diversos tipos de representações da informação na Arquivologia, observando uma ausência de precisão na apresentação do termo e do conceito de informação. Existem aspectos que circundam a teoria e a epistemologia da Arquivologia, relacionada de forma interdisciplinar com a Ciência da Informação – CI. Na contemporaneidade, vimos mudar os paradigmas na Arquivologia, de um aspecto considerado positivista, de uma Arquivologia Clássica, que deu enfoque a objetos materiais, tais como o Arquivo, como instituição, conjuntos documentais e documentos, para uma mudança de paradigma, passando a ter como objeto intelectual a informação. Atualmente, a Arquivologia vem sendo impactada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, passando a considerar como parte de suas pesquisas os sistemas de informação. Utilizamos no aspecto teórico-metodológico, o método exploratório, ou seja, de levantamento de literatura. No aspecto empírico da pesquisa, usamos categorias analíticas de informação nas suas diferentes acepções e conceitos: informação arquivística, informação orgânica, informação orgânica registrada, informação como processo, informação científica, informação e memória. Este trabalho foi realizado por intermédio da busca desses termos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior - CAPES, de forma comparativa, verificando a incidência quantitativa e qualitativa dos termos na produção científica da área nos últimos dez anos. Já a Arquivologia Pós-moderna vem contribuindo para esta nova perspectiva assinalando que o conhecimento não é absoluto, existem Arquivologias e não apenas uma única Arquivologia, pois varia conforme os países e correntes de pensamento, que atribuem sentido às representações dos objetos e informações do campo da Arquivologia; que ora é vista como ciência, ora é vista como disciplina e ainda como uma técnica, mas constatamos a dificuldade de consenso na atribuição terminológica do objeto informação nesta área de conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologia; Arquivologia Clássica; Arquivologia Pós-Moderna; Informação arquivística; Informação Orgânica.

Abstract: This paper aims to present the various types of information representations in Archivology, noting the lack of precision in the presentation of the term and the concept of information. There are aspects that surround the theory and epistemology of Archivology, interdisciplinarily related to Information Science - IC. In contemporary times, we have seen the paradigms in Archivology change from a positivist aspect, from a Classical Archivology, which focused on material objects, such as the Archive, as an institution, documentary sets and documents, to a paradigm shift, now having as intellectual object the information. Currently, Archivology has been impacted by Information and Communication Technologies, starting to consider as part of its research information systems. We used in the theoretical-methodological

¹ Arquivista na Universidade Federal Fluminense – Coordenação de Arquivos – SDC - UFF ; Professora Adjunta na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Chefe do Departamento de Arquivologia da UNIRIO, Mestre e Doutora em Ciência da Informação pelo convênio UFRJ ECO IBICT, Especialista em História do Brasil pela UFF.

aspect the exploratory method, ie, literature survey. In the empirical aspect of the research, we use analytical categories of information in their different meanings and concepts: archival information, organic information, registered organic information, information as a process, scientific information, information and memory. This work was accomplished through the search of these terms in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), of the Coordination of Improvement of Higher Education - CAPES, comparatively, verifying the quantitative and qualitative incidence of the terms in the scientific production of the area in last ten years. Postmodern Archivology has contributed to this new perspective by pointing out that knowledge is not absolute, there are Archivologies and not just a single Archivology, as it varies according to countries and currents of thought, which give meaning to the representations of objects and field information. of Archivology; which is sometimes seen as a science, sometimes seen as a discipline and still as a technique, but we find it difficult to agree on the terminological attribution of the information object in this area of knowledge.

Keywords: Epistemology; Classical Archivology; Postmodern Archivology; Archival information; Organic Information.

INTRODUÇÃO

A terminologia, a metodologia, os termos, conceitos, e os objetos são determinantes para a consolidação científica de uma área de conhecimento. Existem aspectos que circundam a teoria e a epistemologia da Arquivologia, relacionados de forma interdisciplinar com a Ciência da Informação – CI. Este trabalho é fruto de uma experiência didática em disciplina de Arquivologia e Ciência da Informação e visa apresentar os diversos tipos de representações da informação na Arquivologia, observando uma ausência de precisão na apresentação do termo e do conceito de informação. A falta de consolidação quanto aos objetos da Arquivologia se refletem em alguns teóricos, que vêem os objetos da seguinte forma, como por exemplo, segundo Bellotto (2005, p.5) existem objetos físicos, tais como os Arquivos, o conjunto documental, o documento e o objeto intelectual que é a informação.

O objeto intelectual da Arquivística é a informação, ou mais precisamente os dados que possibilitam a informação. [...] Por outro lado, é possível considerar três tipos de objetos físicos: o arquivo, quer dizer, os conjuntos documentais produzidos, recebidos e acumulados por entidades públicas e privadas no exercício de suas funções, conjuntos documentais sobre os quais a arquivística vai aplicar sua teoria, metodologia e práxis para chegar a seus objetivos. [...] O documento em si mesmo, enquanto indivíduo, ainda que possa parecer um paradoxo, porque a Arquivística se ocupa, sobretudo, sobre o conjunto orgânico de documentos. Em realidade, se não conhecem em sua natureza e elementos, os integrantes de seus conjuntos, quer dizer, os documentos indivíduos, não se poderá conhecer na totalidade. [...] O arquivo como entidade tem como outro objeto a instituição arquivística, e assim provê metodologias também para a administração de recursos humanos, financeiros, materiais e documentais. (BELLOTTO, 2005, p.05)

Desta forma, os arquivos, documentos e informações possibilitam inquietações individuais e sociais diversas. A informação é produzida nos documentos e em seus arquivos, refletindo o órgão produtor, sua gênese, sua missão, suas atribuições, competências, e atividades. A

informação é organizada e organizadora nos sistemas de informação, revelando os sentidos que são produzidos através dos seus signos (significante + significado).

Existem aspectos relacionados com o poder dos arquivos e dos documentos. Os arquivos são locais de comando, controle, normas e poder, conforme o que nos contou Derrida (2000) sobre os arcontes na antiguidade clássica que interpretavam as leis.

[...] A informação não pode ser pensada fora de um contexto social. Ou fora de uma organização. Ela é essencialmente relacional e portanto, organizativa e organizadora. Sua mensagem ou sentido dependem da relação entre emissor e receptor. É essa relação, a intenção do emissor e a compreensão do observador que podem atribuir significado, qualidade, valor ou alcance à informação. Ela se define socialmente, no desejo de saber de uns; no interesse de outros em reforçar imagens, sentidos, mensagens, conhecimentos; no desvendamento daquilo que se ocultou; na resposta às questões que se elaboram quando da tomada de decisões. (ALMINO, 1986, p.35-36).

Houve uma quebra de paradigma no objeto da Arquivologia a partir do final do século XX. Segundo JARDIM; FONSECA (1992, p. 40) "O objeto da arquivística tem se deslocado da categoria arquivos para outras, como documentos arquivísticos, e mais recentemente para informação arquivística."

Historicamente a Ciência da Informação tem privilegiado a informação relativa ao conhecimento científico e tecnológico, enquanto a arquivística aborda toda a informação contida nos registros materiais organicamente produzidos, resultantes das atividades humanas. A informação científica e tecnológica de natureza arquivística, não tem sido porém, frequentemente estudada pela Ciência da Informação. (JARDIM; FONSECA, 1992, p. 41)

Houve uma mudança de paradigma do documento para a informação no final do séc. XX, mas existem movimentos de um neodocumentalismo, tanto na Arquivologia como na Ciência da Informação.

[...] Os contextos de produção de arquivos não permitem o uso exclusivo da categoria informação como objeto, já que o seu registro material o documento é intrinsecamente informativo, do ponto de vista, por exemplo, do ponto de vista jurídico ou probatório, isto não impossibilita porém, que a informação seja estudada como objeto da arquivística. Na Ciência da Informação a tendência observada é no sentido de observar a informação, lato sensu, como seu objeto. No entanto, este objeto parece não contar ainda com uma consolidação teórico-conceitual de maneira a constituir um paradigma. [...] (JARDIM; FONSECA, 1992, p. 40)

Foram utilizados nesta pesquisa, além dos métodos exploratório e de revisão de literatura na Arquivologia e na Ciência da Informação, a aplicação de método empírico de levantamento do quantitativo e qualitativo de categorias de informação e de outros objetos da Arquivologia, demonstrando a polissemia de termos e conceitos utilizados, demonstrando que tanto a Arquivologia quanto à Ciência da Informação são áreas em construção, necessitando de consolidação de sua terminologia e epistemologia.

METODOLOGIA

Foi realizada uma metodologia teórico-metodológica, com uma revisão de literatura, numa pesquisa exploratória relacionada com a epistemologia da Arquivologia e da Ciência da Informação, em particular correntes de pensamento da Arquivologia Clássica e da Arquivologia Pós-moderna. Houve o levantamento de literatura quanto aos conceitos de informação na Arquivologia e na Ciência da Informação.

No aspecto empírico da pesquisa, usamos categorias analíticas de informação nas suas diferentes acepções e conceitos, de forma qualitativa e quantitativa aplicadas à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior - CAPES, de forma comparativa, verificando a incidência quantitativa e qualitativa dos termos na produção científica da área nos últimos dez anos. Portanto, observou-se no BDTD da CAPES as seguintes categorias analíticas: informação arquivística, informação orgânica, informação orgânica registrada, informação como processo, informação científica e tecnológica, informação e memória, informação social. Estas metodologias são importantes para demarcarem o que vem sendo representado na produção científica da área de Arquivologia e Ciência da Informação sobre o objeto informação, nas suas mais diversas acepções. Além disto, destaca-se que é preciso delimitar o objeto em função do acesso à informação e dos Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs)

REVISÃO DA LITERATURA

Na Arquivologia Clássica se tem como representantes o Manual dos Arquivistas Holandeses de 1898, Sir Hilary Jenkinson anos 1920, Theodore Roosevelt Schellenberg, anos 1950 e 1960 entre outros. Na Arquivologia Clássica trata-se de uma disciplina auxiliar da História, na qual os documentos falam por si, independente da interpretação dos historiadores e que têm os documentos e os arquivos como objetos.

Na contemporaneidade, vimos mudar os paradigmas na Arquivologia, de um aspecto considerado positivista, de uma Arquivologia Clássica, que deu enfoque a objetos materiais, tais como o Arquivo, como instituição, conjuntos documentais e documentos; para uma mudança de paradigma na Arquivologia Pós-moderna, que se aproxima da Ciência da Informação, de forma interdisciplinar, passando a ter como objeto intelectual a informação. Temos exemplos de autores representantes desta perspectiva contemporânea, principalmente a corrente inglesa, canadense, e holandesa, assim como Hugh Taylor, Carol Couture, Rousseau, Terry Cook e Theo Thomassen, respectivamente, entre os anos de 1980 a 2010.

Numa síntese de modos de pensar o (s) objeto (s) no que se refere a Arquivologia por países e autores Schmit (2015, p. 187 - 205) levantou os seguintes aspectos: No século XX como a ciência dos arquivos pela definição de Eugênio Casanova (1928), Archive Science por Jenkinson (1922). Para Mendo Carmona (2004) o objeto da Arquivologia é conjunto orgânico de documentos dentro do contexto de produção. Para outras teóricas espanholas como Maria da Paz Martin Pozuelo Campillos (1996) o objeto da Arquivística são os arquivos, como conjunto de documentos com valores e funções, que se modificam com o tempo, que vão de valores administrativos a culturais. Para Antonia Heredia Herrera (1993) há a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia: arquivos, documentos de arquivo e informação. Para Duranti o registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental e no contexto dos documentos eletrônicos (Duranti , 1994). Para os portugueses Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva (1999, 2002, 2003), na perspectiva da Arquivologia Pós-custodial o que se tem como objeto é a informação social; Informação Orgânica e Informação institucional para os canadenses Carol Couture e Rousseau (1998); Process – BoundInformation para o holandês Theo Thomassen (1999).

Tabela 1

Da Modernidade à Pós-modernidade na Arquivologia

A Modernidade e a Arquivologia	Na Arquivologia Pós-Moderna
Revolução Francesa; Iluminismo; Séc. XVIII	Início no fim da Guerra Fria (anos 80 do séc. XX) até atualmente;
Pensamento linear e cartesiano;	Pensamento fragmentado; o conhecimento não é absoluto;
De uma visão nacionalista do Século XIX, imperialista e dominante;	Quebra de barreiras territoriais e culturais / Globalização nos sécs. XX e XXI;
De uma visão da Arquivologia	Diversas visões da Arquivologia;
História narrativa	História como narrativa ficcional;

Arquivologia positivista voltada para princípios como dogmas. Objetos são tangíveis, tais como, Arquivo, Conjunto Documental, documentos.	Arquivologia com quebra de paradigmas, questionando os objetos, adaptação dos princípios e metodologias (funções arquivísticas) às novas tecnologias da informação e da comunicação; tais como: multiproveniência, macroavaliação, o contexto atrás do texto, crítica à noção de imparcialidade, estudos de usuários, uso de Sistemas de Recuperação da Informação – SRI(s); acesso à informação, direito à informação, entre outros aspectos.
---	--

SOUZA (2019)

Neste trabalho de pesquisa, a palavra informação como objeto de reflexão na Ciência da Informação se reporta a diversos conceitos e concepções, distribuídos em correntes teóricas, entretanto neste trabalho de pesquisa iremos elencar apenas alguns dos autores que são significativos, tais como, Paul Otlet e La Fontaine como os fundadores da Bibliografia e da Documentação no final do Séc. XIX e início do Séc. XX. Os autores se preocuparam em definir documento e documentação como artefatos, objetos que denotassem as atividades humanas como modelos construídos para representar textos e ideias.

(Otlet, 1934) se importou com o suporte documental em seus mais diversos gêneros e tipos, considerando o conteúdo existente nos mesmos (a questão da “informação”). A Diplomática é discurso comum de todas as influências do século XIX recebidas por Otlet. É importante pensar qual Diplomática pode ser discutida na fundação do campo científico das duas áreas de forma interdisciplinar, tanto da Arquivologia quanto da Ciência da Informação. No futuro poderemos buscar as pistas que revelam a relação entre a Diplomática e Bibliografia, pesquisando principalmente a Diplomática em seu livro “*Traité de Documentation*” de 1934. Ele procurou disseminar o conhecimento de forma universal por meio de resumos de monografias e documentos em fichas, pela normalização da informação, de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU), pensou na democratização da informação por meio da técnica de análise e síntese dos documentos e sua disseminação, promovendo a criação do Instituto Internacional de Bibliografia ou do Repertório Bibliográfico Universal (RBU). Interessante

² OTLET, Paul. *Traité de Documentation*. Le Livre sur le livre. Bruxelles: Mudaneum - Palais Mondial, 1934.

observar em livro publicado pela Fundação Getúlio Vargas em contrato com a USAID, por meio de textos reunidos por Jameson, (1964) do Sul da Califórnia, no qual o organizador fez a inclusão de artigo sobre documentos administrativos por Otlet³. O autor nesse artigo tratou de uma rede de arquivos administrativos, invocando para os arquivos as funções de direção, comando e controle à semelhança de um navio:

Um problema propõe-se: O Arquivo Universal. Tal arquivo pode ser concebido pela Documentação administrativa, da mesma maneira pela qual a Documentação Mundial é concebida pela Documentação científica. Seria ele, também, uma estrutura destinada a receber todos os dados, manuscritos, dactilografados, estenografados, em “stencil” ou impressos, que digam respeito à mesma Administração. [...] O Arquivo Universal seria o instrumento unitário indispensável a uma administração desejada eficiente, progressista e coordenada. Seria o meio do qual se utilizaria para conceber nitidamente, os princípios, o método, o plano de ação; seria o meio de exercer sua direção, sua impulsão e seu controle sobre todos os ramos e sobre os funcionários que lhes forem necessários. O Arquivo conduziria ao equipamento de uma verdadeira “cabine de direção”, colocando à disposição dos chefes a aparelhagem que outras cabines de comando e de pilotagem (navios, avião, “dispatching system”, quadros das centrais elétricas) nos fazem imaginar. (OTLET, 1964, p. 15)

Contudo, uma discípula de Paul Otlet (1934), Suzanny Briet (1951), teve a concepção de documento a partir do referente, tal como, a estrela do céu, o antílope, vendo o documento como um segundo momento, uma elaboração posterior, uma construção de um novo objeto – o documento.

Antes mesmo de se falar em documento primário é preciso estabelecer quando algo torna-se documento, já que isso, também tem implicações para o documento secundário. E essa perspectiva é necessária para quaisquer áreas. Compartilhamos da visão de que algo passa a ser documento quando se vê, no objeto inicial, um significado especial. O documento aqui transforma-se em um signo. (Propomos aqui, uma maior precisão ao termo “signo” em relação àquele de Briet. A condição de signo já corresponde a uma atribuição da razão, uma organização, sendo portanto impróprio falar em signos concretos). A fotografia é um signo à medida que resulta de uma apreensão do real sob forma perspectivada pela técnica. O Antílope (BRIET, 1951) é signo quando observado a partir de um deslocamento de sua primeira condição, [...] (LARA, 2010, p. 35-36)

Segundo Briet (1951, p. 51) definiu o documento da seguinte forma “[...] qualquer indicação simbólica ou concreta, preservada ou gravada, para reconstrução ou como prova de um fenômeno, seja ele físico ou mental.[...]”

Segundo (ARAÚJO, 2018) [...] a seguir, em 1958, ocorreu nos Estados Unidos a Internacional *Conference on Scientific Information*. Pouco depois, em 1961 e 1962, ocorreram dois encontros denominados *Conferences on training science information specialists no Georgia Institute of Technology* – eventos considerados fundadores da ciência da Informação. Por extensão, assinalamos o surgimento de correntes de pensamento da Ciência da Informação, que na sua maioria tiveram um enfoque funcionalista e positivista no século XX, que visavam à organização, a transferência e a recuperação da informação nas Bibliotecas. Hoje são muitas

³ OTLET, Paul. A Documentação Administrativa. In: JAMENSON, Samuel H. *Administração de Arquivos e Documentação*. Rio de Janeiro: FGV USAID. 1964.

formas e mais de 50 conceitos de informação, mas a informação para a Ciência da Informação é de ciência e tecnologia, numa perspectiva predominantemente anglo-saxônica.

Existem formas de pensar a informação na Ciência da Informação, que são tangíveis e intangíveis. Destaca-se o ponto de vista de Buckland (1991), tratou a informação como coisa, como processo, e como conhecimento, conforme a seguir:

[...] Informação-como-processo: Quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido, “informação” é o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “ novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa” (Oxford English Dictionary, 1989,v7,p. 944) [...]

Informação-como-conhecimento: “ Informação é também usado para denotar aquilo que é percebido na “ informação-como-processo”: o” conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias” (Oxford English Dictionary, 1989,v.07, p. 944). A noção de que informação é aquela que reduz a incerteza poderia ser entendida como um caso especial de informação como conhecimento”. [...]

Informação- como-coisa: O termo informação é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “ informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo. (Oxford English Dictionary),1989,v.07, 1946). [...] (BUCKLAND, 1991, p.01 – 02)

Buckland (1991, p.01 – 02) tratou ainda de temas do nosso interesse, tais como, se as informações são tangíveis ou intangíveis, considerando como intangíveis informação como conhecimento e informação como processo, já como tangíveis a informação como coisa, dados e documentos, além desses fatores se preocupou com o conceito de evidência, e quanto aos tipos de documentos. Entretanto, quando trata da informação como coisa relaciona como são comunicadas e expressas (representadas) de uma maneira física: “ [...] qualquer expressão, descrição ou representação seria “informação-como-coisa”[...].

[...]a linguagem possui suas limitações e nós dificilmente podemos dispensar o termo “ informação como coisa” até que seja usualmente compreendido como o significado de “informação”. De fato a linguagem evolui e com a expansão da informação tecnológica, a pratica de relacionar comunicação a bases de dados, livros, e a semelhança com “informação” parece ter se transformado usual, e talvez, uma fonte significativa de símbolos e de objetos simbólicos seja facilmente confundidos com o significado de símbolo. Portanto, “ informação como coisa, qualquer que seja o nome, tem um interesse especial relacionado a informação de sistemas, porque sistemas de informação incluem “sistemas específicos” e sistemas de recuperação podem relacionar-se diretamente com informação neste sentido.[...] (BUCKLAND, 1991, p.01 – 02)

Como objeto tangível, Buckland (1991, p.03) irá alertar sobre a “informação como coisa” é de interesse para sistemas de informação, assinalando a intenção de que usuários sejam bem informados e o que o resultado seja o conhecimento. Neste sentido “qualquer outra representação é necessária em sua forma tangível (código, sinal, dados, texto, filme, etc. e somente representações do conhecimento (e de eventos) são necessariamente “informação-como-coisa”[...]. Porém, alertou para que somente existam sistemas baseados em representações físicas de conhecimento.

A noção de evidência em Buckland (1991, p. 4) é importante para nossa análise, na medida em que os objetos são examinados, tocados e percebidos. Como as opiniões são afetadas pelo

que se lê, vê, ouve e experimenta, tais como, os códigos de direito indicam leis, fotografias mostram pessoas, eventos e lugares, e ainda as fontes documentais diversas. Em cada caso desses a informação como coisa pode ser constatada a evidência.

Evidência é um termo apropriado porque denota algo relacionado à compreensão, algo que, se encontrado e corretamente compreendido possa mudar um saber, uma crença, que diga respeito a algum assunto. Portanto, o termo “evidência” implica passividade. Evidência, assim como informação-como-coisa não faz nada ativamente. Seres humanos fazem coisas com a informação ou para a informação. Examinam, descrevem, e categorizam. Compreendem, interpretam bem ou mal, resumem ou refutam. Podem até falsificá-la, alterá-la, escondê-la ou destruí-la. A essência da evidência é precisamente o que a percepção das pessoas pode alterar aquilo que acreditam que sabem. [...] Definições de evidência nos dicionários incluem “uma aparência de que inferências podem ser esboçadas; uma indicação, marca, sinal, fala, traço... Base para a crença, testemunho ou fatos possíveis de provar ou negar alguma conclusão... Informação, quer na forma de testemunho pessoal, na linguagem dos documentos, ou na produção de objetos materiais, que é dada numa investigação legal (Oxford, English Dictionary, 1989, v.4, p.469). Se alguma coisa não pode ser vista como evidência, então é difícil entender que possa ter alguma relação com a informação. Se tiver um valor no sentido de informação, então poderia ser tomada como evidência de alguma coisa. (BUCKLAND, 1991, p. 04)

Assinalamos que os cientistas da informação Rafael Capurro e Birger Hjørland (2017) vêm desenvolvendo estudos e artigos sobre o conceito de informação e o aspecto da informação social, tendo em vista a Hermenêutica (interpretação) dos documentos.

Para de Chaim Zins (2007), teórico da Ciência da Informação, no artigo *Conceptions of Information Science*, escreveu em um dos quatro artigos que resultaram da aplicação do questionário DELPHI4, sendo parte do estudo sobre Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação, realizado entre 2003-2005.

Ele mapeou as concepções contemporâneas da Ciência da Informação, tendo 28 esquemas de classificação resultantes de 57 pesquisadores, contudo foi delimitada a apresentação dos primeiros 25 conceitos. Essas variações de conceitos da área de Ciência da Informação levam também às diferentes formas de entendimento do seu objeto – Informação.

Portanto, observou-se a ausência de consenso tanto na Arquivologia quanto na Ciência da Informação quanto aos objetos, seus conceitos, termos e suas epistemologias respectivamente.

⁴ “[...] Trata-se de um método que permite descobrir opiniões de especialistas – denominado de painel Delphi – através da realização de uma série de questionários. São apresentadas uma série de proposições específicas aos participantes para que, cada um individualmente, as ordene mediante um dado critério estabelecido. Os resultados depois agregados são entregues aos especialistas, para que possam reformular as proposições apresentadas. O número de rondas laboradas varia de acordo com o grau de consenso atingido pelos especialistas, sendo este consenso entendido a nível individual. [...] Este método distinguiu-se essencialmente por três características básicas, o anonimato, a interação com “feedback” controlado e as respostas estatísticas do grupo. As principais características do método Delphi consistem então, na confrontação frente a frente, a garantia do anonimato de participantes e o uso de ferramentas estatísticas simples para identificar padrões de acordo. Com efeito, uma das grandes vantagens deste método é permitir que as pessoas que não se conhecem, desenvolvam um projeto comum, e sem ter que revelar as suas opiniões uns aos outros, cheguem a um acordo geral sobre uma dada área de interesse. [...] (ZINS, 2007, p.335)

RESULTADOS

Foram levantados dados na metodologia empírica que levou em consideração a produção científica no Brasil, levando em consideração as seguintes categorias: informação social, informação arquivística, informação orgânica, informação orgânica registrada, informação institucional, informação como processo, informação contextual, informação e memória, informação científica e tecnológica, e outros objetos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior – CAPES, conforme a seguir:

Tabela 2

Resultados da pesquisa realizada de termos na (BDTD), da CAPES

Objeto informação	Outros objetos
1144667 - informação científica e tecnológica	64529 - arquivo público
1144653 - informação e memória;	6689 - documento arquivístico
911487 - informação como processo;	80 - arquivista
249179 - informação social;	
100067 – informação orgânica registrada;	
96879 - informação institucional;	
95965 - informação orgânica;	
73336 - informação arquivística;	
75629 - informação contextual;	

SOUZA, (2019)

Quando se pesquisa sobre outras formas de informação sempre aparece ainda aqueles que nomeiam o documento ou o sistema interpreta como a informação arquivística. Há uma maior incidência de pesquisas voltadas para informação científica e tecnológica, informação e memória, seguidas de informação como processo, informação social e informação orgânica registrada. Houve uma menor incidência quantitativa para Arquivo Público e e documento arquivístico, sendo por último o arquivista nas pesquisas desenvolvidas.

CONCLUSÕES

Há uma polissemia de termos e significados de informação na Arquivologia e na Ciência da Informação, que dificultam a identificação de seu objeto intelectual e a consolidação das suas áreas de conhecimento, demonstrando que ainda não há um consenso sobre os objetos de pesquisa, variando conforme a formação e opinião dos autores entre documento e informação, a noção do valor de prova para a Arquivologia e de evidência na Ciência da Informação. Existem termos que são comparáveis nessas duas áreas de conhecimento, tais como informação científica e tecnológica, informação como processo, informação como coisa (que pode ser informação orgânica registrada em seus diferentes suportes documentais), informação como conhecimento e informação social.

A Arquivologia ora é vista como ciência, ora é vista como disciplina e ainda como uma técnica, mas constatamos a dificuldade de consenso na atribuição terminológica do objeto informação nesta área de conhecimento.

A Arquivologia Clássica ou positivista leva em consideração o Arquivo Público, o documento, o conjunto documental e até o arquivista como objetos de pesquisa. A Arquivologia Pós-moderna ou Pós-custodial, vem contribuindo para esta nova perspectiva da informação como objeto intelectual. Assinala-se que o conhecimento não é absoluto, existem Arquivologias e não apenas uma única Arquivologia, pois varia conforme os países e correntes de pensamento, que atribuem sentido às representações dos objetos e informações do campo da Arquivologia, dentro de um contexto orgânico de produção de documentos e informações em entidades públicas ou privadas. Numa quebra de paradigma, influenciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, houve adaptação dos princípios da proveniência para multiproveniência, da avaliação de documentos para a macroavaliação, o contexto atrás do texto, crítica à noção de imparcialidade, de preservação para a migração (emulação de dados), a metodologia (funções arquivísticas), destacando o acesso à informação e o direito à informação na sociedade da informação. A Arquivologia de hoje leva em consideração a informação e os sistemas de recuperação da informação também como objetos, assim como a Ciência da Informação.

Reconhecemos as limitações do trabalho em função de autores de diversas áreas de conhecimento tentarem definir a informação na Ciência da Informação, e não temos a pretensão de esgotarmos o assunto, sinalizando que outras pesquisas sejam realizadas no entorno do objeto informação na Arquivologia, seja ele tangível ou intangível. Contudo, ressaltamos o desenvolvimento da Arquivologia, tendo como objeto a informação e suas variáveis: informação arquivística, informação social, a informação orgânica registrada (documento)

registro, como processo, como conhecimento, da informação científica e tecnológica que vêm se destacando na produção científica no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMINO, João. *O segredo e a informação: Ética e Política no Espaço Público*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986. 117 p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes de Pensamento da Ciência da Informação. Em: *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez. 2009.

_____. *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos/ABRAINFO. 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Archivística, Archivos, Y Documentos*. São Paulo, Associação dos Arquivistas, 2005.

BRIET, Suzanne. (1951) *Que 'est-ce que la documentation. What''s Documentation*. Trad.e Ed. Por Ronald E. Day, Laurent Martinet e Hermina G.B. Anghelescu. Lanham: Sacarecrow. Disponível em <http://info.slis.indiana.edu/~roday/what%20is%20documentation.pdf>. Acesso em 09.05.2017.

BUCKLAND, M. K. Information as Thing. *Journal of the American Society for Information Science. (JASIS)*, v.45, n.5, p. 351-360,1991.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, abr. 2007.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística: Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.*

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê São Paulo*, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, Jacques. *O Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FONSECA, Maria Odila Kahl; JARDIM, Jose Maria. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Cadernos BAD. Revista da Associação portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas*. 1992, p. 29 - 45.

FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LARA, Marilda Lopes Ginez. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS; Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. *Documento: Gênese e Contextos de Uso*. Niterói: Eduff, 2010. p. 35 – 56 (Série Estudos da Informação – v.1)

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *A Arquivologia Brasileira: Busca por uma Autonomia Científica no Campo da Informação e Interloquções Internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

OTLET, Paul. *Traité de Documentation. Le Livre sur le livre*. Bruxelles: Mudaneum - Palais Mondial, 1934.

OTLET, Paul. A Documentação Administrativa. In: JAMENSON, Samuel H. *Administração de Arquivos e Documentação*. Rio de Janeiro: FGV USAID. 1964.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação) São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA, 2012.

SILVA, A. B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, Armando Malheiro. *Das Ciências Documentais à Ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

ZINS, Chaim. Conceptions of Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 58(3):335-350, 2007.

MÉTODO PRAGMÁTICO PEIRCEANO E DETERMINAÇÃO DE DOMÍNIO

Sonia Cristina Bocardi de Moraes¹, Carlos Candido de Almeida²

¹*Doutoranda em Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, SP, <http://orcid.org/0000-0001-7039-6248>, soniamoraesarquitetura@hotmail.com*

²*Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, SP, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlosalmeida@marilia.unesp.br*

Resumo: A Organização do Conhecimento utiliza conceitos para representar o conhecimento a ser recuperado. A delimitação de domínio, dentre as perspectivas epistemológicas para a organização dos conceitos questiona, além da própria definição de conceito, a maneira como cada grupo social aplica a restrição do domínio para tratamento e recuperação da informação. Para a representação de um documento a formalização contempla múltiplos aspectos, propondo pontos de vista possíveis, de modo a viabilizar vários interpretantes. O objetivo do trabalho é ressaltar este aspecto do Método Pragmático e sua concordância com as análises e determinação de domínio em sua característica Ética de busca do conhecimento, vistas à maneira peirceana. Tanto nos processos de organização do conhecimento que envolvem indexação, quanto na análise de grande volume de dados na rede de computadores, procedimentos usando o método pragmático são passíveis de utilização enquanto abordagem de estruturação. O Método Pragmático de Charles S. Peirce (1839-1914) oferece um tratamento Ético de determinação da conduta, dentro do método científico que tem na Semiótica a maneira de viabilizar o processo. Em primeiro lugar será vista a caracterização de Conceito na organização do conhecimento, e discutida e as maneiras pelas quais a Ciência de Informação se vale desta descrição para a articulação dos signos, de maneira a promover a recuperação da informação e a forma como isto pode formalizar um domínio. Em segundo lugar quando a rede de computadores recolhe dados específicos, dentro da grande variedade oferecida pelo múltiplo acesso de usuários, a relação entre eles é feita com vistas a um objetivo específico, uma vez que uma correlação é criada. Mais do que a explicação contida na Gramática Especulativa para a articulação dos signos, dentro das Ciências Normativas, conjuntamente com Ética e Estética, a Semiótica através da mediação dos signos faz a condução da significação dentro do Método Pragmático. Desta maneira é possível contemplar cada etapa de enfoque da informação, uma vez que o bem estético tem uma ética que é apropriada, em cada situação a ser desempenhada. De forma semelhante à organização do conhecimento, quando dados são correlacionados em quantidade e qualidade é a mesma determinação ética com vistas a um objetivo de caráter estético aquilo que é corporificado quando a correlação é formada. A reunião de dados em um Domínio é uma condução Ética que visa determinar um campo Estético direcionando o comportamento, guiando a pesquisa dentro daquela delimitação praticada

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Análise de domínio; Informação; Pragmatismo Peirceano; Ética Peirceana.

Abstract: The Knowledge Organization uses concepts to represent the knowledge to be recovered. The delimitation of domain, among the epistemological perspectives for the organization of concepts, questions, beyond the definition of concept itself, the way each social group applies the restriction of the domain for treatment and retrieval of information. For the representation of a document the formalization contemplates multiple aspects, proposing

possible points of view, in order to make possible several interpretants. The objective of this paper is to highlight this aspect of the Pragmatic Method and its agreement with the analysis and determination of domain in its characteristic of Ethics of knowledge search, seen in the Peircean way. Both in the processes of knowledge organization involving indexing and in the analysis of large data in the computer network, procedures using the pragmatic method are usable as a structuring approach. Charles S. Peirce's Pragmatic Method (1839-1914) offers an ethical treatment of conduct determination, within the scientific method that has in Semiotics the way to make the process viable. Firstly, the characterization of Concept in the knowledge organization will be seen, and discussed and the ways in which Information Science uses this description for the articulation of signs, in order to promote the retrieval of information and how it can formalize a domain. Second, when the computer network collects specific data, within the wide range offered by multiple user access, the relationship between them is made for a specific purpose once a correlation is created. More than the explanation contained in the Speculative Grammar for the articulation of signs within the Normative Sciences, together with Ethics and Aesthetics, Semiotics through the mediation of signs drives the meaning within the Pragmatic Method. In this way it is possible to contemplate each stage of information approach, since the aesthetic good has an ethics that is appropriate in each situation to be performed. Similarly to the organization of knowledge, when data is correlated in quantity and quality, it is the same ethical determination for an aesthetic purpose as what is embodied when the correlation is formed. The gathering of data in a domain is an ethical conduct that aims to determine an aesthetic field directing the behavior, guiding the research within that practiced delimitation.

Keywords: Knowledge Organization; Domain analysis; Information; Peircean pragmatism; Peircean Ethics

INTRODUÇÃO

As múltiplas disciplinas componentes da Ciência da Informação implicam uma multiplicidade de aspectos epistemológicos. Organizar o conhecimento em diferentes dimensões e níveis de complexidade implica em modelos não reducionistas e multidimensionais (BUFREN, 2013, p.2). O conhecimento é construído diante de múltiplas dimensões que são: epistemológica, teórica, prática, morfológica, ética e política (BUFREN, 2013). A variedade de dimensões e aspectos objetiva determinar uma abrangência de perspectivas para o assunto, e propor mediante a dimensão enfocada a melhor adequação à cada categoria que foi abordada na argumentação componente do documento. A construção de um documento científico e informação contida nele implicam na contemplação das múltiplas dimensões que vão dar consistência ao argumento, com o assunto de acordo com o objetivo do autor, mostrado na sequencia argumentativa até a conclusão.

Para a definição da entrada de assunto em processos de indexação é de fundamental importância a palavra ou termo para a caracterização de um conceito. Historicamente dar nome

aos seres e este nome caracterizar aquilo que é designado, é discussão da filosofia. A tradição de pensadores contempla as visões empiristas, racionalistas, idealistas, historicistas e pragmatistas (HJORLAND, 2009, p. 1523).

Organização do Conhecimento como campo de estudo diz respeito à natureza e qualidade de tais processos (descrição de documento, indexação e classificação) de organização do conhecimento (POC), bem como aos sistemas de organização do conhecimento (SOC) utilizados para organizar documentos, representações de documentos, obras e conceitos. (HJORLAND, 2008, p. 88)

Ao oferecer uma perspectiva teórica para informar escolhas aos usuários que objetivam acesso à informação a Análise de Domínio (AD) agrega subdisciplinas como bibliometria, organização do conhecimento e recuperação de informação. A Análise de Domínio satisfaz a capacidade de compreensão de uma teoria para a Ciência da Informação (HJORLAND, 2003, p.17) porque oferece, na visão do autor, frutíferos horizontes para a Ciência da Informação quando claramente os focos de pensamentos ou discurso de comunidades são formulados. Os modos específicos para estudar domínios, que definem conjuntamente as competências específicas dos cientistas da informação mostram focos especializados destas capacidades de cada grupo serem contemplados pelo domínio ao qual se destinam os grupos de assuntos correlatos, em organização que favoreça o acesso ao conhecimento. A abordagem de um domínio em 11 maneiras diferentes dá um panorama das possibilidades de delimitação dos campos de assuntos a serem contemplados (HJORLAND, 2003, p.17)

Na análise de documentação para organização, indexação e recuperação, múltiplas perspectivas são contempladas. A análise de domínio é de fato uma especificação desta capacidade de oferecer com maior acerto a informação ao grupo ao qual ela se destina, para a recuperação do conceito numa etapa posterior. Isto não implica na dissolução da Ciência da Informação em vários domínios, ao contrário isto proporciona um princípio metodológico geral para execução das tarefas de documentação (HJORLAND, 2003, p.18). A visão sócio cognitiva que incorpora signos para a construção dos processos de conhecimento encara as diferentes formações culturais das quais os usuários emergem para possibilitar a conexão entre os diversos grupos com compartilhamento possível de conteúdo.

A informação é considerada existente num processo emergente (DRETSKE, 1972; DEBRUN, 1976; ATLAN, 1979). Desta maneira a combinação dos signos que fazem a mediação entre o sujeito e os fatos tem processos que são estabelecidos na formação de interpretantes, emergentes desta relação. A concepção de interpretante oferecida por Peirce mostra um processo dialógico no qual a representação do objeto feita pelo signo e o próprio objeto são contínuos neste processo de percepção e raciocínio.

Formar um interpretante, e portanto representar este processo perceptivo envolve o signo, aquilo que está sendo representado por meio desta informação e a capacidade de representação no desenrolar deste processo.

Um signo, ou representamen, é alguma coisa que representa alguém para algo em algum aspecto ou capacidade. Trata de alguém, isto é, cria na mente daquela pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Aquele signo que ele cria chama o interpretante do primeiro signo. O signo representa algo, seu objeto. Ele representa esse objeto, não em todos os aspectos, mas em referência a um tipo de ideia, que às vezes chamei de base do representamen (PEIRCE, 1974, CP 2.228)¹.

A informação, segundo Hjørland, pode ser mensurada segundo mecanismos específicos fornecidos de alguma maneira por um domínio específico, de acordo com critérios coletivos e individuais (HJORLAND, 2003, p.19). Nesta perspectiva existe a análise de ambientes sócio culturais específicos e suas produções científicas e humanitárias na documentação produzida, que tem focos específicos, nem sempre coincidentes.

Este artigo propõe uma maneira de entendimento da organização do conhecimento e informação baseado no método pragmático peirceano e contida nele a semiótica, o estudo dos signos. Assim, a argumentação contida na articulação dos signos dentro do documento até as maneiras de indexar, organizar a recuperação da informação são vistos enquanto processos informacionais, articulados por signos nos diversos substratos onde ocorrem, pois aquilo que é obtido é uma mudança ética da conduta que reflete diferentes processos de significação. Existe uma mudança na condução ética de cada processo informacional a ser diferenciado porque o objetivo a ser alcançado é modificado em cada situação. É concebido um objetivo na descrição contida no documento, este objetivo é alterado no tratamento e maneira de obter informação na abordagem do documento para classificação e indexação, também é alterado em cada acesso pelo usuário, no qual o resultado é um processo de significação. A documentação com a rede mundial de computadores oferece dados que disponibilizam informação dependendo da correlação feita entre estes dados e esta correlação também é um processo ético de significação. O objetivo do trabalho é realçar nestes processos de significação a conduta ética que articula os signos de modo a propor conhecimento a partir da informação.

A semiose é um processo de articulação dos signos no qual signo, objeto e interpretante perfazem a cadeia de significação que propicia à formação de novos signos, novos interpretantes.

¹ *Collected Papers* é uma publicação póstuma dos escritos de Charles S. Peirce. Estão reunidos nela manuscritos inéditos e publicações feitas em vida. Para a citação desta obra estudiosos do autor fazem a referência conforme é usada nesta publicação, onde CP indica *Collected Papers*, o número seguinte indica o Volume, e depois do ponto temos a indicação do Parágrafo. Desta forma é citado o parágrafo numerado, não a página, para apresentar a exata referência. Considerada a divergência do método ABN, esta marcação fornece acertadamente a citação, uma vez que a paginação não ocorre nos dispositivos digitais da referida obra

Todo signo representa um objeto independente de si mesmo; mas só pode ser um signo desse objeto na medida em que esse objeto é em si mesmo da natureza de um signo ou pensamento. Pois o signo não afeta o objeto, mas é afetado por ele; de modo que o objeto deve ser capaz de transmitir pensamento, isto é, deve ser da natureza do pensamento ou de um signo. Todo pensamento é um signo. (PEIRCE, 1974,CP 1.538)

A concepção de signo que está no lugar daquilo que representa não é uma definição exclusivamente peirceana, assim a noção de signo que está no lugar do objeto ao qual representa é a base do processo de significação assumida por Peirce. A relação entre signo, objeto e interpretante num processo contínuo envolve a noção de hábito que é a maneira como esta relação é mantida, generalizada em uma representação percebida num objeto particular, um conceito geral passível de entendimento em casos particulares. Os hábitos são o reforço desta concepção geral que apresenta regularidade em cada caso particular, num processo de significação obtido pela constância dos acontecimentos que esta ação regular implica (CP 5.18, 1903). Entender esta relação é a base para entender os processos informacionais derivados da ação do signo e a continuidade entre pensamento e ação no método pragmático proposto por ele.

Aquilo para o qual se encontra é chamado seu objeto; aquilo que transmite, seu significado; e a ideia a que ela dá origem, seu interpretante. O objeto de representação não pode ser senão uma representação da qual a primeira representação é o interpretante. Mas uma série interminável de representações, cada uma representando a que está por trás, pode ser concebida para ter um objeto absoluto em seu limite.” (PEIRCE, 1974,CP 1.339)

A informação está na ação, na secundidade, na experiência (PEIRCE, 1974,CP 1.537). Para a mente humana aquilo que é percebido, dada as possibilidades da primeiridade, das variedades de possibilidades oferecidas pelo objeto, a ideia vaga, na secundidade pela experiência se transforma em signo, que na terceiridade é corporificada enquanto cognição, enquanto representação. Esta operação de terceiridade genuína constitui a semiose, ou seja a ação do signo executada na representação do signo que relaciona seu objeto à concepção oferecida por ele deste objeto, o seu interpretante. (PEIRCE, 1974,CP 1.541)

Pode-se fazer a transposição da relação signo, objeto, interpretante para a análise de termos em uma argumentação em documento escrito, produzido por um interprete. A informação estaria no signo que une um antecedente e conseqüente, nas proposições sintéticas onde o símbolo é sujeito ou predicado (PEIRCE, 1974,CP 2.364).

Por amplitude e profundidade, sem um adjetivo, entenderei a seguir a amplitude e profundidade informadas. É claro que a amplitude e profundidade de um símbolo, na medida em que não são essenciais, medem as informações a seu respeito, isto é, as proposições sintéticas a que ele está sujeito ou predicado. Isso segue diretamente das definições de amplitude, profundidade e informações. Portanto, segue-se: Primeiro, que, enquanto a informação permanecer constante, quanto maior a largura, menor a profundidade; Segundo, que todo aumento de informação é acompanhado por um aumento de profundidade ou largura, independentemente da outra quantidade; Terceiro, que, quando não há informações, não há profundidade ou largura, e vice-versa. (PEIRCE, 1974,CP 2.429)

A possibilidade de medir e quantificar a abrangência da informação fornecida dá junto com a classificação dos signos possibilidade de especificar comprovadamente o processo, de maneira a tornar cientificamente aceito o resultado. Baseado na argumentação que usa dedução e indução para perfazer as etapas do processo científico o resultado pode ser corrigido tendendo ao resultado mais adequado à conduta e objetivos propostos.

O método pragmático peirceano não se trata de uma aplicação prática de uma teoria, tem a caracterização processual na qual a relação entre a realidade e existência são tratados conjuntamente para definição da representação do objeto.

Considere quais efeitos que poderiam ter orientações práticas, nós concebemos o objeto que nossa concepção tem. Então, nossa concepção desses efeitos é a totalidade de nossa concepção do objeto (PEIRCE, 1974, CP 5.2)

A completude ou totalidade da concepção do objeto é por natureza aberta a formação de novos interpretantes, seguindo o processo evolucionário de significação.

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, ANÁLISE DE DOMÍNIO E SEMIÓTICA

A organização da informação e conhecimento executados no tratamento da documentação tem modalidades que variam com o avanço da velocidade e variedade da rede mundial de computadores. As bases físicas nas quais são possível obter informações documentais tem variação e diversificação que desafiam o tratamento científico que confere o caráter de verdade e então o caráter de confiabilidade à estas informações a serem tratadas e disseminadas cientificamente. Maneiras de tratar conhecimento e informação em bases físicas diferentes tem processos lógicos de transmissão de signos e atribuição de significados que são alternados de acordo com a determinação de conduta. A seguir, nesta seção, será visto o tratamento de dados e informação contidos em tipos diferentes de documentos, e são exemplos de modalidades nas quais a semiose pode de maneira lógica significar o processo dentro da Ciência da Informação.

O produto da circulação de informação nas redes sociais tem características da sociedade globalizada, dentro do sistema produtivo capitalista que se vale desta velocidade das redes de computadores para veicular produtos e serviços. A Organização Conhecimento tem foco científico, uma vez que ela tem tratamento específico, para promover o acesso à informação contida naquilo que foi manuseado enquanto documento. A organização conhecimento está baseada em organização de unidades de conhecimento que são os conceitos (DAHLBERG, 1993, P.211). “Uma mudança na compreensão dos conceitos é parte de uma mudança mais ampla em nossa compreensão da cognição, conhecimento e informação”. (HJORLAND, 2009,

p. 1520). Tentar entender o conceito é entender a articulação do conhecimento, feito tradicionalmente pela filosofia e pela ciência.

O grande volume de dados que circula na rede mundial de computadores requer cientificidade para que o tratamento dado à informação seja considerado conhecimento verdadeiro. Dados representados dão suporte a determinadas atividades humanas (CAPURRO, HJORLAND, 2007, p. 194), e tem sua abordagem e fornecimento numa atividade que é política, num ambiente que depende da sociedade e cultura. Quando tratamos de grande volume de dados, os *big data*², reúnem uma grande quantidade de dados que tem sua informação, ou o acesso a ela, obtido pela relação, correlação destes dados a fatos.

Pietsch (2016, p.4) faz uma diferenciação entre a concepção de big data e Ciência Intensiva em Dados. A característica do big data é a quantidade pura de informação em enormes volumes, alta velocidade e múltipla variedade, os chamados três “V”. A Ciência Intensiva em Dados possui técnicas com as quais grandes quantidades de dados são processados. “Deve-se distinguir ainda mais os métodos de aquisição, armazenamento e análise de dados.” (PIETSCH, 2016, p.4)

Para este tratamento científico dos dados dois aspectos são tratados para a análise de larga escala de dados. O primeiro aspecto é que a ciência intensiva em dados deve analisar uma grande amostragem ou a totalidade “daquelas configurações do fenômeno examinado que são relevantes em relação a uma questão de pesquisa específica” (PIETSCH, 2016, p.4) e isto pode ser realizado com indução eliminativa. A indução enumerativa parte de um caso geral explicitado em uma ocorrência particular, e aplicável de modo geral a outros casos; a indução eliminativa examina as causas dos casos particulares e teorias vindas deste processo que possam ser aplicados a outros casos. Para isto os fenômenos de causalidade complexa são o foco da ciência intensiva de dados. O segundo aspecto é a característica de automação do processo científico inteiro, quais sejam a captura, processamento de dados e modelagem. “Se os humanos precisassem interferir em uma determinada etapa, isso criaria um gargalo, exigindo novamente uma redução geral dos dados e uma forte simplificação dos modelos. (PIETSCH, 2016, p.5). Na primeira caracterização a indução relaciona uma relação causal, uma vez que ela comprova fenomenologicamente aquilo que é previsto na dedução; e no segundo aspecto a automação da

² *BIG DATA* são conjuntos de dados extremamente grandes que podem ser analisados computacionalmente para revelar padrões, tendências e associações, especialmente relacionados ao comportamento e às interações humanas. Em: https://en.oxforddictionaries.com/definition/big_data Acesso:29/10/2018

máquina tem um propósito acrescentado à conduta a ser executada pela máquina, além da possibilidade de intervenção humana em algum estágio da tarefa a ser desempenhada.

As condições de modelagem, envolvendo probabilidade tem ainda longo caminho de pesquisas e teste para procedimentos de classificação (PIETSCH, 2016, p.8). Ainda assim, a consideração aceita é que a causalidade pode ser lida na correlação dos dados, uma vez que são estas relações que permitem previsão e manipulações bem sucedidas. Embora isto não seja feito de maneira mecanicista (PIETSCH, 2016, p.11). “Questões conceituais sobre como definir causalidade não podem ser abordadas sem, ao mesmo tempo, considerar questões epistemológicas como as relações causais podem ser identificadas no mundo e vice-versa” (PIETSCH, 2016, p.13).

O tratamento científico do grande volume de dados, que apresenta uma alta velocidade e variedade de circulação, quando estabelecidas correlações, tem a característica de documento e então é passível de organização. As implicações práticas da determinação de um domínio não incluem um método de analisar o domínio para a sua determinação. As combinações semânticas são possibilitadas pela ênfase social, possibilitando a combinação de sistemas informacionais, combinando informação com tecnologia de visualização (HJORLAND, 2003, P.21)

O entendimento da análise de domínio à maneira feita na engenharia de software pressupõe a análise de conjunto de sistemas ou áreas funcionais (LARMAN, 2002, p.8). A maquinaria que analisa os componentes transponíveis para outras aplicações (LARMAN, 2002, p.6) em outros domínios não implica em características que não incluam o caráter funcional. Esta análise se ocupa da aplicabilidade de funcionamento em outras diferentes daquela que originou o domínio. (LARMAN, 2002, p.138). Não se trata de dar nome ao processo de análise dos componentes, mas de entender a conduta que busca dar forma ao conhecimento em áreas diferentes. Neste caso o objetivo tem um caráter mais funcional do que a atribuição de significado.

As variações de análise de domínio na Ciência da Informação em descritiva e instrumental (TENNIS, 2012, p.6) incluem a extensão e intensão enquanto eixos do domínio em análise. Nomear e detalhar são parte do esforço de positivamente separar em partes componentes os elementos de manipulação. A “essência e a forma do caráter epistêmico e ontológico da análise de domínio” (TENNIS, 2012, P.13) é tarefa que ocupa diversas abordagens neste esforço de entender o processo de organização e acesso da informação. Por outro lado, processos operacionais para Organização do Conhecimento usam a semiose e a manipulação de signos de forma aparentemente consensual: através de signos é possível uma sintaxe e um repertório semântico.

A visão pragmática, portanto, considera os conceitos como signos representando classes funcionais equivalentes de coisas. O que deve ser considerado equivalente depende de propósito, interesses e perspectiva teórica. Definir um conceito é, portanto, envolver-se ativamente na luta entre visões diferentes. (HJORLAND, 2009, p. 1526-27)

Operações de indexação que incluem a semiótica peirceana tem aceitação na Ciência da Informação dada a multiplicidade e abrangência no tratamento dos signos feita de maneira lógica proposta por Charles S. Peirce. (HJORLAND, 2003, 2009; RABER; BUDD, 2003; ABREU; MONTEIRO, 2010; MOURA, 2006, 2007, 2011; LARA, 1993, 1999, 2003, 2006; FRIEDMAN; THELLEFSEN, 2011; THELLEFSEN, 2002, 2003, 2004; MAI, 1997a, 1997b, 2000, 2001, apud ALMEIDA, 2017). A semiose à maneira concebida por Peirce, embora não se restrinja à atuação humana, tem a adequação lógica dos tratamentos de articulação dos signos, e é então concebida dentro do método científico, aceito e usado pela comunidade científica.

O critério de verdade, de acordo com objetivos que envolvem ações (HJORLAND, 2003, p. 106), e significação em futuro (HJORLAND, 2009, p. 1527) tem desdobramentos dentro do método pragmático que abarcam a concepção de domínio enquanto um campo conceitual, dentro do qual a representação possível. Na Análise de Domínio é possível conceber a relação entre o campo delimitado e a terminologia (HJORLAND, 2008, p. 95) como um processo evolucionário (e resolver a circularidade do dilema da prioridade entre o ovo e a galinha, como o autor menciona). Esta evolução de interpretantes (PEIRCE, 1974, CP 6.169) é característica do Método Pragmático peirceano.

A representação documental como processo semiótico é um processo apresentado enquanto a articulação dos signos para indexação e tem nos trabalhos de Mai (1997a, 1997b, 2001) desdobramentos destas possibilidades interpretantes nas representações documentais. Os tipos de argumentos propostos por Peirce dentro da semiótica, na gramática especulativa são uma parte interpretativa do indexador que oferece o assunto ao usuário (ALMEIDA, 2017, p.8). Mais do que um tratamento linguístico a semiótica documental trata das relações de continuidade de conhecimento propostas em níveis diferentes, seja pelo autor, indexador ou usuário. O método de indexação é considerado um percurso inferencial no qual o método pragmaticista tem na Semiótica, e mais precisamente na Gramática Especulativa e Lógica Pura os instrumentos de localizar na entrada de assunto dos documentos indexados o processo abdução pelo qual as informações contidas no documento são representadas (ALMEIDA, FUJITA E REIS, 2013).

O signo fundamental (THELLEFSEN, 2010, p. 76) é um conceito que abarca outros conceitos relacionados, sendo desta maneira uma forma de delimitação de domínio, e usa a maneira peirceana de mediação pelos signos. Nomear o domínio através do signo, certamente é importante, uma vez que palavras correlatas serão postas à disposição formando uma rede de

acessos possíveis. (THELLEFSEN, 2010, p. 154). As marcas que estes signos representados criam para uma comunidade despertam a expectativa de investigação (THELLEFSEN, 2010, p. 258). Este despertar de interesse é a função do domínio como analisado por Hjørland.

Aquilo que existe em comum às abordagens, tanto na correlação de dados quanto na determinação daquilo que contempla um domínio, é a investigação a partir de um hábito (CP 1.409, 1890) sugerido, através do qual o conceito contido nele pode ser realizado pela conduta de determinação de suas consequências verificáveis.

PRAGMATISMO PEIRCEANO E ANÁLISE DE DOMÍNIO

A semiótica, fundamental para a articulação dos signos e mediação entre objeto e interpretante através do signo, tem no Idealismo Objetivo (IBRI, 2012, p. 54) a dissolução daquilo que Peirce considera uma visão nominalista de atribuição de um nome, ou conceito apenas vindo de uma concepção a priori determinada por um pensamento dentro de uma mente humana, uma vez que a continuidade entre realidade e existência, percepção e ação são processados em um contínuo.

Nesta seção será tratada a estrutura da concepção arquitetônica científica peirceana para apresentar elementos da articulação de significação no método pragmático e então possibilitar seu entendimento nas várias disciplinas e modalidades de conhecimento, incluindo então a determinação de domínio.

O Método Pragmático, na sua Arquitetura das Ciências (PEIRCE, 1974,C.P. 1.1), dentro das Ciências da Descoberta, empreende um esforço de abarcar, além da veracidade lógica contida na Semiótica, a determinação da conduta (PEIRCE, 1974,CP 5.35). A conduta é entendida por ele como parte do processo de significação que é movida eticamente com vistas a alcançar o *summum bonum*³ estético.

A filosofia para Peirce é vista enquanto ciência positiva, pois cuida dos fatos. (SILVEIRA, 2003, p.62) Contida na Filosofia estão enquanto um primeiro a Fenomenologia (PEIRCE, 1974,CP 1.186) e as categorias da primeiridade, secundidade e terceiridade. Em segundo as Ciências Normativas (PEIRCE, 1974,CP 5.123) que aliam Estética, Ética e Semiótica (PEIRCE, 1974,CP 1.191); e em terceiro a Metafísica. A atribuição de conceitos não é tarefa metafísica, mas resultante do Método Pragmático que ao articular a significação, visando o bem

³ Esta expressão é usada por Peirce. Do Latim, o bem maior é uma expressão usada na filosofia - em particular na filosofia medieval e na filosofia de Immanuel Kant - para descrever a importância máxima, o bem maior que o ser humano deve buscar. In: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/summum%20bonum/6527/> 01/08/18

estético, tem na ética a determinação das condições que tornam este objetivo passível de definição.

A ética não está na moralidade, ou no comportamento restrito às leis sociais. (PEIRCE, 1974,CP 1.609). O comportamento implica em estar sujeito às regras do grupo social, mas a Motivação ética é aquilo que elenca possibilidades, meios, técnicas, ações para factualmente alcançar aquilo que esteticamente é admirado. (PEIRCE, 1974,CP 1.592). Entender a conduta autocontrolada é o primeiro passo para entender o pragmatismo o (BOERO, 2014, p.262). Adequar a conduta àquilo que é esperado, revisar o que pode levar a falha⁴ norteia a conduta com vistas ao objetivo a ser alcançado.

Para exemplificar, pode-se dizer que um artigo para ser considerado válido deve conter uma argumentação consistente para seu entendimento. O bem a ser alcançado é a validação do argumento proposto e o direcionamento ético é aquele caminho escolhido para a demonstração verdadeira das consequências tratadas. O procedimento científico pode ser transposto para outra área. Da mesma maneira um cirurgião empregará métodos e tecnologias pertinentes ao diagnóstico de intervenção em um paciente. Depende da ação e meios elencados para o bem a ser alcançado que é a cura da enfermidade naquela situação específica. O bem a ser alcançado, a cura, depende daquilo que eticamente foi determinado e balizado durante a execução do procedimento como viável para a execução daquilo que o bem estético determinou. As circunstâncias ambientais, determinadas pela sociedade, dependentes de cultura, política e economia estão sempre presentes.

O método pragmático é “um processo dinâmico que engendra hábitos de ação que informam e regulam operações dos signos” (LISZKA, 2009, p.63). Esta ação não é aleatória, embora considere o acaso, segue a facticidade permitida pelo direcionamento ético de conduta, produzindo interpretantes que conjuntamente atribuem significação.

O pragmatismo de James, reconhecidamente tem referência a Peirce. Na explicação do próprio autor, diferentemente de James a ação não é um fim, mas o resultado generalizado da ação que pode ser traduzido num conceito (PEIRCE, 1974,CP 5.2- 5.3). A significação em futuro, enquanto resultado evolucionário da ação dos signos (PEIRCE, 1974,CP 1.614) é uma busca pela verdade que é sempre provisória, porém a mais adequada às circunstâncias que eticamente foi alcançada.

⁴ Para melhor compreensão ver “Falibilismo” na concepção peirceana.

Considere os efeitos que poderiam ter orientações práticas, nós concebemos o objeto que nossa concepção tem. Então, nossa concepção desses efeitos é a totalidade de nossa concepção do objeto (PEIRCE, 1974, CP 5.2, 1902) (vide também CP 8.119, 1902, CP 5.18, 1903, CP 5.402, 1905; CP 5.422, 1905; CP.438, 1905; CP 8.201, 1905)

As consequências práticas da concepção do objeto contidas na máxima pragmática acima vão além da determinação da ação enquanto comportamento, e isto pode ser demonstrado com mais argumentos, em outra ocasião.

A Análise de Domínio é uma condução de repertório que visa aproximar a condição de busca ao objetivo a ser alcançado. A recuperação da informação passa pelo direcionamento prévio da organização que intente, a partir do domínio oferecer aproximação àquele objetivo esteticamente desejado. A pesquisa executada pelo usuário está relacionada à conduta a partir do signo que leva ao processo resultante, tenha ele sucesso no objetivo a ser alcançado, ou necessite de correção para adequação àquilo que formou expectativa. A formação de novos interpretantes é contemplada pela determinação ética particular que visa o bem estético específico. O bem estético objetivado tende à conclusão verdadeira no processo de significação. É o procedimento comum contemplado pelo método pragmático peirceano, seja ele desempenhado pelas técnicas que forem necessárias para a sua execução dentro do procedimento ético, que efetiva a conduta mais adequada. Nos dois casos aquilo que existe em comum é o procedimento ético de determinação da conduta, com vistas a determinar num processo que envolve significação a melhor aproximação ao objetivo a ser alcançado. Seja na reunião de conceitos em um domínio para recuperação da informação, seja ao contrário numa multidão de dados, quando aspectos específicos contidos nos *big data* são correlacionados. A diferenciação para cada abordagem é o direcionamento ético que elenca meios de tornar passível de execução a aproximação ao bem estético que é diferenciado a cada nova abordagem. Da mesma maneira a interdisciplinaridade contida no método pragmático atende as disciplinas especiais por permitir que o conhecimento seja manipulado com meios diferentes para cada disciplina que tenha seus objetivos afins.

Questionamentos sobre relações de causalidade em grande volume de dados são questionamentos sobre a concepção de um objetivo a ser determinado na análise destes dados. Quando é determinado um objetivo para o acesso à multiplicidade de dados, com vistas a uma significação específica, a correlação é estabelecida. A complexidade causal presente no grande volume de dados e tem um conjunto de causas em vez de uma causa dominante. Além disto, como não são lineares não apresentam uma função simples; uma vez que também não são fruto da simples adição de causas, e ainda esta interação causal pode ocorrer em vários diferentes níveis de ontologia. “De fato, o relato que faz diferença baseia uma visão pluralista e

prospectiva da causalidade, onde é facilmente possível que causas diferentes sejam identificadas dependendo da formulação de um problema” (PIETSCH, 2016, p.21).

Estabelecer o procedimento de conduta, com vistas ao objetivo a ser alcançado perpassa a técnica e a concepção epistemológica que o método científico empregado pode propor. A organização do conhecimento tem cada vez mais uma multiplicidade de formas de apresentação informacional. Desde o material custodiado em museus até a grande quantidade de dados que circula na rede mundial de computadores. Cabe à Ciência da Informação tratar de modo científico aquilo que pode ser considerado verdadeiro para o compartilhamento na sociedade da informação produzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a argumentação trata da organização do conhecimento vista como a determinação de um domínio, que parte do estabelecimento de um documento. O tratamento da informação em um grande volume de dados quando estabelecida uma correlação entre seu conteúdo implica em apresentação de um documento passível de ser analisado cientificamente. A ciência da informação trata de processos informacionais de dependem de suporte epistemológico para entender a variedade e velocidade da ocorrência de dados na rede mundial de computadores. A abrangência da Ciência da Informação não está restrita a informação e conhecimento contida no documento. A semiose dentro do método pragmático trata dos signos e oferece possibilidade de conclusão comprovadamente verdadeira.

A delimitação de domínio na Ciência da Informação é aquilo que, dentro do método pragmático permite eticamente conduzir o usuário ao *summum bonum* de sua investigação, fomentando o conhecimento através do processo informacional, usando a generalidade proposta no domínio para a investigação específica, particular em cada nova abordagem. Delimitar um domínio é propor uma condução ética para a pesquisa, dar subsídios para o conhecimento ser alcançado em uma forma.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C.; M. S. L. FUJITA; D. M. R. (Org.) *Peircean Semiotics and Subject Indexing*, Knowl. 40, n.4, p. 225-241, 2013.
- ALMEIDA, C.C. Representação documental: das aproximações linguístico-semiológicas a uma semiótica polifônica. I EnReDo – Encontro de Representação Documental – 2017 Universidade Federal de São Carlos
- ATLAN, H. (1979). *Entre o cristal e a fumaça*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.
- BOERO, H. Towards the silvery peak: some keys to the evolution of Peirce's Ethics, *Cognitio*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 257-274, jul./dez. 2014
- BUFREM, L. S. *Configurações da pesquisa em ciência da informação*. DataGramZero - Revista de Informação - v. 14 n. 6 dez/13.
<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50777>
- CAPURRO, R; HJØRLAND, B. *O conceito de Informação*. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: Its scope and possibilities. *Knowledge organization*, v. 20, p. 211-22. 1993.
- DEBRUN, M. A idéia de auto-organização. In: DEBRUN, M.; GONZALEZ, M.E.Q.; PESSOA JÚNIOR, O. (Org.). *Auto-organização: estudos interdisciplinares*. Campinas: CLE; Campinas: UNICAMP, 1996b. p. 3-23. (Coleção CLE, v.18).
- DE TIENNE, André. Information in Formation. A Peircean Approach. *Cognitio*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 149-165, jul./ag. 2005.
- HJØRLAND, B. 2004. "Análise de domínio: uma orientação sociocognitiva para a pesquisa em ciência da informação". *Boletim da Sociedade Americana de Ciência e Tecnologia da Informação* 30, no. 3: 17-21
- _____. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*, 35(3/2), 86-101, 2008
- HJØRLAND, B. (2009). Concept theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(8), 1519_1536.
- IBRI, I.A., *Kosmos noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos, 130).

LARMAN, C. (2002) Applying UML and Patterns – An Introduction to Object Oriented Analysis and Design and the Unified Process, Prentice-Hall Inc. <https://www.utdallas.edu/~chung/SP/applying-uml-and-patterns.pdf>. Acesso 10/12/18

LISZKA, James J. Re-Thinking the Pragmatic Theory of Meaning. In: *Cognitio*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 61-79. jan./jun. 2009.

PIETSCH, W. “The Causal Nature of Modeling with Big Data”, *Philosophy & Technology* 29(2), pp. 137-171 (2016)

PEIRCE, C. S. Collected Papers. In: HARTSHORNE, C., WEISS, P. (Org.) *Collected papers*. Cambridge: Harvard University Press, 1974, v.1-8.

SILVEIRA, L.F. Três Espécies de Bem. In: *Cognitio*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 60-79, jan.-jun. 2003.

_____ Informação e Verdade na Filosofia de Peirce, In: *Cognitio*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 281-323, jul./dez. 2008

THELLEFSEN, T. L. / Fundamental Signs and Significance-effects: A Semeiotic Outline of Fundamental Signs, Significance-effects, Knowledge Profiling and their use in Knowledge Organization and Branding. Tyskland : VDM - Verlag Dr. Müller, 2010. .

TENNIS, J. T. Com o Que Uma Análise de Domínio se Parece no Tocante a Sua Forma, Função e Gênero? BJIS, Marília (SP), v.6, n.1, p.3-15, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. ISSN: 1981-1640

ACERVOS DOCUMENTAIS E MEMÓRIA NEGRA EM SÃO PAULO

Fernanda dos Anjos Casagrande¹

¹*Mestre em Ciência da Informação pela ECA-USP, <https://orcid.org/0000-0002-9011-1796>, fernandacasagrande@usp.br*

Resumo: O foco deste trabalho está na discussão acerca da guarda e preservação de documentos referentes à luta negra a partir de três acervos presentes em instituições de custódia, a saber: a coleção Jornais Negros Brasileiros – 1904-1969, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP; a coleção Imprensa Negra, presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo; e o Fundo Clóvis Moura sob a guarda do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/ Unesp.

Palavras-chave: Acervos; Movimento Negro; Imprensa Negra; Memória.

Abstract: The focus of this work is the discussion about the storage and preservation of documents related to the black struggle from three collections present in custody institutions, namely: the collection of Brazilian Black Newspapers - 1904-1969, belonging to the Institute of Brazilian Studies of the University of São Paulo - IEB/USP; the Black Press collection, present in the Public Archive of the State of São Paulo; and the Clóvis Moura Fund, which is located in the State University of Sao Paulo Cedem/Unesp.

Keywords: Collections; Black Movement; Black Press; Memory.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se voltou para a análise dos acervos do movimento negro na cidade de São Paulo. A intenção foi discutir a guarda e a preservação de documentos referentes à luta negra a partir de três conjuntos documentais preservados em instituições de custódia, a saber: a coleção Jornais Negros Brasileiros – 1904-1969, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/ USP; a coleção Imprensa Negra, presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo; e Fundo Clóvis Moura, sob a guarda do Centro de Documentação e Memória da Unesp – Cedem.

Tratou-se de uma abordagem descritiva e crítica, que buscou delinear o panorama das condições de acesso a documentos do movimento negro e perfazer a mediação aos acervos, analisando, de um lado, a constituição de fundos e coleções e, de outro, as políticas vigentes de guarda, preservação e acesso. Abordou-se também, nesse caso dos documentos referentes à luta negra, a particularidade de tipos documentais singulares – como jornais, panfletos, cartas,

manuscritos – sobreviverem e serem incorporados a espaços institucionais em oposição a tudo que se perdeu e que não foi institucionalizado.

As fontes disponíveis para os pesquisadores que se dedicam ao estudo da memória negra e das ações do movimento negro, as características de constituição de fundos e coleções, as políticas de guarda, preservação e divulgação em instituições detentoras de acervo, formam as questões que motivam este trabalho.

METODOLOGIA

Os acervos citados constituíram simultaneamente as fontes e o objeto deste trabalho, visto que, enquanto fontes, forneceram subsídios sobre o tema, ampliando e documentando as informações sobre a luta negra no país no século XX. Mas, sobretudo enquanto objeto, os acervos abordados constituem o elemento a ser compreendido dentro do contexto em que foram produzidos e no qual circularam. Assim, a definição deste objeto para o trabalho visou contar a própria história dos acervos e de suas respectivas instituições de custódia, a partir: das características das instituições de custódia; dos critérios utilizados para a localização, reunião e organização desses documentos; das especificidades desses acervos e de seus tipos documentais.

Duas questões devem ser colocadas em atenção ao movimento negro e à população interessada em ampliar o conhecimento sobre a história da luta e resistência negra:

Primeiro, que do ponto de vista da Ciência da Informação, a sobrevivência desses registros indica a abertura para a possibilidade de divulgação e acesso à informação relativa ao conteúdo histórico que portam. Segundo, que divulgação e acesso dependem não apenas de uma política de tratamento e guarda, mas justamente de uma política de difusão, o que pode ser caracterizado sob o entendimento da necessidade de se criar um tipo específico de regime de informação, ou seja, nas palavras de Maria de Albuquerque Aquino, “*um novo modo de pensar uma informação social que possa considerar as populações vulneráveis, discriminadas e excluídas*” (2010, p.47), a exemplo da população negra. Um modo de divulgação e circulação dos registros do movimento negro entendidos enquanto informação, que implica em considerá-los como portadores de um saber; por conseguinte, um saber positivado, gerador de conhecimento sobre o movimento negro e de inclusão informacional da população negra.

A reflexão sobre registro documental no contexto da diáspora negra relaciona-se com o esclarecimento sobre a desumanização, assim como sobre a resistência ativa que inúmeros povos mantiveram ao longo dos séculos para fazer valer sua dignidade e autonomia.

REVISÃO DA LITERATURA

Desde Paul Otlet (cujos estudos alargaram o escopo do documento escrito para outros tipos de documentos) até Michel Foucault (e sua abordagem generalista do documento, desviando o foco do conteúdo direto ou da mensagem expressa pelo documento em direção a um contexto social amplo) e a Escola dos Annales (que rompeu com a noção positivista de documento com o aprofundamento da crítica documental), o que se desenhou foi uma mudança de perspectiva, saindo-se da materialidade do documento para as suas dimensões sociais, culturais e interpretativas, de maneira a sublinhar a construção social do significado, o qual depende, em última instância, da percepção do analista acerca da significância e do caráter de evidência dos documentos, de acordo com o contexto nos quais foram criados e sob as condições em que sobreviveram.

O autor norueguês Niels Windfeld Lund, em seu texto *Document Theory* (2009), se coloca numa posição de síntese entre as diversas abordagens, sugerindo que um documento deve ser dividido e estudado a partir de três ângulos complementares e combinados: o aspecto físico (material), o aspecto social (contexto) e o aspecto mental (interpretativo).

A reflexão sobre registro documental no contexto da diáspora negra relaciona-se com o esclarecimento sobre a desumanização, assim como sobre a resistência ativa que inúmeros povos mantiveram ao longo dos séculos para fazer valer sua dignidade e autonomia – elementos basilares da condição humana, mas que foram deliberadamente falseados e negados aos povos negros pela inscrição de uma memória de subalternidade.

Em *Crítica da Razão Negra* (2014), Achille Mbembe, autor camaronês, discorre sobre os processos de efabulação e as relações imaginárias que geraram racionalizações e discursos com pretensão de verdade sobre o negro, de tal forma que sua resultante perdura como o sedimento de uma memória perpetuante, ainda hoje, do enquadramento do negro, social e culturalmente, em estereótipos e em justificativas de sua subjetividade passiva.

O acesso a conjuntos documentais preservados do movimento negro no século XX pode evidenciar como a luta negra articulou criticamente ou se posicionou contra as “*formas essencialistas de conceituar a cultura, a identidade e a identificação*”, e como lutou contra “*as irracionalidades racionalizadas do pensamento racial e a aplicação racional do terror racial*”, para ficar em dois exemplos relativos à caracterização da luta negra na diáspora, conforme afirma o sociólogo inglês Paul Gilroy (2001, p.17).

Como se depreende deste autor, a importância da memória negra para o presente traz o signo da transformação social e cultural, que não se reduz ao que ficou gravado no senso comum como algo imaginário e essencialista (música, religião, arte etc), mas vai além:

A diáspora negra caracteriza-se pela dispersão de habitantes do continente africano pelo globo em consequência da escravidão, bem como pelas experiências dessas pessoas e seus descendentes fora da África, as trocas culturais e identidades construídas a partir dessas experiências, inclusive a partir da percepção de estar fora de lugar ou de não ter lugar. A questão da identidade leva em conta sua multiplicidade, assumida pelos sujeitos, além dos fatores que a implicam, que são tanto pessoais quanto sociais. Para Stuart Hall (2006),

a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um 'posicionamento', ao qual podemos chamar provisoriamente de identidade. (p.432, 433).

Os três autores citados acima, Mbembe, Gilroy e Hall, cada qual a seu modo, vinculam-se a uma linhagem de estudos de crítica da cultura que hoje se denomina de pós-colonial. Identidade e memória, portanto, são entendidas dentro dessa matriz teórica de referência.

Na obra de Stuart Hall o pós-colonialismo não se restringe à descrição de uma sociedade ou contexto social específicos, mas se propõe a examinar a colonização como parte de um processo global transnacional e transcultural, cujo resultado é a produção de uma reescrita da história e das grandes narrativas imperiais do passado, mostrando-as em seu aspecto descentrado e diaspórico. (HALL, 2003, p. 109). Em outros termos, a experiência da diáspora produz identidades e memórias que devem ser entendidas dentro do quadro de interrupção crítica da grande narrativa historiográfica tradicional.

Paul Gilroy cunhou a metáfora do Atlântico Negro de maneira a romper com as formas culturais legatárias de – ou que podem ser consideradas filiadas a – um absolutismo étnico. Dessa forma, o Atlântico Negro sinaliza um espaço de construção cultural transnacional. Para o autor, os povos negros que sofreram o processo desumanizador do tráfico de escravizados constituem o protótipo do conceito de povos diaspóricos. O que se almeja é o rompimento da ideia tradicional de diáspora, fundada no primado do lugar ou da origem comunal, de forma a propor em seu lugar um modelo que privilegia a hibridez, de sorte que a experiência transatlântica é parte integrante da experiência e história negras. A cultura do Atlântico Negro, enfim, é uma cultura que, em razão de seu aspecto híbrido, não se encontra circunscrito às fronteiras étnicas ou nacionais.

Achille Mbembe aborda o racismo e também as construções discursivas do pensamento racial europeu com a intenção de mostrar como o conceito de "negro" é uma construção social

e uma idealização do Ocidente. Sua crítica demonstra como o mundo sob a égide do neoliberalismo e da exploração cria as condições para que todo ser humano tenha uma existência subalterna e uma realidade castrada. O conceito de negro, tal qual discutido em seu livro *Crítica da razão negra*, compõe um imaginário de exotismo. Também o corpo vinculado ao trabalho, principalmente na plantação presente nos países colonizados, em que o conceito de escravizado vem a fundir-se com o de negro, passa pelo processo de coisificação: homem-metal (exploração nas minas), homem-mercadoria (tráfico negreiro de escravizados) e homem-moeda (como produto de troca no capitalismo). O racismo se desenvolve, para o autor, como um modelo legitimador da opressão e da exploração, a serviço do capitalismo.

RESULTADOS

A descrição parcial dos conjuntos documentais analisados (nível série) evidenciou a ligação entre os acervos existentes, permitindo verificar as repetições entre cópias e a fragmentação entre instituições. O cruzamento das informações entre os conjuntos documentais enfocados demonstrou o atrelamento entre os acervos das instituições aqui citadas e outras, como Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Centro Cultural São Paulo, Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP e Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa da Unesp/ Assis. A dispersão da documentação, a proliferação das cópias e a fragmentação característica desses acervos revelam a peculiaridade da trajetória de preservação dos registros da imprensa negra e apontam para a necessidade de sistematização das informações acerca dos itens existentes, locais de guarda, condições de conservação e acesso.

Por exemplo, no Fundo Clóvis Moura encontra-se um documento em particular que conta uma importante parte da história da imprensa negra em São Paulo. Trata-se do livro de atas da Sociedade Cooperadora Clarim d'Alvorada aberto em 21 de janeiro de 1931 e encerrado em 15 de dezembro de 1933. Na mesma encadernação consta também outro registro histórico sobre as associações negras: as atas do Clube Negro de Cultura Social, também fundado por José Correia Leite, com abertura em 27 de fevereiro de 1945 e encerramento em 11 de dezembro de 1945.

Correia Leite aproveitou a mesma encadernação para registrar as reuniões das duas associações que fundou. Embora os registros tenham duração curta, a distância temporal entre o fim dos registros da Sociedade Cooperadora Clarim d'Alvorada e o início dos registros do Clube Negro de Cultura Social demonstra que Correia Leite preservou o documento por mais de 11 anos, pelo menos. A presença deste documento no Fundo Clóvis de Moura denota, por

um lado, a riqueza de informações proporcionadas por este arquivo pessoal, bem como suas relações com outros acervos sobre a luta negra e, por outro lado, a fragmentação a qual os acervos da luta negra estão submetidos. De que forma esse documento preservado por Correia Leite foi incorporado ao arquivo pessoal de Moura é uma questão que remete a essa fragmentação e demonstra os caminhos a serem percorridos pelos pesquisadores que se dedicam à memória da luta negra.

As conexões entre os acervos, as cópias compartilhadas entre instituições, as edições fac-similares e as iniciativas de acesso por meio digital, como a do Portal da Imprensa Negra, que busca agrupar as versões disponíveis em instituições diversas, evidenciam a dispersão dos exemplares preservados entre diversos espaços de custódia. Essa dispersão é característica dos acervos relativos ao movimento negro, cuja preservação, salvaguarda e disponibilização para acesso constituem tarefa desafiadora e remetem ao contexto de produção dos documentos, ações de protesto, contestadoras e reivindicatórias.

Elucidar a trajetória de formação desses acervos remete justamente a evidenciar o esforço consciente dos seus idealizadores, empreendido na preservação dos documentos antes de sua institucionalização. É sintomático o silenciamento que ainda impera sobre personagens e realizações do movimento negro se for considerada a origem da coleção de jornais negros nos acervos estudados, que remete à doação de pesquisadores/ professores. O esforço em reunir e preservar a coleção foi dos intelectuais militantes, fundadores e redatores dos periódicos negros, cuja ligação com os documentos era pessoal e direta.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS – IEB-USP

Exemplares microfilmados da coleção Jornais negros brasileiros: 1904-1969
<p>A) Jornais da Raça Negra SP – Janeiro 1904 – Abril 1928</p> <ul style="list-style-type: none"> • O MENELICK – órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor (São Paulo), de 17/10/1915 e 01/01/1916; • O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), de 22/09/1918 a 11/1921; • A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de cor, crítico, literário e noticioso (São Paulo), de 07/1919 a 31/10/1920; • A SENTINELLA – órgão crítico, literário e noticioso (São Paulo), de 10/1920; • O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), de 08/1922 a 01/1924; • GETULINO – órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos (Campinas), de 05/08/1923 A 13/05/1926; • O CLARIM e O CLARIM DA ALVORADA – órgão literário, noticioso e humorístico, (São Paulo) de 01/1924 a 07/1927; • A RUA – literário, crítico e humorístico (São Paulo), de 24/02/1916; • O BALUARTE, de 13/01/1904; • O XAUTER – jornal independente (São Paulo), de 16/05/1916;

- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 09/1918 e 04/1919;
- ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade” (São Paulo), de 20/01/1924; 17/02/1924; 02/03/1924;
- O PATROCÍNIO – órgão literário, crítico e humorístico (Piracicaba), de 04/1928 a 03/1930;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 08/04/1928 a 15/04/1928; 13/05/1928.

B) Jornais da Raça Negra SP – novembro 1935 - 1953

- A Raça (Minas Gerais), 10/10 – 21/12/1935;
- A Alvorada (Minas Gerais), 12/04 – 05/05/1936;
- União (Paraná), 27/03 e 15/05/1948;
- Quilombo (Rio de Janeiro), 05/01/1950;
- Redenção (Rio de Janeiro), 12/1950;
- A Voz da Negritude (Rio de Janeiro), 1953.

Fonte: Folha de rosto microfilme coleção Jornais negros brasileiros: 1904-1969

Exemplares microfilmados oriundos da pesquisa de Michael Mitchell (ordem da microfilmagem)

- O MENELICK – órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor (São Paulo), 01/01/1916;
- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), 08/1918 e 04/1919;
- O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), (São Paulo), 09/1918 e 08/1921;
- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (São Paulo), (São Paulo), 14/07/1919 a 09/05/1920;
- A SENTINELA (São Paulo), 14/10/1920;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), 04/1928;
- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), 01/1920 e 10/1920;
- ELITE (São Paulo), 01/1920;
- O XAUTER – jornal independente (São Paulo), 14/05/1919;
- A RUA – literário, crítico e humorístico (São Paulo), 14/02/1916;
- PROGRESSO (São Paulo), 06/1928 a 08/1932
- O CLARIM (São Paulo), 03/02/1924 a 06/04/1924;
- O CLARIM DA ALVORADA (São Paulo), 13/05/1924 a 26/07/1931;
- CHIBATA (São Paulo), 02 e 03/1932;
- TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra (São Paulo), 09/1935;
- A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente (São Paulo) 03/1933 a 11/1937;
- O MUNDO NEGRO (São Paulo), 01 a 12/1931;
- BRASIL NOVO (São Paulo), 04 a 07/1933;
- ALVORADA (São Paulo), 09 a 12/1945 a 06/1948;
- O NOVO HORIZONTE (São Paulo), 05/1946 a 05/1961;
- CRUZADA CULTURAL (São Paulo), 05/1950 a 1960;
- MUNDO NOVO (São Paulo), 08 e 09 de 1950;

- O MUTIRÃO – órgão da Associação Cultural do Negro (São Paulo), 05 a 09/1958;
- O ÉBANO (São Paulo), 03/1961;
- CULTURA (São Paulo), 01/1931 a 05/1934;
- SENZALA (São Paulo), 01 a 04/1946;
- NÍGER (São Paulo), 07 a 10/1960.

Fonte: Elaborada pela autora

Exemplares da Coleção Jornais Negros Brasileiros, em papel, disponíveis na biblioteca

- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de cômico, crítico, literário e noticioso (São Paulo), de 14/07/1919 a 31/10/1920;
- ALVORADA – Órgão de propaganda cívica (São Paulo), de 09/1947 a 06/1948;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 08/04/1928 a 13/05/1928;
- A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente (São Paulo), de 18/03/1933 a 11/1937;
- CHIBATA (São Paulo), de 02/1932 e 03/1932;
- ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade”, (São Paulo) de 20/01/1924 a 02/03/1924;
- ESPELHO (Rio de Janeiro);
- GETULINO – órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos (Campinas), de 05/08/1923 a 13/05/1926;
- O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), (São Paulo), de 22/09/1918 a 11/1921;
- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 09/1918 e 04/1919;
- O MUTIRÃO – órgão da Associação Cultural do Negro (São Paulo), de 05/1958 e 13/06/1958;
- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), de 08/1922 a 01/1924;
- O NOVO HORIZONTE (São Paulo), de 05/1946 a 11/1946;
- O PATROCÍNIO – órgão literário, crítico e humorístico (Piracicaba), de 04/1928 a 03/1930;
- SENZALA (São Paulo), de 01/1946 e 02/1946.

Fonte: Elaborada pela autora

Títulos da imprensa negra disponíveis no Portal da Imprensa Negra Paulista

- 6 (seis) números de A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de cômico, crítico, literário e noticioso, de 14/07/1919 a 31/10/1920;
- 1 (um) número de A RUA – Subtítulo: literário, crítico e humorístico, de 24/02/1916;
- 1 (um) número de A SENTINELLA – órgão crítico, literário e noticioso, de 10/10/1920;
- 66 (sessenta e seis) números de A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente, de 18/03/1933 a 11/1937;
- 9 (nove) números Alvorada – Órgão de propaganda cívica, de 09/1947 a 06/1948;

- 4 (quatro) números de AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso, de 08/04/1928 a 13/05/1928;
- 2 (dois) números de CHIBATA, de 02/1932 e 03/1932;
- 1 (um) número de CORREIO D'ÉBANO, de 16/06/1963;
- 3 (três) números de ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade”, de 20/01/1924 a 02/03/1924;
- 1 (um) número de EVOLUÇÃO, de 13/05/1933;
- 8 (oito) números de HÍFEN – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso, de 02/1960 a 01/1962;
- 1 (um) número de MUNDO NOVO, de 23/09/1950
- 1 (um) número de NIGER, de 07/1960;
- 1 (um) número de NOSSO JORNAL, de 05/1951;
- 1 (um) número de NOTÍCIAS DE ÉBANO, de 10/1957;
- 5 (cinco) números de NOVO HORIZONTE, de 05/1946 a 11/1946;
- 8 (oito) números de O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor, de 22/09/1918 a 11/1921;
- 1 (um) número de O BALUARTE, de 15/01/1904;
- 2 (dois) números de O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor, de 09/1918 e 04/1919;
- 2 (dois) números de O CLARIM, de 03/1935 e 05/1935;
- 20 (vinte) números de O CLARIM DA ALVORADA, de 06/01/1924 a 17/07/1927;
- 3 (três) números de O ESTÍMULO, de 12/05/1935 a 02/06/1935;
- 2 (dois) números de O MUTIRÃO – órgão da Associação Cultural do Negro, de 05/1958 e 13/06/1958;
- 24 (vinte e quatro) números de PROGRESSO, de 23/06/1928 a 26/09/1930;
- 2 (dois) números de SENZALA, de 01/1946 e 02/1946;
- 1 (um) número de TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra, de 09/1935.

Fonte: Elaborada pela autora

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Títulos microfilmados da Coleção Imprensa Negra no Arquivo Público do Estado de São Paulo

- SENZALA – revista mensal para o negro (São Paulo), de 01/1946;
- HÍFEN – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (Campinas), de 12/1960;
- QUILOMBO (Rio de Janeiro), de 01/1950;
- O NOVO HORIZONTE – órgão de propaganda unificadora (São Paulo), de 05/1946 e 09/1954;
- MONARQUIA (São Paulo), de 01/1961;
- CRUZADA CULTURAL (São Paulo), de 05/1950; 01/1960 e 03/1960;
- ALVORADA – Órgão de propaganda cívica (São Paulo), de 05/1948;
- TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra (São Paulo), de 09/1935;
- A VOZ DA RAÇA – órgão da “Frente Negra Brasileira” Mensário Independente (São Paulo), de 03/1933; 03/1934; 08/1935 e 07/1937;
- CHIBATA (São Paulo), de 02/1935;

- O PATROCÍNIO – órgão literário, crítico e humorístico (Piracicaba), (São Paulo), de 09/1928; 03/1930; 06/1930 e 10/1930;
- PROGRESSO (São Paulo), de 1930;
- ELITE – órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário “Elite da Liberdade” (São Paulo), de 1924;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 1928;
- O CLARIM DA ALVORADA – órgão literário, noticioso e humorístico (São Paulo), de 1929-1940;
- O CLARIM (São Paulo), de 1924;
- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (São Paulo), (São Paulo), de 1919-1920;
- O KOSMOS – órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” (São Paulo), de 1924-1925;
- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 1918-1919;
- O ALFINETE – órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor (São Paulo), de 1918-1921;
- O XAUTER – jornal independente (São Paulo), de 1916;
- A RUA – literário, crítico e humorístico (São Paulo), de 1916;
- GETULINO – órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos (Campinas), de 1923 a 1926.

Fonte: Elaborada pela autora

Títulos digitalizados da Coleção Imprensa Negra no Arquivo Público do Estado de São Paulo

- ALVORADA – Órgão de propaganda cívica (São Paulo), de 05/1948;
- TRIBUNA NEGRA – pela união social e política dos descendentes da raça negra (São Paulo), de 09/1935;
- CHIBATA (São Paulo), de 02/1935;
- AURIVERDE – literário, humorístico, noticioso (São Paulo), de 1928;
- A LIBERDADE – órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso (São Paulo), (São Paulo), de 1919-1920;
- O BANDEIRANTE – órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor (São Paulo), de 1918-1919.

Fonte: Elaborada pela autora

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO A PESQUISA DA UNESP

Séries/ categorias no Fundo Clóvis Moura

- Correspondências:
 - Recebidas;
 - Enviadas;
 - IBEA;
 - Cartões-postais;
 - Cartões de Natal;
 - Cartões diversos;
 - Convites;
 - Envelopes.
- Livros de atas;

- Produção intelectual:
 - Dossiês de eventos;
 - Dossiês de projetos;
 - Dossiês de pesquisa;
 - Dossiês de assuntos diversos;
 - Textos.
- Material de pesquisa:
 - Recortes de jornais;
 - Entrevistas;
 - Anotações;
 - Fontes;
 - Diversos.
- Produção de terceiros;
- Documentos pessoais;
- Cópias e fragmentos de textos;
- Materiais para estudo;
- Diversos (recortes, fragmentos de periódicos e eventos, relatórios, propostas e material de divulgação);
- Teses;
- Crônicas publicadas na Folha de São Carlos – Coluna Fora do Tempo;
- Publicações.

Fonte: elaborada pela autora

CONCLUSÃO

A questão em foco sobre a documentação e a memória procurou subscrever um enfoque teórico e metodológico que permitisse encaminhar a análise da composição dos acervos do movimento negro e sua importância para a sociedade, de forma a recuperar a informação e tratá-la condizentemente, como um saber, como luta e como parte da constituição da história brasileira.

Por parte do objeto sobre o qual a pesquisa se debruçou, foram apresentados os caminhos que os documentos percorreram até chegarem a uma instituição de custódia; foram discutidas as políticas de incorporação, de guarda e preservação documental, por meio de uma abordagem descritiva e crítica e sob a ótica de como ocorre a constituição de fundos e coleções; e foram também consideradas as condições atuais desses acervos em atenção ao armazenamento, ao estado de conservação e às formas de mediação, envolvendo acesso e divulgação.

Em relação às coleções de jornais negros, o enfoque histórico relativo à periodização procurou problematizar a complexidade existente na abordagem sobre o movimento negro e sobre a imprensa negra, ambos representativos do contexto social, político e econômico brasileiro em suas diversas fases de existência ou ausência democrática, de fraco espectro de direitos e de inexistente ou pouca integração social.

Os periódicos eram, assim, um meio de luta e conscientização da população negra para a necessidade de transformação social, primeiramente com o objetivo da inclusão do negro, e com o decorrer do tempo, em contestação à tão proclamada democracia racial, prevalecente nas décadas finais do século passado e mesmo hoje tão presente no imaginário social brasileiro.

Estudar a preservação dos registros documentais da luta negra, sua guarda, preservação e disponibilidade para acesso tem, portanto, um caráter político, que vai de encontro ao apagamento da história de luta e resistência negra, que persiste no imaginário social. Justamente por isso, o acervo de Clóvis Moura, a par da documentação reunida, incluindo também exemplares da imprensa negra, ganha ainda mais importância ao ser o legado de uma práxis de luta no campo da reflexão sociológica acerca das questões raciais.

Esses conjuntos documentais não apenas integram formas de esclarecimento sobre o processo de desumanização e efabulação acerca da população negra, mas também permanecem como uma exigência de não-esquecimento ao instigar a crítica, o esforço de conscientização, de verificação e elucidação da informação, ou seja, uma abordagem de constante questionamento da memória no empenho de que possa produzir, decisivamente, novos instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente.

O acesso aos documentos da luta negra relaciona-se, então, a três aspectos: à compreensão da diáspora negra enquanto experiência e construção; ao esclarecimento sobre a condição, sobre a luta contra a opressão e a desumanização dos negros; e à resistência ativa que inúmeros povos mantiveram ao longo dos séculos para fazer valer sua dignidade e autonomia – elementos basilares da condição humana, mas que foram deliberadamente falseados e negados à população negra pela inscrição de uma memória de subalternidade.

Nesse sentido, a continuidade da memória do movimento negro, do ponto de vista da Ciência da Informação, passa pelo movimento político de ampliação da divulgação e do acesso à informação relativa ao conteúdo histórico que portam. Por outro lado, a divulgação e o acesso dependem não apenas de uma política de tratamento e guarda, ou seja, de uma política de custódia, mas justamente de uma política de difusão, o que pode ser caracterizado sob o entendimento da necessidade de se criar um tipo específico de regime de informação, imprescindível para tal fim.

O conceito de regime de informação, segundo González de Gómez e Maria de Albuquerque Aquino, é objeto de uma ação socialmente orientada, envolvendo sujeitos, instituições, regras específicas, arranjos organizacionais e dispositivos que engendram o tratamento, processamento, seleção e distribuição da informação. Assim, a mediação aqui sugerida aos acervos que resguardam a memória do movimento negro se inscreve nessa vertente processual

que visa pensar (e luta para adquirir) um regime de informação que não desconsidere as populações vulneráveis, discriminadas e excluídas.

Por fim, cabe ressaltar que a incorporação destes acervos data do período democrático no país, após o fim do período ditatorial que se estabeleceu com o golpe de Estado civil-militar de 1964 e se encerrou com a instauração de um governo civil em 1985. A abertura política, iniciada ainda na década de 1970, previa uma transposição “lenta, gradual e segura”, que, na prática, significou a intenção do governo militar em exercer o controle total do processo que culminaria na eleição indireta de um presidente civil. Entretanto, nesse período houve o fortalecimento da luta sindical, dos movimentos sociais e das reivindicações públicas.

A preservação, em instituições públicas, de acervos que vão de encontro ao ideário vigente no período ditatorial demonstra o importante papel do Estado democrático na preservação da memória. A política para a guarda de documentos nesses espaços de custódia resulta de decisões construídas internamente em cada instituição, mas constitui, também, similarmente, uma questão política mais ampla que flui da mobilização popular para o poder público e perpassa o tecido social, já que se trata de uma questão de memória, de construção histórica em relação ao passado.

O advento de governos sem comprometimento democrático e com viés autoritário enfraquece o papel do Estado na garantia do acesso à informação, abrindo caminho para revisionismos históricos que não contemplam as lutas da população por direitos e justiça. Cabe indagar, nestes casos, a qual risco estarão sujeitos os acervos de movimentos sociais, a exemplo do movimento negro.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O que significa elaborar o passado? In: **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 29-50.

AQUINO, M. de A. **Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão social de negros/as na sociedade contemporânea**. *Inclusão Social*, Brasília, v.4, n.1, p. 45-51, jul./dez. 2010.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. 2007, v..12, n.23, p. 100-122.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: Ed. FFLCH-USP, 1986 (Série Antropologia, 13)

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002.

GAGNEBIN, J.M. O que significa elaborar o passado? In: **Lembrar, esquecer, escrever**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 97-105.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MALATIAN, T. **Cem anos de Imprensa negra em São Paulo**: da descoberta à edição fac-similar. Patrimônio e Memória. São Paulo, nº1, 2018, p.340-364.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

AS MEDIAÇÕES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA

Beatriz Andreotti dos Santos¹, Carlos Cândido de Almeida², Tamara de Souza Brandão Guaraldo³

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, <https://orcid.org/0000-0002-8224-7642>, bbandreotti@gmail.com

²Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, <https://orcid.org/0000-0002-8552-1029>, carlos.c.almeida@unesp.br,

³Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, <https://orcid.org/0000-0001-7925-2021>, tamara.guaraldo@unesp.br

Resumo: A Ciência da Informação tem como objeto de pesquisa os processos que envolvem o ciclo informacional no qual compreendemos a exteriorização da informação, a seleção, o armazenamento, a representação, a organização e a disseminação da informação. Em seu fazer diário, esses processos são de responsabilidade do profissional da informação e, em sua dimensão intrínseca ou extrínseca, podem ser traduzidos pelo conceito de mediação da informação. Este trabalho bibliográfico visa compreender a abrangência no uso do termo “mediação” nos artigos publicados no periódico *Perspectivas em Ciência da Informação*, no período 2010-2019. A análise leva em conta que a informação registrada é considerada como a principal preocupação da Ciência da Informação e, portanto, propomos um novo olhar, utilizando a mediação da informação e da cultura como uma iniciativa para a dinamização dos processos culturais - apropriação e ressignificação de bens culturais como meio para a emancipação e autonomia dos indivíduos. Os resultados salientam o caráter interdisciplinar do termo “mediação” e, quanto aos usos mais comuns, é destaque tanto a mediação da informação por dispositivos eletrônicos, quanto a mediação de signos para a apropriação e interpretação do mundo em si, em seu sentido primordial.

Palavras-chave: Mediação; Mediação da informação; Mediação da cultura; Ciência da Informação. .

Abstract: The informational cycle and its processes are the object of research in Information Science. Taking that into account, as those processes we understand the externalization, the selection, storage, representation, organization and dissemination of information. In their daily work, these processes are the responsibility of the information professional and, in their intrinsic or extrinsic dimension, can be translated by the concept of information mediation. This bibliographic work aims to understand the scope in the use of the term "mediation" in the articles published in the journal *Perspectivas em Ciência da Informação*, in the period 2010-2019. The analysis takes into account that the recorded information is considered as the main concern of Information Science and, therefore, we propose a new look, using the mediation of information and culture as an initiative for the promotion of cultural processes - appropriation and resignification of cultural goods as a means for the emancipation and autonomy of individuals. The results highlight the interdisciplinary character of the term “mediation” and the most common uses cited are the mediation of information by electronic devices, as well as the mediation of signs for the appropriation and interpretation of the world itself, in its primordial sense, is highlighted.

Keywords: Mediation; Information mediation; Cultural mediation; Information Science.

INTRODUÇÃO

A definição da Ciência da Informação como campo científico surge por volta dos anos 60, impulsionada pelo desenvolvimento científico e tecnológico do pós-guerra. Com o objetivo de investigar os fluxos informacionais, o comportamento e as propriedades da informação, a Ciência da Informação se consolida a partir da análise da “[...] origem, coleta, organização, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação (BORKO, 1968). Neste artigo, desenvolvido no escopo da Ciência da Informação e seu campo de análise, discutimos a mediação da informação e da cultura como processos indissociáveis quando se aborda a informação em sociedade.

Mesmo assumindo, portanto, a informação e seus processos como objeto de estudo da Ciência da Informação, é preciso destacar que: o termo informação é polissêmico, o que reflete diretamente no caos conceitual que envolve as limitações de estudo da área.

Capurro e Hjörland (2007) apontam que a ramificação conceitual mais eminente está entre a noção de informação coisificada como objeto e a informação em seu aspecto subjetivo, como um signo que depende da interpretação do sujeito. É comum entre os autores da área o uso do termo informação como sinônimo de coisa, objeto - a informação registrada.

Sendo assim, acreditamos que devemos questionar o que entendemos por informação, esclarecendo quais concepções fundamentam nosso trabalho. Aqui, interpretamos informação a partir das necessidades individuais, ou seja, informação é aquilo que é informativo para um grupo de sujeitos, considerando suas urgências, circunstâncias e habilidades interpretativas. Discordamos, portanto, que a ideia de informação se restringe à informação registrada.

Pensando na complexidade que envolve os limites do conceito de informação, Almeida Júnior (2009, p. 94) propõe uma mudança na perspectiva que assume a informação registrada como objeto de estudo da área, defendendo que “esse objeto deva ser reconsiderado e a informação ser trocada pela mediação da informação”.

Entendemos a mediação cultural e da informação dentro de um sistemas de mediações - que envolve a mediação mediática, pedagógica, cultural, institucional, técnico-social e outras (DAVALLON, 2007). Tendo em vista a natureza da Ciência da Informação, é importante considerar no rol de objetos da área o complexo mediação a mediação cultural e da informação.

Discorreremos, nas seções seguintes, sobre os conceitos de informação, cultura, mediação da informação e mediação cultural, relacionando os usos na Ciência da Informação a partir de um breve levantamento bibliográfico descrito na seção de metodologia.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter exploratório, pois visa conhecer e explorar conceitos, por meio de breve revisão dos conceitos informação, mediação da informação e mediação cultural estabelecendo suas relações para dar base a uma análise bibliográfica no periódico *Perspectivas em Ciência da Informação* - título estrato A2, segundo o documento provisório do Novo Qualis 2019. Partimos do questionamento: como o conceito de mediação é abordado nestes artigos?

Tabela 1. Artigos analisados em ordem cronológica

<p>RODRIGUES, B. C.; CRIPPA, G. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 45-64, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000100004</p>
<p>FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 158-167, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362013000100011</p>
<p>BORTOLIN, S.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da literatura para leitores-ouvintes. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 207-226, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362014000100013</p>
<p>NOVELLI, V. A. M.; HOFFMANN, W. A. M.; GRACIOSO, L. S. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 30-51, set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1626</p>
<p>GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 151-163, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2264</p>
<p>MARTINS, A. A. L. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 164-185, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2298</p>
<p>GOMES, H. F.; VARELA, A. V. Mediação da informação na medicina: possibilidades de interlocução entre os saberes científico, profissional e sociocultural. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 3-22, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1529</p>
<p>FLECK, F. O.; CUNHA, M. F. V.; CALDIN, C. F. Livro ilustrado: texto, imagem e mediação. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 194-206, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000100194&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2390</p>
<p>BEZERRA, A. C. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 68-81, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362017000400068&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2936</p>

SILVA, R. J.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação: perspectivas conceituais em Educação e Ciência da Informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 71-84, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362018000200071&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2772>

MOURA, M. A. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 24, n. spe, p. 57-69, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000600057&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3893>.

Referência: Autoria própria (2019)

Foram recuperados 11 artigos. O processo se deu por meio da base de dados Scielo e, como termos de busca, utilizamos as variações “mediação” e “mediações”, exclusivamente inseridos nos títulos. Delimitamos como período de análise as publicações feitas entre 2010 e 2019.

A INFORMAÇÃO: O CONTEÚDO DAS MEDIAÇÕES

Definir o que é informação é uma tarefa complexa.

Neste caso, partimos do pressuposto de que informação pode ser considerada “como algo físico, como algo associado a uma dimensão cognitiva e, enfim, como fenômeno de natureza intersubjetiva, social” (CAPURRO, 2003 apud ARAÚJO, 2010, p. 95), ou seja, traduzimos tais interpretações por meio de três perspectivas: a) informação como coisa, b) informação como conhecimento individual e c) informação como um processo coletivo de construção. Embora a mediação atue mais sob uma perspectiva subjetiva de informação, os aspectos objetivos também estão presentes nos processos da mediação.

Para Smit e Barreto (2002, p. 21-22) o conceito de informação significa

[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificáveis e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio. Estas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação.

Nos atentemos aqui em questionar: até que ponto a informação mediada institucionalmente por profissionais da informação deve ser encarada somente como um dado - priorizando sua tangibilidade - e em que momento ela deve ser tomada por seu caráter subjetivo - a partir de suas possibilidades de interpretação na realidade socialmente construída.

Se compreendemos a realidade como construção social, podemos entender a informação “não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância *per se*, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas de acordo com os sujeitos que estão em relação” (ARAÚJO, 2003, p. 25, grifo do autor).

Essas interações sociais, são elementos simbólicos e, considerando suas relações históricas e sociais, podemos compreendê-los como cultura.

Geertz (2008, p. 4) aponta que

o homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado.

A cultura seria um todo complexo de características de uma comunidade. Também compreendida como realidade social, a cultura abarca a complexa existência de uma sociedade – no caso, as maneiras de conceber e organizar a vida social e os recursos disponíveis para cada agrupamento humano. Além disso, faz referência ao conhecimento produzido por um grupo e suas consequentes manifestações – uma perspectiva que enfatiza os elementos relacionados ao conhecimento, interpretando cultura como um domínio da vida social.

A informação é, portanto, insumo crucial para a estrutura cultural, como aponta Ramos (2006, p. 68) “a informação tornou-se o elemento organizador de nossa cultura; ela corresponde a uma maneira contemporânea de construir a cultura”.

O que destacamos, portanto, é a necessidade de investir em diferentes maneiras para veicular informação e conhecimento no processo de mediação da informação realizado por profissionais da informação. A informação é fundamental para o processo da mediação da informação e da cultura. Os aspectos objetivo e subjetivo da informação estão presentes no processo de mediação da informação e da cultural. A ênfase em um desses aspectos seria apenas uma forma de analisar o fenômeno da mediação. Em outros termos, a informação ainda atua como conteúdo do processo de mediação, seja como insumo ou produto resultante desta.

Dentre o que consideramos como um sistema de mediações, neste trabalho desenvolvemos sobre a função da mediação cultural como uma ferramenta de disseminação de informação.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA: ENCONTRO DE SABERES

A mediação da informação e da cultura estão inseridas no processo de atuação profissional em diferentes espaços e unidades de informação. O entendimento dos termos “cultura” e “informação” separados é prejudicial para a compreensão do processo no sistema das mediações, pois a informação está submetida aos códigos culturais. As ações de informação, quaisquer que sejam, se desenvolvem em um contexto cultural, portanto, a mediação cultural é o gênero e a mediação da informação é a espécie. Não há informação socialmente construída

que possa ser transmitida fora do contexto cultural independente dos códigos. Isto posto, podemos agora passar para

A mediação da informação é um processo básico e primordial do fazer dos profissionais da informação.

Almeida Júnior (2009, p. 92) conceitua mediação da informação como

toda ação de interferência - realizada pelo profissional da informação - direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Davallon (2007) que identifica no termo mediação três formas de uso:

Uso comum (nível etimológico): indica o conceito de mediação através do senso comum, ou seja, a ideia básica de que mediação é o ato de interceder, servir de intermédio entre duas partes.

Uso operatório (nível sócio-simbólico): é a interação perante o espaço social, por meio de elementos como a língua e cultura temos a mediação pedagógica, mediática, etc.

Uso técnico (nível institucional): o processo de mediação é profissional e especializado, considerando os efeitos de dispositivos sociais e técnicos durante a interação.

Ao afirmar que a mediação da informação é primordial para o fazer dos profissionais da informação, defendemos que a mediação é indissociável de suas atividades. Considerando a intervenção de um terceiro na relação de dois elementos, no trabalho do profissional da informação podemos entender a mediação em sua aplicação desde os processos de desenvolvimento de coleções até na disseminação da informação. Nesta perspectiva, a literatura identifica a mediação da informação como implícita e/ou explícita (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2014).

Por mediação explícita da informação, podemos facilmente compreender atividades como o Serviço de Referência e o atendimento ao usuário, dentro de um equipamento informacional. A mediação implícita indica atividades que são realizadas sem a presença física do usuário, como o desenvolvimento de coleções, catalogação, classificação, preservação, etc., mais conhecidos como procedimentos do serviço interno (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2014).

A mediação da informação é, por si, um processo de interferência; temos que “a informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93). Davallon (2007), por sua vez, ressalta o uso da mediação como uma interferência que transforma - a mediação não deve ser interpretada somente como um processo de relação, de “ponte” entre dois elementos; afinal, deve produzir algo além, a interferência deve ser realizada visando um estado mais satisfatório do que o que se encontra.

Refletindo na dinamização dos processos culturais, entendemos a aplicação de atividades culturais, como um novo olhar para a aproximação entre equipamento informacional e sua comunidade, visando converter este espaço em um

centro cultural para a comunidade, onde se produz, resgate, preserve e fomente os valores e a identidade cultural, por meio de uma participação ativa, do acesso e apropriação de expressões culturais e artísticas (MONCADA PATIÑO, 2006 apud RASTELI, 2019, p. 82, *tradução nossa*).

Estas iniciativas possuem base no conceito de mediação cultural.

O conceito de mediação cultural espalha-se pelas ciências que da informação, da comunicação e da cultura depois da Segunda Guerra Mundial, durante o século XX.

Rasteli (2019) indica que o primeiro uso do termo "mediação cultural", na biblioteconomia, é feito por Flusser (1980) no artigo "Uma biblioteca verdadeiramente pública", trabalho no qual o autor veementemente afirma que a biblioteca pública, para se aproximar de sua comunidade, precisa se transformar em um espaço voltado para a ação cultural.

A concepção de mediação cultural é complexa e interdisciplinar. Davallon (2007) entende que a mediação cultural busca estabelecer uma relação entre um público e bens culturais. Lima (2016, p. 44-45) pontuam que a mediação cultural

é a atividade que visa proporcionar igualdade de oportunidades e condições para que as pessoas estejam inseridas como protagonistas no percurso cultural e, assim, em processos dinâmicos de apropriação, possam se apropriar, ressignificar e reconstruir os bens culturais, bem como inventá-los, defini-los e renová-los.

Perrotti (2016, p. 7), ao questionar se "é possível partir de uma noção englobante de mediação cultural, sem que esta perca seu potencial heurístico, ou, então, reduza práticas tão distintas, quanto especiais?", acaba realçando que a grandiosidade da mediação cultural se encontra, justamente, em sua pluralidade.

A noção de mediação cultural ascende para dar relevância à diversidade cultural, mesmo considerando a massificação induzida pela globalização. O conceito de mediação cultural possui inúmeras interpretações e relações, resultado de sua interdisciplinaridade.

Ora, reforçamos que a mediação cultural também não pode ser limitada à noção de ponte e destacamos que, para Perrotti e Pieruccini (2008 apud LIMA, 2016, p. 37), a mediação cultural cria condições para que os sujeitos se apropriem de sua autonomia, considerando que, "a mediação cultural é o ato de criar condições culturais e cognitivas para os embates entre sujeitos e signos".

Em Dicionário crítico de política cultural (1999), Teixeira Coelho também define mediação cultural como o processo que aproxima o público às obras culturais.

Mediação cultural: processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de

facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual - com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura - ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural. Entre as atividades de mediação cultural estão as de orientador de oficinas culturais, monitores de exposições de arte, animadores culturais, museólogos, curadores, profissionais das diversas áreas que constituem um centro cultural, bibliotecários de bibliotecas públicas, arquivistas e guias turísticos. Os diferentes níveis que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural (COELHO, 1999, p. 248).

O verbete destaca que, em diferentes níveis, o processo de mediação deve ser particularizado como ação cultural, animação cultural e fabricação cultural.

Por ação cultural, entendemos as práticas inseridas no processo de mediação que visam proporcionar igualmente o acesso aos bens culturais, fundamentadas na apropriação crítica e na transformação do indivíduo e da realidade (COELHO NETTO, 1999; 2001). Freire (1981, p. 39) amplia a noção de ação cultural e a considera a partir do processo de alfabetização de adultos, no qual ratifica que a ação cultural deve ser fundamentada na tentativa de transformação da realidade, “num permanente tomar de distância da realidade em que se encontram mais ou menos imersos, os alfabetizados dela [realidade] emergem para nela inserirem-se criticamente”.

O conceito de animação cultural foi utilizado trivialmente por muito tempo. Coelho Netto (2001) afirma que, na realidade, é um processo completamente centralizado no agente, considerando que ele é o mediador e ele também se torna o sujeito da ação; as práticas relacionadas à animação cultural são, no geral, atividades diversionistas, voltadas para o “passar o tempo”.

A fabricação cultural distancia-se da ação cultural, pois, implica previamente o planejamento completo do processo; ou seja, antecipadamente, estabelece-se um ponto de partida, todas as etapas consequentes e até mesmo premedita um objetivo (COELHO NETTO, 2001). Diferencia-se, pois, visa um objetivo idealizado e não a transformação do indivíduo e/ou de sua realidade.

Arendt (1992 apud MORISHITA, 2006, p. 11) complementa a discussão afirmando que

para que seja livre, a ação deve ser livre, por um lado, de motivos e por outro, do fim intencionado como um efeito previsível. Isso não quer dizer que os motivos e objetivos não sejam importantes em todo ato particular, mas sim que eles não são seus fatores determinantes e a ação é livre na medida em que é capaz de transcendê-los.

Como já mencionado, a mediação cultural deve ser pensada frente à apropriação e emancipação, valorizando a autonomia dos sujeitos. O objetivo, ao se mediar cultura em equipamentos informacionais, é oferecer subsídios para que os indivíduos assumam seus papéis como agentes sociais ativos e tenham a capacidade de criticamente transformar a realidade. O desenvolvimento individual e social é impulsionado pelo aspecto cultural e os equipamentos

informativos devem “formar o cidadão crítico da cultura, estimulando sua criatividade, reflexão, expressão e senso estético” (SILVA, SOUZA, MORAIS, 2008 apud SANTA ANNA, 2017, p. 91).

É preciso utilizar de tais iniciativas culturais visando quebrar os paradigmas da cultura de massa. Em sua busca pela comercialização da cultura, a indústria cultural adapta e uniformiza toda produção, torna-se elemento massificador e, portanto, instiga a padronização, diluindo as diferenças e reproduzindo bens culturais de consumo.

Destacamos que a mediação cultural precisa levar em conta a identidade cultural da comunidade. Os equipamentos informativos estão inseridos em realidades determinadas e específicas e a mediação cultural vai, por sua vez, valorizá-las e difundi-las com diferentes manifestações culturais, como meio de emancipação social, com caráter político e crítico.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Iniciamos a discussão com uma breve análise quantitativa referente aos artigos recuperados.

O periódico *Perspectivas em Ciência da Informação* foi lançado como alternativa à *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, em 1996. Temos que, em uma década, foram publicados 11 artigos com os termos “mediação” e “mediações” nos títulos - importante destacar que contemplamos como publicação final a de volume 24, número 3, última disponibilizada antes do término desta análise.

É imprescindível notarmos que dentre aproximadamente 40 números (considerando que o periódico é uma publicação trimestral), 11 artigos publicados com os termos de busca selecionados - levando em conta a importância já mencionada do conceito - é uma quantidade extremamente baixa, em média 1,1 artigo por ano, no período analisado.

O ano de 2010 foi considerado para perfazer os 10 anos de análise, pois, na realidade não apresentou nenhuma publicação com os termos selecionados.

Em 2011, foi publicado o artigo “A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural?” (RODRIGUES; CRIPPA, 2011), os autores discutem o conceito de informação e sua complexidade relacionando o conceito ao processo de mediação e recuperação da informação em museus de arte.

A questão que permeia o artigo e acreditamos fundamentar nossas considerações é, justamente, a dialética entre a informação como um produto tangível ou intangível, os limites do conceito de conhecimento e a abrangência da definição de Arte. Rodrigues e Crippa (2011,

p. 60) apresentam a subjetividade do aporte teórico como ponto principal no enredamento dos parâmetros conceituais - pois, “depara-se com diferentes perspectivas, as quais têm seu ponto de referência ora no objeto, ora no indivíduo, ora na coletividade a qual este indivíduo se insere”.

É possível perceber que o conceito de mediação utilizado parte da noção de um processo de transmissão informacional (especificamente cultural e artístico), considerando os usuários de museus; entretanto, os autores veementemente destacam a instabilidade conceitual frente à subjetividade envolvida nas definições de informação e arte.

Ferreira e Almeida Júnior (2013) publicam um texto que analisa a mediação da informação sob a perspectiva arquivística. Reforçam o papel da mediação da informação como possibilidade de transformação do objeto de pesquisa da CI e defendem a mediação como forma de compreender amplamente a práxis do profissional da informação.

Em 2014 recuperamos 4 artigos, o maior número de publicações por ano, considerando o período analisado do periódico, com os termos de busca selecionados no título.

Em “Mediação da literatura para leitores-ouvintes”, Bortolin e Almeida Júnior (2014) discutem o papel do bibliotecário frente o estímulo à leitura, por meio da mediação da literatura. Os autores apresentam a importância da narrativa oral para a relação entre o leitor-narrador e o leitor-ouvinte.

Destacam a atuação do bibliotecário, como mediador de literatura, por visar uma "relação dialogada, apresentando a face sociocultural dessa profissão e suas possibilidades de contribuir efetivamente com a formação e manutenção de leitores brasileiros" (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 209). Evidenciam, também, as possibilidades na contação de histórias, dependentes da performance do leitor-narrador, pois, "texto lido na íntegra ou texto contado livremente, com nuances pessoais, são mediações da literatura possíveis de encantamento." (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 223).

Novelli, Hoffman e Gracioso (2014) apresentam, como o título bem explica, “Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais”. O estudo realizado visou identificar o uso de ferramentas para a mediação do acesso, busca e aprendizagem para o uso de fontes de informação.

As autoras salientam as variações na aplicação de tais ferramentas - considerando a perspectiva territorial, a diferença entre as bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. As autoras concluem salientando a importância do bibliotecário para a seleção e implementação de ferramentas adequadas à comunidade usuária, considerando o aumento crescente na

quantidade e disponibilidade de fontes de informação, visando garantir aos usuários uma experiência informacional autônoma e crítica.

Em um número especial do periódico, Gomes (2014) discute em seu artigo “A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social” a trajetória da biblioteca pública como um espaço social de cultura. Parte da perspectiva de três paradigmas que influenciam diretamente a existência das bibliotecas públicas: da conservação, difusão e apropriação cultural - utilizadas para dar validade à biblioteca como um equipamento de mediação cultural. A autora salienta o uso das atividades culturais como instrumentos determinantes para a apropriação da informação, especialmente considerando que as bibliotecas públicas devem atuar para a preservação da memória e mediação da identidade social da comunidade.

Portanto, ao considerarmos a mediação da informação como função social primordial da biblioteca, devemos nos atentar para garantir que as funções consideradas mais técnicas - como os processos de representação e organização da informação - correspondam excepcionalmente às necessidades oriundas de diferentes realidades sociais.

Martins (2014) também discute a mediação da informação em bibliotecas públicas, utilizando, porém, uma perspectiva dialética em sua análise. De título “Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética”, este é um dos trabalhos mais focados no termo “mediação” por si só, pois, faz uma breve análise dos empregos do conceito quando inserto na Ciência da Informação.

O autor destaca a ascensão da presença do conceito na literatura da área, justificando-a por sua abrangência - as diferentes perspectivas teóricas culminam nos estudos sociais da informação, do tratamento e recuperação de registros em sistemas, da gestão da informação em organizações, desenvolvimento de linguagens classificatórias, etc. Destaca também a existência do grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) - GT Mediação, Circulação e Apropriação da Informação.

Para nortear sua análise, o autor questiona:

[...] afinal, o que é a mediação? Quais as suas particularidades e a sua natureza? Como ela é tratada pela Ciência da Informação brasileira? O que este conceito polissêmico traz ou pode trazer para a construção do conhecimento no campo e para o pensamento conceitual, político e metodológico acerca das bibliotecas públicas? (MARTINS, 2014, p. 166).

É importante destacar que, utilizando uma perspectiva dialética, Martins (2014) defende que a mediação pode e deve funcionar como estímulo à questionamentos, para o despertar do pensamento crítico; portanto, recusa a posição de mediação como ponte, um processo neutralizado e argumenta “que a dinâmica social é perpassada continuamente por contradições

que a engendram, sendo necessário o desvelamento e enfrentamento das relações de poder inerentes a ela a partir da construção de projetos que visem sua transformação" (MARTINS, 2014, p. 183).

No ano de 2015, nenhum artigo foi publicado com as especificações de nossa análise.

Consideramos de extrema importância citar o artigo “Mediação da informação na medicina: possibilidades de interlocução entre os saberes científicos, profissional e sociocultural” de Gomes e Varela (2016) por ser o único (deste corpo de análise) que propõe relações entre áreas academicamente distintas.

Neste trabalho, as autoras analisam a importância da mediação da informação sob uma perspectiva médica. Portanto, levam em consideração o valor da relação, das “vozes” e das demandas subjetivas na interação entre médico-informação-paciente e apontam a relevância do profissional da informação nesse âmbito, pois, compreendem “a mediação da informação como uma zona de interseção entre os saberes científico, laboral e sociocultural, evidenciando-a como objeto de estudo e de práticas interdisciplinares” (GOMES; VARELA, 2016, p. 19).

Fleck, Cunha e Caldin (2016) discutem em “Livro ilustrado: texto, imagem e mediação” o significado do livro ilustrado no processo da mediação de leitura. Partindo do entendimento de que o bibliotecário como mediador de leitura visa promover práticas literárias envolventes, apresentando "a outros potenciais leitores o vasto universo dos livros, dos gêneros, dos autores e dos ilustradores" (FLECK; CUNHA; CALDIN, 2016, p. 195), os autores destacam que o livro ilustrado pode se tornar um instrumento transformador que "[...] permite uma atenção ao objeto livro em sua plenitude, como objeto artístico. Por ser múltiplo e oferecer diversas possibilidades de interação e leitura, trata-se de excelente instrumento para mediação" (FLECK; CUNHA; CALDIN, 2016, p. 204).

O contato com um material novo, que instiga diferentes competências e habilidades do mediador e do ouvinte, abre espaço para uma nova dinâmica nesta relação, valorizando a humanização, o diálogo e a criatividade.

Em “Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação”, Bezerra (2017) analisa as transformações nas práticas de mediação sob a ocorrência dos algoritmos - fórmulas matemáticas que controlam e supervisionam a navegação dos usuários, sendo utilizada para fins econômicos ou políticosociais.

O autor estabelece, para compreensão geral, que o uso dos algoritmos reflete diretamente em um “novo regime da informação” - o do determinismo informativo. Fica claro quando compreendemos que os algoritmos como ferramenta de mediação da informação, é diretamente

relacionado à vigilância dos passos virtuais e a personalização da navegação digital, sendo que “aquilo em que clicamos no passado determina o que veremos a seguir – uma história virtual que estamos fadados a repetir” (PARISER, 2012 apud BEZERRA, 2017, p. 79).

Silva e Almeida Júnior (2018) abordam, em “Mediação: perspectivas conceituais em Educação e Ciência da Informação”, o conceito de mediação perante as possibilidades de diálogo entre a área da Educação e da Ciência da Informação - ou a falta de diálogo entre elas. Revisam conceitualmente o termo “mediação”, apresentando sua interdisciplinaridade e suas convergências nas áreas - e destacam uma preocupação em comum: a formação de leitores.

Os autores identificam um viés marxiano no uso e aplicação da mediação nas áreas, considerando o materialismo histórico como método no qual “o sujeito se constitui não apenas do lastro biológico, mas também pelo aspecto cultural, histórico e que, portanto, é pela mediação dos instrumentos e principalmente dos signos, em especial da linguagem, que o homem interpreta o mundo e se forma” (SILVA; ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 82).

Concluem com questionamentos que visam incitar o diálogo entre as áreas, visando o benefício concomitante entre os profissionais envolvidos e os sujeitos com que lidam.

Moura (2019), em “A Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes”, não se aprofunda conceitualmente nas definições de mediação. Por sua vez, utiliza o termo para discutir como as relações sociais são mediadas por intervenções tecnológicas e apresenta essa discussão como um domínio da CI.

Podemos observar uma grande variedade de perspectivas no uso e aplicação teórica do termo “mediação”, o que se dá como um reflexo direto de sua abrangência e interdisciplinaridade. Terminadas nossas considerações, completaremos o pensamento na seção seguinte - associando os trabalhos analisados com o referencial teórico apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado previamente, para nortear nossa análise questionamos: como o termo “mediação” tem sido empregue nas publicações recuperadas?.

Foi possível perceber diferentes usos que entendiam a mediação como ponte entre dois domínios abordados. O termo mediação é utilizado tanto para indicar a mediação da informação realizada por dispositivos eletrônicos, quanto a mediação de signos para a apropriação e interpretação do mundo em si. O termo é abordado sob o enfoque de áreas para além da Ciência da Informação, por exemplo, Educação, Arquivologia e Medicina. A mediação da cultura é

mencionada especialmente como um recurso da biblioteca pública para a preservação, difusão e apropriação cultural.

A mediação pode ser pensada vastamente desde a relação mais específica - um usuário utilizando um sistema de recuperação de informação - até o mais básico contato humano - por exemplo, todo diálogo é mediado por signos - e, sendo assim, a mediação da informação é imprescindível ao fazer do profissional da informação.

É de extremo valor que o profissional da informação e se aproxime de sua comunidade usuária utilizando diferentes estratégias e ferramentas que estabelecem uma nova dinâmica de interação, pois, a mediação soma a participação dos indivíduos em um processo que desenvolve suas ferramentas para a apropriação de informação e construção de conhecimento.

No geral, no período de 2010 a 2019 apenas 11 artigos abordaram a temática no periódico *Perspectivas em Ciência da Informação*, o que denota um processo ainda inicial de discussão dos conceitos no âmbito científico da área no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. **Mediação da informação e suas múltiplas linguagens**. Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação, v. 2, n. 1, jan./dez. 2009. 16 p. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/119300>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Araujo16/publication/277240372_O_conceito_de_informacao_na_Ciencia_da_Informacao/links/562afef408ae04c2aeb1d94d.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BORKO, H. Ciência da Informação: o que é isto? Tradução livre. **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9C.I.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BEZERRA, A. C. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 68-81, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

[99362017000400068&lng=pt&nrm=iso](http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2936)>. Acesso em: 03 set. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2936>.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da literatura para leitores-ouvintes.

Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 207-226, mar. 2014. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000100013&lng=pt&nrm=iso)

[99362014000100013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 set. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362014000100013>.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo

Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012&lng=en&nrm=iso)

[99362007000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 4 set.

2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>.

COELHO NETTO, J. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 94 p.

COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. Ed.

São Paulo: Iluminuras, 1999. 383 p.

DAVALLON, J. A mediação: comunicação em processo? **Prisma.Com**: Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação, Porto, n. 4, p. 1-34, jun. 2007. Disponível em:

<revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viem/64>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 158-167, mar. 2013.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000100011&lng=pt&nrm=iso)

[99362013000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 set. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362013000100011>.

FLECK, F. O.; CUNHA, M. F. V.; CALDIN, C. F. Livro ilustrado: texto, imagem e mediação.

Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 194-206, mar. 2016. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000100194&lng=pt&nrm=iso)

[99362016000100194&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000100194&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 set. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2390>.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade

social. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 151-163, dez. 2014. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2264>.

GOMES, H. F.; VARELA, A. V. Mediação da informação na medicina: possibilidades de interlocução entre os saberes científico, profissional e sociocultural. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 3-22, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1529>.

LIMA, C. B. **O bibliotecário como mediador cultural**: concepções e desafios à sua formação. 2016. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26092016-145726/pt-br.php>>. Acesso em: 17 out. 2019.

MARTINS, A. A. L. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 164-185, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2298>.

MOURA, M. A. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 24, n. spe, p. 57-69, mar. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000600057&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3893>.

MORISHITA, R. M. **Ação cultural**: reflexões em torno de um conceito e de uma prática. 2006. 77 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e documentação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOVELLI, V. A. M.; HOFFMANN, W. A. M.; GRACIOSO, L. S. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 30-51, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1626>.

PERROTTI, E. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, D. A. **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 06-14.

RAMOS, L. B. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. 2007. 243 P. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/VALA-74QJRP>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

RASTELI, A. **Mediação cultural em bibliotecas**: contribuições conceituais. 2019. 276 f. Tese (Doutorado) - (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

RODRIGUES, B. C.; CRIPPA, G. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 45-64, mar. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000100004>.

SANTA ANNA, J. S. A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 1, p. 82-98, jan. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641700>>.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O conceito de mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 15., 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANCIB, 2014. 17 p. Disponível em:

<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2650/O%20CONCEITO%20DE%20MEDIA%C3%87%C3%83O%20IMPL%C3%8DCITA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 out. 2019.

SILVA, R. J.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação: perspectivas conceituais em Educação e Ciência da Informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 71-84, jun. 2018.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362018000200071&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2772>.

MÁS CONDUTAS CIENTÍFICAS: UMA ANÁLISE EM POLÍTICAS DE REPOSITÓRIOS DE DADOS

Fernando Brito da Costa Dias¹, Eduardo Graziosi Silva², Ariadne Chloe Mary Furnival³

¹Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, orcid.org/0000-0001-6432-7780,
fernandobrito_fer@hotmail.com

²Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, orcid.org/0000-0002-0682-0881, eduardo.graziosi@unesp.br

³Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, orcid.org/0000-0002-2344-4400,
chloe@ufscar.br

Resumo: A presente pesquisa aborda as más condutas científicas apresentadas nas políticas de repositórios de dados internacionais dos quais o Brasil participa. Para isso, usou-se os termos “plágio”, “fabricação” e “falsificação”, sendo os mais graves de acordo com o Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP. Assim, realizou-se uma busca para identificar os repositórios de dados internacionais com participação do Brasil. Após isso, foram identificados seis repositórios, que apresentaram um total de onze políticas. A pesquisa identificou que nenhuma das políticas abordam as três más condutas científicas apresentadas pela FAPESP, o que pode comprometer a confiabilidade dos dados dos repositórios estudados.

Palavras-chave: Repositório de dados; Ética profissional; Má conduta científica.

Abstract: This research addresses the facets of scientific misconduct presented in the policies of international data repositories in which Brazil participates. For this, we used the terms “plagiarism”, “fabrication” and “counterfeiting”, the most serious facets according to the FAPESP Code of Good Scientific Practice. Thus, a search was performed to identify the international data repositories with participation from Brazil. After that, eight repositories were identified, which presented a total of eleven policies. The research identified that none of the policies address the three scientific misconduct presented by FAPESP, which could compromise the integrity of data from the studied repositories.

Keywords: Data repositories; Professional ethics; Scientific misconduct.

INTRODUÇÃO

Com o avanço e crescimento das pesquisas e publicações científicas, tornou-se fundamental pensar-se em meios para coleta, armazenamento, preservação e gestão dos dados de pesquisa. Enquanto elementos centrais da pesquisa científica, a gestão dos dados tem sido cada vez mais necessária para garantir sua coleta, descrição e garantia de qualidade de forma a otimizar a pesquisa científica por meio de seu compartilhamento em repositórios de dados de pesquisa.

Eles variam conforme a área do conhecimento, mas de forma geral incluem:

Documentos textuais, planilhas, estatísticas, cadernos de laboratório, cadernos de campo, diários, questionários, transcrições, arquivos de áudio, vídeo, fotografias, sequências de proteínas ou genéticos, artefatos, amostras, modelos, algoritmos, scripts, arquivos de log, software de simulação, metodologias e fluxos de trabalho, procedimentos operacionais, padrões e protocolos (SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019).

Quanto a tipologia, os dados de pesquisa são categorizados como “observacionais, experimentais, simulações, dados compilados” (SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019), assim, são considerados alicerces do conhecimento científico.

Os repositórios de dados de pesquisa, por sua vez, são considerados:

Banco de dados que recebem, gerenciam e disseminam dados e conjuntos de dados de pesquisa. Eles constituem o lugar mais apropriado para que seus dados sejam preservados e possam ser recuperados, acessados e citados por outros pesquisadores, ou seja, tenham visibilidade em escala mundial (SAYÃO; SALES, 2015, p. 50).

Perrier et al. (2017) realizaram uma revisão de escopo no período de 1995 a 2016 sobre a gestão de dados de pesquisa em instituições acadêmicas e identificaram que mais de 85% dos artigos científicos sobre gestão de dados de pesquisa foram publicados após 2010, o que demonstra a crescente demanda sobre o assunto. No contexto brasileiro, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pensando na preservação, transparência e difusão das pesquisas por ela financiadas, já exige como pré-requisito, desde outubro de 2017, plano de gestão de dados de pesquisa para projetos temáticos com duração de 5 (cinco) anos (PIERRO, 2018).

Assim, temos que um plano de gestão de dados de pesquisa é:

Um documento formal que descreve os dados produzidos durante um projeto de pesquisa e descrevem estratégias de gerenciamento de dados que serão implementadas durante e após a fase ativa do projeto de pesquisa. Os DMPs também descrevem detalhadamente todos os aspectos do gerenciamento de dados que ocorrerão durante todo o ciclo de vida dos dados da pesquisa, quando os dados estiverem sendo coletados, organizados, documentados, compartilhados e preservados (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2018).

Para que um plano de gestão de dados seja eficiente, é necessário que seja organizado em 5 (cinco) etapas essenciais, a saber: 1) Destaque os tipos de dados que serão produzidos durante a execução do projeto. Por exemplo: registro de coletas, resultados experimentais, gráficos, mapas, vídeos, planilhas, gravações de áudio ou imagens; 2) Comunique eventuais restrições éticas ou legais para o compartilhamento de dados, além de garantir questões relacionadas com a privacidade, confidencialidade, segurança e propriedade intelectual; 3) Descrever a política de preservação e compartilhamento, por exemplo, em que momento os dados serão disponibilizados; 4) Apresentar os métodos utilizados para armazenamento e acesso dos dados; 5) Atualização do plano sempre que necessário (PIERRO, 2018).

Desta forma, este trabalho reflete sobre a disponibilização de dados de pesquisa e seus aspectos éticos. Enquanto a disponibilização de dados objetiva a reprodutibilidade da pesquisa com vistas à geração de novas pesquisas por meio da reutilização e compartilhamento de dados, por outro lado, deve-se pensar na legitimidade dos mesmos. Vale ressaltar que no plano exigido pela FAPESP, é necessário estar incluso o uso de repositórios digitais para compartilhamento dos dados, a exemplo do Figshare¹, Data Dryad² e Zenodo³. De acordo com Pierro (2018), esta é uma ação que deve se estender para os demais tipos de pesquisa nos próximos anos.

No que se refere aos aspectos éticos, tem-se que a questão da fraude na propriedade intelectual remonta desde o surgimento do plágio na Modernidade às fraudes intelectuais na ciência a partir da década de 1980. Desde então, a ética na pesquisa científica tornou-se assunto na mídia a partir da divulgação de casos de fraudes científicas, o que fez com que as instituições de pesquisa e as universidades fossem cobradas sobre uma posição acerca dessas situações (RUSSO, 2014). Sobre isso, Al-Adawi, Ali e Al-Zakwani (2006) relatam que 2% dos pesquisadores entrevistados admitiram ter fabricado, falsificado ou modificado dados ou resultados pelo menos uma vez. Alguns dos pesquisadores disseram que praticaram tal ato de má conduta por estarem sendo pressionados pela agência financiadora.

A fim de orientar os pesquisadores, as instituições de pesquisa e as universidades passaram a adotar medidas e instrumentos que favorecessem condutas éticas de sua comunidade, tal como os códigos de ética e integridade científica, que surgiram inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente foram adotados por outros países (RUSSO, 2014). No Brasil, citam-se como exemplos as Diretrizes da Comissão de Integridade na Atividade Científica (CIAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁴, a recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a adoção de políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual nas instituições de ensino brasileiras⁵ e o Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP, o qual tem por objetivo garantir a integridade das pesquisas por ela apoiadas. Para isso, o Código da FAPESP está firmado sob três pilares interdependentes, a saber: 1) educação; 2) prevenção; 3) investigação

¹ Disponível em: <https://figshare.com/>. Acesso em: 23 dez. 2019.

² Disponível em: <https://datadryad.org/stash>. Acesso em: 23 dez. 2019.

³ Disponível em: <https://zenodo.org/>. Acesso em: 23 dez. 2019.

⁴ Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/106200. Acesso em: 23 dez. 2019.

⁵ Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019.

e sanção justas e rigorosas. Assim, nas instituições que recebem apoio da FAPESP para o desenvolvimento de pesquisas, é exigido:

(a) promover regularmente atividades educativas concernentes aos valores e competências pertinentes à integridade ética da pesquisa, como cursos, eventos e programas de treinamento de pesquisadores em formação; (b) oferecer aos pesquisadores e estudantes da instituição aconselhamento em situações particulares que envolvam a aplicação desses valores e o exercício dessas competências; (c) investigar formalmente e, se for o caso, punir, de maneira justa e rigorosa, segundo regras expressamente definidas, toda denúncia de más condutas científicas, respeitando, no curso das investigações, o direito dos denunciados à plena defesa, à presunção de inocência e à preservação de suas reputações (FAPESP, 2014, p. 10-11).

Uma alternativa usada por periódicos científicos é a exigência de registros de ensaios clínicos, como o CONSORT *checklist* e o ARRIVE *checklist*, no momento da submissão de trabalhos. Essas alternativas têm como objetivo garantir a qualidade e a ética, além de garantir a boa prática e coibir a má conduta na pesquisa científica, sendo que: “Entende-se por má conduta científica toda conduta de um pesquisador que, por intenção ou negligência, transgrida os valores e princípios que definem a integridade ética da pesquisa científica e das relações entre pesquisadores [...]” (FAPESP, 2014, p. 31).

Atualmente, além de necessitarem gerenciar as pesquisas, exigem-se das instituições de pesquisa e universidades ações de gestão de dados de pesquisa, a fim de otimizar o avanço da ciência por meio da coleta, tratamento, armazenamento, disseminação, compartilhamento e reuso dos dados. No que se refere aos aspectos éticos dos dados de pesquisa, têm-se as políticas de dados, que são definidas como “[...] normas que regulam o gerenciamento e a publicação de dados de pesquisa” (INTERNATIONAL FEDERATION OF DATA ORGANIZATIONS, 2016, tradução nossa). Embora o escopo e o conteúdo das políticas variem entre os países e disciplinas, elas funcionam como instrumentos que regem os direitos e deveres dos usuários acerca dos dados, dentre eles, as condutas científicas que devem ser observadas quanto ao uso dos dados. Desta forma, este trabalho analisa como as políticas de repositórios de dados dos quais o Brasil participa abordam as más condutas científicas.

METODOLOGIA

No Código de Boas Práticas da FAPESP, são identificadas três más condutas graves como sendo as mais recorrentes no meio acadêmico, sendo elas: “fabricação”, “falsificação” e “plágio”. Assim, realizou-se a verificação da presença ou ausência de referência a essas três más condutas científicas em políticas de repositórios de dados de pesquisa.

Os repositórios de dados de pesquisa foram selecionados pelo site *Registry of Research Data Repositories* da DataCite. Selecionaram-se apenas os repositórios com participação do Brasil para delimitar a quantidade de políticas analisadas. Foram desconsiderados os repositórios

“Base de Dados Científicos da Universidade Federal do Paraná” e “CEDAP *Research Data Repository - research data*”, pois não possuem política de dados. Além disso, também não foi considerada a política “*Terms of use*” do *Exploration and Production Data Bank*, pois o respectivo site encontrava-se fora do ar durante a coleta de dados, que foi realizada em julho de 2019. Portanto, foi analisado um total de seis repositórios, o que resultou na análise de onze políticas.

Após a delimitação dos termos e a seleção dos repositórios a serem pesquisados, realizou-se uma análise de conteúdo (BARDIN, 2010) nas políticas com os termos “*fabrication*”, “*falsification*” e “*plagiarism*” nas políticas dos repositórios *WorldClim*, *GLOBE*, *International Ocean Discovery Program*, *IBICT Dataverse Network* e *Exploration and Production Data Bank*, pois estavam em inglês, e os termos “fabricação”, “falsificação” e “plágio” na política do repositório *PPBio Data Repository*, pois era a única em português, de forma a identificar se as políticas abordam o tema em seu conteúdo.

A seleção do Código da FAPESP justifica-se pelo fato de ter sido um dos primeiros códigos brasileiros sobre o assunto publicado por uma agência de fomento à pesquisa, bem como pelo fato de ter inspirado a criação de documentos semelhantes por instituições congêneres. A escolha do *Registry of Research Data Repositories* como fonte de seleção dos repositório foi devido ao fato dessa ferramenta apresentar o registro global de repositórios de dados de pesquisa que abrange diversas áreas do conhecimento. Além disso, tem parceria com instituições de pesquisa alemãs e é recomendado por editoras científicas como uma ferramenta que facilita a identificação de repositórios de dados de pesquisa apropriados para o seu depósito. O método de análise de conteúdo, por sua vez, releva-se adequado para o presente estudo uma vez que proporciona identificar os termos propostos nas políticas dos repositórios de dados e a frequência com que aparecem.

Assim, a relevância desta pesquisa deve-se à necessidade de ampliação de discussões sobre as más condutas científicas no meio acadêmico. Uma vez que o crescimento do uso do ambiente eletrônico para a realização de pesquisas, bem como a pressão pela publicação de resultados (comumente denominada como “publicar ou perecer”) tem estimulado tais condutas, faz-se necessário refletir sobre seus impactos nos resultados de estudos relevantes para a sociedade.

REVISÃO DA LITERATURA

A integridade científica é um assunto que ganhou força com o crescimento das publicações acadêmicas em ambiente eletrônico. Nesse sentido, organizações de pesquisa e sociedades científicas desenvolveram diretrizes que orientam os pesquisadores em relação aos aspectos

éticos da ciência e às boas práticas científicas (OFFICE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY POLICY, 2000; EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION POLICY BRIEFING, 2000; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2007; EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION, 2010; UNIVERSITIES UK, 2012; RESEARCH COUNCILS UNITED KINGDOM, 2013).

Em um âmbito geral, a literatura sobre “más condutas científicas” apresenta estudos sob diferentes perspectivas. Como exemplo, citam-se estudos realizados em determinadas áreas do conhecimento, a exemplo da Medicina (AL-MARZOUKI et al., 2005) e da Economia (NECKER, 2014), cujo objetivo era identificar más condutas científicas nessas áreas. No que se refere às ações e práticas dos pesquisadores, há estudos que abordam temas como: comportamentos que acarretam em más condutas científicas e práticas de pesquisa questionáveis (HOPP; HOOVER, 2018); a fabricação de dados como forma de subversão, resistência e reajuste de tensões provenientes de desigualdades trabalhistas e socioeconômicas (KINGORI; GERRETS, 2016); ocorrência ou não de diferentes tipos de plágio (PUPOVAC; FANELLI, 2015); retratação de publicações científicas (STEEN, 2011a; STEEN, 2011b); e a percepção de pesquisadores sobre a integridade e más condutas científicas (YI; NEMERY; DIERICKX, 2019).

No Brasil, também há estudos específicos sobre más condutas e integridade científicas em diferentes contextos: a função das universidades e agências de fomento na integridade científica (SILVA, 2008; VASCONCELOS et al., 2015) e o plágio acadêmico e a responsabilidade das associações científicas (DALLA COSTA, 2016). Verifica-se, ainda, a existência de estudos em que se analisaram as más condutas em áreas do conhecimento, como Educação (KROKOSCZ, 2011; VILAÇA, 2015), Saúde, (SOUSA et al., 2016), Odontologia (GUEDES; GOMES FILHO, 2015) e Negócios (VELUDO-DE-OLIVEIRA, 2014).

No contexto das universidades, as bibliotecas universitárias destacam-se como órgãos estratégicos na oferta de produtos e serviços para pesquisadores voltados à prevenção de más condutas científicas. Foasberg (2012) relata um treinamento em forma de *game* sobre ética para estudantes sobre plágio, falsificação e fabricação de dados. Meera e Hiremath (2018), por sua vez, constataram o pouco uso da biblioteca para no que se refere à gestão de dados de pesquisa, o que cria uma oportunidade para a mesma atender a demanda dos alunos sobre o assunto, especialmente em relação às questões éticas e legais. Por se tratar de assunto recente, Herr (2019) oferece aos profissionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação orientações que abrangem desde a coleta de informações até o engajamento em conversas, apresentação de

alegações formais e como responder efetivamente quando houver suspeita ou confirmação de má conduta científica.

Ressalta-se que essas ações voltadas para a ética seguem as orientações de códigos de ética profissionais. No caso da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016), seu código de ética preconiza o acesso, a transparência, a privacidade e a propriedade intelectual da informação, que podem ser aplicadas em produtos e serviços relacionados à gestão de dados de pesquisa. Em âmbito nacional, o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário Brasileiro do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) também prevê que o bibliotecário estimule o uso de técnicas atuais visando à excelência na prestação de serviços e assumam responsabilidades pelas informações fornecidas, conforme o Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e Lei de Acesso à Informação vigentes (BRASIL, 2018), de forma a também contribuir para um atendimento ético e legal no que tange à gestão de dados de pesquisa.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os repositórios de dados pesquisados e suas respectivas políticas, com a indicação do link de acesso e a presença ou ausência de referência à(s) má(s) conduta(s) científica(s).

Tabela 1. Políticas dos repositórios de dados com participação do Brasil

Nome do repositório	Nome da política de dados	Link da política	Má(s) conduta(s) científica(s) abordada(s)
<i>WorldClim</i>	<i>Data for current conditions</i>	http://worldclim.org/current	Nenhuma
	<i>Copyright & Licensing</i>	http://osc.universityofcalifornia.edu/scholarly-publishing/copyright-licensing/	Nenhuma
<i>GLOBE</i>	<i>Benefits of Globe</i>	http://globe.umbc.edu/about-globe/benefits-of-globe/	Nenhuma
<i>International Ocean Discovery Program</i>	<i>ODP Sample Distribution, Data Distribution, and Publications Policy</i>	http://www-odp.tamu.edu/publications/policy/policy.pdf	Nenhuma
	<i>Principles of scientific investigation</i>	http://www.iodp.org/about-iodp/principles-of-scientific-investigation	Nenhuma

	<i>IODP-wide policies /procedures / guidelines</i>	https://www.iodp.org/policies-and-guidelines	Nenhuma
PPBio Data Repository	Política de dados	https://ppbio.inpa.gov.br/politica-dados	Nenhuma
IBICT Dataverse Network	<i>Dataverse Guides</i>	http://guides.dataverse.org/en/latest/	Nenhuma
	<i>Harvard Dataverse General Terms of Use</i>	https://dataverse.org/best-practices/harvard-dataverse-general-terms-use	Nenhuma
	<i>Harvard Dataverse Policies</i>	https://dataverse.org/best-practices/harvard-dataverse-policies	Nenhuma
Exploration and Production Data Bank	<i>Agreements Assignment</i>	http://rodadas.anp.gov.br/en/agreements-assignment	Nenhuma

Fonte: Os autores (2019).

No repositório *WorldClim*, a política “*Data for current conditions*” apresenta dados de temperatura disponíveis para *download* nos formatos de grade genérica e grade ESRI. A política “*Copyright & Licensing*” está subdividida nos tópicos *What you can do with the work of others* e *What you can do with your own work* e apresenta informações sobre direitos autorais e licenciamento de dados desse repositório. O repositório *Globe (Global Collaboration Engine)*, destinado ao compartilhamento de dados locais e regionais com dados globais sobre mudanças na Terra, apresenta a política “*Benefits of Globe*”, que somente discrimina as vantagens em ser um membro dessa rede de colaboração. O *International Ocean Discovery Program (IODP)* é uma rede de colaboração de exploração marinha formada por vinte e três países que, a partir de dados gravados em sedimentos e em rochas do fundo do mar, exploram a história e a dinâmica da Terra. Essa rede apresenta três documentos: “*ODP Sample Distribution, Data Distribution, and Publications Policy*”, “*Principles of scientific investigation*” e “*IODP-wide policies/procedures/guidelines*”. Eles discorrem sobre responsabilidades do programa e dos solicitantes de dados, diretrizes gerais para a pesquisa científica e políticas, procedimentos e diretrizes do IODP, respectivamente.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi criado em 2004 no Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica (CENBAM) e visa intensificar o desenvolvimento de pesquisas sobre a biodiversidade brasileira. A política do PPBio apresenta informações sobre os seguintes itens: “Das definições gerais”, “Das obrigações, atribuições e competências”, “Da gestão e autoria dos dados”, “Das bases de dados – usos e acessos”, “Da propriedade intelectual” e “Dos prazos”.

O IBICT *Dataverse Network* é um repositório destinado ao arquivamento, preservação e compartilhamento com citação de dados persistentes, permitindo sua reprodução. Ele não possui uma política específica: os documentos “*Dataverse Guides*”, “*Harvard Dataverse General Terms of Use*” e “*Harvard Dataverse Policies*” apresentam informações sobre guias, termos de uso e políticas do *Dataverse*, que é um aplicativo *web* de código-fonte aberto de compartilhamento, preservação, citação, exploração e análise de dados de pesquisa. O *Exploration and Production Data Bank*, por fim, é um repositório de dados geofísicos, geológicos e geoquímicos cujo objetivo é fornecer ajuda para as bacias sedimentares onde há maior probabilidade de petróleo e gás natural e, assim, garantir o domínio brasileiro sobre o potencial de conhecimento gerado em hidrocarbonetos. Sua política apresenta os itens “Consulta Pública e Audiência”, “Procedimentos”, “Processos para Atribuição de Acordos”, “Extensão de acordos”, “Empréstimos Baseados em Reservas” e “Perguntas Frequentes”.

Portanto, o Quadro 1 revela que nenhuma das políticas de dados com participação do Brasil abordam as más condutas científicas apresentadas pela FAPESP. Esses documentos, portanto, apresentam lacunas, por não fazerem menção às más condutas científicas comprometendo, assim, sua aplicabilidade à avaliação dos dados depositados nos respectivos repositórios.

CONCLUSÕES

É preciso considerar a gestão dos dados durante o processo de desenvolvimento de uma pesquisa, uma vez que essa atividade é de extrema importância para seu ciclo de vida, sendo essencial o acesso, a armazenagem e a preservação de dados com vistas à sua reprodutibilidade.

Com todas as facilidades que os repositórios de dados disponibilizam para o pesquisador, ressalta-se a atenção que deve ser dada à ética na pesquisa científica. Isso se justifica pelo fato desse assunto caracterizar-se como um tema em ascensão nas diferentes áreas do conhecimento e, sobretudo, com o aumento da frequência de fraudes, principalmente no final do século XX. Atualmente, no que diz respeito aos repositórios de dados, a ética também deve ser considerada a fim de se prevenir a ocorrência de más condutas científicas nessas plataformas.

Após as análises e pesquisas nas políticas dos repositórios de dados estudados, não foi possível obter nenhum resultado, ou seja, nenhuma das políticas aqui abordadas apresentam os termos “plágio”, “fabricação de dados” e “falsificação de dados”. Vale ressaltar que a maioria das políticas estão no idioma inglês, assim, as buscas foram realizadas também nesse idioma.

Como as políticas de dados analisadas não revelaram a existência dos termos pesquisados, faz-se necessário realizar outros estudos em repositórios de dados distintos dos aqui estudados,

a fim de verificar se suas políticas abordam as más condutas científicas e orientam os autores em relação a condutas éticas na pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

ADAWI, S.; ALI, B. H.; AL-ZAKWANI, I. Research misconduct: the peril of publish or perish. **Oman Medical Journal**. 2016, v. 31, n. 1, p. 5-11. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4720946/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

AL-MARZOUKI, S. et al. The effect of scientific misconduct on the results of clinical trials: a delphi survey. **Contemporary clinical trials**, v. 26, n. 3, p. 331-337, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretrizes**. [2011?]. Disponível em: <http://cnpq.br/diretrizes>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução n. 207, de 7 de novembro de 2018. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 155-156. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

DALLA COSTA, R. M. C. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 187-200, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442016000300187&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 dez. 2019.

EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION. Fostering research integrity in Europe. **European Science Foundation**, 2010. Disponível em: http://www.esf.org/fileadmin/user_upload/esf/ResearchIntegrity_Report2011.pdf. Acesso em: 27 dez. 2019.

_____. Good scientific practice in research and scholarship. **European Science Foundation**, 2000. Disponível em: <https://wcrif.org/documents/293-2007-242-good-scientific-practice/file>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FOASBERG, N. M. Taking instruction to the next level: creating evaluations to assess student learning online. **Journal of Electronic Resources Librarianship**, v. 24, n. 4, p. 322-324, 2012.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Código de boas práticas científicas**. São Paulo: FAPESP, 2014. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo de Boas Praticas Cientificas 2014.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GUEDES, D. O.; GOMES FILHO, D. L. Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia. **Revista Bioética**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 139-148, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000100139&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 dez. 2019.

HOPP, Christian; HOOVER, Gary A. What crisis? management researchers' experiences with and views of scholarly misconduct. **Science and Engineering Ethics**, p. 1-40, 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF DATA ORGANIZATIONS. **IFLA Code of Ethics for Librarians and other Information Workers**. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11092>. Acesso em: 28 dez. 2019.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 745-768, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 dez. 2019.

MEERA, B. M; HIREMATH, V. Data-intensive research in physics: challenges and perspectives. **Annals of Library and Information Studies**, v. 65, n. 1, p. 43-49, 2018.

NECKER, S. Scientific misbehavior in economics. **Research Policy**, v. 43, n. 10, p. 1747-1759, 2014.

OFFICE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY POLICY. Federal policy on research misconduct. **OSTP**, 2000. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/federal-research-misconduct-policy>. Acesso em: 27 dez. 2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. GLOBAL SCIENCE FORUM. Best practices for ensuring scientific integrity and preventing misconduct. **OECD**, 2007. Disponível em: <http://www.oecd.org/science/inno/40188303.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

PIERRO, Bruno de. Uma estratégia para dados: pesquisadores são estimulados a gerenciar e compartilhar as informações científicas que produzem. **Pesquisa FAPESP**, n. 267 maio. 2018. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/05/23/uma-estrategia-para-dados/>. Acesso em: 16 de. 2019.

PUPOVAC, V.; FANELLI, D. Scientists admitting to plagiarism: A meta-analysis of surveys. **Science and Engineering Ethics**, v. 21, n. 5, p. 1331-1352, 2015.

REGISTRY OF RESEARCH DATA REPOSITORIES. **Search**. [201-?]. Disponível em: [https://www.re3data.org/search?query=&countries\[\]=BRA](https://www.re3data.org/search?query=&countries[]=BRA). Acesso em: 23 jul. 2019.

RESEARCH COUNCILS UNITED KINGDOM. RCUK policy and guidelines on governance of good research conduct. **RCUK**, 2013. Disponível em: <https://www.ukri.org/files/legacy/reviews/grc/rcuk-grp-policy-and-guidelines-updated-apr-17-2-pdf/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

RUSSO, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/16.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 357-368, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 dez. 2019.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Dados de pesquisa**. 2019. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/apoio-pesquisador/dados-pesquisa/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SOUSA, R. N. de et al. Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. **Revista Bioética**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 459-468, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000300459&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 dez. 2019.

STEEN, R. Grant. Retractions in the scientific literature: do authors deliberately commit research fraud? **Journal of Medical Ethics**, v. 37, n. 2, p. 113-117, 2011a.

_____. Grant. Retractions in the scientific literature: is the incidence of research fraud increasing? **Journal of Medical Ethics**, v. 37, n. 4, p. 249-253, 2011b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Gestão de dados**. 2018. Disponível em: <http://www.propq.ufscar.br/pesquisador/gestao-de-dados-1>. Acesso em: 16 dez. 2019.

UNIVERSITIES UK. Concordat to support research integrity. **Universities UK**, 2012. Disponível em: <https://www.universitiesuk.ac.uk/policy-and-analysis/reports/Documents/2012/the-concordat-to-support-research-integrity.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

VASCONCELOS, S. M.R. et al. Brazilian science and research integrity: Where are we? What next? **Anais da Academia Brasileira de Ciência**, Rio de Janeiro, v. 87, n. 2, p. 1259-1269, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-37652015000201259&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 dez. 2019.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M. et al. Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. **RAM: Revista de Administração do Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 73-97, fev. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 dez. 2019.

YI, N.; NEMERY, B.; DIERICKX, K. Perceptions of research integrity and the Chinese situation: In-depth interviews with Chinese biomedical researchers in Europe. **Accountability in Research**, v. 26, n. 7, p. 405-426, 20

DA ACADEMIA À SOCIEDADE: O PROJETO M.A.P. NAS MÍDIAS DIGITAIS

Laryssa Albino Oliveira¹, Raquel de Paula Guets², Sofia Tonoli Maniezzo Zani³

¹Universidade de São Paulo, <https://orcid.org/0000-0002-0294-4772>,
laryssa.albino.oliveira@usp.br

²Universidade de São Paulo, <https://orcid.org/0000-0002-9265-1200>, raquel.guets@usp.br

³Universidade de São Paulo, <https://orcid.org/0000-0002-0520-6839>, sofia.zani@usp.br

Resumo: Levar uma pesquisa acadêmica para fora da universidade se tornou pauta entre as principais universidades brasileiras. Isso se deve principalmente ao momento histórico e crítico no qual estamos vivendo, uma vez que a sociedade tem questionado qual o papel da universidade; consequência, talvez, do descolamento da academia no contato social. Como informar a sociedade sobre projetos e eventos científicos em uma linguagem acessível? E qual a função das mídias sociais nessa divulgação? É o que a Frente de Extroversão, criada no âmbito do projeto M.A.P (Mulheres na América Portuguesa), tem trabalhado desde o começo deste ano de 2019, com resultados interessantes que constroem essa ponte academia-sociedade, e que apresentaremos nesta oportunidade. O projeto M.A.P nasce, entre outras motivações, da falta de uma chave de busca em arquivos com repositórios digitais, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, que tenham um recorte de gênero. Valendo-se dos documentos disponíveis em acervos digitais e físicos, o M.A.P. propõe a construção de um catálogo próprio, digital e georreferenciado, com documentos que formem um corpus de mulheres autoras ou referidas dentro de um recorte temporal, 1500 a 1822, ou seja, durante o período do Brasil colonial. O próprio catálogo digital, que tem como objetivo e consequência facilitar as pesquisas futuras e atuais das áreas de História, Filologia e Linguística sobretudo, também está disponível para o público geral, agindo simultaneamente como um projeto de pesquisa e de divulgação científica (popularização da ciência) - e, para ampliá-lo ainda mais, decidimos criar a Frente de Extroversão, responsável pelas mídias digitais de forma a garantir que o alcance do projeto aumentasse. As redes sociais mostram ótimos resultados nesse sentido: no Facebook, alcançamos a marca de 805 curtidas. Já no Instagram, chegamos a 545 seguidores orgânicos, sendo, destes, 78% mulheres. As mídias digitais também têm como resultado, para além da democratização da informação acadêmica, a pesquisa solidária. Assim, ao compartilharmos o projeto, acabamos por receber mensagens de pessoas de outros estados com sugestões de documentos que poderiam ampliar e diversificar ainda mais o corpus digital. O catálogo, portanto, passou a ser um trabalho coletivo que estará sempre em construção, sem um prazo de término e que se alimenta dessa pesquisa solidária feita com pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil, descentralizando-se da Universidade de São Paulo e aproximando a academia da sociedade.

Palavras-chave: História das Mulheres no Brasil; Filologia; Divulgação Científica; Mídias Digitais; Humanidades Digitais

Abstract: Taking an academic research out of the university has become an agenda among the leading Brazilian universities. This is mainly due to the historical and critical moment in which we are living, since society has questioned the role of the public university; perhaps a consequence of the detachment of the academy in social contact. How to inform society about scientific projects and events in accessible language? And what is the role of social media in this dissemination? This is what the Frente de Extroversão, created under the M.A.P (Women in Portuguese America) Project, has been working since the beginning of this year (2019), with

interesting results that build this bridge academy-society, and in this paper we will present this opportunity. The M.A.P project is born, among other motivations, from the lack of a search key in archives with digital repositories, such as the Lisbon's Torre do Tombo National Archive and the São Paulo State Public Archive, that have a gender marker. Drawing on documents available in digital and physical collections, M.A.P. proposes the construction of its own digital and georeferenced catalog, with documents that form a corpus of women authors or referred within a time frame, 1500 to 1822, that is, during the period of colonial Brazil. The digital catalog itself, which aims and facilitates future and current research mainly in the areas of History, Philology and Linguistics, is also available to the general public, acting simultaneously as a research and scientific dissemination project (popularization of science) - and to expand it further, we decided to create the Frente de Extroversão, responsible for digital media, to ensure that the scope of the project was increased. Social networks show great results in this regard: on Facebook, we reached the 805 likes mark. Already on Instagram, we reached 545 organic followers, of which 78% are women. Digital media also result, in addition to the democratization of academic information, by solidary research. Thus, by sharing the project, we eventually received messages from people from other places with suggestions for documents that could further expand and diversify the digital corpus. The catalog, therefore, became a collective work that will always be under construction, without a deadline and which feeds on this solidary research made with researchers from all over Brazil, decentralizing the University of São Paulo and approaching the society academy.

Keywords: Women's History in Brazil; Philology; Scientific divulgation; Digital media; Digital Humanities.

INTRODUÇÃO

O M.A.P. (Mulheres na América Portuguesa) é um projeto de pesquisa com o objetivo central de construção de um catálogo digital de documentos de mulheres e sobre mulheres em um recorte temporal do Brasil colônia para reunir (reduzindo a dispersão custodial desses documentos) e tornar disponível uma documentação que é importantíssima para pesquisas futuras sobretudo nas áreas de Filologia, História das Mulheres, História da Escrita e da Leitura e da Linguística, por exemplo, além de também estar acessível para o público geral. O projeto foi criado pelas Profas. Dras. Maria Clara Paixão de Sousa e Vanessa Martins do Monte, ambas filiadas à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e atualmente há cerca de vinte pesquisadoras graduandas e pós-graduandas que participam do projeto. Basicamente, o projeto nasceu dessa falta de marcador de gênero na maioria dos arquivos digitais e físicos do Brasil fazendo com que a documentação escrita por mulheres, além de escassa, uma vez que as mulheres foram privadas do mundo das letras ao longo dos séculos, também dispersa juntamente com os documentos escritos sobre mulheres, pois afasta assim uma reunião desses documentos que são importantíssimos para a reconstrução da história das mulheres do Brasil. O projeto já possui o próprio site com o catálogo digital e

georreferenciado, que pode ser acessado no link <http://map.prp.usp.br/> (há também um *hotsite* do projeto com versão em inglês para pesquisadores (as) internacionais, <https://mapusp.net/>) que possui todas as informações sobre o projeto, bem como nossas redes sociais.

Ao longo dos últimos anos, a universidade e a academia têm passado por tempos difíceis em diversos âmbitos, sendo a comunicação com o “público externo” um dos grandes problemas - não mais a população tem visto a universidade como uma importante fonte de Ensino, Pesquisa e Extensão, o que resultou em diversos ataques recentíssimos às universidades públicas, incentivados inclusive pelo próprio governo atual. Isso se deve sobretudo à falta de diálogo e aproximação com a sociedade, além da restrição das pesquisas que circulam (quando circulam) apenas no âmbito acadêmico e, quando muito, chegam para algumas pessoas de fora da academia interessadas em saber sobre determinado tópico. Para não deixarmos a pesquisa restrita apenas aos pesquisadores e pesquisadoras e torná-la acessível para todos os públicos, decidimos estabelecer maneiras de divulgar o projeto pelo mundo afora utilizando as mídias digitais como importante impulsionador dessa divulgação científica, erguendo essa ponte entre a academia e a sociedade. Como métodos, buscamos uma linguagem mais acessível para que seja legível para todos os públicos que desejamos alcançar, e utilizamos as principais redes sociais bem como o blog acadêmico Hypotheses para a divulgação do projeto.

Importante ressaltar, também, que uma das coordenadoras do M.A.P., a profa. dra. Vanessa Martins do Monte, possui um projeto no PUB/USP deste ano voltado apenas à divulgação científica dos projetos integrados ao NeHiLP (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa), sendo o M.A.P. um deles. Além disso, buscamos um trabalho solidário com outras (os) pesquisadoras (es) brasileiros que queiram auxiliar o projeto com novos documentos desconhecidos pelo M.A.P., e os resultados têm sido incríveis nesse sentido e também no alcance e retorno que as mídias digitais têm trazido (c.f a seção “Resultados”), sendo inclusive esses meios de comunicação e informação um catalisador de acadêmicas (os) de todos os lugares do Brasil.

METODOLOGIA

Sendo assim, a frente de extroversão então nasce da necessidade de expor e divulgar o projeto. O próprio projeto fora criado pela falta de busca de chave, ou seja, existia - e ainda existe - uma falta de informação para as pesquisadoras sobre tais documentos escritos por mulheres, e isso reflete um apagamento histórico das mulheres, seja ele nos feitos ou nos documentos escritos por elas ou sobre elas. Com o propósito de tentar promover esses documentos e essas histórias não contadas, a extroversão, a princípio, debruçou-se na criação

de eventos e palestras acadêmicas, além de levar o projeto para congressos e seminários. A própria presença do grupo no Seminário Hispano-Brasileiro se dá por essa frente de extroversão.

Vimos que apenas focar nos eventos acadêmicos seria um outro jeito de privar o público mais amplo desses documentos. Como metodologia de abranger nosso público, criamos as redes sociais. Por quê? Como queríamos levar o projeto para além da faculdade, para além da USP, percebemos que imprescindível a criação das redes sociais. Atualmente, é impossível a divulgação de projeto, uma pesquisa, uma informação, sem estar no meio das mídias sociais. Nos inserimos então no Twitter, Facebook e Instagram.

Porque, então, essas mídias sociais? Ficou patente o alcance e o poder delas nos últimos tempos. A disseminação de fake news só comprova o quão rápido uma informação corre na internet, mesmo que essa seja falsa. O Instagram, twitter e facebook abriram uma série de oportunidades de divulgação mas também de integração e interação. Conseguimos ver o que as pessoas gostam nos nossos posts, o que interessa elas, quais são os dados demográficos e mais. As próprias estatísticas das redes nos mostram isso.

Além de tentarmos atingir um público fora da academia, as redes sociais nos ajudaram no que chamamos de pesquisa solidária. Ao colocarmos o projeto online, esperamos ajudar pesquisadores que possam precisar de uma informação que já temos. Ao mesmo tempo, recebemos mensagens sobre pessoas de outros estados que adorariam colaborar com a nossa pesquisa, ou a própria pesquisa individual deles pode acrescentar algo em nosso catálogo.

Considerando o cenário político e social que estamos inseridos, promover a pesquisa acadêmica para aqueles que não se inserem no ambiente universitário é de suma importância. E as redes sociais colaboram com essa divulgação, nos humaniza e nos aproxima dessas pessoas. Então, partindo do princípio que todos têm direito ao acesso à informação, tentamos democratizar a informação. Infelizmente ainda há problemas severos em relação à acessibilidade da informação. Ainda mais na academia em que há um pressuposto que só alguns podem, ou conseguem, entender as informações que são pesquisadas dentro da universidade.

Para a criação das redes, nós passamos por algumas dificuldades, uma vez que nosso trabalho está formatado para a apresentação de pesquisa científica, para a academia ler e julgar. Nas redes precisamos mudar nossa linguagem e nosso formato de apresentação, já que ninguém entra no Instagram para ler artigos científicos com mais de 30 páginas. Há uma temporalidade que precisamos nos ater, quanto tempo uma pessoa quer gastar lendo nas redes sociais? Com as estatísticas que temos em cada rede, vemos por erros e acertos, quantas visualizações cada post teve, seu alcance entre outras coisas.

Isso nos levou a um problema que é: constante alimentação de conteúdo online. Em nossos projetos acadêmicos temos entre 1 e 2 anos para apresentar um material completo em sua finalidade. Na internet é diferente. Temos que alimentar constantemente os sites com informações, o que aconteceu ontem já não vale para hoje. Para conseguirmos fazer essa mediação de conteúdo foi preciso colocar em mente qual era nosso público alvo. A princípio tínhamos em mente mulheres e pesquisadoras, mas com o crescimento orgânico das redes, atingimos bem mais do que era esperado. Inclusive pessoas de outros estados. O engajamento que tínhamos como propósito então veio justamente por meio das redes, e por meio dessa curadoria de conteúdo tendo em mente nossos objetivos e nosso público.

O que postamos? Postamos parte de nossos projetos, textos feitos pelas próprias pesquisadoras, leituras individuais entre outras coisas. Além de também repostarmos muitas coisas de referências, já que é impossível criar conteúdo de qualidade nesse curto período de tempo que rege as redes. Compartilhamos os resultados da pesquisa, mesmo que sejam em tempos espaçados. Promoção de outros trabalhos acadêmicos: com a pesquisa solidária que já comentamos, também temos a possibilidade de promover outros projetos acadêmicos, inclusive de promover mulheres pesquisadoras. E com isso temos nosso objetivo maior, que assim como o projeto, queremos produzir e compartilhar conteúdos feito por mulheres, para mulheres ou sobre mulheres, e para todos que queiram aprender.

RESULTADOS

A elaboração e manutenção das mídias digitais geraram amplos resultados, que de certa maneira superaram os nossos principais objetivos: a democratização da pesquisa, para facilitar o acesso aos documentos por pesquisadoras (es) que compartilhem de um mesmo interesse. Após a abertura das redes sociais conseguimos estabelecer conexões com pesquisadoras (es) de outras regiões do país, que disponibilizaram os documentos filológicos e transcrições realizadas em suas pesquisas, e esses documentos serão incluídos no nosso acervo digital; esse processo possibilitou a consolidação da “pesquisa solidária” com a construção de um catálogo vivo, alimentado por meio de pesquisas recentes que contribuem não só para a construção desse catálogo, mas também para auxiliar na organização e digitalização dos Arquivos nacionais.

A visibilidade da pesquisa acadêmica, com alcance social, era mais um dos nossos objetivos para permitir e potencializar o acesso de pessoas de fora do ambiente acadêmico a documentos históricos, importantíssimos para a contemporaneidade, a chamada democratização do acesso à história e cultura. Entretanto, o que podemos observar é que o alcance das mídias digitais ficou restrito ao universo acadêmico e não conseguiu ultrapassar os muros existentes entre a

academia e a sociedade. Por termos passado por um processo de expansão orgânico (portanto lento) nos veículos digitais, conseguimos acompanhar o perfil dos nossos seguidores e observar o alcance das publicações, e a partir da análise dos perfis, chegamos a essa conclusão.

A maioria das redes sociais fornecem às (aos) pesquisadoras (es) alguns dados que podemos verificar diariamente. Como as interações com os posts se modificam constantemente, os dados que informados são referentes aos perfis do projeto M.A.P. no geral. A começar pelo Facebook, que alcançamos um número considerável de usuários (2.880 pessoas), visualizações (108 pessoas) e número de curtidas (823 pessoas) da página e dos posts (dados específicos não incluídos); já o Twitter fornece o acesso às impressões, que são os acessos/interações do público com um tweet, que no período de 28 dias foi de 4.200, uma média de 154 impressões por dia e a taxa de participação que foi em média de 1,4%; por fim, o Instagram, umas das nossas redes mais movimentadas, em 7 dias verificamos o alcance (1.103 pessoas), impressões (4.949 pessoas), localização (90% na cidade São Paulo, 4% no Rio de Janeiro os outros 6% espalhados por outras cidades do Estado de São Paulo), faixa etária (1% de 13 a 17 anos, 1% maiores de 65 anos, 2% de 55 a 64 anos, 4% de 45 a 54 anos, 22% de 35 a 44 anos, 29% de 25 a 34 anos e 41% de 19 a 24 anos), gênero (78% de mulheres e 22% de homens) e ritmo de crescimento geral (4 novos seguidores por dia).¹

CONCLUSÕES

O uso das redes sociais como plataforma de divulgação científica cresceu exponencialmente nos últimos anos pela necessidade de estabelecer um canal de comunicação com o público mais amplo e externo ao ambiente universitário - o que sempre foi importante, porém se tornou fundamental sobretudo após os ataques do atual governo brasileiro às instituições de ensino superior públicas. Essas iniciativas de levar a informação e buscar por recursos de comunicação com público em geral possibilitou a criação de projetos como o M.A.P.

Com base nos dados apresentados, pode-se concluir que os principais objetivos com a criação das mídias digitais foram alcançados, pois foi possível estabelecer conexões e realizar intercâmbio de pesquisas que nos ajudaram a dar os primeiros passos em direção de pesquisas colaborativas; conseguimos também em certa medida democratizar o acesso à pesquisa, ao corpus, aos documentos históricos, a Filologia, área fundamental para análise de documentos históricos, ao conhecimento que se restringia apenas à academia; alcançamos com maior

¹ Os dados foram coletados das redes sociais do projeto M.A.P. no dia 10 de novembro de 2019, a partir de informações colhidas entre o dia 28 de outubro e 8 de novembro no Facebook, 13 de outubro a 10 de novembro no Twitter, e entre os dias 26 de outubro a 1 de novembro no Instagram.

intensidade o público feminino, algo fundamental em uma pesquisa sobre mulheres. Entretanto, ainda não conseguimos conquistar um público externo ao ambiente universitário, mesmo sem conseguir construir um perfil socioeconômico, ou medir grau de escolaridade dos seguidores das nossas páginas, com base nos dados obtidos citados no tópico anterior. A faixa etária também é um item importante, pois demonstra que o maior número de seguidores da página estão na faixa da idade de universitários, mestrandos ou doutorandos, o que se confirma quando visitamos o perfil dos usuários.

Por se tratar de um projeto digital com um modelo que se diferencia de outros trabalhos acadêmicos, que têm um projeto inicial, um período de estudos e desenvolvimento da pesquisa, e ao final uma conclusão, o trabalho nas mídias digitais se desenvolve completamente diferente. E apesar de ser possível obter informações do corpus, essas informações se modificam em um curto período de tempo, o que nos levou a conclusão de que ter as mídias digitais como corpus é realizar um projeto de pesquisa contínuo e inconclusivo, pela regularidade e velocidade com que o seu corpus deve ser alimentado. Ao mesmo tempo que as mídias digitais é imediatista, ela submete o projeto acadêmico às necessidades digitais como a modificação na linguagem; a obrigatoriedade de estar presente em mais de uma rede social; a busca pela validação de um projeto acadêmico, que foge aos padrões desse modelo; a necessidade de expandir para redes sociais ainda mais elaboradas, pois não dependem somente da produção de textos escritos ou divulgação de conteúdo, mas também de produção audiovisual, podcasts e vídeos com seminário e rodas de leitura; e, por fim, constatar a importância de registrar produções feitas para as mídias digitais em um banco de pesquisa formal e digital, como por exemplo um blog de publicações científicas, que funciona como uma das formas de validar esse tipo de projeto.

REFERÊNCIAS

Monte, Vanessa Martins do. Da academia à sociedade: a relevância das mídias digitais para as ações de extroversão. Projeto de Cultura & Extensão, Programa Unificado de Bolsas (PUB), Universidade de São Paulo. São Paulo; 2019.

Monte, Vanessa Martins do. M.A.P. (Mulheres na América Portuguesa): Mapeamento digital de escritos de mulheres e sobre mulheres no espaço atlântico português – Vertente filológica. Projeto de pesquisa, Programa Unificado de Bolsas (PUB), Universidade de São Paulo. São Paulo; 2018.

Monte, Vanessa Martins do; Paixão de Sousa, Maria Clara. Agora andam me jurando a pele: Escritos de mulheres e escritos sobre mulheres na América Portuguesa. Projeto de pesquisa,

Programa Unificado de Bolsas (PUB), Universidade de São Paulo. São Paulo; 2017. Disponível em http://www.nehlp.org/~nehlp/HD/MAP/MAP_Projeto_2017.html

Monte, Vanessa Martins do; Paixão de Sousa, Maria Clara. Por uma filologia virtual: O caso das atdas da câmara de São Paulo (1562-1596). Revista da Abralín, v. 16, p. 239-264; 2017. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51938>

Paixão de Sousa, Maria Clara. M.A.P. (Mulheres na América Portuguesa): Mapeamento digital de escritos de mulheres e sobre mulheres no espaço atlântico português. Projeto de pesquisa, Programa Unificado de Bolsas (PUB), Universidade de São Paulo. São Paulo; 2018.

Paixão de Sousa, Maria Clara; Monte, Vanessa Martins do. M.A.P. (Mulheres na América Portuguesa): Mapeamento de escritos de mulheres e sobre mulheres no espaço atlântico português a partir de métodos das Humanidades Digitais. Projeto de pesquisa, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Edital Universal 2018. São Paulo; 2018.



Grupo de investigación Políticas de información, Tecnologías de la Documentación y Comunicación Científica (POLITECOM) UCM



Grupo de investigación Información, Biblioteca y Sociedad (INFOBISOC) UCM